

UNIVERSIDADE DO PORTO

**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE CANDIDATURA AO GRAU DE DOUTOR
EM PSICOLOGIA**

**ADAPTAÇÕES COGNITIVAS À CARREIRA DE
TOXICODEPENDENTE**

**A utilização de técnicas de neutralização ao longo de
trajectórias de vida de heroinómanos**

Tese orientada pelo Professor Doutor Luís Fernandes

Rui Pedro Tinoco Carreiro

Mai 2005

Resumo

A presente investigação parte de um pressuposto básico: todos os indivíduos encaram, em maior ou menor medida, o acto de consumo de drogas como algo que infringe normas sociais e que pode, conseqüentemente, trazer problemas aos indivíduos que o praticam. Segundo Sykes & Matza (1957), as técnicas de neutralização servem o propósito de resolver a tensão interior subjacente à prática de actos que os próprios indivíduos neles implicados reconhecem, de algum modo, como errados. Assim, para a concretização deste estudo, realizaram-se trinta histórias de vida de indivíduos com heroínodependência tentando detectar quais as neutralizações mais importantes para cada momento biográfico considerado. O modo como este dilema moral é resolvido em indivíduos com percurso de consumo prolongado de heroína foi, então, objecto do nosso estudo (estudo 1).

O esforço de contextualização da trajectória de consumo de drogas lançou-nos à elaboração de um olhar mais complexo: a partir de uma recolha de produção jornalística, procurámos conhecer os padrões informativos dominantes sobre o fenómeno das drogas e das toxicodependências (estudo 2).

Num momento final, cruzámos os resultados dos dois estudos: o dilema moral inerente ao acto de consumir é confrontado com o modo como certas imagens das toxicodependências se disseminam no todo social, por intermédio do discurso de imprensa, numa dada sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Histórias de vida; técnicas de neutralização; métodos qualitativos; pesquisa documental; discurso de imprensa

Abstract

This research has a basic principle: all individuals know, in one way or another, that the act of drug consumption is an infraction of social norms and can bring problems to the persons that makes it. The ways to resolve this moral dilemma in individual with a long history of heroin consumption is the aim of our study. According to Sykes & Matza (1957) the neutralization techniques serve to reduce this interior tension that the individuals themselves know, in some degree that are wrong. So, we collect 30 life histories of individuals that abuse heroin trying to detect what the most important neutralizations to which biographic period considered.

Then we make an effort of contextualization. We recollect the news about the drug phenomenon. An immediate goal tries to know the dominant patterns of information that dominate the news in this area. Another goal tries to compare this results with the data that we collect in the interviews with heroin abusers. We try to contextualize the results of the life histories research in our society.

KEY WORDS

Life histories; neutralization techniques; qualitative methods; mass media

Résumé

La présente recherche part d'un présupposé basique: tous les individus envisagent, quoique différemment, l'acte de consommation de drogues comme déviant par rapport aux normes sociales, pouvant, par conséquent, causer des problèmes à ceux qui le pratiquent. Selon Sykes & Matza (1957), les techniques de neutralisation servent à résoudre la tension intérieure sous-jacente à la pratique d'actes que les individus eux-mêmes reconnaissent, en quelque sorte, comme étant incorrects. Ainsi, pour la concrétisation de l'étude, on a réalisé trente histoires de vie d'individus héroïnodépendants, en essayant de détecter les neutralisations les plus importantes à chaque moment biographique considéré. La façon dont ce dilemme moral est résolu chez les individus avec un parcours prolongé de consommation d'héroïne a été l'objet de notre étude (étude 1).

L'effort d'encadrement de la trajectoire de la consommation de drogues nous a menés à l'élaboration d'une autre approche plus complexe : à partir d'un recueil de la production journalistique, on a essayé de connaître les modèles informatifs dominants sur le phénomène des drogues et des toxicodépendances (étude2).

Finalement, on a croisé les résultats des deux études : le dilemme moral provenant de l'acte de consommation est donc confronté avec la façon dont certaines images des toxicodépendances se propagent dans le tissu social, par le biais du discours de presse, dans une société donnée.

Mots-clés

Histoires de vie ; techniques de neutralisation; méthodes qualitatives ; recherche documentaire ; discours de presse.

Agradecimentos

Um projecto como este só é possível levar a cabo com a colaboração de inúmeras pessoas que me ajudaram na depuração da escrita e incentivaram o meu interesse nas várias matérias que tentei expor ao longo do texto.

Assim, um especial obrigado ao Professor Doutor Luís Fernandes que desde cedo despertou em mim o interesse pela epistemologia e que esteve sempre disponível para as dúvidas que foram aparecendo ao longo da investigação.

À Professora Doutora Celina Manita por me ter prestado ensinamentos indispensáveis na realização da análise de conteúdo, aqui fica uma palavra de agradecimento.

Queria deixar também uma palavra de apreço ao Dr. José González cuja abertura de espírito permitiu-me a realização das entrevistas no C.A.T. onde trabalho, entre muitas outras coisas. A permissão foi mantida pela Dr.^a Ana Maria Mendes que lhe sucedeu no cargo.

À Alina Santos pela ajuda na transcrição das entrevistas gravadas para suporte informático, bem com à sua disponibilidade face a questões da análise de conteúdo.

E, por último, uma especial palavra de reconhecimento a todos os entrevistados que, desinteressadamente, se disponibilizaram à participação neste estudo.

Pouso o dizer o teu leito,
para que só me diga a tua palavra.

Sou uma sílaba da nossa palavra,
metade do próprio amor

Lista de abreviaturas

AL – Apelo a lealdades mais fortes

BE – Bloco de Esquerda

Cap. – capítulo

CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes

Dr – doutor

Et al – et altri

i. e. – isto é

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência

IPDT – Instituto Português da Droga e da Toxicodependência

JN – Jornal de Notícias

MP – Ministério Público

ND – Negação do delito

NR – Negação da responsabilidade

p. e. – por exemplo

PS – Partido Socialista

REMAR – Reinserção de Marginais

sist. – sistema

SEE – sistema explicativo espontâneo

TN – técnicas de neutralização

ut – unidade de texto

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	17
PARTE A - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
Capítulo I – <u>Emergência histórica dos efeitos das drogas</u>	26
1. Sobre a história das drogas	29
2. Mercantilização e descoberta química	34
3. Primeira vaga literária: a construção de imagens	40
4. Segunda vaga literária: entre a destruição e a descoberta de si	46
5. No terreno: a construção de uma maldição	50
6. Algumas considerações finais	54
6.1 - Droga e substâncias ilegais	55
6.2 - Mercado psicotrópico	56
6.3 - Inscrição nas histórias individuais	57
Capítulo II – <u>O percurso existencial como objecto de estudo</u>	58
1. As origens: dos dados proto-etnográficos aos primórdios da etnografia	62
1.1 – A autobiografia como parte de um projecto	63
1.2 – Dois estudos autobiográficos de caso único	64
1.3 – Biografia ou autobiografia?	66
2. Ressurgimento das histórias de vida	68
2.1 – Novas investigações biográficas	68
2.2 – Dimensões heurísticas das biografias	71
2.3 – Abordagem biográfica e psicologia	74
2.4 – Escola biográfica, método biográfico?	77
3. Investigação biográfica das toxicodependências	78
3.1 – Biografias e regularidades quantitativas	79
3.2 – Rotas de tratamento e de consumos	81
3.3 – Biografias e a técnica da bola de neve	83
3.4 – Biografia em contextos clássicos	84
4. A toxicodependência como uma biografia	86

Capítulo III – <u>O consumo de drogas como dilema moral</u>	87
1. As neutralizações e as teorias do comportamento desviante	91
2. Técnicas de neutralização (TN)	93
2.1 – Neutralizações	93
2.2 – Tradições subterrâneas	95
2.3 – Deriva e conversão	96
3. Aplicações metodológicas	103
3.1 – Crime de colarinho branco	103
3.2 – O caso dos consumidores de marijuana	105
3.3 – Os criadores de cães de combate	106
3.4 – Algumas críticas	107
3.5 – Alguns consensos	108
4. As TN como instrumentos de investigação	110
Capítulo IV – <u>Para um modo de pensar a toxic dependência</u>	112
PARTE B – MONTAGEM DO DISPOSITIVO DE INVESTIGAÇÃO	122
Capítulo I – <u>Sobre os métodos de recolha dos dados</u>	126
1. Design da investigação	128
2. Métodos de recolha de dados	131
2.1 – Entrevista como método de investigação	131
2.2 – Pesquisa documental	135
Capítulo II – <u>Sobre os dispositivos de análise de dados</u>	138
1. As análises de conteúdo	140
2. Carácter indutivo das análises	143

PARTE C – CONDUÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS	144
<u>Estudo 1 – Neutralizações utilizadas por heroinómanos ao longo das suas histórias de vida</u>	148
Capítulo I – <u>Afinações teóricas</u>	150
1. Enquadramento teórico-prático	151
2. Modus Faciendi	151
2.1 – Recolha de dados	152
2.2 – Caracterização da Amostra	152
2.3 – Análise de conteúdo	156
2.3.1 – Dimensões de neutralização	158
2.3.2 – Dimensões biográficas	162
2.4 – Codificação	165
Capítulo II – <u>Análise quantitativa dos resultados</u>	167
1. Padrões quantitativos	169
2. Números e compreensão dos números	187
Capítulo III – <u>Período Biográfico 1: Início dos consumos</u>	190
1. Negação da responsabilidade	191
2. Negação do delito	196
3. Negação da vítima	199
4. Apelo a lealdades mais fortes	201
5. Defesa da necessidade	204
6. Metáfora da compensação	205
7. Valorização selectiva de dimensões existenciais	206
8. Condenação dos condenadores	208
9. Dimensões intencionais versus não intencionais	211
Capítulo IV – <u>Período Biográfico 2: Gestão da carreira</u>	214
1. Negação da responsabilidade	215
1.1 – Conceptualização de si	216
1.2 – Exteriorização	217

2. Negação do delito	219
3. Negação da vítima	221
4. Apelo a lealdades mais fortes	226
5. Defesa da necessidade	229
6. Metáfora da compensação	232
7. Valorização selectiva de dimensões existenciais	234
8. Condenação dos condenadores	236
9. Dimensões intencionais versus não intencionais	240
Capítulo V – <u>Período Biográfico 3: Pontos de inflexão</u>	242
1. Negação da responsabilidade	243
1.1 – Tomada de decisão	244
1.2 – Processo de recaída	245
2. Negação do delito	248
3. Negação da vítima	251
4. Apelo a lealdades mais fortes	253
5. Defesa da necessidade	255
6. Metáfora da compensação	258
7. Valorização selectiva de dimensões existenciais	261
8. Condenação dos condenadores	263
8.1 – Instituições de atendimento	263
8.2 – Instituições de controle jurídico-penal	265
8.3 – O Mundo das vendas e consumos: bairros	267
9. Dimensões intencionais versus não intencionais	270
Capítulo VI – <u>Para lá das neutralizações</u>	273
1. Início dos consumos	276
2. Gestão da carreira	281
3. Pontos de inflexão	285
4. Síntese	289
Capítulo VII – <u>Confrontação entre os diversos níveis de análise</u>	291
1. Para o Início da actividade dos consumos	292
2. Para a Gestão da carreira	293

3. Para os Pontos de Inflexão	294
4. Trajectórias e reconstruções mnésicas	295
Estudo 2 – <u>Construções mediáticas do acto de consumo de drogas</u>	298
Capítulo I – <u>Pesquisa bibliográfica</u>	302
1. Representações sociais do crime	305
2. A droga e a toxicodependência na imprensa escrita	306
3. A imagem da droga na imprensa espanhola	307
4. Televisão e droga em Espanha	309
5. Etnografia urbana das drogas e do crime	310
6. Meios de comunicação social e fenómeno das drogas	312
7. Investigação científica sobre os mass media	314
8. Síntese da pesquisa bibliográfica realizada	315
Capítulo II – <u>As nossas escolhas</u>	317
1. Critérios utilizados	319
2. A recolha das notícias	319
3. Procedimento analítico	320
4. Tratamento dos dados	321
Capítulo III – <u>Descrição do corpo de notícias</u>	327
Capítulo IV – <u>Análise de conteúdo</u>	338
1. Notícias de dimensão Informativa Factual	341
1.1 – Drogas	342
1.2 – Actores	343
1.2.1 – Presidentes e gestores	343
1.2.2 – Traficantes	343
1.2.3 – Combate	344
1.2.4 – Consumidores	345
1.2.5 – Crime associado a drogas	345
1.2.6 – Síntese: sobre os actores	346
1.3 – Lugares	348

1.3.1 – Tráfico	348
1.3.2 – Consumo	348
1.3.3 – Crime associado a drogas	349
1.3.4 – Combate	349
1.3.5 – Síntese: sobre os lugares	350
1.4 – Objectos	352
1.4.1 – Consumo	352
1.4.2 – Tráfico	353
1.4.3 – Crime associado a drogas	353
1.4.4 – Combate	354
1.4.5 – Síntese: sobre os objectos	355
1.5 – Instâncias	356
1.5.1 – Eixo preventivo	356
1.5.2 – Eixo repressivo	357
1.5.3 – Síntese: sobre as instâncias	358
1.6 – Discurso directo	360
1.6.1 – Instituições sanitárias	360
1.6.2 – Instituições repressoras	361
1.6.3 – Consumidores	361
1.6.4 – Outros casos	362
1.6.5 – Síntese: sobre o discurso directo	363
1.7 – Sistema explicativo espontâneo	365
1.7.1 – Tráfico	365
1.7.2 – Actividade policial	366
1.7.3 – Atitudes de instituições	366
1.7.4 – Síntese: sobre o sistema explicativo espontâneo	367
1.8 – Alguns padrões dominantes e suas implicações	369
2. As notícias de primeira página	373
2.1 – Actores	373
2.2 – Drogas	374
2.3 – Lugares	375
2.4 – Objectos	376
2.5 – Instâncias	376
2.6 - Discurso directo	377

2.7 – Sistema explicativo espontâneo	377
2.8 – Destaque da notícia	378
2.9 – Síntese: sobre as notícias de primeira página	379
3. Fotografias nas notícias ligadas à toxicodependência	381
3.1 – Objectos	381
3.2 – Elemento humano	383
3.2.1 - Corpo inteiro versus partes do corpo	384
3.2.2 – Costas	385
3.3 – Ligação com o corpo da notícia	386
3.4 – Presença de elementos desfocados	387
3.5 – Elementos evocadores de degradação	388
3.6 – Legenda da fotografia	389
3.7 – Coloração	390
3.8 – Armas	390
3.9 – Apresentação do produto	391
3.10 – Outros elementos relevantes	391
3.11 – Síntese: sobre as fotografias	393
Capítulo V – <u>Mensagens mediáticas</u>	395
1. - Alguns padrões informativos	398
2. – Confrontação com estado actual da investigação	401
3 – Reflexão crítica	404
CONCLUSÕES GERAIS	406
Bibliografia	413
Anexo1 Material referente ao Estudo 1	435
Anexo 2 Material referente ao Estudo 2	443

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das TN por etapa biográfica	172
Gráfico 2 - Distribuição das TN por início dos consumos	173
Gráfico 3 - Distribuição das TN por Gestão	174
Gráfico 4 - Distribuição das TN por Pontos de Inflexão	175
Gráfico 5 - Importância relativa de cada TN	176
Gráfico 6 - Distribuição da Negação da Responsabilidade	178
Gráfico 7 - Distribuição da Negação do Delito	179
Gráfico 8 - Distribuição da Negação da Vítima	180
Gráfico 9 - Distribuição do Apelo a Lealdades mais Fortes	181
Gráfico 10 - Distribuição da Defesa da Necessidade	182
Gráfico 11 - Distribuição da Metáfora da Compensação	183
Gráfico 12 - Distribuição da Valorização Selectiva	184
Gráfico 13 - Distribuição da Condenação dos Condenadores	185
Gráfico 14 - Distribuição das Notícias por Jornal	329
Gráfico 15 - Distribuição das Notícias segundo o seu teor	329
Gráfico 16 - Distribuição das Notícias conforme o conteúdo	331
Gráfico 17 - Distribuição das Notícias segundo as drogas referidas	332
Gráfico 18 - Distribuição das Notícias de acordo com o destaque	333
Gráfico 19 - Distribuição das Notícias conforme a presença de fotografia	334
Gráfico 20 - Distribuição das Notícias de acordo com a localidade	335
Gráfico 21 - Distribuição das Notícias referentes ao Porto	336
Gráfico 22 - Número de ocorrências nas legendas das fotografias	390

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Etapas da Revisão Bibliográfica	111
Tabela 2 - Definição das Células de Análise (Estudo 1)	121
Tabela 3 - Principais Etapas da condução do Estudo 2	130
Tabela 4 - Sumário de todas as TN	157
Tabela 5 - Grelha de Análise de Conteúdo – TN	157
Tabela 6 - Grelha de Análise de Conteúdo – dimensões biográficas	164
Tabela 7 - Grelha de Caracterização das Notícias	322
Tabela 8 - Grelha de Análise de Conteúdo das Notícias	325

Introdução

Introdução

Sempre nos interessou estudar as dimensões psicológicas inerentes ao desenvolvimento de certas actividades desviantes. O nosso percurso científico anterior privilegiou a compreensão dessas dimensões, nomeadamente no que diz respeito à esfera cognitiva, na figura específica do consumidor de drogas e, mais especificamente ainda, no caso do consumidor de heroína.

Em trabalhos anteriores, quando nos debruçávamos sobre entrevistas a heroinómanos, uma das regularidades que nos chamou a atenção, foi a constatação de uma série de racionalizações tendentes à desresponsabilização dos indivíduos relativamente a esses actos transgressivos. O posterior desenvolvimento de leituras na área das desviâncias e de uma certa criminologia crítica permitiu-nos explorar esse sentir, pois veio a munir-nos de certos instrumentos conceptuais basilares que aplicámos no projecto que agora apresentamos.

Assim, a proposta das técnicas de neutralização apresentada no trabalho clássico de Sykes & Matza (1957) foi particularmente importante no desenvolvimento do nosso percurso de investigador. As neutralizações são racionalizações utilizadas por indivíduos que se vêem em posição de uma dissonância moral e de ansiedade estatutária; por outras palavras: os indivíduos crêem, à vez, nos valores normativos e nos valores subculturais,

partilhados pelos grupos de pares. Como resolver essa tensão, digamos, estrutural? As racionalizações permitem o envolvimento com determinadas actos desviantes, sem que o laço com o normativo seja irreversivelmente quebrado.

Uma outra vantagem que nos surgiu evidente no trabalho de Sykes & Matza foi a relação quase directa que os autores mantêm com o campo da desviância, campo esse que é também o nosso. As neutralizações são de facto, e para todos os efeitos, racionalizações usadas em situações de transgressão.

Quisemos então estudar o desenvolvimento das neutralizações ao longo dos percursos biográficos dos participantes num dos nossos estudos. Para desenvolver esta ideia, realizámos um percurso teórico que aqui relatamos (Parte A) estruturado em três grandes áreas, a saber: Capítulo I tentámos conhecer as condições históricas que fizeram emergir o consumo de drogas como um dilema moral; de seguida, no Capítulo II debruçámo-nos sobre o surgimento e complexificação da metodologia das histórias de vida (fenómeno transversal a diversas disciplinas); no capítulo seguinte, o terceiro, fizemos uma recolha exaustiva da aplicação das técnicas de neutralização em diversos projectos científicos surgidos desde 1957 acabaram por aparecer.

A formulação do nosso percurso de trabalho é registado no Capítulo IV que descreve o cruzamento efectuado entre as histórias de vida e as neutralizações num método de trabalho que viemos a desenvolver ao longo do trajecto empírico. Este capítulo intitulado *Para um Modo de pensar a toxicoddependência*, para além de realizar tal cruzamento de referências, propõe ainda uma complexificação da nossa investigação. De facto, os diversos trabalhos de Matza, passados em revista no capítulo anterior, chamam a atenção para a importância dos contextos sociais em que os actores desviantes juvenis, no caso, se movem. Esta preocupação, mais ecológica viria a adquirir um crescente relevo com os trabalhos, entre outros, de Bronfenbrenner (1979). Daqui adveio a necessidade que sentimos de abrir portas para um estudo mais abrangente do contexto social em que toda a problemática enunciada se move, o que nos levou a optarmos por definir dois estudos autónomos, a saber:

- o estudo 1 que recolhe histórias de vida de consumidores de drogas e tenta detalhar o uso de neutralizações em diversos momentos biográficos importantes;

- o estudo 2 que traduz uma certa preocupação de âmbito mais geral, e procura indagar sobre as imagens da toxicodependência e da droga em diversos mass media.

A Parte B, denominada *Montagem de um dispositivo de investigação* concretiza, precisamente, a articulação entre a investigação teórica realizada, e a parte empírica do nosso projecto. Dividimos o nosso esforço em dois grandes momentos: o dispositivo de recolha de dados (Capítulo I) e o dispositivo que procede à sua análise (Capítulo II). Em ambos os momentos, preocupámo-nos em enunciar as metodologias comuns e específicas para os dois estudos.

No que à recolha de dados diz respeito, os dois estudos diferenciam-se: enquanto o estudo 1 elege a entrevista como instrumento principal de recolha de dados; o estudo 2 parte de uma recolha documental de material. Para ambas as situações, quisemos detalhar escolhas e posturas adoptadas. Quanto aos dispositivos de análise de dados, quisemos ainda traçar as primeiras directrizes norteadoras do procedimento analítico. Limitamo-nos, neste momento, em definir posturas que são comuns a ambos os estudos – outras escolhas serão explanadas mais adiante.

Finalmente, principiámos a apresentação e condução dos estudos (Parte C). No Estudo 1, intitulado *Racionalizações utilizadas por heroinómanos ao longo das suas histórias de vida*, dedicamos um primeiro capítulo à descrição das afinações metodológicas específicas a esta investigação. Preocupámo-nos em apresentar as diversas grelhas de análise do material e os critérios de codificação utilizados. No capítulo seguinte, apresentamos os resultados concentrando-os em regularidades quantitativas: frequências de neutralizações por etapa biográfica. De seguida, nos capítulos III, IV e V dedicamo-nos a uma análise qualitativa do material por período biográfico, respectivamente: *Início dos Consumos*, *Gestão da Carreira* e *Pontos de Inflexão*.

No capítulo VI, denominado *Para lá das Neutralizações*, damos conta do estudo do material codificado no que diz respeito aos momentos biográficos, em que não foram detectadas nenhuma forma de neutralização. Deparamo-nos então com descrições mais neutras, por assim dizer, de práticas de consumo ou outras; descrição de efeitos ou, simplesmente constatação de erros ou enganos. O derradeiro capítulo (VII) dedica-se a fazer uma confrontação entre os diversos níveis de análise utilizados, procurando realçar as linhas de força desta investigação.

No que diz respeito ao Estudo 2, denominado *Construções Mediáticas do Acto de Consumo de Drogas* o trabalho de enquadramento teórico teve de ser adaptado a um novo objecto de estudo. Recordamos que, se o nosso interesse inicial se prendeu com o estudo do dilema moral inerente ao consumo de drogas nas sociedades contemporâneas num prisma assumidamente individual. O percurso então percorrido veio a provocar, como já se disse, a necessidade de àquele, somar um olhar contextualizador consubstanciado no Estudo 2. Assim, dedicámos um primeiro capítulo a uma pesquisa bibliográfica sobre o tema dos reflexos mediáticos do consumo de drogas em diversos tipos de órgãos de informação – os jornais, particularmente, mas também a televisão. De seguida, no Capítulo II, quisemos apresentamos as nossas escolhas e opções no que a este estudo concerne. Preocupámo-nos em delinear critérios; definir procedimentos analíticos, e detalhadamente, explanarmos o nosso dispositivo de tratamento dos dados.

Os Capítulos III e IV dedicam-se à etapa analítica propriamente dita. No Capítulo terceiro preocupámo-nos em fazer uma descrição do corpo de notícias recolhido, segundo uma série de parâmetros recolhidos em Fernandes (1997b). Aliás, este estudo segue de perto os critérios utilizados por aquele investigador, para que depois possamos também fazer uma comparação de resultados. No capítulo quarto, esmiuçamos a nossa análise de conteúdo propriamente dita.

O derradeiro capítulo (V), dedica-se a sistematizar os principais resultados obtidos, bem como a fazer uma confrontação desses resultados à

luz da bibliografia pesquisada e do estudo de Fernandes (1997b) – de que esta parte da investigação se pode considerar, em parte, uma replicação.

Finalmente, nas Conclusões Gerais pretende-se realizar uma síntese integradora das principais linhas de força de ambos os estudos, coordenando-os numa visão conjunta. O nosso projecto de investigação situa-se numa rede de referências que é interdisciplinar: contributos sociológicos, antropológicos, criminológicos bem como psicológicos são convocados a propósito de um objecto de estudo particular, mas que é entendido complexidade psico-social.

PARTE A

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I

EMERGÊNCIA HISTÓRICA DOS EFEITOS DAS DROGAS

“Passearam por uns momentos e sentaram-se a descansar. “E agora, que fazemos nós?”, perguntou de novo o Criador. O seu irmão voltou a responder que não sabia. Então Tu-chai-pai sussurrou a palavra mágica we-hicht por três vezes, pegou em tabaco, enrolou-o e fumou três vezes. A cada trago de fumo, o céu erguia-se sobre as suas cabeças. O irmão também fumou e o céu distanciava-se cada vez mais. Quando fumaram juntos, mandaram o céu para tão longe que este tomou a forma côncava que hoje se lhe conhece.”

(excerto do mito da criação da tribo Digenhos da América do Norte)

ROSA DO MUNDO

CAPÍTULO I – EMERGÊNCIA HISTÓRICA DOS EFEITOS DAS DROGAS

Pretendemos, neste primeiro capítulo, compreender, numa perspectiva histórica, algo sobre a inscrição metanarrativa do discurso das drogas nas vivências dos sujeitos. Partimos da aventura colectiva do uso de substâncias psicoactivas; para a aventura individual do consumo de drogas como descoberta de si (processo de subjectivação): para terminarmos na aventura individual de perda e alienação do sujeito (processo de objectivação - conceitos de Khosrokhonar & Touraine, 2001).

Estamos em crer que o fenómeno de abuso de drogas reflecte o movimento de individualização das práticas e das vivências, registado na civilização ocidental desde as luzes (Renaut, 1989). Simultaneamente, questionamo-nos sobre uma temática pós-moderna (sobre ou baixa modernidade, como a quiserem apelidar)¹ de acuidade extrema: a afirmação ou alienação do sujeito, enquanto criador de si.

Alguns dos grandes teóricos do individualismo referem a actual constituição de espaços de grande afirmação de valores individuais, ao mesmo tempo que os espaços colectivos são cada vez mais objecto de um desinvestimento (Augé, 1994, chega mesmo a falar em não lugares). Lipovetsky (1989), por sua vez, reinventa o signo de Narciso como uma

¹ Retemos o leitor interessado para a leitura de Lyotard (1989) ou Augé (1994).

procura incessante de si, em substituição da imagem clássica do sujeito que se observa ao espelho.

Daqui decorrem estas as questões que trataremos por agora. Para isso, teremos de percorrer cinco grandes momentos, a saber: 1. Sobre a história das drogas; 2. Mercantilização e descoberta química; 3. Primeira vaga literária: a construção de imagens; 4. Segunda vaga literária: entre a destruição e a descoberta de si; 5. No terreno: a construção de uma maldição.

O percurso compreende uma reflexão sobre a natureza antropológica do consumo de substâncias psicoactivas e, de forma decorrente, um exercício sobre o próprio conceito de drogas (ponto1). De seguida, e na continuação do exercício longitudinal que iniciámos no ponto anterior, trataremos de compreender o movimento de mercantilização, de manipulação farmacológica e técnica que as diversas substâncias foram alvo ao longo do tempo (ponto 2). Nos dois momentos subsequentes dedicaremos a nossa atenção aos experimentadores literários de diversas substâncias nos séculos XIX e XX. As obras que autores como De Quincey, Baudelaire ou, mais recentemente, Junger, Huxley e Burroughs construíram, fornecem as chaves culturais para uma distinção de embriaguezes várias, ao mesmo tempo que problematizam a díade que, de algum modo, se arrastou até os nossos dias: a descoberta de si *versus* alienação de si, que o uso de drogas pode proporcionar². Finalmente, no derradeiro ponto, centraremos a nossa atenção na emergência de populações degradadas e excluídas de heroinómanos que surgiram nas grandes cidades europeias, a partir da segunda metade do século XX, ao mesmo tempo que se constrói a imagem do uso de drogas como um estigma e como uma destruição de si (autores como Preble & Casey, 1969; Goffman, 1963 e outros poderão, certamente, ajudar-nos neste exercício).

Esperamos, no fim desta caminhada, clarificar certos aspectos que permitirão o avanço teórico a que desde nos propomos: o estudo dos modos de inscrição do uso de substâncias psicoactivas na construção individual de si. Tais esclarecimentos abrirão caminho para o entendimento das teorias das histórias de vida e, mais concretamente, o seu uso na investigação na área

² A alienação ou descoberta de si é, afinal, um dilema central à vivência actual do individualismo como nos ensina Touraine & Khosrokhonar (1991) e Touraine (1992); na literatura portuguesa também Miguel Gonçalves (2003) defende uma desreificação da noção da identidade.

das toxicodependências.

Este percurso teórico permitir-nos-á aferir certos instrumentos conceptuais, como a construção de algumas inferências e hipóteses de trabalho. Preparamos terreno para a delimitação metodológica das nossas investigações, quer ao nível da conceptualização dos dispositivos de recolha de dados, quer ao nível do esboço de formas de interpretação do material recolhido.

1. Sobre a história das drogas

Cada autor desta área da investigação dá conta de uma história das drogas que é diferente da anterior, sublinhando a heterogeneidade e complexidade do assunto. Tivemos oportunidade de contactar com diversas construções mnésicas do fenómeno do uso de substâncias psicoactivas, quer a partir de aspectos macropolíticos (Arnal, 1997); quer de aspectos de política interna dos EUA (Becker, 1963; Escohotado, 1992; 1990); privilegiam alguns dimensões legislativas (Poiares, 1999; 1998); de construção sociológica do fenómeno outros (Vigarello, 1991); ou realçando ainda dimensões religiosas (Escohotado, 1996).

Recentemente, ao escutarmos uma lição de Gamella (2001), tivemos oportunidade de nos espantarmos com mais uma construção do passado: a noção de disseminação do uso de substâncias em curvas de progressão lenta (p.e. o tabaco) e em curvas rápidas, próximas daquelas que descrevem o surgimento de epidemias (p.e. heroína). A diferença destas curvas reflecte-se, inclusive, na dimensão das práticas individuais: no caso das curvas rápidas, a disseminação de uma nova droga faz-se quase instantaneamente - num espaço de um verão, a prática de injectar heroína alastrou de forma exponencial num bairro madrileno estudado pela equipa dirigida por Gamella³.

Esta variedade de abordagens, sendo enriquecedora, podia deixar-nos perplexos perante a imensidão dos percursos e itinerários de significados já construídos. Não devemos, porém, perder de vista o que queremos sublinhar nestas anotações: a passagem de vivências colectivas a individuais na experiência do uso e efeito das drogas.

Dito isto, apenas mais um reparo antes de nos lançarmos ao exercício a que nos propusemos:

“Pero una droga no es sólo cierto compuesto con propiedades farmacológicas determinadas, sino algo que puede recibir cualidades

³ A metodologia da bola de neve pode servir propósitos etnográficos mas, já se autonomizou, como instrumento de trabalho em diversas investigações, p. e. Fernandes e Carvalho (2003; 2000); Cohen (1990).

de otro tipo.” (Escotado, 1990, p.19).

A definição de droga, acima descrita, parece-nos suficientemente abrangente para dar conta de uma panóplia de substâncias que, ao longo das épocas, foram sendo disputadas por outras classificações como a dos alimentos (cafeína), medicamentos (benzodiazepinas), drogas legais (tabaco ou álcool) ou relegadas apenas para classificações cuja principal utilização não é diversa a aplicação no corpo humano como por exemplo inalantes, colas e mesmo alguns combustíveis, solventes e diluentes.

As ervas, substâncias desordenadoras dos sentidos e dos estados de consciência, são conhecidas nas mais primitivas civilizações e culturas desde tempos imemoriais (Escotado, 1996; Rudgley, 1993⁴). O seu uso era cuidadosamente regulado por diversos códigos culturais que implicavam dimensões iniciáticas (rituais de passagem ao estado de adulto guerreiro p.e.); culturais (consumo restringido a épocas do ano ou a certas classes sociais); ou religiosas (modo de comunicar com esferas divinas ou de ter o próprio deus em si). A tribo dos Diguinhos, na América do Norte, incluía no seu sistema de mitos, uma relação especial entre o criador do universo e o tabaco⁵. Rudgley assinala a associação entre o divino e certas substâncias a quem eram atribuídas relações especiais com os deuses - p.e. os Astecas chamavam a um alucinogéneo *teonanacatl*, (o que, traduzido à letra, quer dizer a carne dos deuses).

O acto antropológico de ter o deus em si, através do uso de substâncias, remonta aos primórdios da evolução humana. Foram descobertos, em grutas habitadas por tribos pré-históricas e perto de objectos ligados a cerimoniais sagrados, vestígios de fumigações de substâncias psicoactivas. Aliás, a memória deste género de actos replica-se ainda no cerimonial cristão de beber o sangue de Cristo na forma de vinho.

Na Antiguidade Clássica, práticas religiosas como as de Delfos ou de Êleusis estavam ligadas à ingestão de substâncias com propriedades

⁴ Rudgley propõe ainda uma outra forma de fazer uma história das drogas, através de uma análise aturada de diversas culturas, tribos desde tempos pré-históricos.

⁵ Consulte-se, por exemplo o excerto de um poema da Rosa do Mundo que abre esta secção de texto.

alucinogéneas. As revelações divinas desta natureza eram impregnadas de uma ordem transgeracional: Vigarello (1991) associa a experiência alucinogénea a uma participação individual numa verdade ou realidade que se replicava através das gerações.

Curiosamente, vemos que nesses tempos históricos a vivência alucinogénea era um modo do indivíduo se inscrever numa ordem social que o ultrapassava e lhe surgia como um *a priori* que o transcendia. Esta experiência é, como veremos, radicalmente diversa da procura narcísica da viagem, própria de um uso hedonístico e egocêntrico das substâncias, que actualmente se regista.

O álcool foi lentamente adquirindo importância religiosa em detrimento de outras substâncias. Esta lenta ascensão antecede o próprio cristianismo e Rudgley associa-a ao período da revolução agrícola. Já encontramos em Homero, inúmeras referências à substância. Durante a Idade Média e, concomitantemente com a ascensão do cristianismo, a cultura do sagrado ligada aos alucinogéneos foi relegada para segundo plano. Isto não quis dizer o desaparecimento do seu consumo, antes pelo contrário, mas ele foi sendo, lentamente, associado a práticas de bruxaria ou a conotações satânicas⁶.

O advento de religiões monoteístas, como a cristã ou mesmo o islamismo, implicou sempre uma prescrição de substâncias proibidas e de outras substâncias toleradas. Escohotado (1996) chama a nossa atenção precisamente para esse facto. Mais tarde, a época das descobertas trouxe consigo, não só o contacto com outras civilizações e continentes, mas com outro sistema de usos de substâncias e até mesmo com substâncias inteiramente desconhecidas na Europa. No caso português, o contacto com o cânhamo indiano - sob a forma de um preparado denominado bangué - o ópio e o chá foram os casos mais evidentes.

Assim sendo, temos Afonso Albuquerque a sugerir a El Rei D. Manuel a plantação de ópio nos Açores. Garcia da Orta, médico judeu que teve de se refugiar na Índia Portuguesa, elogia as propriedades medicinais da

⁶ A desviância desde cedo foi associada à dicotomia bem/mal; bondade/pecado. Pfohl (1994) chama a atenção precisamente para a existência de um eixo moral em que os comportamentos desviantes podem ser classificados.

substância, nomeadamente no controle da desinteria e de fraquezas de estômago. Já o consumo do banguê desencadeou alguma reprovação moral, uma vez que lhe era atribuído, como efeito, uma certa desinibição sexual. Era, no entanto, comum o seu uso em diversas zonas do império português (Poiães, 1999). No caso espanhol, o contacto com o tabaco e com a folha de coca (Ormazábal, 1999; Arnal, 1997; Escotado, 1992) causou um impacto de estranheza e até de repulsa - ligar a pasta de coca a uma prática anticristã foi um dos exemplos desse choque de culturas.

As diversas substâncias que aqui referimos foram descontextualizadas culturalmente com a travessia dos oceanos. Uma vez que os códigos religiosos e sociais que as enquadravam nas culturas de origem não eram sequer conhecidos por aqueles que agora os consumiam. Na Europa, o uso de tabaco, haxixe ou ópio passou a um consumo instrumental e quotidiano. O chá constituiu-se como uma excepção em círculos privilegiados e é sabido que a cerimónia da sua ingestão colectiva e convivial foi adoptada pela corte portuguesa e exportada depois para a corte inglesa pela rainha Dona Catarina de Bragança, onde ainda hoje é observada. De qualquer modo, a descontextualização abriu portas a uma dimensão hedonista e de fruição dos consumos.

No que respeita aos alucinogéneos mantiveram a sua associação a práticas várias de bruxaria como já referimos e isto durante séculos. Baudelaire, na sua obra poética *Flores do Mal*, apresentou-se, de alguma maneira, como um eco dessa tradição. Camporesi (1996) refere-se ao uso do cânhamo como uma prática comum na sociedade agrária italiana do século XVIII. Na época renascentista, alguns vultos literários, como Montaigne, voltam a conceptualizar as drogas ao velho modo greco-romano: a noção de *pharmakon* desloca as propriedades morais da substância para o indivíduo que a consome: não há más ou boas substâncias, somente bons e maus usos (Escotado, 1996). Também Paracelso, famoso médico renascentista, defendia uma máxima semelhante: *sola dosis facit venenum*.

Em suma: desde tempos remotos que o uso de substâncias psicoactivas foi corrente enquanto prática codificada culturalmente e religiosamente. A expansão da civilização ocidental pelo mundo permitiu o contacto e a

importação de outras farmacopeias. Sendo o uso dessas novas substâncias desenquadrado culturalmente no velho continente e provocando ainda as primeiras reacções de alarme social (expelir fumo de tabaco pela boca possuía evidentes evocações demoníacas)⁷.

De qualquer modo, a generalização do uso hedónico das substâncias foi acontecendo ao longo dos séculos que se lhe seguiram. Paralelamente, a valorização social de estados de consciência alterados foi desaparecendo. Chegamos, assim, a um crucial ponto de viragem que começa no século XVIII e que se estende até ao século XX.

⁷ A nova droga, neste caso o tabaco, foi prontamente associada a uma certa reacção tipo que acontecia face aos consumidores de alucinogéneos – isto é práticas de bruxaria com conotações satânicas (Escohotado, 1996).

2. Mercantilização e descoberta química

Gamella (2001) situa no século XVIII a progressiva massificação das culturas e do comércio de substâncias psicoactivas - incluindo nelas o álcool. É curioso observar que foi nesse século que se criou a primeira região demarcada de produção de vinho - a do vinho do Porto, no Douro, por decisão do Marquês de Pombal. A generalização do comércio do tabaco e do ópio vai sendo alcançada, mediante a sistematização progressiva das actividades produtivas e de distribuição dos produtos. A leitura de De Quincey e de Baudelaire surpreende, na Inglaterra e na sociedade parisiense oitocentista, uma vulgaridade do comércio de substâncias como o ópio e o haxixe que, à partida poderia parecer insuspeita.

O império britânico incentivou o cultivo de ópio na sua colónia da Índia durante todo o século XIX. Também Portugal, principalmente através de Macau, se envolveu nesse lucrativo comércio de exportação, onde a China se constituía como o principal mercado comprador, a ponto de o governo de Lisboa se recusar aderir às resoluções das primeiras conferências proibicionistas (Poiares, 1999).

A exportação britânica logrou provocar, inclusive, o desequilíbrio da balança comercial chinesa. Tal prejuízo pode compreender-se atendendo à generalização do consumo de ópio em cachimbo que multiplicou o número de indivíduos com grandes consumos. Este crescimento da população opiómana cresceu levou a que o governo de Pequim, preocupado com a situação, proibir a sua importação, decisão que desencadeou as chamadas guerras do ópio (sobre o assunto consulte-se González *et al*, 1989). Sem fazer uma exposição demorada sobre esses episódios históricos, queremos contudo realçar que à tentativa de equilíbrio comercial chinês, responderam os ingleses militarmente, a ponto de imporem novamente o comércio de ópio e adquirirem ainda outras benesses pela força das armas. Eis que uma substância se instala como instrumento de dominação geopolítica. É certamente devido a esta nova relação de forças que se pode compreender a consequente aproximação diplomática entre Pequim e Washington. Aos americanos do início do século XX, força crescente no mundo e particularmente no Pacífico, interessava

enfraquecer o predomínio inglês. Assim proibição gradual do comércio de estupefacientes, entretanto verificada, e especialmente o ópio, numa série de conferências internacionais, entre as quais a de Xangai (1909) e a de Genebra (1931), ilustram essa modificação de forças a nível mundial.

Não nos podemos esquecer da vertente de política interna, na explicação da apetência dos EUA para a proibição do consumo de substâncias. Becker (1963) estudou o processo sócio-político que resultou na proibição do haxixe - o célebre *Marijuana Tax Act* de 1937. Reacções xenófobas, ou mais genericamente, de alarme social aconteceram na proibição de diversas substâncias:

- proibição do álcool, a famosa lei seca, em reacção à comunidade imigrante irlandesa;
- proibição do haxixe em reacção à comunidade imigrante mexicana;
- proibição do ópio em reacção à comunidade imigrante chinesa.

A mercantilização das substâncias, a sua comercialização à escala mundial descontextualizou, uma vez mais, os consumos dos seus enquadramentos sócio-culturais de origem, erigindo, simultaneamente, muitas dessas substâncias como armas geopolíticas - Ormazábal (1999), considera a guerra das drogas como modo de pressão americana aos países sul americanos.

Semelhantes movimentos de massificação foram observados com outras substâncias. Os espanhóis, já no século XVI, usaram a folha de coca como um estimulante da força de trabalho, numa decisão que é de alguma forma estranhamente precursora (Ormazábal, 1999). Actualmente, a venda de anfetaminas e de benzodiazepinas assume contornos semelhantes, a uma escala quase mundial.

Entretanto, a descoberta dos princípios químicos de substâncias já conhecidas induz a usos experimentais e, sobretudo, a novos padrões de consumo (é no século XIX que surge a primeira população de toxicodependentes na Europa – no caso, morfinómanos). Em 1859 descobriu-se o princípio activo da cocaína e, no início do século XX, a Bayer enceta a

comercialização da heroína⁸. Os usos experimentais, então efectuados, tiveram ecos literários com grande projecção na época. As imagens sociais assim amplificadas foram criando, também elas, categorias que permitiram uma distinção das embriaguezes. Vigarello (1991) sublinha o facto de ser só nesta altura que se começam a distinguir, na forma escrita, os diversos efeitos. Anteriormente, vários viajantes que entraram em contacto com o ópio ou o cânhamo exprimem os efeitos que sentiram em função da droga mais próxima culturalmente: o álcool.

Apesar do uso do ópio, do haxixe, do éter (Escohotado, 1990, refere na Irlanda da primeira metade do século XIX uma vaga de eterómanos) ou ainda do clorofórmio, a primeira população dependente na Europa irá emergir das guerras franco prussianas da segunda metade de oitocentos. Os serviços assistenciais aos feridos de guerra, ainda em génese, usaram morfina nesse conflito. Esta nova substância, um opiáceo, induziu dependência física a um sem número de combatentes.

Por outro lado, inovações tecnológicas no modo de ingestão das substâncias vieram também alterar a relação com as drogas. A invenção da injeção hipodérmica permitiu a passagem a formas mais eficazes de ingestão, dando ensejo à emergência de um novo tipo de consumidores bem como formas mais severas de dependência. Inicialmente, a injeção possuía um prestígio social associado ao saber médico (conhecemos relatos de injeções administradas em festas de alta sociedade, Escohotado, 1992). Só mais tarde, a imagem do uso lúdico ou auto-medicamentoso da agulha se começou a desvanecer.

No caso da cocaína, uma sequencialização semelhante ao ópio se observou: mercantilização da pasta de coca, descoberta do seu princípio activo, manipulação química e comercialização. A crer em Ormazábal (1999) e outros autores, também esta substância se constituiu como instrumento geopolítico no complexo jogo de influências sul-americano⁹.

É igualmente interessante reflectir no modo como esta longa história de comercializações e manuseamento químico influenciou as propostas de

⁸ Seguindo Escohotado (1994) eis uma sucinta listagem das descobertas do princípios químicos: morfina, 1806; codeína, 1832; heroína, 1883; mescalina, 1896; cocaína, 1860; cafeína, 1860; entre outros.

⁹ Consulte-se também Labrousse (1991) um autor que ao longo de anos tem vindo a investigar as relações que o tráfico internacional de drogas mantém com diversas esferas.

classificação das drogas e dos seus efeitos, propostas ao longo do século XX. O exemplo mais marcante é o caso do agrupamento da cocaína e do ópio no grupo dos *inebriantia* na tipologia clássica de Lewin (1928). A prescrição de cocaína como substituto da morfina foi comum e o caso mais famoso é o de Freud que escreveu, inclusive, um livro sobre a cocaína onde reflecte sobre as propriedades dessa substância (Escohotado, 1992). Só mais tarde, é que se viria a reconhecer à cocaína as suas propriedades estimulantes, no lugar das depressoras – são elas que determinam a sua classificação psicofarmacológica actual¹⁰.

A verdade é que a classificação das drogas está profundamente imbuída do uso que delas se faz. Há substâncias domesticadas e substâncias cujo modo de ingestão e o modo de comercialização são profundamente disruptivos. No primeiro caso, englobamos o café, o chá e, de certo modo, também a nicotina. Nestes exemplos, as substâncias são ingeridas de um modo que é menos agressivo para o organismo e em soluções cujos princípios activos se encontram em baixas concentrações. Nos exemplos disruptivos, listamos a heroína e a cocaína, consumidas em doses mais concentradas e de maneiras mais agressivas, que incluem a injeção, praticada frequentemente em condições insalubres.

A dificuldade no agrupamento tipológico das substâncias psicoactivas nasce do facto de compararmos o que consideramos medicamentos com alimentos ou com drogas ilegais - uma miríade de relações diversas. Simultaneamente, deparamo-nos com substâncias manuseadas quimicamente, algumas delas já sintéticas, com substâncias naturais. As formas de ingestão são também as mais variadas e contribuem para o aumento das dificuldades¹¹.

- A perda do saber das ervas –

Inicialmente, o conhecimento das ervas psicoactivas e o seu uso era mais próximo das populações do que é observado actualmente... Aliás, é a

¹⁰ Grosso modo as substâncias podem ser classificadas em: psicolépticas ou depressoras; psicoanalépticas ou estimulantes; psicodislépticas ou perturbadoras do SNC (Patrício, 1991).

¹¹ Escohotado, nos diversos trabalhos que citámos chama atenção precisamente para essas comparações falaciosas de efeitos.

própria relação médico doente que tem vindo a alterar-se progressivamente. Em oitocentos, as prescrições eram ainda discutidas entre a família e o especialista. Romaní & Comelles (1991) quando referem o conceito de remédio e medicamento, consideram que o primeiro emerge dos saberes familiares e populares, enquanto que o segundo resulta já da investigação medicinal. Paulatinamente, o medicamento ganha preponderância, a farmácia substitui-se progressivamente aos saberes tradicionais.

A figura do farmacêutico viria a adquirir, aliás, uma proeminência cultural, catalisando em seu redor os meios intelectuais importantes da zona. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o advento das indústrias farmacêuticas despoja o próprio técnico da sua tarefa de preparar o medicamento. O poder da produção dos fármacos torna-se cada vez mais distante e impessoal.

Porém, a ilusão de que estes movimentos de controle social e médico-sanitário podem regulamentar o fenómeno do uso auto-medicamentoso das substâncias não só é perigosa e contraproducente como irrealista - apenas tem o dom de alimentar o problema, complexificando-o (Castel & Coppel, 1991; González *et al* 1989 e também Young, 1971).

Progressivamente, o refinamento do controle social foi capaz de mobilizar recursos destinados à vigilância dos estados de consciência do indivíduo. Os momentos de despojamento de saberes farmacológicos, acabados de referir, reiteram momentos de exclusão que tornam o fenómeno das drogas subitamente estranho ao todo social (Fernandes, 1998), ao mesmo tempo que induzem fortes pressões sobre esse sistema de controle. Os fenómenos da auto-medicação e abuso de fármacos legais continuam de uma forma mais invisível a ocorrer.

Ficamos, por ora, com a ideia de que o consumidor de drogas é progressivamente despojado da sua familiaridade com as substâncias, entranhando-se surpreendentemente no cerne da questão do individualismo contemporâneo, como Fatela (1991, p. 52) refere:

“La toxicodépendance peut être interprétée anthropologiquement comme une tentative de résolution des tensions et des paradoxes liés à l’exercice de la liberté moderne, en tant que source à la fois de

création et d'aliénation pour l'individu."

Até este momento do texto, definimos uma visão histórica sobre o uso de psicotrópicos. Tal intuito, forneceu-nos o enquadramento sócio-cultural a partir do qual o consumo de drogas vai estabelecer-se nos séculos XIX e XX. É a essa dimensão individual que dedicaremos a nossa atenção. Além de uma visão geral do individualismo moderno ou pós-moderno, como alguns autores defendem, debruçar-nos-emos sobre os experimentadores dessas novas substâncias e sobre os legados que nos deixaram, reflectindo sobre as suas vivências e sobre os efeitos experimentados. Foram eles que principiaram por construir as chaves culturais que permitiram destrinçar as várias embriaguezes.

3. Primeira vaga literária: a construção de imagens

No ocidente, temos vindo a assistir a um movimento de individualização progressiva que tem as suas raízes no final da idade média. Este fenómeno prolonga-se pelo presente, sendo que uma parte da discussão actual é dedicada a saber se o que vivemos está em continuidade histórica ou traduz um salto qualitativo em relação à modernidade, brindando-nos com uma nova forma de organização sócio-psicológica, por assim dizer.

Na literatura, os reflexos deste movimento remontam ao século XVI, quando Montaigne inaugura um novo género literário, o ensaio, imbuído da subjectividade inerente ao individualismo. Tal permitiu ao homem, pela primeira vez, realizar uma espécie de auto-retrato literário (Boornstein 1993). Sem querer fazer uma reflexão histórica sobre este processo (remetemos o leitor interessado para p. e. Touraine, 1992) chamaremos a atenção para algumas das formas contemporâneas de se viver a subjectividade.

O sujeito actual cria-se a partir de algo inerente à própria humanidade, através de um esforço de criação sobre si mesmo. Por outras palavras: a individualização não é um dado *a priori* mas antes um processo contínuo de produção de si, de crescimento individual. Simultaneamente, é à vivência do eu que se imputa o fundamento dos valores (Touraine 1992; Lipovetsky, 1989).

Vivemos hoje uma época de personalização, da fundação do individualismo como uma ideologia (Ricoeur, 1987); os valores hedónicos são aceites, cultivados, tornando-se de algum modo expressão de controle social - daí Khosrokhonar & Touraine (2001) apresentarem o indivíduo consumidor, no sentido lato, como um signo de uma dominação social¹². Este movimento de individualização é também uma luta contra a destruição do sujeito (tema central em Wvierkova *cit. in* Khosrokhonar & Touraine, 2001). Lipovetsky (1989), por seu turno, fala igualmente em desestabilização das identidades sociais e da própria personalidade. Tornar-se agente de si mesmo deve acontecer apesar de todos os obstáculos e nunca é uma meta alcançada.

¹² Do mesmo modo, como poderia parecer natural a um escravo, a ordem social em que estava imbuído; actualmente somos acríticos à forma como vivemos a nossa subjectividade.

É esta díade de construção/destruição de si, que está presente nos consumos de drogas desde o século XIX. Fatela (1991) refere precisamente a relação entre toxicodependência e o cerne da sociedade democrática: a contradição estrutural entre o laço social e a liberdade de cada um.

Liberdade, enquadramento social; consciência de si *versus* alienação eis as questões que muitos dos experimentadores que passaremos em revista nos põem com extrema acuidade. A dimensão autobiográfica de muitos desses escritos só foi possível numa cultura ou sociedade em que o movimento de individualização é já existente. O outro, que é diferente de mim, é uma história diversa: por isso, a sua subjectividade pode ser matéria de interesse de todos.

A curiosidade pelo outro soma-se aqui ao interesse pelo produto estranho, de algum modo alienígena à nossa cultura, que o consumo de drogas passou a simbolizar. As experiências de consumo difundidas por De Quincey¹³, Baudelaire, ou Coleridge¹⁴ forneceram um primeiro enquadramento cultural que permitiu destrinçar os efeitos das substâncias. Contribuíram, igualmente, para tornar a experiência do consumo um lugar comum, uma vivência homogénea. Pachet (1991) situa estes experimentadores no quadro de uma sociedade onde a auto-medicação era uma prática comum.

A auto-medicação está bem presente no caso de De Quincey: o seu envolvimento com o ópio deveu-se a um problema gástrico que foi ultrapassado com o uso dessa substância. Não se esgotou, porém, nesta dimensão, já que o autor relata as suas vivências individuais, distingue o efeito do ópio em relação ao álcool. Mais: relaciona as agruras que viveu, as suas vivências da infância e adolescência com certos pesadelos vividos na altura da dependência – nomeadamente, um período de indigência que viveu em Londres.

Curiosa é também a distinção que faz entre uso e abuso da substância. Actualmente, a primeira experiência, por exemplo, com a heroína, é vista como um passo que leva ao início da dependência. Este autor, pelo contrário,

¹³ Este romance autobiográfico, tecido a propósito dos efeitos de substâncias, tornou-se quase um género literário.

¹⁴ Os textos de Coleridge são maioritariamente poéticos pelo que escapam ao âmbito da nossa análise – idêntica opção foi tomada relativamente a Fernando Pessoa ou Camilo Pessanha p. e.

refere um período de uso de ópio ao fim-de-semana e afirmando que só complicações de ordem física fizeram com que o uso rotineiro fosse observado - o período de abuso.

A obra, rica em dimensões autobiográficas, possui referências à auto-medicação e à gestão da substância. É constituída igualmente por uma dimensão fantástica de tormentos e horrores inomináveis que facilmente inspiraram interesse no público. Baudelaire chama a atenção para o facto de que esse sofrimento, combinado com a descrição da vida anterior do autor, teria o dom, certamente, de inspirar simpatia junto dos leitores.

O famoso episódio do aparecimento de um oriental que ingere uma quantidade irreal de ópio em casa de De Quincey, empresta à substância uma aura de mistério. Esta referência não é, de todo, despropositada, uma vez que o ópio era precisamente importado de regiões asiáticas e que na época (1830), a Inglaterra importava cerca de 20.000 libras ano do produto (Pachet, 1991).

A dimensão mediática da obra de De Quincey foi aproveitada em França por Baudelaire. O seu livro *Paraísos Artificiais* é constituído em parte por uma tradução reflexiva, perdoe-se-nos a expressão, da obra *Confissões de um Opiómano Inglês*. A ela soma-se a própria experiência do autor, já que Baudelaire integrou um grupo parisiense de consumidores de haxixe. Dele fez parte um grande número de intelectuais ligados à cultura francesa como Alexandre Dumas, Gérard de Nerval ou Alfred de Musset. Observamos neste contexto, um fenómeno idêntico ao que se iria passar com um sem número de substâncias desde então: o seu uso inicial ligado a camadas *up* da sociedade, é seguido de uma generalização do uso e da consequente perda do seu prestígio social.

A experiência de Baudelaire faz-se, então, com o haxixe, sublinhando a potência dos seus efeitos a curto prazo em relação ao ópio. A dimensão autobiográfica é menor do que em De Quincey; contudo, a vivência pessoal dos efeitos é descrita com pormenor, nomeadamente no que diz respeito à sua alteridade em relação a substâncias já conhecidas do leitor de então. O paroxismo dos efeitos é sublinhado: com o haxixe o génio aumenta, mas a vontade diminui. O consumidor vê-se perante a contradição de ser mais sagaz

e astuto, ao mesmo tempo que perde a capacidade de concretizar essas dádivas. Baudelaire contribui assim para a criação de imagens culturais que especificam a experiência do consumo da cannabis. A partir deste momento, a descrição dos efeitos das substâncias irá refinar-se (Vigarello, 1991). Vários outros escritores, coevos de De Quincey e Baudelaire, descrevem os efeitos de outras substâncias. São conhecidos os casos de Balzac com o café e, ainda, de Maupassant com inalantes (citado em Junger, 1977).

Gostaríamos de referir o conteúdo que em 1882 Maupassant escreveu um pequeno conto em que um grupo de pessoas se junta em torno de um médico que descreve os efeitos do éter distinguindo-os em relação aos do haxixe. A substância era inalada, sendo que esses efeitos são descritos em termos de um bem-estar corporal. Evoca também a imergência de um diálogo incompreensível de vozes, uma alegria de espírito: «une ivresse étrange venue de ce décluplement de mes facultés mentales».

O trabalho não é muito extenso mas inscreve-se neste tipo de interesse, uma vez que joga, precisamente, com a atracção que a descrição dos efeitos exerce sobre os quatro homens que escutam o médico e o que ele lhes responde quando solicitado a fornecer a substância: “vão envenenar-se por outros...”

E é esta a interrogação que fica a reverberar para os leitores, é a eles que Maupassant formula a interrogação com que finda o texto: e vocês, o que é que o coração vos diz? Entre a curiosidade de vivenciar os efeitos agradáveis e noção de que o consumo é um envenenamento, o que se deve escolher?

O interesse e o sucesso comercial dos relatos destas experiências pessoais foram grandes. O processo histórico de individualização fomentou a procura de histórias e narrativas de outras pessoas (Gonçalves, 2000) O desconhecimento generalizado da utilização de substâncias estranhas fornece um elemento adicional que é bem visível em De Quincey e Baudelaire.

Falemos um pouco de Balzac. A sua pequena obra, *Tratado dos excitantes modernos*, versa substâncias que nos são de algum modo mais familiares, como a aguardente inventada no reinado de D. Luís XIV; o açúcar;

o chá; o café e o tabaco. O autor fornece dados especialmente interessantes sobre o café, uma vez que teve um grande grau de envolvimento com essa substância.

“...escutai o evangelho da vigília e do trabalho intelectual...” (p. 30) - principiam assim os conselhos de Balzac sobre o modo de usar a cafeína que o autor utiliza, deliberadamente, em graduações cada vez mais fortes de café como método de rentabilização do seu trabalho, conseguindo escrever durante longos períodos (era nisto secundado por Rossini, que praticava a ingestão de café por períodos concentrados de tempo, de modo a compor as suas óperas).

Os limites do abuso são também delimitados e definidos - impossibilidade gástrica ou máxima dose. Uma vez aqui chegados, a continuação das tomas teria consequências contraproducentes que o autor apenas adivinha (“... a sábia natureza aconselhou-me a que me abstivesse...” - p. 35)¹⁵.

O uso desta substância é encarado, por Balzac, na sua dimensão mais instrumental - como meio estimular o seu trabalho. O seu modo de ingerir café, de modo a potenciar os seus efeitos, é arrasador e exponenciou o seu trabalho literário em termos de associação de ideias, aumento do raciocínio lógico e a evocação de recordações pessoais. A associação entre certas tomas e o possuir um espírito temerário é sublinhada. A auto-medicação e o relato da experiência dos efeitos estão, contudo tão bem documentadas como para o caso do haxixe ou do ópio. O café tornou-se entretanto uma droga domesticada e esta obra perdeu um pouco da sua aura.

Todos estes experimentadores, em conjunto, testemunham mudanças sociais de nomeada, especialmente no que diz respeito à emergência da autobiografia ou de, pelo menos, privilegiar dimensões autobiográficas como um tema digno de interesse. Por outro lado, e isto é sobretudo verdadeiro para De Quincey e Baudelaire, as reflexões sobre a experiência com o haxixe e o ópio balizaram culturalmente um quadro onde a vivência das drogas se iria

¹⁵ O tom fantástico enigmático e misterioso na escrita e na descrição de ambientes e de sensações, muito ao gosto da literatura da época, também é encontrado nas obras de De Quincey e Baudelaire. Balzac replica-o a propósito do café, o que deixa de soar um pouco estranho, uma vez que a substância faz parte integrante nosso quotidiano...

construir. Logo na origem, a díade alienação de si *versus* conhecimento de si estava presente.

4. Segunda vaga literária: entre a destruição e a descoberta de si

A tradição dos experimentadores não se ficou pelos nomes oitocentistas, antes pelo contrário: o século XX viria a assistir a uma nova vaga de escritores experimentadores. Aliás, desta vez, o movimento extravasou os limites da literatura para a própria ciência – Escohotado é um exemplo acabado do utilizador teórico das drogas. Tal multiplicidade advém, certamente, de uma generalização dos consumos e do aumento do número de substâncias disponíveis. Em meados do século, o problema do conhecimento versus alienação de si, inerente às tomas de substâncias, retoma novo fôlego nas obras de Huxley (1963) ou de Junger (1977).

O nosso país tem um testemunho curioso e trágico com Reinaldo Ferreira na sua obra *Memórias de um ex-morfinómano*. O autor, jornalista, o célebre Repórter X fez vários trabalhos sobre mundos marginalizados e pouco conhecidos do grande público da primeira metade do século XX. O seu contacto com a morfina dá-se no contexto desse interesse profissional. Ferreira envolve-se com a substância, a ponto de ficar dela dependente e ser submetido a internamento de desintoxicação.

O seu caso possui algumas semelhanças com o de um heroinómano de hoje: a relutância em abandonar a substância; a experiência de uma lassidão que desencoraja qualquer iniciativa; por fim, um certo triunfalismo num período de abstinência mais longa – em que o autor julga-se curado para sempre. Estava enganado, viria a falecer meses depois, na sequência de uma *overdose*.

As suas descrições do tratamento, bem como a relação que mantinha com as tomas são outros factores a ter em conta. A sua desintoxicação deu-se em regime de internamento com descontinuação progressiva das doses até à paragem. Ferreira descreve a ambivalência face à espera ansiosa dessas tomas diárias que cada vez o satisfazem menos – mas que são sempre desejadas¹⁶.

A obra de Ferreira, e o desenlace trágico do seu autor, são o testemunho

¹⁶ A prática é diametralmente oposta à de um internamento actual, onde a paragem é imediata, não se permitindo qualquer consumo adicional.

de uma destruição e alienação de si que seria recorrente de uma forma ou de outra em muitos outros casos. Burroughs, na sua obra *Junkie*, de 1953, evoca a imagem do consumidor perdido de si mesmo e desinserido socialmente, que se tornaria familiar numa certa franja de heroinómanos. O seu célebre romance *The Naked Lunch* de 1959 retrata precisamente a vivência de um consumidor de opiáceos. A edição portuguesa vem acompanhada de alguns textos de pendor autobiográfico em que se descrevem experiências que o autor teve com várias substâncias e variados tipos de tratamento a que se submeteu. É de sublinhar, igualmente, o relato da degradação a todos os níveis que Burroughs viveu: as horas passadas sem nada fazer, a espera da altura das tomas. A vivência do vício de opiáceos (*junk*: vício; *junkie*: consumidor) é já então descrita na sua forma extrema de alienação.

Especificando agora o que diz respeito aos alucinogéneos, as dimensões de descoberta de si foram defendidas por diversos autores, das mais variadas proveniências. Refira-se antes de tudo, o testemunho místico de Lilly (1998) ou do seu amigo Leary. Os autores parecem levar demasiado a sério as suas “viagens”¹⁷. Eles entraram em contacto com outras realidades que depois desejaram propagandear. Os seus livros são um pouco a difusão do saber adquirido nas suas viagens, marcadamente conotadas com certas ideologias dos *sixties*.

Huxley (1963), mais comedido, defende as potencialidades do *peyote*¹⁸ como instrumento de auto-conhecimento e de auto-reflexão. Para o autor, a mesalina possui inegáveis vantagens quando comparada com o álcool: não reduz a capacidade de pensar bem, aumentando a acuidade das percepções visuais. Também as consequências negativas são muito menores e mesmo incomparáveis às do álcool, quer em termos de comportamento, quer em termos de sequelas para o dia seguinte.

Por outro lado são curiosas as explorações feitas pelo autor das dimensões visuais obtidas sob o uso do mesal: apreciando demoradamente diversos quadros, alonga-se em considerações estéticas, numa boa parte do

¹⁷ Viagem aqui remete para a viagem psicadélica, de carácter alucinatório inerente aos efeitos das substâncias que a partir de agora nos debruçaremos.

¹⁸ A mesalina é o princípio activo do peyote ou botão de mesal – utilizamo-os aqui como sinónimos.

seu trabalho. Descreve algumas das suas viagens bem como o modo como elas o puderam modificar, referindo mesmo uma certa mudança existencial consequente a tais experiências.

A ideia de que a experiência de mescalina tem o dom de proporcionar sabedoria e sapiência (no sentido de se aprender a viver melhor) é assaz interessante. Certas subculturas da droga vão replicar esta ideia no seio das suas ideologias. Willis (1983) fala mesmo na “revelação da pedra” (haxixe) no seio das subculturas juvenis britânicas do pós-segunda guerra mundial. O testemunho de Huxley não foi pacífico e, mesmo nessa altura, diversos experimentadores puseram em causa as suas afirmações, adoptando posturas mais reservadas. No entanto, a mensagem de que a sociedade ocidental desvaloriza estados de consciência alterados ou a defesa que faz de um certo individualismo ético permanecem actuais e dignos de reflexão.

O uso de alucinogéneos, como de outras drogas, não implica já vivências colectivas ou a participação numa história imemorial: trata-se, somente, de aventuras internas do sujeito, por intermédio das quais este pode crescer ou conhecer as agruras do esquecimento e da desgovernação do destino. Uma certa linha de experimentadores mais contemporâneos descreve as suas vivências em termos de descoberta de si, mas somando-lhe um carácter político de crítica e contestação ao *status quo*.

Junger (1977) tem posições mais moderadas, isto apesar da sua vertente de experimentador não ser despicienda. Ao longo do seu livro *Drogas, embriaguez e outros temas*, as vertentes autobiográficas estão presentes, simultaneamente com reflexões filosóficas admiráveis. Perdeu-se de algum modo, a vontade de defender a excelência da substância ou de realçar a esfera trágica que o seu consumo acarreta – a abordagem é mais desencantada. Consideremos este excerto:

“A ascese pode ser benéfica e a embriaguez também. Como já dissemos, uma e outra mais não são do que veículos. Quanto a saber, exactamente, quando uma e outra é boa - é o que não está ao alcance de todos” (p.56).

Podemos notar que Junger apresenta-nos aqui uma renovada versão de

pharmakon ao conceber os estados de consciência enquanto instrumentos existenciais. Está tudo na mão do homem: é ele que faz o uso. Daqui conseguimos compreender a tentativa do autor para obter a descrição pura das suas experiências com diversas substâncias: tais descrições surgem-nos despojadas de condenações morais, pelo contrário, procuram o em si da experiência – uma acção impessoal de cada droga, por assim dizer.

Por último, queremos registar o caso de Escotado (1992) que, em nosso entender, escolheu um título muito feliz para uma das suas obras *Una fenomenologia de las drogas*. Ainda aqui, as vertentes autobiográficas e experienciais estão presentes, embora sejam muito apoiadas por considerações científicas. O autor vê-se forçado a desmontar uma série de crenças do senso comum que se vieram a infiltrar no modo como encaramos certas substâncias.

Em Escotado reconhecemos uma necessidade que se vinha esboçando em experimentadores que o antecederam, ou seja a premência da realização de um discurso não moral sobre as substâncias¹⁹. Assim, a realização de um exercício fenomenológico permitiria voltar a encarar com inocência a acção das substâncias - só a partir daí seria possível voltar a escrever sobre elas. A máxima de Paracelso é de novo actualizada enquanto defesa contra um aparelho ideológico que tanto diaboliza certas substâncias, como domestica outras, as considera alimentos, ou ainda as vê como medicamentos.

É nesta perplexidade e contradição que o fenómeno das drogas e sua classificação continua a persistir hoje em dia.

¹⁹ Estamos-nos a referir ao propósito de que Escotado se reclama: saber se alcançou ou não os objectivos, eis o início de uma discussão mais prolongada.

5. No terreno: a construção de uma maldição

Analisámos anteriormente a função do uso de substâncias ao longo dos tempos, detivemo-nos também sobre a experiência de certas figuras literárias. Façamos agora um percurso diferente, tendo em conta o tipo de disseminação que o consumo das drogas mais visíveis teve, nas sociedades ocidentais, e a reacção de alarme que desencadeou a sua disseminação. Os pânicos morais (S. Cohen, 1994; 1988) assim desencadeados traduziram-se na repressão, quer da comercialização das substâncias, quer dos consumidores mais vulneráveis no todo social. Tal ambiente de alarme social teve por dom o instalar mecanismos de amplificação da desviância – conceito este aplicado à área das toxicodependências por Young (1971)²⁰ que associa os actos de consumo a situações de dilema moral que noutra capítulo exploraremos.

De facto, a comercialização das drogas ilegais acabou por se fixar em espaços urbanos desprivilegiados, contribuindo para a degradação da sua imagem social (Fernandes, 1997). Paralelamente, um sem número de autores críticos tem vindo a desmontar esta situação, onde o único actor social que parece em desacordo com o estado das coisas é o próprio toxicodependente (Brochu & Chayer, 1997; Baratta, 1990; Kaminsky, 1990; Bertrand, 1986). Espinosa (1989), por seu turno, reactualizando o conceito de delito sem vítima, põe em causa a razão de ser da criminalização dos consumidores²¹.

Propomo-nos, mais uma vez, uma tarefa histórica, tendo agora em conta a evolução das mais visíveis comunidades de consumidores. Interessa-nos conhecer a emergência do consumo de drogas como estigma (noção de Goffman, 1963) e avaliar o que essa carga moral negativa, associada ao consumo, pode implicar nos indivíduos utilizadores dessas substâncias.

Uma visão histórica interessante pode ser obtida em Preble & Casey (1969). Estes autores, entre outros aspectos, lançaram um olhar longitudinal sobre os consumos de heroína na cidade de Nova Iorque (sobre o assunto

²⁰ Fernandes (2003) defende que a repressão produziria uma espécie de selecção natural dos desviantes mais aptos a delinquir e em escapar à polícia – tendo, por isso, efeitos contraproducentes a médio prazo.

²¹ Veja-se também Schur (1974).

pode-se consultar uma síntese que fizemos do tema Tinoco, 1999). Se, inicialmente, o consumo era reduzido, após a II guerra mundial observou-se um alastramento da utilização da substância, entre comunidades de imigrantes como porto-riquenhos, irlandeses, italianos e também a afro-americanos: a substância era barata e o seu consumo, mesmo em regime de dependência, não trazia grandes modificações à vida dos seus utilizadores. Mais tarde, por motivos de vária ordem, a regularidade do abastecimento do produto passa a ser imprevisível: mas os traficantes descobriram uma população disposta a comprar o produto por preços superiores e a aceitar consumir versões adulteradas das substâncias. Consequentemente, a comunidade de consumidores principiou a degradar-se, a ter problemas de inadaptação evidentes. O fenómeno da desviância secundária começou, então, a observar-se.

A desviância secundária, conceito de Lemert (1951), consiste precisamente na parte de transgressão que é induzida pela sociedade. Ao proibir-se determinada conduta, os indivíduos que a cometem passarão a ter de se confrontar com mais obstáculos. As dificuldades e isolamento social consequentes facilitarão a internalização de identidades transgressivas (consulte-se também Lemert, 1964)²².

Em Portugal e em Espanha sucedeu um percurso semelhante ao novaiorquino – algumas décadas mais tarde. O facto dos dois países ibéricos estarem submetidos a ditaduras que, de algum modo, os afastavam económica e culturalmente do seu contexto europeu e ocidental, contribuiu certamente para essa decalage.

Em Espanha, o fenómeno do uso de substâncias ilegais em comunidades definidas e visíveis no todo social começou com o haxixe, nas décadas de 60 e 70 do passado século, em soldados que serviram em África (nomeadamente em Ceuta e Sara Ocidental), continuou com a heroína e a cocaína, que se foram fixando em zonas marginais das cidades como contexto privilegiado da sua comercialização e do consumo (Romaní, 1991). Contudo, nas décadas de oitenta e noventa irá acontecer uma modificação notória dos actores desses submundos da droga, de que no próximo capítulo

²² A indução de metadona e a melhoria súbita do consumidor pode ser interpretada à luz deste conceito.

faremos notícia.

No caso de Portugal o início das actividades dos consumos deu-se em grupos políticos de oposição ao regime, mas também em subculturas que se formaram em contextos sócio-económicos mais favoráveis, mas onde existiam também situações de exclusão social, e onde se formou uma ideologia de contra cultura não desprezível – foi assim no caso inglês analisado por Willis e também no caso português consulte-se Agra & Fernandes (1993); Fernandes & Agra (1991).

Ribeiro (1999) refere que em Portugal, os primeiros consumos ocorreram em elites culturais e só depois o seu uso foi alastrando para outras franjas sociais. Fernandes (1997) estudou vertentes ecológicas e espaciais das margens da cidade do Porto onde a comercialização de produtos psicotrópicos se acabou por fixar.

No nosso país, a erosão da dimensão contracultural das comunidades de consumidores também foi observada. Gradualmente, as actividades em torno dos consumos foram sendo reduzidas a dimensões utilitárias: não se consome hoje para se exprimir uma oposição ou para se descobrir outro através da substância, usa-se a substância porque aconteceu, por fatalismo, porque uma oportunidade se proporcionou na rede informal do sujeito (note-se que o que dizemos limita-se às comunidades de consumidores mais visíveis socialmente e que tivemos oportunidade de estudar).

No caso da heroína, a dimensão do *flash* como uma parte dos efeitos da substância foi-se, lentamente, perdendo. Solal (1991) surpreende-se com a ausência desta dimensão na maior parte dos consumidores contemporâneos. A partir de um certo momento, a vertente mais realçada na vivência dos consumos é a do sofrimento e da dor. Esta mudança, embora corresponda a um endurecimento das condições de vida de muitos consumidores, corresponde igualmente a uma mudança na imagem social da substância. Já que, as drogas em geral, e a heroína em particular, instituíram-se como estigma. Este conceito foi proposto por Goffman, em 1963, referindo-se a uma qualquer atribuição social portadora de desprestígio para o indivíduo que a tem (que pode estar associada a dimensões puramente sociais ou a deficiências físicas que repercutiriam na vida social dos sujeitos). A situação

implica uma série de constrangimentos nas próprias relações interpessoais e, acima de tudo, na percepção que o indivíduo tem de si mesmo.

A heroína é definitivamente, nos dias de hoje, um estigma. É um estigma que provoca reacções negativas nos outros quando é revelado o consumo e implica que o heroinómano faça uma gestão cuidadosa do segredo. O consumidor vê-se perante a disjuntiva de redes de suporte social desviantes *versus* normativas – o que não acontece, por exemplo, com o alcoólico ou o fumador compulsivo de tabaco.

Por outro lado, qualquer indivíduo que encete um consumo continuado deste opiáceo vê-se perante um dilema moral: conhece, em algum grau, a condenação social que envolve a substância; terá, assim, de construir alguma racionalização ou conjunto de racionalizações que justifiquem os seus actos (é este o cerne das técnicas de neutralização de Sykes & Matza propostas em 1957).

Compreendemos agora o modo como o uso de psicoactivos ilegais se pode inscrever na história do indivíduo. A emergência de comunidades de consumidores mais ou menos estáveis possibilitou a estruturação de uma ideologia das drogas que, de algum modo, homogeneíza essa inscrição.

Existem possibilidades estruturadas de alienação do sujeito: “a ressaca obrigou-me a fazer isso” (chantagear a mãe); “tomei drunfos e os drunfos dão para roubar”. Será a partir desta ideologia que muitos consumidores tentam recriar a sua margem de manobra, construindo mecanismos que protegem a sua auto imagem: “trafico mas só vendo a quem quer”; “arrumo carros mas pelo menos não tiro nada a ninguém”.

6. Algumas considerações finais

Esquemáticamente, gostaríamos de retomar algumas linhas de força focadas ao longo deste capítulo. Soubemos que o uso de substâncias perturbadoras dos sentidos é uma constante antropológica, bem como os usos de drogas foram, primeiramente, enquadrados por funções religiosas e cerimoniais. Finalmente, detectámos que, a partir dos finais do século XVIII, quatro grandes mudanças se registam: o início da comercialização a grande escala de alguns produtos psicoactivos; a descoberta dos princípios químicos de algumas substâncias e a consequente criação de produtos mais potentes; a criação de uma visão subjectivada dos efeitos das drogas, de que os testemunhos literários que passámos em revista nos dão conta; por último, a emergência de comunidades de consumidores visíveis socialmente pela sua degradação psicossocial, o que inaugura uma vivência catastrófica das drogas, ofuscando outras dimensões que necessariamente continuarão a existir.

Estas grandes mudanças, acontecidas ao longo de quase três séculos, tiveram algumas consequências que importa sublinhar e que servirão de tópicos para estas últimas considerações:

- sustenta-se a existência de uma mudança radical na definição do senso comum do conceito de drogas, que passa a ser conotado com as substâncias ilegais (ponto 6.1);
- evidencia-se a criação estruturada de um mercado de comercialização de drogas que só muito recentemente certos programas de redução de riscos começam a equacionar nas suas intervenções (ponto 6.2);
- surge a sobrevalorização de um modo catastrófico e trágico de vivenciar a experiência das drogas, especialmente no que diz respeito à heroína e à cocaína (ponto 6.3).

6.1 – Droga e substâncias ilegais

Já demos conta de uma definição abrangente do conceito de drogas, bem como de um sem número de autores que tem reflectido em torno do assunto. Laurie (s/d), por exemplo, estende o conceito de dependência para além da vertente farmacológica: os indivíduos tornam-se também dependentes de experiências (e de um estilo de vida acrescentamos nós). Baratta (1990) tem dificuldades em distinguir os efeitos das drogas da marginalidade e da estigmatização que produzem de per si as suas próprias consequências.

O proibicionismo é, com efeito, um dos principais factores que contribuem e é expressão, simultaneamente, da redução conceptual sobre o que é considerado droga. Debuyst (1995) chama mesmo atenção para um mecanismo de coisificação de tais crenças: um comportamento problemático, identificado como tal, tende a tornar-se substancialmente um acto culpável e digno de intervenção do sistema jurídico-penal. Bertrand (1986) identifica mesmo grupos e *lobbys* sociais que resistem à mudança deste consenso proibicionista, signo de uma reacção de alarmismo e aponta: a polícia, a indústria farmacêutica, as destilarias, as companhias de tabaco, mas também as associações de pais, psicólogos e magistrados que lidam directamente com os jovens.

Outro autor, Kaminski (1990) interpreta lapidariamente a contradição e os efeitos perniciosos do discurso alarmista:

“... les consommateurs de drogues sont des gens qui consomment des drogues. Les toxicomanes en son une réinterprétation dans un champ purement répressif...” (p.179).

6.2 - O mercado psicotrópico

Vários investigadores têm chamado a atenção para o facto do proibicionismo actual funcionar como uma espécie de mercado, em que o produto é valorizado artificialmente através da repressão do Estado (Ormazábal, 1999). Brochu & Chayer (1997) reforçam a ideia dessa valorização com o facto da repressão artificial não conseguir interferir significativamente no comércio dessas substâncias proibidas.

Ao longo do tempo, o mercado paralelo das drogas tem vindo a estruturar-se e a profissionalizar-se. Romaní (1991) refere um tráfico amador e irregular na época em que o haxixe era o principal produto de comércio e assinala que introdução da heroína foi acompanhada por uma maior profissionalização das actividades. A partir de então, assistimos a um comportamento inteligente do mercado que realiza cortes estratégicos do fornecimento de uma dada substância de modo a estimular a procura, e a introduzir novos produtos como a heroína e a cocaína²³. Adler (1993) p. e. fez um estudo etnográfico do submundo de traficantes de alto nível dos EUA, desvelando um mundo altamente estruturado e eficaz nas suas actividades.

Actualmente, a introdução de drogas sintéticas, nomeadamente o *ecstasy*, marca uma viragem importante no mercado das drogas ilícitas e opera-se uma mudança no tipo de comercialização dos produtos: a venda é feita em discotecas, ligadas às subculturas juvenis. A população alvo generaliza-se rapidamente²⁴.

A análise deste novo tipo de comercialização instaurada ultrapassa o âmbito deste trabalho. Sublinhemos, apenas, que considerações sobre o mercado de vendas são imprescindíveis ao nível de uma intervenção comunitária e de redução de riscos. Veja-se como a política holandesa de maior, permissividade em relação ao haxixe visa, precisamente, afastar o mercado de venda de haxixe do mercado de venda de produtos como a heroína e a cocaína.

²³ Diversos entrevistados na nossa investigação que, a seu tempo apresentaremos, referem idênticos fenómenos em Portugal.

²⁴ Sobre este tipo de mercado de drogas consulte-se Gamella (2001) e Viana (2002).

6.3 - Inscrições nas histórias individuais

Já sublinhámos como as drogas ilegais e especialmente a heroína e a cocaína se transformaram em estigmas, em algo que pode destruir a capacidade auto-reguladora do sujeito. O consumidor vê-se em prisioneiro dos seus actos: são eles que o podem conduzir a um ciclo infernal e automático de degradações sucessivas. No entanto, sabemos que não é forçoso que tal aconteça assinaçese os casos de paragens e desintoxicações espontâneas registadas nos trabalhos de Artiaga & Romaní (1985) ou de Zinberg (1984). A imagem mediática e do senso comum classifica o consumo como perigoso porque desregulado, sem rituais colectivos e alienante; que simultaneamente, é visto como um fascínio pois codifica um modo de vida alternativo (Castel & Coppel, 1991).

Assim muitos consumidores acabam por utilizar essa dupla vertente de perigo e fascínio com fins instrumentais – essas imagens podem acabar por desculpabilizá-lo dos seus comportamentos de outro modo inaceitáveis. Brochu (1994) num artigo com um título esclarecedor – *Ivresse et violence: désinhibition ou excuse?* – põe em relevo essa maior permissividade que acontece, frequentemente, face a um consumidor. Segundo este autor, existe uma complexa interacção entre o efeito fisiológico das drogas, a interpretação cognitiva induzida pela intoxicação e as tendências naturais do sujeito (ou os seus traços de personalidade).

Ser-se toxicodependente é aderir a uma série de condutas estigmatizadas. O sujeito instala-se numa deriva existencial em que, muitas vezes, a responsabilidade dos seus comportamentos é atribuída a algo exterior. Eis-nos perante a contradição estrutural com a qual o consumidor lida: pratica o acto de consumo, sabendo que esse acto é considerado errado, pelo menos a longo prazo. Acabámos de conhecer o percurso sócio-cultural que criou essa contradição; vamos agora, no capítulo II, conhecer as metodologias e as teorias que enquadram as investigações sobre as histórias de vida e reflectem, numa perspectiva mais próxima, sobre esses problemas.

CAPÍTULO II

O PERCURSO EXISTENCIAL COMO OBJECTO DE ESTUDO

“A man’s life is to him the most obvious and overwhelming of all realities”

Daly cit in K. Plummer, 1983

CAPÍTULO II - O percurso existencial como objecto de estudo

Durante o século XX e em diversas ciências sociais, emergiu um movimento comum de descoberta das trajectórias individuais como objecto de estudo. Agra (1996; 1995) denomina este movimento de emergência do olhar processual como área de investigação. O modo como o desenvolvimento de determinada conduta foi evoluindo ou determinado estado patológico foi alcançado passou a interesse científico digno de investimento. A fase pré-paradigmática (Kuhn, 1983), em que as ciências sociais e humanas estão mergulhadas explica a diversidade de teorias e explicações levantadas a propósito do desenvolvimento das condutas e das atitudes da visão médica à psicopatológica ou à behaviorista, entre muitas outras²⁵.

A nós, interessa-nos explorar as teorias que permitem estudar a história dos sujeitos a partir de uma relação fenomenológica e de paridade epistemológica com o objecto de estudo, tal como a defende Blumer (1982). Faremos aqui um traçado panorâmico sobre a afirmação da corrente teórico-metodológica designada, genericamente, por histórias de vida. As autobiografias dos indivíduos são sínteses psico-sociais de significado como propõe Ferraroti (1983) constituindo-se assim, como um lugar privilegiado de cruzamento de várias propostas disciplinares. A história do indivíduo é uma actualização psicológica das condicionantes sócio-culturais e sócio-

²⁵ Estamos de acordo com Edgar Morin (1995) e a sua proposta de pensamento complexo para as ciências. De facto, é necessário reencontrar uma globalidade e um sistema unificador.

económicas em que o sujeito se encontra imerso²⁶.

Ao traçarmos uma visão panorâmica destas correntes, veremos surgir a antropologia, a sociologia, a etnografia e, mais tarde, a psicologia a interessarem-se pelas propostas biográficas (Tinoco & Pinto, 2001). Constataremos que os objectivos das investigações ir-se-ão alargando a áreas como as da descoberta de vivências de populações ocultas, à formação de adultos e orientação profissional, ou à intervenção psicológica propriamente dita. Por fim, realçaremos a importância destas metodologias na investigação das toxicodependências. Para tal, percorreremos quatro etapas, a saber: análise das origens deste tipo de abordagens (ponto 1); estudo do ressurgimento das histórias de vida a partir dos finais dos anos 60 (ponto 2); referência de pesquisas biográficas na área das toxicodependências (ponto 3); perspectivação da toxicodependência como uma biografia (ponto 4).

²⁶ O conceito sobejamente conhecido de Bourdieu (1989) – o habitus – exprime uma ideia semelhante: as rotinas têm, simultaneamente uma expressão social e individual. Consulte-se também Fernandes (1997) página 170 e seguintes.

1. As origens: dos dados proto-etnográficos aos primórdios da etnografia

Não nos podemos esquecer que, conforme referimos no capítulo anterior na literatura, a escrita autobiográfica tinha adquirido já algum relevo. No jornalismo, Mayhew constitui-se como figura pioneira na recolha de material biográfico na Londres oitocentista (Neves, 1997). Se os motivos de explicação desse progressivo interesse pelas vidas dos outros ultrapassam o âmbito destas páginas, não podemos deixar de listar dois factores chave:

- a emergência de um movimento cultural que privilegia as dimensões individuais;
- o facto do crescimento urbano tornar as classes sociais estranhas entre si (facto que pode inclusive desencadear momentos de pânico moral - S. Cohen, 1994) e como tal podem constituir, as histórias de vida, um modo de interconhecimento²⁷.

Este último factor ocorreu precocemente em Chicago, onde o uso de material biográfico viria a ter um incremento notável. A tentativa de conhecer classes sociais e comunidades estranhas ao *main stream* não foi, certamente, alheia ao facto.

A antropologia foi a primeira ciência, já no século XIX, a utilizar a recolha de histórias de vida como instrumento de investigação (Bertaux, 1989) e o seu uso centrou-se inicialmente no estudo de comunidades de índios. Logo nas origens definiu-se, pela pragmática, uma das principais utilizações das abordagens biográficas: o desvendar regras e cosmovisões, por assim dizer, de culturas estranhas à cultura dominante.

O contexto deste uso da biografia era especialmente a da tribo exótica, a do lugar longínquo. O advento da sociologia na Universidade de Chicago viria a modificar radicalmente esses contextos e a fornecer um forte enquadramento epistemológico à sua utilização.

²⁷ Elijah Anderson (1990) na sua obra expressivamente intitulada sabedoria de rua, reflecte sobre as consequências individuais dessa sensação de estranheza e de se ser estrangeiro na sua própria cidade. As práticas e os sentimentos subjectivos de insegurança adquirem nuances próprias e linguagens (frequentemente não verbais) características.

Operou-se então uma mudança, no que diz respeito ao âmbito de aplicação destes métodos. Robert Park foi o principal mentor do uso de métodos antropológicos no estudo de populações urbanas, defendendo abertamente e encorajando os investigadores do departamento que dirigia a praticarem técnicas de observação participante nos seus estudos (Ingold & Toussirt, 1998A; 1988B; Hannerz, 1986).

O uso de biografias ou, mais genericamente, de material biográfico nessas primeiras investigações, era secundário (Penneff, 1990). Por outras palavras: o material biográfico era uma entre muitas outras fontes de informação. A combinação de níveis analíticos era característica da Escola de Chicago e, conseqüentemente, muitos dos seus investigadores socorriam-se, concomitantemente, de fontes directas²⁸ (uso de entrevistas, observação naturalista) e de fontes indirectas (cartas, registos oficiais; utilização de informantes exteriores ao meio de estudo mas em contacto com ele). Das poucas monografias de Chicago que se dedicaram exclusivamente à dimensão biográfica, realçamos duas: Shaw (1930) na sua obra *The Jack Roller* e Sutherland (1937) com *The Professional Thief*.

Antes de nos debruçarmos sobre estas duas obras, vamos estudar os itinerários dos métodos biográficos como uma técnica entre outras; só depois, traçaremos os caminhos da sua progressiva autonomização.

1.1 - A autobiografia como parte de um projecto

O estudo de Thomas e Znaniecki sobre o movimento migratório polaco é o primeiro grande estudo a utilizar material biográfico. Os autores trouxeram a lume nessa obra, inclusive, uma autobiografia de um emigrante polaco (Pineau & Le Grand, 1993). Apesar de não estar grandemente explorada, esta autobiografia constitui-se como marco histórico e, em conjunto com outro material biográfico (como entrevistas ou documentos pessoais - p. e. correspondência), como objecto de estudo.

²⁸ Os métodos etnográficos em Chicago do início do século XX não tinham adquirido ainda a autonomia e a clareza conceptuais actuais. Assim sendo, diversos investigadores entrevistavam pessoas que lidavam com determinados mundos desviantes em vez de privilegiarem o contacto directo com os actores (Hammersley, 1989).

Thomas convidou, para o departamento de Sociologia, Robert Park a quem já nos referimos e que, juntamente com Burgess, iria impulsionar a investigação de maneira notável. Muitos alunos foram então convidados a produzirem a sua própria autobiografia ou a biografia da sua família, como forma de testarem a sua vocação para o curso. Na sua própria origem, está já inscrita uma das aplicações das histórias de vida: a formação pedagógica e profissional. Posteriormente, autores como Vassilef (1995), Dominicé (1996) ou Legrand (1993) tentam explorar as potencialidades das biografias como instrumentos de formação pedagógica e também terapêutica²⁹.

Os alunos da Universidade de Chicago foram incentivados, especialmente por Park, a irem estudar os mundos sociais desviantes com quem tinham algum contacto pessoal. Assim, por exemplo, Landesco, de proveniência italiana, estudou o mundo dos *gangs* no tempo da proibição do álcool; Thrasher estudou *gangs juvenis* nos quais chegou a fazer-se admitir temporariamente; Anderson, que outrora fora *hobo* (espécie de sem abrigo), estudou o mundo e as regras de funcionamento da *hoboémia*.³⁰ Poderíamos continuar, referindo ainda os trabalhos de Cressey (*Taxidance Hall*) ou os de Frazier ou ainda de Johnson com população negra imigrada do sul de América. No entanto, pretendemos sobretudo sublinhar o facto de, em grande parte destes trabalhos, ser utilizado material biográfico recolhido em ambiente naturalista ou mesmo em entrevistas mais estruturadas (Hammersley, 1989).

De facto, o material biográfico ainda não se tinha constituído como forma de observação e de estudo autónomo.

1.2 - Dois estudos autobiográficos de caso único

Dos estudos de Chicago acima referidos - e recordemos que as monografias dirigidas por Park e colaboradores chegaram a ascender à centena - poucos se dedicaram exclusivamente a casos isolados. Shaw e Sutherland, com os trabalhos já referidos, constituíram-se como clássicos na área das autobiografias singulares.

²⁹ Eis um novo exemplo da fragmentação e interpenetração disciplinar muito frequente nos actuais projectos científicos

³⁰ A preocupação espacial era comum a muitos destes projectos, com efeito a preocupação de compreensão das dinâmicas da cidade permaneceu central a muitos desses investigadores.

Contudo e ao longo dos anos, problemas metodológicos foram postos por vários autores a propósito das potencialidades e limites deste método. Desde já, à história de vida de caso único põe-se o problema da representatividade - a biografia escolhida deverá então, ser um caso especialmente ilustrativo. Depois, e apesar deste problema se poder estender às histórias de vida cruzadas, que procedem através da acumulação de registos, existe o problema da memória e da reconstrução do passado. A Stanley, o Jack Roller investigado por Shaw, foi-lhe pedida a realização de uma segunda autobiografia quando ele era muito mais velho: observou-se um empobrecimento da qualidade do material recolhido e algumas contradições em relação ao estudo original (Peneff, 1990).

Shaw trabalhou em Chicago, num dispositivo de acompanhamento de jovens condenados, pelo que teve oportunidade de acompanhar o percurso de Stanley³¹ durante um período de sete anos, ao longo dos quais pôde ir recolhendo material biográfico. É de realçar que a autobiografia ia sendo explorada e aperfeiçoada em conjunto pelo investigador e pelo entrevistado o que veio a levar Peneff (1990) a chamar a atenção para a fronteira imprecisa que separa a autobiografia e a biografia neste tipo de estudos.

A Shaw, interessou explorar dimensões sociológicas na história de vida do seu colaborador, vir-se-iam a denominar estas biografias de histórias de vida sociais e a sua obra principia, precisamente, com uma fundamentação do valor deste tipo de dados para a compreensão dos percursos individuais. Prossegue igualmente através das detenções e acontecimentos de vida de Stanley. Neste aspecto, Shaw diferencia-se um pouco de Sutherland, uma vez que, neste autor, o percurso biográfico encontra-se mais diluído na descrição de um mundo social desviante, como de seguida faremos referência.

De facto, Sutherland, sete anos mais tarde, viria a fazer um estudo com *design* metodológico semelhante, partindo dos depoimentos de Chic Conwell, um ladrão profissional, reformado após vinte anos no activo. O autor tenta

³¹ A preocupação espacial não abandonou Shaw, mesmo quando se dedicava a autobiografias de caso singular: o maior envolvimento com actividades criminais era interpretado em função da maior ou menor aproximação a zonas da cidade criminogéneas onde a desorganização social (conceito central nestes autores) estava mais patente.

compreender as regras, as vivências e as especialidades criminais do mundo da delinquência, pelo que o testemunho de Conwell foi completado por entrevistas de outros actores ligados, directa ou indirectamente, a essas actividades – como outros ladrões profissionais, polícias, donos de lojas que foram roubadas, entre outros. Baseando-se numa reflexão autobiográfica, porque as vivências de Conwell são a matéria-prima da obra, Sutherland não faz uma autobiografia: constrói antes uma descrição exaustiva e detalhada de um mundo desviante, possuidor dos seus próprios códigos de conduta e do seu vernáculo (no final da obra Sutherland chega mesmo a construir um pequeno dicionário do calão mais utilizado pelos ladrões profissionais)³².

1.3 - Biografia ou autobiografia?

Biografia ou autobiografia? Nesta interrogação, sintetiza-se muito do que são e quais são as limitações das histórias de vida. O investigador solicita a um indivíduo que relate a sua vida mas, simultaneamente, constrói-a com o sujeito. Frequentemente, o investigador explora o material biográfico conforme o seu interesse, solicita nova sessão para detalhar este ou aquele aspecto. Noutras ocasiões, completa aspectos do seu estudo com familiares ou outras pessoas que são próximas do sujeito que estuda. Tornam-se, também estes, co-autores de uma autobiografia que não é a sua.

É claro que qualquer observação científica interfere com o que está a ser observado e este facto é já aceite até pelas próprias ciências ditas exactas. Muita reflexão tem sido dedicada ao valor heurístico do método: será que é preciso confirmar a validade do que é relatado? Será que a deformação do relato é, em si mesma, significativa? A história de vida única vale por si, ou é necessário proceder à acumulação de registos?³³

Muitas destas observações mantêm-se pertinentes e dependem dos

³² Adler (1993) Bourgois (1995) e Fernandes (1995) chamam a importância que este tipo de abordagens desempenha na compreensão da dinâmica de funcionamento das chamadas populações escondidas.

³³ A resposta a esta questão dependerá sempre dos contextos e dos objectivos com que determinado projecto se defrontar. No entanto, a acumulação de histórias de vida terá um efeito auto-corrector de deformações do material, ao procurar a saturação das categorias de estudo, como veremos mais adiante.

objectivos de cada investigação em particular. A vantagem das histórias de vida, na nossa opinião, reside precisamente no facto de permitir uma grande maleabilidade do método em relação aos propósitos do investigador e de permitir aceder à perspectiva longitudinal do percurso dos sujeitos estudados.

Estranhamente, a psicologia manteve-se arredada de todos estes propósitos, talvez porque esta ciência desde cedo abraçou o projecto positivista da quantificação e o *behaviorismo* reduziu o psiquismo aos comportamentos observáveis. O grito de Politzer (1928), chamando a atenção para o facto de o objecto da psicologia dever ser o estudo da *gramática da existência* ou das regras que permitem compreender o percurso dos indivíduos, soa aqui extremamente precoce. Durante décadas permaneceria no esquecimento...

Allport (1942), em plena segunda guerra mundial, advoga o interesse do uso de material biográfico na psicologia, aproximando-se desta tradição mais antropológica e sociológica. A sua obra *Letters from Jane* (Allport, 1965) afirmou-se como clássico na área das perspectivas biográficas. Nessa obra a correspondência pessoal é a principal fonte de material de análise.

2. Ressurgimento das histórias de vida

As histórias de vida bem como os métodos qualitativos em geral tenderam a ser esquecidos durante algumas décadas. O imperialismo quantitativista, de óbvias raízes positivistas, tendeu a ditar as suas leis, especialmente a partir da segunda guerra mundial. No entanto, o renascimento da abordagem biográfica viria a ressurgir entre as décadas de sessenta e oitenta em diversos países francófonos e anglo-saxónicos.

Digneffe & Becker (1997) atribuem tal renascimento a uma progressiva falência de certas tentativas explicativas de pendor mais generalista. Pineau & Le Grand (1993), por sua vez, chamam a atenção para o papel que o interesse progressivo pelo conhecimento de minorias e de formas culturais em vias de extinção poderia ter tido nesse ressurgimento³⁴. A vertente tecnológica não é, de todo, de desprezar: a possibilidade de fácil acesso a dispositivos que permitem a gravação de entrevistas, facilitou que este tipo de estudos fosse efectuado com mais frequência e com maior rigor.

O testemunho de Bertaux é assaz curioso para a compreensão da perda de hegemonia da visão quantitativa. O seu percurso de sociólogo principiou, precisamente, por um estudo exaustivo dos métodos de questionários, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de programas informáticos. Subitamente, o Maio de 1968 fez com que este autor se confrontasse, com a imprevisibilidade do mundo social. Posteriormente, de uma forma progressiva, principiou a modificar a sua visão da ciência, a libertar-se do jugo positivista, isto à medida que ia explorando novas possibilidades e métodos. Até emergir uma postura epistemológica de cariz inovador...

2.1 - Novas investigações biográficas

A antropologia foi, mais uma vez, um pólo importante no relançamento

³⁴ Chamamos a atenção para o papel que o estranho e a curiosidade acerca das margens da sociedade desempenharam, uma vez mais, nessa reactivação dos métodos qualitativos.

dos métodos biográficos. O movimento por ela desencadeado irá produzir frutos duradouros, a ponto de actualmente se poder falar, é nossa opinião, de uma *corrente biográfica*. No entanto este último movimento tende a unir em seu torno dimensões sociológicas, antropológicas e psicológicas. O ano de 1961 foi decisivo: foi nessa altura que Lewis publicou o seu trabalho fundador *The Children of Sanchez*. Este, o autor parte da construção de diversas autobiografias de uma família moradora na *Casa Grande* (espécie de bairro social mexicano) para compreender e estudar o modo de vida das classes sociais desfavorecidas do México.

O propósito é holístico: trata-se de abarcar a própria cosmovisão dos sujeitos estudados nas mais variadas áreas, desde as crenças religiosas, às práticas sociais, de trabalho, aos padrões de relações afectivas e sexuais, entre outros³⁵. A decisão de fazer diversas autobiografias respeitantes a diversos membros da mesma família enriqueceu metodologicamente o projecto de duas maneiras: serviria de teste interno à veracidade dos factos recolhidos e, por outro lado, serviria também para analisar as diferentes perspectivas dos autobiografados sobre o mesmo acontecimento.

Lewis sublinha ainda a importância das novas tecnologias para o relançamento deste tipo de estudo: o magnetofone permitiu dar voz e até uma certa autoria a classes até então sem grandes possibilidades de expressão.

Também em 1963, Becker publicou o seu trabalho *Outsider - Studies in Sociology of Deviance*. Nesta obra, o autor expõe as suas posições, formulando aquilo a que se denomina teoria da etiquetagem, teoria esta complexa, envolvendo várias dimensões do social. Especialmente conhecida é a sua análise dos processos sociais que levaram à promulgação do *Marijuana Tax Act*, que veio a proibir o consumo e comércio de marijuana. Ao longo do relato desse processo são referidas as intervenções de diversos grupos de pressão que tentaram remodelar a lei em favor dos seus interesses. Assinalam-se os procedimentos dos empresários da moral (indivíduos interessados, por razões éticas e morais, em afirmar uma dada imposição

³⁵ A antropologia é a ciência que, naturalmente, tem um maior pendor para utilizar este tipo de opções (Poirier *et al* 1995).

legal na sociedade) que desencadearam igualmente iniciativas de algum impacto, visando a adopção de posturas proibicionistas. Registando-se que, da mesma forma, apenas os consumidores não se conseguiram constituir como voz activa nesse processo³⁶.

Não nos interessa alongar as nossas considerações sobre estas vertentes da obra de Becker, já que para nós, é de suma importância um outro contributo do seu trabalho: a visão longitudinal com que encara o desenrolar do percurso do consumidor de marijuana e a proposta do pressupõe, ainda, o de conceito de carreira para a compreensão dos comportamentos desviantes.

A noção de carreira chama a atenção para uma série de obstáculos e etapas que preexistem às condutas do indivíduo. Por outras palavras: à semelhança de uma profissão normal, também as condutas desviantes definem trajectórias com as quais os indivíduos terão de se confrontar. A ideia de continuidade está igualmente presente: as posições sociais ocupadas sucessivamente por cada sujeito vão-lhe fornecendo um sentimento de pertença e de identidade, em tudo semelhantes a uma profissão normal (excepto pelo facto de serem malquistas no todo social).

Becker encara o envolvimento com a actividade de consumir marijuana como o percorrer de uma série de etapas. À boa maneira de Chicago (o autor pertence àquilo que se viria a chamar a segunda escola de Chicago) Becker tem laços pessoais com o mundo que pretende estudar, os músicos de *jazz*, uma vez que ele próprio já foi músico. Através da observação naturalista, conclui que o efeito da droga não é automático, mas antes resultante de uma aprendizagem com o grupo de pares, numa série de etapas:

- Contacto e aprendizagem técnica – trava-se conhecimento de outros fumadores; saber-se que os outros utilizam a marijuana para planar - mas não se sabe o que tal significa. Assim, é necessário aprender a fumar como deve ser, o que acontece com a frequência de grupos ou por aprendizagem explícita com um padrinho individual. É graças a uma experiência colectiva que o

³⁶ Becker (1963) tem um percurso científico compósito. Mostra tendência para privilegiar uma certa visão conflitual da realidade; concomitantemente, interessa-se pelos processos individuais de aquisição e manutenção de identidades desviantes (Pfohl, 1994).

noviço aprende a conhecer e dominar a sua própria dosagem.

- Aprendizagens cognitivas – para se sentir a substância são precisas duas condições a presença do efeito e o seu reconhecimento. Muitos consumidores experimentam várias vezes até se sentirem bem, interrogam consumidores mais velhos para obter descrições das várias experiências, aprendem a reconhecer os efeitos da droga. Adquirem, portanto, um sistema de categorias que estrutura a percepção dos efeitos.

- Aprendizagem cultural – onde se aprende a gostar dos efeitos. Para o autor, o gozo dos efeitos da substância é construído a partir da interacção com o grupo de pares. A evolução de consumidor ocasional para consumidor regular depende do grau de envolvimento com a subcultura das drogas - a estabilidade dos fornecimentos é crucial nesse aspecto.

O estado de marijuana³⁷, que traduz o envolvimento regular com a substância, é o momento de máximo investimento na carreira - o indivíduo permanece praticamente a tempo inteiro sob acção da substância. Becker propõe aqui um olhar longitudinal sobre as condutas desviantes que potencializa as biografias. Sem contudo, chegar a utilizá-las de um modo sistemático ou exclusivo.

Afirmamos todavia que a sua proposta é próxima das histórias de vida: a noção de carreira é, de certo modo, ela própria uma biografia de uma dimensão específica da vida do indivíduo.

2.2 - Dimensões heurísticas das biografias

Autores de língua francesa interessaram-se por sistematizar dimensões metodológicas e heurísticas das abordagens biográficas, dedicando-se

³⁷ Por analogia Fernandes (1998) propõe um estado da heroína onde a acção da substância sobre o organismo é omnipresente e omnipotente. O junkie é a figura paradigmática para ilustrar esse estado: toda a sua vida está organizada em torno da substância.

preferencialmente a explorar a influência do *setting*; os fenómenos de reconstrução do passado; os esquecimentos colectivos (p.e. os alemães tendem a esquecer-se do período nazi) e os possíveis significados desses fenómenos. Citámos já o caso de Bertaux, que é o mentor principal do ressurgimento das perspectivas biográficas francófonas. Referindo inclusivamente um episódio do seu desenvolvimento pessoal e intelectual. É com este autor que o sujeito - na sua vertente de praxis e de produtor de significados - se coloca no cerne da investigação (Balandier, 1983).

Bertaux (1989) defende que, através das histórias de vida, podemos não só aceder à subjectividade mas também às dimensões culturais e sociais em que a experiência dos indivíduos se constrói. A díade psico-social aqui expressa é igualmente defendida por Ferraroti (1983), ao encarar o comportamento humano como uma síntese horizontal de uma estrutura social. Este autor vê, por isso, a história de vida como um reflexo de estruturas sociais que importa conhecer. A aplicação das histórias de vida integra-se, assim, num movimento de âmbito geral que favorece a recolha de testemunhos directos junto de muitos indivíduos e que dá conta de um crescimento progressivo do interesse nas condições e formas culturais de diversas populações minoritárias ou mesmo classes sociais desfavorecidas ou ultra-desfavorecidas.

Poirier, Clapier-Valladon & Raybant (1995) notam mesmo um interesse na recolha directa de testemunhos em domínios tão díspares como a história, a psicologia, a sociologia e até a literatura. Uma reacção ao amplo domínio das correntes positivistas não é de todo descartável na compreensão deste ressurgimento³⁸. Plummer (1983) produz uma obra abrangente sobre as perspectivas biográficas, alargando o seu âmbito ao estudo dos documentos de vida – o que engloba correspondência, fotografias, registos orais, testemunhos etc.

Acompanhando este interesse crescente pelas histórias de vida, um sem número de autores lançou-se em reflexões sobre as limitações e potencialidades do método. Assim, Augé (1998) chama a atenção para o

³⁸ A fragmentação disciplinar que o positivismo oitocentista fomentou, e fez perdurar ao longo do século XX, parece agora estilhaçar-se perante uma miríade de projectos compósitos com design disciplinar de difícil identificação (Agra & Fernandes 1993).

perigo do relato de uma vida (do sujeito ou mesmo colectiva) se poder constituir como ficção. Recontar uma história é também reconstruí-la na relação com o interlocutor e na relação consigo mesmo pelo que o esquecimento surge assim como um requisito indispensável para que essa operação de reconstrução de um todo se torne possível.

Mas a questão da confirmação e da profundidade dos dados permanece por responder. Denzin (1984), no entanto, confronta a questão da verdade na biografia de forma curiosa, desdobrando em níveis de complexidade o relato das trajectórias dos indivíduos:

- Nível dos factos - são referidos episódios que se pensa terem ocorrido ou irão ocorrer;
- Nível das facticidades - engloba o modo como os indivíduos experienciam e vivenciam esses factos;
- Nível da ficção, ou da narrativa - reorganizam-se os factos e as facticidades – reais ou imaginários – numa coerência significativa.

Estamos em crer que a divisão, se bem que utilíssima na tentativa de compreensão da natureza dos dados recolhidos, é dificilmente destrinchável na prática, pois as fronteiras são ténues entre o que acontece e o que é vivido; entre o que é vivido e o que é organizado numa história.

Esta dificuldade pode ser minimizada, contudo, através da diversificação de fontes. Os testemunhos do 'autobiografado' podem ser confrontados com factos históricos, demográficos ou de outra natureza. Podem ainda, ser completados com entrevistas realizadas a pessoas próximas - familiares, amigos e mesmo terapeutas ou simplesmente médicos. Outros investigadores preferem valorizar este enviesamento das informações como um dado que pode ser significativo em si mesmo.

O estudo de Catani & Mazé (1982) ou o de Pineau & Marie Michele (1983) são exemplos de autobiografias de caso único, com detalhe exaustivo de dimensões sociais. A técnica de recolha dos dados foi aplicada a diversas

fontes, sendo que a própria a autoria das obras foi compartilhada entre os investigadores e as autobiografadas³⁹.

Abordamos assim o assunto com que iremos terminar este ponto: o levantamento das possibilidades técnicas das histórias de vida. A obra de Poirier *et al* (1995) é especialmente ilustrativa desta vertente mas listemos também algumas alternativas: a biografia directa e a indirecta (conforme for recolhida junto do próprio ou socorrendo-se de dados indirectos); a especializada num tema ou exaustiva; a de caso único ou a denominada história de vida cruzada.

Quanto aos *settings* de recolha de dados, eles podem ser a entrevista singular ou a discussão de grupo e ocorrer no âmbito de uma entrevista clássica, ou de um encontro naturalista de inspiração etnográfica. Podem ainda, optar pela unicidade do testemunho ou a criação de dispositivos de verificação (é nossa opinião que, no caso das histórias de vida cruzadas, a acumulação de testemunhos fornece em si mesma uma dimensão verificativa, pois o enviesamento de uma dada informação individual é diluída no conjunto dos materiais recolhidos).

Os estudos referidos até agora são, se os relemos a partir desta pluralidade técnica, ilustrativos da variedade dos *designs* metodológicos das histórias de vida. As aplicações da abordagem biográfica à investigação da toxicoddependência (ponto 3 deste capítulo) fornecerão mais alguns exemplos.

2.3 - Abordagem biográfica e psicologia

Vimos até agora as histórias de vida como método, e até como formulação teórica, a serem desenvolvidas por duas ciências – a antropologia e a sociologia. Teremos oportunidade de observar que, actualmente, o seu uso expandiu-se exponencialmente para as mais variadas disciplinas, desde a criminologia, à reflexão sobre dimensões familiares, económicas e outras. Cumpre-nos agora fazer breves considerações sobre a relação entre abordagem biográfica e psicologia.⁴⁰

³⁹ De facto quer Mazé, quer Marie Michele não são mulheres da ciência: pelo contrário participaram, com o relato das suas vidas, para que ambas as obras se tornassem realidade. A co-autoria é signo de uma ambivalência de que a ideia de autobiografar alguém dá também conta.

⁴⁰ Não ignoramos os contributos da psicologia clínica, nomeadamente a de inspiração psicanalítica, no

O que surpreende à primeira vista é o facto de um método que privilegia a captação do sentido das práticas individuais (Bertaux, 1989) ter sido ignorado durante tanto tempo pela ciência que se reclama do psiquismo. Há um grande abismo entre o trabalho clínico do psicólogo e a investigação marcadamente positivista que tem sido feita e assim o interesse pela história clínica de um paciente não tem feito escola de investigação, ou seja não se tentou compreender lógicas biográficas para além da dinâmica de sintomas e de complexos que repercutiriam na existência do sujeito.

No entanto, desde os princípios da ciência, grandes avanços foram conseguidos através da observação de casos isolados, desde Piaget com os seus filhos, a Watson, com o condicionamento do pequeno Alberto. Refira-se também o célebre caso das entrevistas a Glória, conduzidas por Rogers, Pearls e Ellis que ilustram a riqueza que as dimensões qualitativas podem ter. Genericamente, podemos também constatar que o relato e reflexão de casos clínicos fez sempre parte do funcionamento de muitas instituições.

Poirier *et al* (1995) referem existir orientações psicobiográficas sempre que, na recolha de dados, há um '*fazer reflectir o narrador sobre o seu próprio discurso*' (op cit, p.29). Neste sentido, interrogamo-nos se qualquer narração não é também uma reflexão sobre si e se não é, de algum modo, um rearranjo psicológico⁴¹. Estamos próximos de Touraine (1992), ao defender que a eleição do sujeito, produtor de sentido, como cerne de pesquisa das ciências sociais e humanas – agente que reflecte e age sobre si – representa uma possibilidade dourada de reaproximação entre as várias ciências que dividiram por eles próprios o que porventura não é divisível – a realidade.

Alguns psicólogos, mormente Legrand (1993), atentos às potencialidades destes métodos principiaram a ensaiar uma intervenção psicológica de inspiração biográfica. Este autor adverte, inclusive, para o facto do psicólogo se poder tornar um sócio-analista. Se a afirmação é um pouco radical (i.e. ao falarmos de dimensões somáticas e corporais seríamos analistas de dimensões biológicas?) tem contudo tem contudo o mérito de chamar a

entanto por ser um domínio demasiado específico e afastado de uma certa tradição ligada aos comportamentos desviantes preferimos não referir esta tradição teórica.

⁴¹ No nosso entender, fazer o sujeito reflectir sobre si mesmo, sobre as suas condições de existência não é acção suficiente para demarcar a psicologia de outras ciências – que cada vez mais se reclamam de idênticos procedimentos.

atenção para o carácter cada vez mais pluridisciplinar do cientista contemporâneo.

Concomitantemente a estas importações sócio-antropológicas; a psicologia, ela própria, tem vindo a desenvolver uma compreensão narrativa de cariz constructivista sobre o seu objecto de estudo. Gonçalves (2000) refere os trabalhos de Sarbin (1986), Polkinghorne (1986) e Bruner (1986) como sendo os fundadores desse movimento.

A psicologia narrativa lida, ao fim ao cabo, com a dimensão ficcional das histórias de vida, para usarmos o termo de Denzin (1989) e a intervenção clínica narrativa visa, exactamente, o modo como os sujeitos constróem a experiência. Trata-se de privilegiar dimensões como a autoria e a complexidade da narrativa efectuada pelos indivíduos.

Defende-se, nestas correntes, que a narrativa é uma produção discursiva de natureza interpessoal, ou seja: as produções de sentido de um indivíduo não são só dele. Tal posição aproxima-se das propostas biográficas que apresentámos, e até da tradição de Chicago, que advogava posições semelhantes no início do século XX⁴².

É curioso verificar a defesa que Gonçalves (2000) faz da transformação do objecto da psicologia da esfera individual para a interpessoal. Encarar-se as condutas ao longo do tempo do indivíduo permite a aproximação do psiquismo a outras esferas e, por consequência, a diluição das demarcações da psicologia em relação a outras ciências. Nesta corrente, observamos igualmente um fenómeno que é comum a diversas disciplinas: os seus entrecruzamentos e aproximações.

É como se déssemos agora conta que o final do século XIX dividiu demasiadamente o mundo para o estudar. A fragmentação disciplinar não nos dá conta da globalidade das coisas. Precisamos encontrar, novamente, a totalidade.

⁴² A ciência está cheia de exemplos de investigações que julgam descobrir factos novos há muito descobertos por outras tradições e escolas do conhecimento.

2.4 - Escola biográfica, método biográfico?

Poderíamos acrescentar interrogações: escola, método? e de que disciplina? antropologia, sociologia... ou psicologia? Não temos respostas para essas interrogações. Os projectos de investigação, actualmente, são cada vez mais heteróclitos. A reflexão metodológica faz-se a propósito dos objectivos e não é um *a priori* que se lhes afixa.

A definição e condução das *démarches* científicas parece ser o mais importante. Sectores de ponta de cada disciplina reconhecem proximidades em relação a outros: as fronteiras são ténues, os objectos são definidos como entrando em contacto com objectos de outras ciências (no limite não há um objecto, mas o objecto é criado por uma dada linguagem científica). Enfim, isto não é nada que os epistemólogos não tivessem já reflectido – consulte-se p. e. Serres (1967)⁴³.

A investigação biográfica, ou do tipo biográfico, é especialmente ilustrativa desta combinação de saberes e práticas. Ela desenvolve-se nos interstícios das disciplinas tradicionais.

⁴³ O constructivismo advoga esse papel central do indivíduo no acto de conhecer. A posição não é nova: Schopenhauer, filósofo do século XIX, principia a sua obra-prima com a frase: “o mundo é a minha representação”.

3. Investigação biográfica das toxicodependências

Na nossa tese de mestrado já dedicámos um capítulo ao estudo deste tipo de investigação. Denominámos essa reflexão de *etnobiografias* - com efeito estas metodologias foram aplicadas esmagadoramente em contextos de observação naturalista. Não é difícil entendermos o motivo deste facto: além de, historicamente, a relação com a investigação de campo se ter entrelaçado desde as origens do método, o próprio estudo das populações ocultas (Fernandes & Carvalho, 2000) impõe especificidades que é necessário ter em atenção.

O facto do consumo de drogas ser considerado um acto ilegal faz com que se criem populações refractárias às técnicas mais comuns de controle social. A falência do uso de questionários para avaliação de dimensões vivenciais de *junkies* é defendida por um certo número de autores (Ingold & Toussirt, 1997; Manita, 1996). Logo, a compreensão da emergência de algumas regularidades epidemiológicas só pode ser alcançada lançando mão de um olhar mais próximo dos fenómenos e das práticas de consumo.

Paralelamente ao uso tradicional das biografias ou de biografias parcelares, em contextos naturalistas, assistimos à utilização do método em contextos mais clássicos. O uso de entrevistas face a face, gravadas em gabinete, passou a ser uma possibilidade quer nas ciências humanas e sociais em geral, quer na compreensão das trajectórias de consumidores em particular - caso das investigações de Faupel (1991) e Macquet (1992). Recordemos o facto que também nas investigações que privilegiaram a observação naturalista, a utilização de entrevistas não ser excluída (Grapendaal, Leuw & Nelen, 1995)⁴⁴.

Privilegiaremos o estudo dos objectivos e das questões metodológicas das investigações que passaremos em revista. A reflexão sobre esses aspectos a ser-nos-á útil durante a parte prática do nosso próprio projecto.

⁴⁴ A título de ilustração das equipas multidisciplinares: Grapendaal é psicólogo social; Leuw é criminologista; e, por fim, Nelen é criminologista e advogado...

3.1 - Biografia e regularidades quantitativas

Os trabalhos da equipa de Ingold fornecem uma possibilidade de articulação entre métodos qualitativos, como é o caso das biografias, e os métodos quantitativos. Ingold, médico francês director do IREP (*Institute de Recherche Epidemiologique de la Pharmacodépendance*), tem como uma das suas preocupações a conexão dos métodos quantitativos com os qualitativos; uma segunda preocupação, não menos importante, advém da procura do envolvimento das pesquisas etnográficas na acção, especialmente nas intervenções de prevenção do SIDA realizadas na rua⁴⁵.

Esta última motivação de Ingold é especialmente interessante, pois permite a adaptação das campanhas de prevenção a segmentos particulares da população que, de outra maneira, não seriam conhecidas ou intervencionadas. O IREP possui uma série de investigadores de campo que passam largas horas no *Quartier Latin* e noutras zonas problemáticas da cidade com o objectivo de conseguir estabelecer uma comunicação autêntica com os sujeitos. Garantir o acesso a esses grupos nunca é uma conquista definitiva ou linear: serão necessárias renegociações constantes, assim como um demorado e constante investimento temporal.

Para este tipo de estudos, o critério de amostragem não é quantitativo, baseia-se na chamada técnica da bola de neve: o etnógrafo deverá passar longas horas no terreno até que surja um primeiro contacto, que deverá ser espontâneo e não forçado. Procura-se então estabelecer um contacto de investigação - esse sujeito pode-se ou não tornar o informante privilegiado, poderá aceitar indicar outros possíveis contactos para entrevistas (iremos debruçar-nos com mais detalhe sobre esta técnica).

O IREP está ligado a institutos semelhantes, sedeados noutras cidades francesas, integrado o chamado projecto multi-cidades que, garantindo um permanente acesso ao terreno e a constante recolha de dados, permite a realização rápida de investigações sobre os mais diversos aspectos dos meios

⁴⁵ Novamente um objecto de estudo estranho e resistente às metodologias tradicionais suscita a aplicação de metodologias inovadoras (Ingold & Toussirt 1997; Ingold, Toussirt, Petit & Coubesque, 1991).

sociais sob observação.

Constatou-se a existência de uma numerosa franja da população consumidora, extremamente marginalizada, que desconhece a existência de serviços especializados de cuidado a toxicodependentes - para eles, a principal esfera socializadora tende a ser a prisão. A equipa referencia mesmo casos de assaltos a casas, em que o assaltante deixa pistas para ser detido, configurando assim um modo peculiar que certos indivíduos engendraram para controlar os seus consumos⁴⁶.

Esta linha de projectos permitiu a avaliação do impacte dos programas de distribuição de seringas, chegando à conclusão que a distribuição de seringas, só por si, é insuficiente. É certo que uma percentagem importante da população mudou de hábitos, muitos consumidores passaram a utilizar seringas esterilizadas, mas verificou-se que continuavam a partilhar o resto do material necessário à preparação de um chuto.

A que se deve isso? Ao desconhecimento que muitos consumidores têm dos procedimentos de descontaminação do material de injeção; ao facto de comprar a droga a meias facilitar a aquisição e poder, inclusive, fazer reduzir o preço de compra do produto, mas favorecer igualmente o consumo partilhado. Acresce a isto o facto de, com o tempo, se ter alastrado a crença de o HIV poder ser evitado, mas não a hepatite C – que seria normal num toxicodependente. A mudança das práticas de consumo poderá explicar estas modificações epidemiológicas... (Consulte-se os trabalhos até aqui citados e especialmente Ingold *et al*, 1991).

O exemplo do diálogo entre métodos é bem visível neste caso. Há também um exemplo desta articulação numa investigação portuguesa - o projecto Droga e Crime, conduzido pela equipa de investigadores do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da FPCE da Universidade do Porto (Manita, 1996; Matos & Agra, 1996; Manita *et al* 1996, entre outros).

A constatação de uma regularidade quantitativa - a elevada percentagem de consumidores detidos não pôde ser interpretada como um facto isolado. A

⁴⁶ Curiosamente, constata-se em diversos estudos que existem populações de consumidores cuja 'natural' instituição de controle dos consumos é a prisão – além dos diversos trabalhos de Ingold, consulte-se também o conjunto de investigações pertencentes ao projecto droga crime.

aplicação de outras técnicas, nomeadamente, o levantamento das trajectórias desviantes com o uso da técnica da biografia reconstruída, permitiu compreender a complexidade envolvida nesta co-ocorrência.

À primeira impressão, poderíamos cair na tentação positivista do tipo: a droga causa o crime⁴⁷. Um olhar mais demorado e criterioso permitiu destrinçar tipos de trajectórias, padrões diferentes no entrelaçamento dos dois grupos de comportamentos. Vejamos:

- Delinquente toxicodependente - contempla indivíduos em que a actividade criminal antecede claramente os consumos. O uso de drogas é um elemento expressivo num modo de vida criminoso.
- Tipo droga crime - engloba indivíduos em que as duas actividades surgem interrelacionadas, não se observando uma primazia clara de qualquer uma delas sobre a outra.
- Toxicodependente delinquente - engloba indivíduos em que os consumos antecedem em muito a actividade criminal. Quando ela surge não é especializada, conduzindo a problemas com a justiça muito mais rapidamente do que nas outras duas figuras.

Constatou-se, assim, que a figura predominante nas prisões portuguesas é a do delinquente toxicodependente. Na maior parte dos casos analisados pelo método da biografia reconstruída⁴⁸, a actividade criminal antecede a dos consumos (consulte-se a síntese Agra, 1996).

3.2 - Rotas de tratamento e de consumos

Romaní (1995; 1991), através de recolha de dados em meios naturalistas, utilizando sempre que possível uma visão longitudinal das

⁴⁷ No estudo referido constatou-se que, para a maior parte da população prisional estudada, a actividade criminal precedia a actividade de consumo – o que aliás é corroborado por Faupel (1991) a propósito de uma população norte-americana.

⁴⁸ O biograma permite combinar investigação documental com a entrevista consulte-se p. e Manita, 2001).

condutas de heroinómanos, tentou estudar os percursos assistenciais de toxicodependentes em vias de tratamento. Usando essas metodologias chegou a uma tipologia de consumidores de interessante validade:

- Heroinómano de ideologia nuclear - justifica o início dos consumos como uma escolha e foi-se organizando em sua função. Cultiva uma imagem contracultural, filosófica até; comum nos anos 70.
- Heroinómano traficante pária - também surge nos anos 70; a sua relação com as drogas terá grande dimensão de clandestinidade e criminalização; à inadaptação social que estes indivíduos vivem desde a nascença, soma-se a vertente do consumo de drogas.

Nos anos 80, surgiram duas figuras de carácter distinto, mas cujo paralelismo com as anteriores é incontestável:

- Adolescente socialmente conflituoso - normalmente oriundo dos bairros ou zonas marginalizadas das cidades, é um adolescente infrassocializado, onde o consumo de substâncias é apenas mais um acto num conjunto mais vasto de atitudes desviantes.
- Heroinómano filho do papá - um adolescente sem carências sociais, sem frustrações quotidianas; busca mais e melhores experiências, tem certos ares de postura ideológica, mas não tão consistentes como na figura da ideologia nuclear, pois apenas possui um certo halo pseudo cultural.

Esta tipologia ajuda a compreender certos percursos sociais de consumidores, ao mesmo tempo que dá conta de uma certa mudança dos actores deste submundo das drogas.

Pallarés (1995), que aliás trabalhou na mesma equipa de Romaní, quis estudar o percurso biográfico de consumidores de longa data que de alguma

maneira quebraram muitos laços de ligação à sociedade normativa - a figura que vulgarmente se denomina de *junkie*.⁴⁹ O autor utilizou inclusive os mesmos dados recolhidos para o estudo de Romaní (1991) e realçamos este facto, porque queremos sublinhar a riqueza que o material recolhido em entrevistas pode ter, o que faz com que seja comum que um investigador, depois de ter conduzido a sua análise de conteúdo, fique com a impressão de não ter esgotado a complexidade dos dados.

Pallarés procura tornar claro as várias etapas percorridas por um consumidor do tipo *junkie* desde a iniciação, os seus contextos de consumo, a relação com as substâncias, a gestão dos consumos, as actividades utilizadas para obter a substância e até mesmo o tipo de relação estabelecida com a agulha. Mais uma vez, se suspende um juízo moral sobre as práticas e opiniões dos indivíduos, para se centrar no modo como os próprios *junkies* julgam e explicam as suas histórias. A biografia é temática e parcelar, pois centra-se numa dimensão específica da vida dos indivíduos.

O uso de uma perspectiva biográfica na investigação de trajectórias desviantes tem importantes consequências para o funcionamento e aperfeiçoamento do próprio dispositivo sanitário. Algumas destas investigações puseram-nos em contacto com franjas de população de consumidores dificilmente conhecidas de outro modo.

3.3 - Biografias e a técnica da bola de neve

A técnica da bola de neve assume diversas características e é uma especialidade etnográfica, onde se aplicam perspectivas biográficas com alguma regularidade (Ingold *et al* 1991; P. Cohen, 1990). Sem querer entrar em detalhes metodológicos, poderemos explicar sucintamente a técnica: um informante acede à participação numa entrevista, a partir dele são sinalizados e convidados a testemunhar novos sujeitos.

A investigação envereda, pois, por mundos sociais e acede a sujeitos

⁴⁹ Fernandes & Ribeiro (2002) reflectiram, justamente, sobre os problemas e paradoxos que esta figura suscita aos mecanismos de tratamento tradicionais. De facto, dimensões básicas de auto-controlo e mesmo de hetero-controlo parecem estar em falta nesta figura.

que de outra forma, nunca teriam honras de objecto de estudo científico. P. Cohen (1990) utiliza a técnica no contexto etnográfico mais clássico - o informante é conhecido através de presença no campo. Fernandes & Carvalho (2000) propõem a utilização de iniciadores de cadeias, através de conhecimentos obtidos pela própria equipa que participa no projecto. O contexto de observação naturalista não é importante nesta investigação, assistindo-se, pelo contrário, a uma proposta de aplicação da técnica em independentemente de contextos etnográficos bem definidos no espaço urbano.

Gamella (2001) combina um interesse biográfico com uma, poderíamos dizer, dimensão sócio-antropológica. A introdução da prática de consumir heroína injectada num bairro de Madrid é o objectivo do investigador. São exploradas as iniciações com a agulha – e especialmente a questão de quem introduziu quem. O levantamento sistemático desse tipo de informações, permitiu compreender o modo como a prática se alastrou através de redes de contacto informal.

Em suma: fazer o sujeito relatar e reflectir sobre os seus comportamentos e atitudes revela-se um procedimento que permite as mais diversas combinações metodológicas, servindo por isso uma série de objectivos diferentes. Entrámos, assim, em contacto com algumas propostas que potencializam as redes de suporte social dos entrevistados, para alargar e aprofundar o âmbito dos dados recolhidos.

3.4 - Biografia em contextos clássicos

A utilização de uma perspectiva biográfica também tem sido aplicada no contexto mais clássico de uma entrevista semi-estruturada, no *setting* mais comum de um gabinete. Peneff (1990) defende a superioridade dos dados recolhidos em contexto natural, sobre este tipo de dados mais ‘artificiais’. No entanto, seguimos a opinião de Silverman (1993) quando advoga que não há dados intrinsecamente melhores que outros. Para cada caso, teremos de reflectir sobre a qualidade do material recolhido e sobre o poder interpretativo do dispositivo de análise que sobre eles é aplicado.

Alguns autores estudaram variadas dimensões da toxicodependência,

utilizando o dispositivo de recolha de dados que acabámos de enunciar. Faremos ainda notícia de dois trabalhos que se diferenciam entre si nos métodos, objectivos e tradições teóricas em que se inserem – a francófona e a anglo-saxónica.

Macquet (1992), o nosso autor de língua francesa, utiliza uma perspectiva biográfica que privilegia as dimensões familiares. Trata-se de compreender em que medida, a história familiar pode explicar ou condicionar o tipo de padrão de consumos que surge numa dada biografia. O autor faz uso de uma série de estudos de caso único.

Faupel (1991), pelo contrário, usou histórias de vida cruzadas. O objectivo do seu projecto foi o estudo do nexos droga/crime numa população de consumidores da América do Norte. O conceito central do seu trabalho é o de carreira - uma noção anteriormente aplicada ao estudo dos comportamentos desviantes por Becker (sobre a distinção entre as noções de carreira e de estilo de vida consulte-se Brochu, 1996).

Em suma: a perspectiva biográfica pode ser-nos útil, pois possibilita um olhar diferente em contextos tradicionais. Pessoalmente, tivemos já essa experiência no nosso trabalho de mestrado (Tinoco, 2000) ao depararmo-nos com a riqueza do material recolhido e também com a vontade de muitos entrevistados em quererem falar de si mesmos.

4. A toxicodependência como uma biografia

No capítulo I, analisámos os percursos históricos que levaram à construção do consumo de drogas como um estigma. Agora, neste segundo capítulo, expusemos um conjunto de métodos e um modo de olhar a realidade, que privilegia o percurso individual.

Um sem número de autores tem vindo a aplicar o método biográfico (ou pelo menos uma perspectiva biográfica) ao estudo da toxicodependência. O olhar histórico foi, pois, completado pelo olhar transversal da realidade de hoje. Conhecemos, nos trabalhos de Ingold, Faupel ou Romaní, p. e., as trajectórias de consumo de toxicodependentes mais refractárias aos métodos de investigação comuns.

Não queríamos dar conta destes percursos sem, de alguma forma, escutarmos o devir histórico que envolveu a evolução das práticas de consumo através dos tempos. Todas as investigações que referimos operam um deslocamento de perspectiva: elegem como objecto de estudo o modo como os indivíduos encaram as suas próprias práticas. Tal inversão de ponto de vista possibilitou uma linha de investigação de inegável riqueza - porque construída a partir do que os sujeitos relatam e não apesar do que dizem.

Encarar a toxicodependência como um processo que se estende ao longo de um processo de vida é abandonar posições clássicas da psicologia. O psiquismo está em constante mutação, o contacto com os outros actualiza determinadas dimensões em detrimento de outras. O indivíduo recria em si o mundo, ao mesmo tempo que é constrangido por ele.

Terminamos, pois, a construção do segundo pilar teórico do nosso projecto. Relembramos: a evolução dos usos das drogas na história civilizacional (cap. I); a evolução do consumo de drogas na biografia dos indivíduos (cap. II). Estamos preparados para a derradeira etapa teórica: trataremos nela das adaptações cognitivas que os indivíduos realizam ao longo da sua história de consumidores.

CAPÍTULO III

O CONSUMO DE DROGAS COMO DILEMA MORAL

“Eu vou buscar ao ópio que consola
um Oriente ao oriente do Oriente.”

In Opiário – Álvaro de Campos

CAPÍTULO III – O consumo de drogas como dilema moral

Analisámos o modo como o consumo de drogas ilegais se tornou um estigma. Vimos também, que podemos conceptualizar biograficamente o percurso de toxicodependentes. Resta-nos, agora, reflectir sobre uma contradição estrutural: como é que uma pessoa, conhecedora do estigma social associado a certas substâncias, pode vir a consumi-las? Esta contradição aplica-se quer à fase inicial do percurso de consumidor, quer a qualquer outra dessas etapas. Observa-se ainda a mesma contradição nos expedientes que muitos consumidores se socorrem para manter a sua dose diária – praticam actividades condenáveis socialmente.⁵⁰

O dilema moral que assim emerge, suscita adaptações cognitivas ou, se quisermos, racionalizações, que justificam ou desculpabilizam os comportamentos. O artigo de Sykes & Matza (1957) que inaugurou a reflexão sobre esse dilema trata precisamente dos modos como o indivíduo pode neutralizar o imperativo moral que, por exemplo, o impedia de consumir ou de roubar. O conceito aí proposto, técnicas de neutralização, tenta sistematizar os esquemas que podem ser usados para atenuação do dilema moral:

Trataremos, neste capítulo, de situar teoricamente esta proposta e os seus autores - 1. As neutralizações e as teorias do comportamento desviante;

⁵⁰ Leon Festinger em 1957 propõe o conceito de dissonância cognitiva que, de algum modo, se aproxima deste conceito de neutralização.

seguidamente exploraremos as propostas dos autores detalhadamente - 2. Técnicas de Neutralização; finalmente, trataremos de explorar as aplicações feitas da proposta de Sykes & Matza noutros objectos de estudo - 3. Aplicações Metodológicas. No final da revisão teórica, teremos terminado a nossa fundamentação pelo que, após um breve capítulo síntese do nosso percurso, abriremos porta a uma reflexão metodológica que, forçosamente, será já de cariz teórico prático.

O envolvimento com a actividade de consumo de substâncias psicotrópicas implica especificidades e vivências diversas. Mais: envolve igualmente adaptações cognitivas e racionais que importa aqui investigar. Recordemos que a partir dos finais do século XVII e até à era proibicionista, assistimos à construção simbólica do consumo de substâncias como algo que permitia uma descoberta de si que, frequentemente, implicava alienação. Recordemos igualmente, que as ciências sociais e humanas se interessaram pelo estudo longitudinal das condutas e atitudes. Necessitamos, então, de combinar estas duas dimensões. Como fazê-lo?

Necessitamos de uma teoria que dê conta da construção de si num contexto de dilema moral. O consumidor conhece, em maior ou menor grau, a perigosidade do uso continuado de certas substâncias. Ainda assim, continua a fazê-lo: a teoria terá de explicar como os indivíduos lidam com essa contradição. Por outro lado, aquela não poderá desprezar a dimensão temporal que as histórias de vida envolvem. Cremos ter encontrado essa visão teórica na proposta das técnicas de neutralização da moral convencional propostas por Sykes & Matza (1957); Matza (1969; 1964). É à explanação das riquezas, insuficiências e aplicações destas propostas que dedicaremos o corpo deste capítulo.⁵¹

⁵¹ Como demonstraremos na epígrafe que inicia a parte B do trabalho, as linhas teóricas que temos vindo a seguir, e onde se inserem as neutralizações, privilegiam a compreensão da desviância, a lógica do seu desenvolvimento interno, em detrimento das suas causas e factores predisponentes.

1- As neutralizações e as teorias do comportamento desviante

A proposta de neutralização de Sykes & Matza(1957) foi feita inicialmente para o estudo da criminalidade juvenil. Tratava-se de compreender o modo como certos jovens se adaptavam a condutas transgressivas e, depois de certo período das suas vidas, retomavam um percurso normativo. Ogien (2000) chama atenção para o facto da desviância, para estes autores, submeter-se às mesmas exigências racionais que qualquer outro comportamento social. Tal visão aproxima-os de Sutherland: “*não se nasce delinquente aprende-se a sê-lo*” (op cit, p. 19), pois a neutralização da moral dominante é uma dimensão importante dessa aprendizagem. Também Pfohl (1994), na sua obra genérica sobre as teorias do comportamento desviante, encara as técnicas de neutralização como um desenvolvimento da proposta da associação diferencial de Sutherland.

Sublinhamos a vertente longitudinal das técnicas de neutralização - especialmente desenvolvida na obra de Matza sobre a deriva, como adiante veremos. É da mesma forma verdade que o primeiro trabalho de Sykes & Matza (1957) sobre técnicas de neutralização privilegia o estudo de estratégias de adaptação racional ao dilema moral que a prática de condutas transgressivas traz consigo. De tudo isso daremos conta no ponto seguinte. Por agora, dedicar-nos-emos a aspectos gerais da proposta que aqui estudamos.

A dimensão racional (ou cognitiva) reflecte as aprendizagens que os indivíduos fazem das condutas transgressivas. Aliás, é o seu carácter, antecedente à transgressão, que permite a emergência do acto desviante (Ogien, 2000). Mas o facto de Matza e Sykes defenderem a prioridade da neutralização em relação ao comportamento transgressivo releva do facto de as populações estudadas estarem também a par dos valores normativos: sendo assim, só através da suspensão destes, os actos criminais seriam observáveis. Os jovens procedem a uma oscilação de identificações entre o mundo criminal e o mundo social normativo (Ogien, 2000; Matza, 1964). Na ideologia do *gang* de rua, aprendem padrões subculturais que, conseqüentemente, os afastam dos valores consensuais sem que, contudo,

estes sejam alguma vez completamente ignorados.

Um outro fenómeno, decorrente, é ainda observável: as esferas normativas e as esferas desviantes formam um discurso diferente na descrição dos mesmos acontecimentos. Uma agressão física é justificada para o desviante, uma vez que a sua honra foi manchada, p. e., enquanto que para o mundo normativo essa justificação, evidente para o desviante, carece de qualquer razão plausível. Apesar de Matza e Sykes aproximarem o comportamento desviante da normalidade, reconhecem-lhe uma especificidade própria. No entanto, as críticas não se fizeram esperar, assinalando que o delinquente, quando confrontado com o mundo convencional, sofre um choque:

“Nevertheless, their value (das racionalizações) dissipates greatly when deviants are confronted with the feeling that their comforting cognitive fictions are not shared by members of the straight world.” (Pfohl, 1994).

Nestes casos, algo mais seria necessário além da dimensão racional. Assim, Douglas (1977) propõe a noção de uma contra-moralidade agressiva e de um contra-orgulho (counterpride display) como estratégias adicionais para lidar com sentimentos de culpa e julgamentos sociais.

Uma outra interrogação poderia nascer da problemática do nascimento dos valores normativos, e o porquê de os valores desviantes serem portadores de uma visão distinta do todo social, dito normativo.

Mais tarde, Matza (1969), a propósito da evolução do fumador de marijuana, estuda os processos sociais e históricos da estigmatização de determinadas condutas. A proibição do consumo de marijuana por parte do Estado condiciona de facto mas também numa esfera simbólica, as aproximações que os indivíduos possam fazer à substância. Esta contextualização, mais ambiciosa, dos dilemas morais subjacentes aos comportamentos desviantes, parece-nos ter sido realizada nesta obra.

2 - Técnicas de neutralização

Após este breve enquadramento das técnicas de neutralização (TN) cumpre-nos agora analisar com mais detalhe cada uma dessas técnicas, ilustrando a sua aplicação no âmbito das toxicodependências - nós próprios, em 1999, fizemos um pequeno exercício a este propósito, tentando realçar o valor heurístico das TN na área das toxicodependências. Matza havia desenvolvido as potencialidades das TN numa vertente fenomenológica, procurando compreender o modo como os indivíduos se relacionam com a norma e o desvio – o conceito de deriva (*drift*) dá conta, precisamente, de uma indefinição do indivíduo entre dois sistemas de valores. Partindo de trabalhos clássicos como os de Becker (1963) e de Goffman (1963), o autor tenta compreender e explicitar a adesão do indivíduo a uma conduta desviante. No seu trabalho *Becoming Deviant* (1969) a deriva transforma-se em processo de mudança de identidade psico-social.

A noção de conversão, por ele igualmente proposta, pretende explicitar uma certa mudança na ordem das significações do indivíduo: ser desviante passa a fazer parte da sua identidade pessoal.

2.1 - Neutralizações

Sykes & Matza (1957) propuseram uma série de técnicas de neutralização necessárias em diversos momentos das vidas dos indivíduos desviantes. Todas elas são utilizadas de forma que a moral dominante seja anulada (nem que seja parcialmente) e os sujeitos se permitam exercer comportamentos ilegais sem grandes sentimentos de culpa. Inicialmente, foram sinalizadas cinco técnicas:

- Negação de responsabilidade – implica uma espécie de *locus* de controle externo. O indivíduo crê estarem fora de si as causas e os motivos do seu comportamento. Não sente culpa, uma vez que esta racionalização o demite de qualquer responsabilidade

dos comportamentos por ele realizados.

- Negação do delito – qualquer racionalização que vise minorar ou desvalorizar o acto desviante engloba-se nesta categoria. Pedir um carro emprestado (eufemismo para furtar) ou achar que não é importante o que se rouba, são algumas alternativas para minorar a culpa resultante da infracção.

- Negação da vítima – nesta racionalização, o delinvente pode defender que a vítima devia ser roubada ou porque o merecia, ou porque não lhe fazia falta o produto roubado, ou ainda porque merecia ser castigado de alguma forma.

- Condenação dos condenadores – os indivíduos ou instituições ligadas aos sistemas de controle social ou de aplicação da lei podem ser denegridos a vários níveis. Os polícias podem ser vistos como pessoas corruptas e, por isso, sem legitimidade moral para falarem de normas de conduta ou fazerem detenções de qualquer tipo.

- Apelo a lealdades mais fortes – em certos momentos, a lealdade para com grupos desviantes ou para com a ideologia desviante pode tornar-se mais imperiosa que as obrigações morais convencionais. O indivíduo pode ver-se a fazer determinada infracção, até contra vontade, porque foi obrigado por um sistema de valores ou por obrigações de honra para com o grupo de pares.

Em suma, as TN propostas pelos dois autores cobrem uma série de técnicas capazes de neutralizarem os constrangimentos morais em que todos nós, de uma maneira ou de outra, somos socializados. Como é que essas técnicas são aplicadas pelos sujeitos? É o assunto a que Matza se dedica nas suas duas obras a que, de seguida, faremos referência e que vamos passar a analisar, nos pontos que, para este trabalho, nos pareceram relevantes.

2.2 – Tradições subterrâneas

Matza & Sykes (1961) estudam os valores subterrâneos da juventude. Trata-se precisamente de questionar uma certa divisão, extremamente polarizada, sobre o modo como as subculturas desviantes são perspectivadas. Até então, os valores subculturais eram vistos como existindo à parte da sociedade normativa. O trabalho de 1961, e continuando certa linha possibilitada pela proposta das técnicas de neutralização, tenta sublinhar certas continuidades existentes entre o desvio e a normatividade. Na cultura tradicional existem tradições subterrâneas que celebram valores opostos à ética do trabalho e, de um modo geral, à ética dominante nas nossas sociedades, valores esses que tendem a estruturar-se em torno de pólos opostos que celebram a diversão, um certo espírito aventureiro e até mesmo algumas formas de agressividade.

Os autores propõem três grandes núcleos de expressividade e rebeldia juvenil: a delinquência; o radicalismo; e um espírito boémio (Larrauri, 1991). A rebeldia requer condutas que sejam publicamente denunciadas, sendo adoptadas apenas por um número reduzido de jovens; são condutas que podem ser toleradas por segmentos específicos da população adulta e, por isso, originar formas de valorização ambivalente em contexto privado; por último, as condutas rebeldes correspondem a subversões de certos comportamentos da chamada juventude convencional. Como está bom de ver, todos estes pressupostos transformam os comportamentos desviantes em condutas mais próximas do normativo. De facto, os autores defendem a existência de relações subterrâneas entre as subculturas e as tradições invisíveis que subsistem, ocultas, no mundo tradicional.

Matza irá prosseguir o seu trabalho sozinho e as suas obras apresentarão um maior fôlego: procura reflectir um pouco mais sobre o interior do indivíduo e aprofunda ainda aprofundando a ideia de aprendizagem das condutas desviantes e vivências psicológicas nelas envolvidas.

2.3 - Deriva e conversão

Matza desenvolveu, então, o seu trabalho numa nova direcção, interessando-se, sobretudo, em estudar o modo como os indivíduos se aproximam das condutas desviantes *Delinquency and drift* (1964) e o já referido *Becoming Deviant*, (1969) são obras que enunciam os dois conceitos centrais no processo de cometer comportamentos desviantes. O princípio da deriva dá conta de um processo fluído, em que as condutas não estão rigidificadas - apenas se as circunstâncias permitirem, é que o indivíduo é impelido para cometer um crime; durante o resto do tempo, a adesão aos valores normativos é uma constante.

O outro princípio, o da conversão, é formulado na segunda obra. Neste trabalho, Matza tenta compreender o processo de envolvimento com as condutas desviantes de um ponto de vista interno ao indivíduo. Para isso, procede a uma reinterpretação da análise de Becker sobre o processo de tornar-se fumador de marijuana. A conversão implica a adesão interna do indivíduo a uma dada categoria de comportamento desviante: ele passa a ver-se como diferente, na sua natureza, dos indivíduos convencionais.

O conceito da deriva é o mais próximo da neutralização, pois dá conta de dimensões racionais da evolução das condutas desviantes, até a um estado de não decisão permanente. A conversão, por sua vez, e o processo de desviância que nele desemboca, respeita sobretudo o processo de aquisição de uma identidade desviante.

Iremos então explicar as principais evoluções teóricas do autor que, partindo das técnicas de neutralização, procura explorar outras áreas das trajectórias desviantes.

- A deriva -

A deriva nasce de uma codificação social mas refere-se, simultaneamente, a uma vivência dos indivíduos. Por outras palavras: os jovens delinquentes encontram-se fora da alçada dos mecanismos de controle social, não construindo, porém, uma liberdade a partir daí. Matza define

sucintamente a noção da seguinte maneira:

“Those who have been granted the potentiality for freedom through the loosening of social control but who lack the position, capacity, or inclination to become agents in their own behalf, I call drifters, and it is in this category that I place the juvenile delinquency” (Matza, 1990, p 29).

O indivíduo classificado nesta categoria vê-se, pois, num duplo dilema: é marginalizado pelos sistemas de controle social; mas é também despojado de posição, poder ou capacidade de transformar a liberdade, assim obtida, em capital próprio – i. e. tornando-se agente de si mesmo. Esta marginalização consubstancia-se na adesão a uma subcultura que fornecerá ao indivíduo diversos mecanismos, racionais e ideológicos, que permitirão envolver-se ainda mais com os comportamentos desviantes. Nomeadamente, fornece crenças que visam negar a importância do delito, favorecendo a criação de um sentimento de injustiça face às esferas normativas. Contribui, também, para a construção de um sentimento rudimentar de injustiça em moldes muito próprios.

Há uma distância entre as noções subculturais e as que são enquadradas legalmente. Essa distanciação produz um sentimento de injustiça que se vai aos poucos ampliando. O autor refere mesmo que a subcultura juvenil⁵² pode funcionar como uma memória colectiva, colecionadora de injustiças. O contacto com as esferas de controle social é vivido, muitas vezes, na expectativa de detectar erros, explorar incongruências. Existem, em praticamente todas as culturas, causas autorizadas para cometer determinadas infracções que são reconhecidas na moral normativa: matar uma pessoa, p. e., pode ser um acto despenalizado legalmente se for em legítima defesa ou se o autor da infracção não estiver na plena posse das suas faculdades mentais. Assim, subcultura socializa os seus indivíduos numa ideologia que expande a amplitude das causas autorizadas,

⁵² Sobre as diversas configurações que o conceito assumiu, consulte-se: Agra & Fernandes (1993); Cloward & Ohlin (1960) e Willis (1983); A. K. Cohen (1955).

ao mesmo tempo que promove um sentimento de irresponsabilidade. O problema é que essa ideologia não é reconhecida pelo todo social: quando o delinquente diz não ter tido intenção de cometer determinada infração, as suas causas não são reconhecidas pela polícia.

A provocação é outro factor que neutraliza a ligação à moral convencional. Perante uma provocação - que é também interpretada de forma liberal pelo jovem delinquente - não só a defesa é justificada, como também o ataque. A definição de auto-defesa permite a entrada em combate de forma legítima.

O conceito de insanidade é também ampliado: o alcoolismo é utilizado como desculpa para momentos de descontrolo, comportamentos impulsivos e repentinos são vistos como desculpas para certas infracções. O sentimento de irresponsabilidade é de modo geral alimentado pela ideologia da subcultura. Inclusive, o apelo a causas sobrenaturais é utilizado como justificativo para certos comportamentos (se bem que Matza ache que esta crença não seja tomada muito a sério).

A infracção pode também ser encarada como uma espécie de transacção privada entre acusado e vítima (um ajuste de contas com violência física pode ser visto como algo que não deve ser objecto de interferência). Essa transacção privada não merece ser objecto de intervenção por parte da polícia ou do poder público em geral. Também a transgressão é vista de maneira diferente conforme as características da vítima – a sua maior ou menor tendência a perdoar a infracção, faz depender a avaliação da sua gravidade.

A negação da vítima é outra racionalização disponível e o caso dos homossexuais é paradigmático: eles, quando assaltados, não se queixam dos maus-tratos para evitar escândalo. Desenvolve-se, então, a crença subcultural que, se eles não se queixam, é porque perderam esse direito. Do mesmo modo, quando os processos são desencadeado pelo Estado apesar da vítima nada fazer, esta perde, à luz da visão subcultural, o seu estatuto de vítima. A partir daí, todo o desenvolvimento do caso só poderá alimentar mais sentimentos de injustiça.

Não se creia, porém, que todos estes modos de neutralização implicam automaticamente a infracção - eles preparam, somente, o indivíduo para que

se decida a actos desviantes. A neutralização, e a conseqüente deriva, não implicam sempre o acto criminal. Dois passos ainda são necessários: a preparação e o desespero (*desesperation*). A preparação pressupõe a aprendizagem pela experiência que uma infracção consensual no todo social, afinal pode ser feita e mais, deve ser feita à luz da ideologia subcultural. Em primeiro lugar, o indivíduo aprende crimes, e apercebe-se que é fácil cometê-los; depois tenta também minorar a culpa das suas possíveis conseqüências negativas.⁵³

O sentimento de desespero, por sua vez, desencadeia a vontade de cometer novo tipo de actos criminais. O indivíduo mergulha numa atitude generalizada de fatalismo, passando a encarar o *self* como efeito do que o rodeia (grupo de amigos; problemas familiares etc...). Para auto-afirmar-se, uma vez que passa a ver o *self* como causa, deseja fazer acontecer algo: o indivíduo afirma-se através da prossecução de mais actos criminais. Um ciclo paradoxal estabelece-se e auto-alimenta-se: o desviante apreende uma ideologia que o desculpabiliza, que o destrona do lugar activo dos seus actos; ainda assim, é só através de mais infracções que ele se pode afirmar e, conseqüentemente, envolver-se mais profundamente com a ideologia que o desculpabiliza.

Neste modelo, a neutralização funciona como um precursor da deriva. Ambas aumentam a probabilidade da existência de actos desviantes, mas não os causam directamente. É necessário entrar num modo de existência fatalista - ver-se a si mesmo como um efeito de influências exteriores. É esta dimensão interna que é explorada no outro trabalho de Matza de que a seguir faremos notícia.

– Conversão –

Na sua obra *Becoming Deviant*, Matza faz uma reflexão epistemológica sobre as diversas perspectivas de conceptualização dos fenómenos nas

⁵³ Esta ideia corrobora, a nível individual, o conceito de amplificação da desviância desenvolvido por Young (1971) no que diz respeito à toxicoddependência: a partir de certo momento é o próprio desviante que colabora no processo de exclusão – o sentimento de injustiça referido por Matza desempenhará, certamente um papel importante.

ciências sociais o que o obriga a fazer um percurso por diversos autores clássicos da tradição de Chicago. O rigor científico que perpassa toda a obra leva-o, por vezes, a tomar alguma distanciação em relação a pressupostos que entram em conflito com o seu próprio pensamento. Uma dessas discordâncias prende-se com o facto de diversos autores de Chicago tenderem a desprezar as comunicações entre o mundo desviante e o convencional. Vimos já que, na delinquência juvenil, Matza constatou uma alternância de estatutos, uma proximidade que chegava até a provocar uma certa ansiedade estatutária.

Como resolver esta questão? Enquanto que a escola de Chicago vinha a privilegiar o estudo das trajetórias desviantes em mundos afastados dos imperativos convencionais, Matza constatava uma intercomunicação entre esses mundos. Este era um dos problemas centrais com que, sob diversos prismas, o autor vinha a debater-se ao longo dos seus diversos trabalhos.

A sua proposta irá surgir em diálogo com outras obras: a de Becker (1963) na sua análise da formação de um fumador de marijuana; e a de Goffman, com o seu conceito de estigma e as cerimónias de degradação pública do estatuto social (este último conceito desenvolvido plenamente por Garfinkel, 1956). Matza tenta construir um pensamento que se abra a uma forma especial de determinismo e de escolha pessoal:

“...el proceso de desviarse, no puede dar en el ser predeterminado; tan sólo puede dar se la determinación por si mismo y por los otros que es un asunto completamente distinto...” (Matza, 1981, p. 136).

Existe, pois, influência dos outros e escolha pessoal. A aproximação a grupos desviantes pode ajudar a confirmar e a desenvolver uma determinada identidade desviante. De igual forma, o indivíduo faz escolhas que permitem um maior ou menor envolvimento com esse género de actividades, a que vai sendo capaz de dar novos significados. Numa primeira fase, existe apenas um estar disposto a cometer um certo comportamento - o que não é o mesmo que ser capaz de o cometer; já que este é o resultado da afinidade. Na filiação, segundo momento cujo cerne é a conversão, o indivíduo passa a considerar a conduta desviante num novo nível.

A conversão pretende dar conta da apropriação simbólica de cada conduta implicando, precisamente, um rearranjo da ordem simbólica do indivíduo. Já Goffman situa no momento da revelação do estigma, a alteração da identidade social e também psicológica do indivíduo – p. e. no caso do homossexual que decide assumir o seu comportamento publicamente, pode passar a considerar esse momento como o momento da sua libertação, um momento crucial e benéfico do seu percurso.

Matza também nos fala de identidade: o indivíduo vê-se a braços com uma questão de unidade consigo próprio. Ele tem a sua identidade convencional, na qual se socializou, mas possui igualmente a apetência para um dado comportamento infractor. Como resolver esta tensão? Os que persistem na infracção podem começar a aceitar essa desviância como uma “*expressão de si mesmo*” (*op. cit*, p.205).

Para o caso da delinquência, defende Matza, a reincidência pode servir como prova de se possuir uma identidade diferente. Também na toxicod dependência, acrescentamos nós, a constatação da ressaca opiácea pode constituir-se como prova de identidade desviante e facilitar a interiorização de uma ideologia subcultural que o indivíduo já conhecia, mas que nunca tinha aceitado como sua.⁵⁴

A partir desta aceitação de uma identidade diferente, tudo pode desenvolver-se. O próprio facto destas condutas serem reprimidas pode facilitar uma desafiliação do mundo convencional e uma consequente escalada na associação aos mundos desviantes.

Para terminar: Matza desenvolve, a partir das TN, duas linhas de trabalho: uma, mais prática, partindo do estudo da delinquência juvenil, propõe o conceito de deriva; uma outra, fenomenológica, tenta enquadrar o processo da desviância como uma escolha que se vai determinando pelo indivíduo e pelos outros, que com ele convivem. Por outras palavras: Matza estudou as racionalizações necessárias a um envolvimento com actividades desviantes; reflectiu igualmente sobre as vivências e dilemas com os quais o desviante

⁵⁴ Nós próprios, reflectimos sobre esse processo de aquisição de uma identidade desviante (Tinoco, 2002b) partindo da ideia de conversão e do facto empírico constatado por Grapendaal et al (1995) – que relaciona a consciencialização do síndrome de privação e um maior envolvimento com a ideologia subcultural dos consumidores de drogas de Amesterdão.

terá de se confrontar ao longo do seu percurso biográfico. Partindo das TN, soube ampliar a sua visão para o estado da deriva e para o conceito de conversão. Desenvolveu, pois, todo o potencial contido no premonitor artigo que escreveu com Sykes.

3 - Aplicações metodológicas

A proposta de neutralização fez alguma tradição na investigação em ciências sociais e numerosos projectos científicos tentaram compreender a utilização de racionalizações nas mais diversas áreas da desviância. Uma vez que, em todas elas, existe um conflito entre a moral dominante e o comportamento transgressivo. Aliás, é para a anulação dos efeitos negativos de uma actividade estigmatizada, e a sua prossecução com menores níveis de culpa, que o uso destas racionalizações serve.

3.1 - Crime de colarinho branco

Coleman (1985) interessa-se pela questão da neutralização nos chamados crimes de colarinho branco. O autor estudou comportamentos delictivos de pessoas com um certo estatuto social que cometem transgressões no âmbito das suas actividades profissionais ou, pelo menos, utilizando as posições delas decorrentes. Este é o caso extremo da pessoa socializada plenamente, bem informada das suas obrigações éticas e morais, que comete um acto proibido. A utilização de neutralizações põe-se, portanto, com grande acuidade, uma vez que elas servem para que os indivíduos se envolvam em actividades desviantes sem se passarem a considerar criminosos ou em falta.⁵⁵

Coleman faz uma adaptação específica das TN clássicas, a que já nos referimos, chamando a atenção para o facto das racionalizações não só justificarem as infracções passadas, mas ainda facilitarem as futuras. Terá por isso de ocorrer uma aprendizagem específica e é, talvez por esse motivo que o autor se socorre de um modelo proposto por Cressey (*cit in* Coleman, 1985) em que se considerava como indispensável, para que o acto criminal de colarinho branco ocorra, a ocorrência de três premissas, a saber: 1. problema financeiro comunicável; 2. existência de conhecimento e oportunidade para

⁵⁵ Insere-se aqui o conceito de populações ocultas proposto por Agar (1994) e de um modo ou de outro recorrente em muitos autores que se dedicam à reflexão sobre os critérios de amostragem de populações desviantes (Manita 2001; Manita & Negreiros, 1996).

a infracção; 3. utilização de racionalização aceitável.

Investigações posteriores, continua Coleman, puseram em causa o estatuto de imprescindibilidade da premissa primeira, mas as duas últimas permanecem actuais e referem-se a dimensões de aprendizagem do crime. É, precisamente, a aprendizagem da conceptualização da infracção como comportamento aceitável que nos interessa aqui debater.

Consideremos então os vários núcleos de neutralização propostos pelo autor que temos vindo a seguir:

- muitos transgressores encaram os seus primeiros actos delinquentes como empréstimos e só quando se apercebem que nunca poderão pagar as dívidas é que principiam a aceitar o seu comportamento criminoso (racionalização do empréstimo);
- podem também considerar a lei desnecessária e injusta (negar necessidade de obedecer à lei);
- podem igualmente afirmar que o crime é necessário para a sobrevivência sua, da família ou mesmo da empresa em que trabalham (defesa da necessidade);
- o crime pode ser neutralizado através de um apelo ao sistema – toda a gente o faz, é preciso abolir o sistema se realmente quisermos acabar com ele (toda a gente faz a transgressão);
- por último, a pessoa que comete o crime pode passar a achar que merece o subsequente ganho, uma vez que não lhe era reconhecido, pela actividade patronal, o valor que a ela se atribui (reclamar o ganho).

Com a excepção da racionalização do empréstimo, que é mais específica do colarinho branco, todas estas técnicas passaram a ter um estatuto de grande aceitação, o que acabou por equipará-las às TN mais clássicas de Matza & Sykes. A investigação de Coleman é tornou-se particularmente

interessante pelo facto de ampliar a investigação do dilema moral para a área do crime de colarinho branco.

Uma outra reflexão do autor nos interessa para aqui: ele afirma que as TN aprendem-se na subcultura, mas exprimem-se na linguagem do indivíduo. Em casos de delinquentes, com menos laços sociais aos mundos desviantes, são os indivíduos que vão aos poucos criando as suas próprias racionalizações (ou seja, a racionalização do empréstimo pode acontecer sem que haja um contacto subcultural muito estruturado, remetendo para a vertente estrutural da situação). Assim, ideia da conexão psico-social que observámos a propósito das histórias de vida também é aqui reiterada e complexificada.

3.2 - O caso dos consumidores de marijuana

Um estudo que nos interessa particularmente é o de Priest & McGrath (1970), uma vez que investigou a utilização das TN de Sykes e Matza em fumadores de marijuana. O estudo é exploratório, mas ainda assim revelador, uma vez que relaciona TN com etapas específicas do percurso de consumidor.

Assim, a TN negação da responsabilidade encontra-se estreitamente ligada com a primeira experiência com a substância, o que entra um pouco em linha de choque com a ideologia subcultural que defende que fumar marijuana é uma escolha racional. Também a TN apelo a lealdades mais fortes foi relevante para este momento de iniciação. A TN negação do delito foi utilizada, nomeadamente no que se refere à desvalorização da dimensão negativa do acto de consumo: a vertente do prazer é a mais realçada. A TN negação da vítima está igualmente presente, especialmente quando em combinação com a negação do delito. Esta combinação, segundo os autores, permite a continuação dos consumos sem quaisquer sentimentos de culpa.⁵⁶ Finalmente, a TN condenação dos condenadores quase não foi usada e, quando o foi, é referida em termos vagos e imprecisos.

⁵⁶ O tipo de racionalizações detectadas pelos autores, neste tipo de combinação, passava por: ‘o haxixe não faz mal’ (negação do delito) e ‘não estou a fazer mal a ninguém’ (justificação próxima da negação da vítima).

Priest & MacGrath referiam a existência de casos de evocação da moral puritana, mas sempre em termos pouco radicalizados. O facto é explicado pelos autores através da proximidade social dos indivíduos consumidores, relativamente às entidades ou pessoas que efectuam a condenação. O que faz com que estas sejam vistas nos seus diversos papéis sociais e não somente como condenadores.

Consideramos este estudo interessante, porque aplicado a uma figura desviante próxima da que estudamos, e ainda pelo facto de os autores encontrarem TN especialmente relacionadas com pontos charneira das trajectórias desviantes.

3.3 – Os criadores de cães de combate

Fosythe & Evans (1999) conduziram uma investigação do mundo dos criadores de cães de combate, actividade esta ilegal nos EUA pois envolve apostas e, frequentemente, implica a morte de pelo menos um dos cães. Os criadores são pessoas da classe média que se introduziram no mundo dos cães de luta, num contexto em que o conflito de valores normativos e os do submundo dos criadores de cães é uma constante.

A TN negação do delito ou dano é usada quando os criadores sublinham que os cães de luta estão a fazer aquilo para que existem, a cumprir uma espécie de determinação genética ou ainda quando treinadores negam a crueldade do espectáculo da luta (ou do desporto, como alguns apelidam esta actividade). Encontramos a TN condenação dos condenadores em muitos treinadores que apelidam de hipócritas quem critica estas lutas, comparando a sua actividade com a do boxe. Já a TN apelo a lealdades mais fortes é usada quando vários treinadores sublinham o facto de ser difícil entrar na actividade, referindo o processo de aprendizagem que envolve o ter-se um professor com quem se vão criando laços de camaradagem e de respeito e que implica a gradual revelação dos segredos da criação de cães vencedores. Como em muitas comunidades estigmatizadas, um código rígido de conduta estabeleceu-se e ajuda a regular as relações informais entre os diversos actores deste submundo.

3.4 – Algumas críticas

Recentemente, diversos autores têm gizado algumas aproximações quantitativas às técnicas de neutralização, o que requer uma construção de instrumentos que operacionalizem cada técnica. Estas investigações têm algum interesse para a revisão que temos vindo a efectuar, uma vez que discutem e apontam algumas insuficiências na proposta de Sykes & Matza. Por outro lado, é da mesma forma interessante confrontar empiricamente as neutralizações com outras teorias do comportamento desviante. Costello (2000) é uma das autoras que segue por essa via, fazendo uma discussão teórica e também empírica entre as TN e a teoria do laço social de Hirschi (1969).

Sem entrar em muitos pormenores queremos, contudo, referir que enquanto Hirschi defende que as pessoas que têm laços às normas e sistemas sociais não usam TN, Costello, empiricamente, chegou a um meio termo no seu estudo: as crianças com mais laços aos pais usam menos TN. Os delinquentes que utilizam neutralizações têm maior auto-estima do que os que não se defendem dessa forma. Confirma-se, desta forma, a função protectora das TN em actores de comportamentos desviantes.

Minor (1980) e Costello (2000), este empiricamente, põem em causa a posição defendida por Sykes e Matza quando defendem que as TN precedem o acto e o tornam possível. Para Minor, as TN são técnicas que fornecem justificações retrospectivas dos actos. Quanto a esta crítica achamos que é difícil pronunciarmo-nos a sua dimensão causal, cremos que, provavelmente, as TN têm essas duas vertentes: a da justificação de actos passados e a da preparação de actos futuros. Aliás, ao revermos as propostas posteriores de Matza já compreendemos que o problema não é assim tão simples.

Agnew (1994) defende já um estudo mais minucioso, procurando uma relação entre os diferentes tipos de neutralização e as diversas situações sociais em que são usados. É o que o estudo de Khoo & Oakes (2000) procura, a seu modo, realizar. Khoo & Oakes estudam o uso de TN em diversas situações, nomeadamente conjugando-o com o conceito de

identidade delincente. Mas o seu uso não parece seguir padrões estáveis, tendo os autores se socorrido da teoria da categorização do eu (que advoga a variabilidade do eu conforme as situações e os papéis sociais que desempenhados).

Assim sendo, as categorizações dão origem a variabilidade: a identidade delincente, apesar de estável, pode ser temporariamente suspensa por outras que, naquele momento, são mais importantes. O papel pai de família normativa pode levar o indivíduo a defender posições que são incompatíveis com o seu papel de delincente e a acreditar nelas à vez.⁵⁷ Está claro que a utilização de neutralizações dependerá dos contextos e, sobretudo, do predomínio relativo da identidade delincente em relação a outras.

Se pensarmos bem todos nós, de algum modo, já experimentámos ligeiras incongruências entre o que dizemos e pensamos nos nossos diversos papéis sociais. Esta variabilidade das posições sociais vai de encontro a muito do pensamento que Matza desenvolveu posteriormente e é, por assim dizer, uma forma de o actualizar com outros conceitos.

3.5 - Alguns consensos

Eliason & Dodder (2000) estudaram as formas de neutralização entre caçadores furtivos de renas, numa análise exploratória mas que utiliza já dez tipos de técnicas de neutralização. Constataram que as neutralizações mais utilizadas pelos caçadores foram: a negação da responsabilidade; o uso metáfora da compensação (o meu comportamento fora das caçadas compensa a minha eventual falha); toda a gente faz isso; defesa da necessidade e, em mais pequena escala, a condenação dos condenadores (os caçadores recusaram a utilização de outras técnicas como a negação da vítima; negação do delito; apelo a lealdades mais fortes, entre outras).

O carácter exploratório do trabalho, porém, não nos dá uma interpretação para os factos relatados pelo que se regista apenas o interesse da sua aplicação a uma área pouco explorada e ainda a referência a mais uma forma

⁵⁷ M. Gonçalves (2003) refere precisamente a diluição da ideia de uma identidade estável e imutável ao longo do tempo. Khoo et al (2000) estuda a importância do contexto e das auto-categorizações na variabilidade do sistema de crenças do indivíduo.

de neutralização – a metáfora da compensação. Temos, então, dez TN, as cinco clássicas de Matza & Sykes, as propostas por Coleman (retirando a racionalização do empréstimo) como consensuais na literatura da área. A metáfora da compensação, referenciada por Eliason & Dodder (2000) soma-se, agora, a essa concordância.

Também Mitchell, Dodder & Norris (1990) e Mitchell & Dodder (1983), através de abordagens quantitativas, procuram relacionar a neutralização com outras variáveis como o sexo, a etnicidade e os tipos de delinquência. A neutralização é encarada como uma forma dos sujeitos tentarem reduzir a condenação interna que sentem dos actos ilegais que realizam. Algumas conclusões foram sublinhadas nestes trabalhos como a relação existente entre a utilização de TN e o relato de actos delinquentes; ou ainda a relação entre esta última variável e uma maior associação a pares delinquentes.

4 - As TN como instrumentos de investigação

Partindo do núcleo inicial das neutralizações, formulado no artigo pioneiro de Sykes & Matza, muito caminho se percorreu. Matza procurou desenvolver as potencialidades teóricas que se lhe abriam - sistematizou-as através do conceito de deriva e de uma reflexão sobre o processo de se tornar desviante. Ao longo destas décadas, inúmeros autores têm usado as TN em diversas disciplinas desde a psicologia à sociologia.

Assim, as TN serviram de instrumentos de investigação nos mais variados campos como os fumadores de marijuana (Priest & McGrath, 1970); no caso das equipas médicas que realizavam abortos (Brennan, 1974); em criminosos violentos (Agnew, 1994); em dançarinas que faziam *topless* (Thompson & Harred, 1992) entre outros. Do núcleo original da delinquência juvenil, a aplicação das TN expandiu-se a um sem número de áreas de investigação. Todos eles têm em comum o facto de existir um dilema moral: a conduta realizada num pequeno grupo é condenada pela moral dominante. A emergência de racionalizações que justifiquem o comportamento condenado tornou-se, portanto, uma necessidade.

Existe também um outro factor a ter em conta e que nos interessa de sobremaneira para o nosso projecto: a questão da perspectiva longitudinal. Matza interessou-se por estudar o desenvolvimento das condutas desviantes, colocando a noção de conversão como nóculo desse desenvolvimento. Sublinhamos aqui a proximidade das TN desse vector. Aliás, a crítica que Douglas (1977) faz desta teoria é precisamente a insuficiência das TN quando o comportamento desviante é revelado publicamente. Serão necessárias adaptações suplementares – estas de cariz mais emocional, como vimos.

Passamos agora ao último exercício, exclusivamente teórico, da nossa investigação: a articulação entre a vertente das racionalizações e a visão longitudinal. Será a este problema que dedicaremos o próximo capítulo.

Técnicas de Neutralização (Sykes & Matza, 1957)
Tradições subterrâneas da juventude (Matza & Sykes, 1961)
Conceito de Deriva (Matza, 1964)
Conceito de conversão (Matza, 1969)
Novas Neutralizações (Coleman, 1985; entre muitos outros)

A tabela 1 – sumaria rapidamente as etapas por nós percorridas em termos de revisão de conceitos.

CAPÍTULO IV

PARA UM MODO DE PENSAR A TOXICODEPENDÊNCIA

“Por oposição ao determinismo linear das variáveis biológicas e psicossociais as teorias do labeling explicam a evolução para a toxicomania como uma ‘carreira’ desviante socialmente construída pelo processo interactivo entre as cognições do consumidor (relativas a si próprio, às substâncias e seus efeitos etc) e as modalidades de acção e reacção dos seus micro-sistemas sociais.”

Agra (1995)

CAPÍTULO IV – Para um modo de pensar a toxicodependência

Uma certa investigação ligada às histórias de vida utiliza, como anteriormente referimos, as dimensões profissionais como um modo de trabalho específico quer de intervenção, quer de investigação. Vamos aproveitar esta tradição para, a partir das experiências possibilitadas pela nossa própria actividade profissional de psicologia clínica na área, traçar a nossa evolução teórica neste campo. Nomeadamente, confrontámo-nos com uma dificuldade diária em recolher anamneses que provinha, tanto de um suposto ou real esquecimento do passado, como de resistência (por vezes antecipada) ao estabelecimento de causalidades – “o que está antes da droga não tem nada a ver, não foi por isso que me meti”. Esta resistência acabou por suscitar curiosidade e, com ela, uma série de obstáculos e fenómenos a compreender acabaram por ser detectados.

Em projecto anterior (Tinoco, 2000) tivemos a preocupação em compreender o modo como os indivíduos viviam a experiência do consumo de drogas em diversas dimensões que passavam pela vivência dos efeitos, das privações e do quotidiano de consumidor. A recolha de entrevistas e, sobretudo, o mergulho que nelas tem de ser feito ao longo do processo de codificação do material, pôs em realce diversas evidências, algumas delas incontornáveis, a saber: em primeiro lugar, constatou-se um uso massivo de neutralizações nas entrevistas então recolhidas, o que suportava a teoria que, já na altura, conhecíamos; em segundo lugar, certas contradições detectadas

nas entrevistas provocaram em nós um desejo de saber mais – uma espécie de desejo de compreender o porquê desses comportamentos e dessas justificações irracionais.

Vamos por partes. O estudo das neutralizações e um regresso à leitura de Matza, desta vez com mais exaustividade, implicou-nos no famoso processo de desviação. Ou seja: as neutralizações estão perto de perspectivas mais processuais onde o tempo, a prossecução de condutas e a aquisição de identidades desempenham um papel de primordial importância. Não nos interessou, desde início, o estudo desgarrado de neutralizações, mas a contextualização do seu uso no interior de uma lógica biográfica.

A Prof. Doutora Carla Machado, na discussão do nosso trabalho de 2000, chamou a atenção para alguns pontos da grelha de análise de conteúdo então utilizada. Existia uma vertente mais temporal que entraria em conflito com um esforço transversal – isto sem que nenhuma destas vertentes se autonomizasse. Por outras palavras: a possibilidade de um conflito entre o que pode ser transversal (os níveis de complexidade do acto e do cuidado de si no caso do projecto então em questão; as neutralizações, agora, neste trabalho) e o processo desviante (ou o devir biográfico), equacionou-se logo desde o início, sob a forma empírica, bem como no modo como estas preocupações poderiam ser articuladas num dispositivo metodológico.

Este foi um caldo de preocupações de cariz prático (que se prende com a actividade profissional) e empírico (as nossas dificuldades em termos de análise de conteúdo) que acabou por orientar a pesquisa e a recolha de perspectivas teóricas que, desde o início do presente projecto, encetámos. Finalmente, através da reflexão teórica, já anteriormente vinda a lume (Tinoco, 2002b), conseguimos formular algumas ideias que nos ajudaram a solidificar a investigação. Defendemos, neste último trabalho, a emergência, ao longo das biografias de heroinómanos, de uma desarticulação biográfica que é tanto real como retrospectiva: o processo de consumo de drogas, por ser visto a partir de um momento de crise na vida dos indivíduos, tende a ser encarado como algo de extremamente negativo e incompreensível. O encarar o acto de iniciar o consumo de drogas como o princípio de algo que levou infalivelmente ao descontrolo só se observa em indivíduos em que a deriva e problematização dos consumos realmente se sucedeu. Ou seja, parecia podermos postular

que, à medida que a carreira de consumidor se desenvolve e se descontrola, os indivíduos têm tendência a regressar ao momento fundador do primeiro consumo para o recobrir, agora, de uma visão mais pessimista.

Defendemos que, concomitantemente com a instalação da dependência e da vivência do sofrimento no indivíduo, emerge uma etapa biográfica que se constitui como algo de estranho e sem ligação com a totalidade da história de vida. Regressando à ideia da ansiedade estatutária de Matza (que defende a adesão, no mesmo indivíduo, a sistemas de valores diferentes, normativos e desviantes, conforme os contextos e as situações) a vivência de esferas normativas e esferas transgressoras teria também tendência a articular etapas de vida estranhas entre si, mesmo no interior de uma dada biografia, levando os indivíduos a experimentarem, a longo prazo, sentimentos de estranheza e incompreensão face a si mesmos. Isto constituiu, em traços largos, algumas das nossas sistematizações teóricas.

Mas regressemos à nossa prática profissional: no momento da construção da anamnese dos utentes, existia uma certa “alergia” na recolha de dados anteriores ao consumo de heroína: “os problemas da minha família não têm nada que ver com a minha entrada nas drogas”. O estudo de Priest & McGrath (1970) detecta uma incoerência semelhante nos consumidores de marijuana, se bem que não tão extrema como a que constatámos nos heroinómanos: muitos fumadores diziam que nada os influenciou a consumir marijuana mas, mais à frente nas entrevistas, utilizavam diversas neutralizações que, de alguma forma, os desculpabilizavam.

Muitos dos fenómenos que presenciámos no decorrer da actividade de psicologia clínica ganhavam agora uma coerência: as neutralizações (também estudadas, sob outros nomes, por diversos cognitivistas como o já citado Festinger, 1957, ou Marlatt & Gordon, 1985) serviam como forma de adaptação a situações de dilema moral, ao mesmo tempo que eram produto e causa de uma desarticulação biográfica cada vez mais abrangente.

Outros dois aspectos clínicos fizeram-nos pensar, e forjar interpretações desde uma perspectiva de desarticulação biográfica: um primeiro aspecto tem que ver com uma espécie de uma desistência de recordar, presente em muitos dos indivíduos que entrevistamos; um outro aspecto é a alexitimia, uma

dificuldade em exprimir e verbalizar sentimentos. O não recordar pode ser expressão de uma recusa em evocar o próprio passado, uma vez que permanece incompreensível. O estado de deriva, somado a essa desistência que é aprendida ao longo de anos, concorreria para a explicação do fenómeno observado. A alexitimia, observada em contexto clínico e corroborada por diversos autores, traduzir-se-ia por uma dificuldade de verbalização de emoções e sentimentos que não observámos em termos do nosso estudo de 2000. Expliquemo-nos: os indivíduos têm realmente dificuldade em expressar sentimentos de si e da relação que estabelecem com outros, mas curiosamente, quando instados a reflectirem sobre as suas práticas de heroinómanos, a verbalização solta-se e as explicações acabam por se somar, muitas vezes, de uma forma bastante profícua. Curioso é, e voltamos às incoerências biográficas, que muitos dos entrevistados nesse projecto começassem as entrevistas com frases do género: “em matéria de droga não decidi nada” para depois, mais à frente nas sessões explicarem por que é que não se prostituíram ou não traficaram, ou seja, explanando as escolhas que efectivamente implementaram.

O nosso percurso confrontou-nos ainda com determinados factos biográficos que nos puseram diversas dificuldades, dificuldades essas que foram sentidas, como referimos, em estudos empíricos anteriores, mas também no trabalho reflexivo entretanto por nós produzido. Recordemos que denominámos este capítulo “Para um modo de pensar a toxicodependência”. Vamos sintetizar, pois, alguns dos aspectos fulcrais na proposta que fazemos.

Em primeiro lugar, e uma vez que o período do consumo de drogas pode ser encarado como algo que invadiu a história de vida de um modo incompreensível, vamos suspender essa incapacidade de explicação: não iremos procurar causas, mas sim compreender a lógica de desenvolvimento dos comportamentos de consumo e outras acções a ele associados. Abandonemos a lógica transversal pura (tipo comparação do auto-conceito num grupo de consumidores versus não consumidores) e mesmo uma lógica estrutural-processual (que representa o consumo de drogas como produto de um trauma desenvolvimental que se repercute ao longo de uma existência). Faremos, é certo, uma articulação entre o eixo transversal e o longitudinal,

mas numa perspectiva de compreensão de dinâmicas biográficas. Reinventando para aqui a famosa proposta de Politzer (1928): interessa-nos conhecer a gramática da existência específica dos consumidores de heroína que estudámos.

O percurso que propomos não deixa de ser estrutural-processual, mas a compreensão dos processos e das lógicas será dominante. É então a partir de uma matriz processual, biográfica, que tentaremos compreender os nossos entrevistados. Por outro lado, e porque as lógicas individuais, mesmo a nível das histórias de vida, não são independentes das lógicas sociais (Macquet, 1992; Bourdieu, 1989). Tentaremos conduzir um outro estudo que possa de algum modo enquadrar os processos individuais em termos de lógicas sociais.

Percorremos já os três vectores do nosso projecto teórico, trataremos agora de os articular num conjunto coerente, que alicerçará o nosso trabalho de terreno. Recordamos que vimos a construção do consumo de certas substâncias como uma descoberta de si (cap. I); no capítulo seguinte, analisámos a investigação biográfica que emergiu na tentativa de compreensão das lógicas desviantes em grupos excluídos do todo social; finalmente, no capítulo III, apresentámos as TN como modo de adaptação que os indivíduos engendram na tentativa de continuarem o seu percurso desviante e lidarem com as condenações da moral dominante.

Interessa-nos estudar o modo como essas racionalizações foram evoluindo durante o percurso dos consumidores. Que tipos de estratégias são mais importantes nos momentos de iniciação, gestão e afastamento dos consumos dos heroinómanos entrevistados? A interrogação obriga-nos a um duplo olhar. A perspectiva longitudinal implica o estudo biográfico das condutas desviantes, privilegiando o desenrolar de determinadas actividades ao longo da história de vida dos sujeitos; o olhar transversal, permitido pelo uso das TN, debruça-se sobre as justificações das condutas que os entrevistados nos fornecem.

A combinação das histórias de vida com as TN é, na nossa opinião, particularmente proveitosa. Acabámos de ver como Matza, partindo das TN, acabou por estudar os modos de se tornar desviante. O interesse é

marcadamente longitudinal: o uso de neutralizações favorece o maior envolvimento com as actividades transgressivas. A própria evolução teórica de um dos promotores das TN incentiva-nos nesta combinação.

Um outro aspecto convém salientar. Matza defende que a convivência com os outros nos fornece pistas para a formação da nossa identidade. Nesta linha de pensamento, um comportamento proibido teria por consequência que, para se cometer esse comportamento transgressivo, a pessoa teria de se tornar ainda mais desviante. Isolado dos grupos de identificação normativos, o indivíduo teria apenas grupos subculturais a partir dos quais poderia definir-se a si mesmo. Por outras palavras: esse indivíduo teria menos contrapontos normativos em relação à ideologia desviante em que, a partir de então, se encontraria constantemente imbuído.

A importância dos grupos sociais é comum a Matza e a muitos outros autores, de um modo ou de outro, conotados com Chicago. O interaccionismo simbólico, através de Blumer (1982), faz desta ideia uma das suas teses principais. Uma outra questão nasce, portanto, desta esfera social: em que medida as TN são construídas em grupos não directamente intervenientes no campo das toxicodependências? Ou: qual o reflexo das TN em grupos sociais mais normativos?

Estas questões introduzem uma complexificação no nosso projecto de investigação: além de estudar-se as racionalizações usadas por consumidores para justificar as suas condutas, trata-se agora de saber em que medida essas racionalizações são aceites noutros círculos sociais.

O cuidado releva, igualmente, de uma preocupação metodológica: é necessário saber até que ponto as TN, ou uma certa visão do consumidor de drogas como alienado, têm eco noutros níveis sociais. Acabámos por escolher a produção mediática sobre as drogas como uma forma de auscultar a contextualização social da toxicodependência. Poderíamos considerar outros settings sociais como o grupo de pares ou mesmo a família. Privilegiámos, contudo, o estudo de certos meios de comunicação. Sublinhemos, para já, a possível importância na propagação das racionalizações que os *mass media* poderão ter. A investigação do tipo de imagem de toxicodependente veiculada na imprensa é um outro nível analítico que poderemos tentar conhecer. Em suma:

- O estudo da utilização das TN ao longo das histórias de vida de heroinómanos implica um duplo olhar sobre o fenómeno - um de natureza transversal, um outro de carácter longitudinal - será uma área de investigação – Estudo 1;

- A contextualização teórica das TN fez-nos despertar para a importância que os *mass media* podem ter na ampliação e/ou condenação das TN. Um olhar mais abrangente partirá da análise do discurso dos *mass media*, para saber em que medida há uma percepção de um percurso biográfico do toxicod dependente e como são compreendidas as suas condutas (a fundamentação teórica deste projecto será remetida para a introdução da investigação – cf. Estudo 2 - Construções mediáticas do acto de consumo de drogas).

A tabela seguinte sumaria os propósitos que acabámos de nomear. O duplo olhar que defendemos está, então esquematizado na figura posterior e sintetiza, a um nível ainda genérico, o tipo de *démarche* científica a que nos propomos. (Note-se que as TN terão ainda de ser adaptadas ao material em análise assim como as entradas do eixo das histórias de vida terão de ser submetidas a semelhante tarefa).

	Histórias de vida de heroínómanos		
Técnicas de neutralização	Iniciação dos consumos	Gestão dos consumos	Pontos de inflexão
Negação da responsabilidade			
Negação do delito			
Negação da vítima			
Condenação dos condenadores			
Apelo a lealdades mais fortes			

Tabela 2: Definição das células de análise (estudo 1)

A arquitectura da investigação 1 está esquematizada na figura. O duplo olhar sobre o desenvolvimento das condutas adictivas implica a construção das histórias de vida e a análise fina de cada momento segundo a utilização de determinadas neutralizações. Um outro estudo, a investigação 2, partirá da recolha de notícias sobre a toxicodependência, para detectar certos padrões informativos. Num momento final, tentaremos enquadrar os dois tipos de resultados numa visão mais da toxicodependência.

PARTE B

MONTAGEM DO DISPOSITIVO DE INVESTIGAÇÃO

“Não procureis o porquê das coisas: cairíeis no domínio do comparável. Quando a paragem se põe em movimento, deixa de haver movimento; quando o movimento pára, deixa de haver paragem.”

Zen – Vedanta, Edições Pergaminho

Uma breve explicação: as teorias que explanámos até agora centram-se no estudo da dinâmica dos comportamentos desviantes e não nas causas que supostamente os desencadeariam. A máxima zen que transcrevemos aconselha idêntica postura...

PARTE B – MONTAGEM DO DISPOSITIVO DE INVESTIGAÇÃO

Pretendemos, neste segmento do trabalho, definir o nosso modelo de investigação. O percurso teórico, que até aqui delineámos, construiu um objecto de conhecimento. À boa maneira construtivista, defendemos a posição de que lidamos com significados, em vez de factos à espera de ser descobertos (Hayes, 1997, defende opinião idêntica).

Antes de mais nada, sublinhemos o nosso propósito inclusivo (definição de Lessard-Herbert, Goyete & Boutin, 1990): queremos, na medida em que tal nos for possível, conhecer o contexto em que o nosso objecto se move. A utilização de TN por toxicodependentes acontece num determinado universo social, também esse universo será uma área do nosso interesse.

No capítulo primeiro, centraremos a nossa atenção sobre os modos de obtenção de dados, apresentando os dispositivos que nos decidimos utilizar nos nossos estudos. Este momento clarificará a articulação entre os estudos que pretendemos conduzir, assim como os instrumentos a que nos iremos socorrer para a recolha de dados. Remetemos para os respectivos estudos as opções concretas que efectuaremos. Trata-se de reflectir sobre o modo como encaramos os instrumentos e quais as normas do seu bom uso.

No capítulo segundo, trataremos de reflectir sobre o modo como analisaremos os dados e faremos a sua interpretação. Definindo, da mesma forma, princípios epistemológicos e teórico-práticos sobre o modo de passar dos dados recolhidos à detecção de regularidades e de conclusões.

Proporemos então, nos dois capítulos que se seguem, uma justificação metodológica dos diversos dispositivos de recolha e tratamento dos dados que serão utilizados nos dois estudos empíricos que darão corpo à Parte C. Findo este percurso, nada mais nos separará da condução, apresentação e debate dos nossos estudos. Teremos já definido o objecto de investigação, não só em termos teóricos (Parte A), como em termos teórico-práticos, que é o que a seguir apresentaremos.

CAPÍTULO I

SOBRE OS MÉTODOS DE RECOLHA DE DADOS

CAPÍTULO I – Sobre os métodos de recolha de dados

A definição processual da recolha de dados é um quesito incontornável à clarificação metodológica de qualquer projecto de investigação. Assim sendo:

No ponto 1, apresentaremos o *design* de investigação capaz de abarcar todos os objectivos que até agora nos propusemos. Mas a nossa tarefa está apenas no início: necessitamos ainda de explicar a nossa metodologia de recolha de dados.

No ponto 2, reflectiremos precisamente sobre o valor heurístico dos nossos instrumentos de obtenção de dados, a saber: a entrevista e a recolha de dados de imprensa. Conforme as nossas orientações teóricas e práticas, cada um destes instrumentos pode ter uma determinada gama de aplicações. Estes instrumentos serão centrais, respectivamente, no estudo 1 e estudo 2.

1 - Design da investigação

A investigação nas ciências sociais tem se vindo a deparar com o problema da combinação de estratégias (McKeganey, 1995), pressupondo a importância da adaptação da metodologia ao objecto que se quer estudar (Ogborne, 1995). Durante demasiado tempo, as metodologias quantitativas foram encaradas no âmbito de uma vertente verificacionista que recolhia factos e verificava teorias. Glaser & Strauss (1967) chamaram, conseqüentemente, a atenção para o perigo destas metodologias quantitativas se poderem afastar progressivamente do objecto de estudo. A *grounded theory*, que estes autores propuseram, trata precisamente da construção de uma teoria que se encontre, constantemente, em confronto com os dados empíricos.⁵⁸

Creemos ter já demonstrado a importância que as histórias de vida têm no contexto de uma complexificação do objecto de estudo revelando, nomeadamente, conexões psico-sociais (Digneffe & Becker, 1997). Do mesmo modo, apresentámos já o núcleo da nossa abordagem: a combinação da vertente biográfica com a utilização das TN. Contudo, como anteriormente referimos, queremos estudar os nossos entrevistados no seu contexto.

Como resolver esta pretensão? Seleccionámos um setting social que nos surge como bastante importante: os *mass media*. A investigação poderia, realmente, enveredar por outros caminhos, mas a produção mediática surge-nos realmente como o local onde se produzem e se replicam as imagens sociais da toxicodependência. Neste sentido, realizámos o seguinte design:

Estudo 1 – este estudo foi o ponto de partida do nosso percurso. Foi ele que nos forneceu a oportunidade de gizar o projecto de doutoramento. Centra-se na investigação das racionalizações utilizadas por parte de um conjunto de heroinómanos a seleccionar. Utiliza os dois vectores anteriormente apresentados: o biográfico e o transversal, utilizando as TN.

⁵⁸ Grounded theory, conceito de difícil tradução para português, pretende dar ideia de uma teoria ‘enraizada’ nos dados. As interpretações dos dados empíricos seriam produzidas depois de um processo indutivo e a partir das categorias que se imporiam pela própria natureza do material recolhido.

Tentámos compreender a forma como os indivíduos justificam as suas condutas e atitudes ao longo do seu percurso de consumidores. Neste sentido, utilizamos a metodologia das histórias de vida cruzadas ou emparelhadas. Quanto à amplitude biográfica, é uma história de vida temática uma vez que se centra numa dimensão particular da existência dos entrevistados (consulte-se a este respeito Burgess, 1997).

Estudo 2 – A forma que concebemos para contextualizar esta investigação consistiu na condução de outro estudo, para tentarmos compreender o tipo de racionalizações sinalizados em alguns *mass media* (estudo 2). Esta última investigação poderá ajudar-nos a compreender a forma como a problemática da toxicodependência é reflectida para o grande público e é compreendida a nível macro social.

Neste subprojecto, dedicaremos a nossa atenção ao estudo das racionalizações e justificações de atitudes ou comportamentos, por parte de *mass media* a seleccionar. Mais uma vez, iremos avaliar a repercussão e o grau de aceitação ou conhecimento das TN anteriormente estudadas.

Este estudo, é um caso especial em relação ao percurso até aqui realizado, quer do ponto de vista do objecto a estudar, quer no que diz respeito às metodologias utilizadas. Não entrevistaremos pessoas, mas utilizaremos informações jornalísticas veiculadas em *mass media*. Usaremos a pesquisa documental.

Assim, vamos já fazer uma primeira antevisão do projecto de investigação, como se poderá constatar no seguinte esquema.

Etapas do Estudo 2 Construções mediáticas do acto de consumo de drogas	Definição dos critérios de recolha do material
	Recolha documental
	Primeira análise de conteúdo
	Segunda análise

Tabela 3 – Etapas de condução do Estudo 2

O conjunto constituído por estes estudos permite-nos uma perspectiva abrangente da problemática em estudo. Todas as abordagens são qualitativas, no sentido fenomenológico que lhe dá Giorgi (1986). Uma das nossas preocupações, que perpassa ambos os estudos, é a compreensão próxima dos fenómenos, em detrimento da generalização.

É verdade que os métodos qualitativos preferem o termo de transferibilidade ao de generalização (Pidgeon & Henwood, 1997). Os nossos resultados serão transferíveis para contextos diversos, se bem que não generalizáveis ao fenómeno da toxicodependência como um todo (mas será possível haver algum estudo que tenha essa pretensão?).

2 - Métodos de recolha de dados

Dedicaremos agora a nossa atenção ao dispositivo de recolha dos dados. Tal preocupação apresenta-se-nos como indispensável. Trata-se de delimitar o poder heurístico desses mesmos dados, a partir de uma avaliação das potencialidades de cada dispositivo.

A entrevista e a recolha da produção de *mass media* sobre a toxicod dependência são as nossas principais vias de obtenção de informação. De seguida, faremos uma reflexão sobre as vantagens de cada um destes métodos, especificando sempre que nos parecer pertinente, a nossa postura pessoal face a cada possibilidade.

A maneira como conceptualizamos a entrevista pode influenciar toda uma série de dados. Da mesma forma, o modo como encaramos a informação veiculada nos *mass media* pode condicionar o desenvolvimento posterior do projecto. Queremos reconhecer a subjectividade como um ponto de partida para uma objectividade mais realista e humana, como defende Lessard-Herbert *et al*, (1990).⁵⁹

É, pois, à entrevista como instrumento de recolha de informação, e à análise documental da produção de *mass media* que centraremos o nosso esforço nas próximas páginas.

2.1 - Entrevista como método de investigação

A entrevista é um instrumento de utilização generalizada no âmbito das ciências sociais. Holdstein & Gubrium (1997) calculam que 90% das investigações nesta área utilizam, de uma maneira ou de outra, a entrevista. Ela pode servir de instrumento exploratório, de aferição de itens de questionários ou como componente principal de um determinado projecto científico.

É ponto consensual que a entrevista serve para recolher dados sobre a

⁵⁹ A entrevista de pendor positivista privilegia as perguntas fechadas e uma série de procedimentos, tendentes a uma utópica não contaminação dos dados. Hagan (1986) p. e. escolhe, pelo contrário, a proximidade e a flexibilidade como formas mais eficazes de recolha de material e de se conseguir chegar ao que não se conhece.

realidade. Porém, a relação entre entrevista e realidade é mais complexa. Uma visão mais positivista tendia a prescrever regras rígidas procurando, desse modo a não contaminação dos dados. Procurar-se-ia a tradução exacta da realidade. Esse objectivo é utópico. Holdstein & Gubrium (1997) realçam esse facto, ao mesmo tempo que defendem uma postura mais activa na entrevista.

Numerosos autores, tendem a defender esta viragem no modo de conceptualização da entrevista. O aparato técnico das visões positivistas afasta o entrevistador do que pretende conhecer. A visão qualitativa privilegia questões do género: como? porquê? (Heath, 1995), sublinhando a importância de existir um contexto de humanismo e de autenticidade na comunicação (Silverman, 1997B).

A entrevista, sob o auspício das correntes construtivistas, irá sofrer toda uma reconceptualização dos seus fundamentos. Miller & Glauner (1997) advogam a existência de uma diferença intransponível entre o que é recolhido na interacção verbal e a realidade. A entrevista é apenas uma aproximação à realidade. Silverman (1997A) realça justamente o facto de os dados recolhidos serem uma representação da realidade em palavras - pertencentes, por isso, à ordem do simbólico. Na mesma linha de pensamento, também Baker (1997) encara os dados qualitativos da entrevista como explicações e não como relatórios. O autor debruça-se pois na questão do significado dos dados recolhidos: prefere encará-los como unidades complexas de sentido, traduzindo a forma de ser dos indivíduos; em vez de dados positivistas aguardando a intervenção do investigador para adquirirem o seu sentido definitivo.

Noutra obra, Silverman (1993) defende a atitude activa dos entrevistadores. Esta nova postura será potencializada por uma viragem nas preocupações de investigação: trata-se de deixar cair questões do género – por que é que ele faz isso? - por preocupações diferentes: o que é que ele precisa de fazer para ser isso. Não se trata aqui de um jogo de palavras, mas da substituição de uma visão determinista - qual é a causa que leva a um comportamento; por outra mais fenomenológica - o que é que o sujeito vive e faz para manter um comportamento. Ao centrarmos as nossas energias nas

preocupações actuais dos entrevistados, permitimo-nos simultaneamente uma postura mais próxima e compreensiva dos mesmos. É ainda o mesmo autor que nos faz pensar sobre a validade heurística da entrevista:

“Why are interviews so self-evidently based on an exchange of unique human experiences? Indeed may not this self-evident truth derive not from a sociological insight but from a widespread cultural assumption?”
(Silverman, 1993, p. 96)

Quisemos deixar aqui esta dúvida, se bem que o seu esclarecimento necessitasse de uma obra só a ela dedicada. A montagem de um dispositivo de confissão remonta há séculos e está imiscuído nos próprios fundamentos da nossa civilização (Foucault, 1997; 1992; 1987). O próprio Silverman (1997B), noutro local, sublinhou que a entrevista necessitou de um longo processo sócio-cultural, que apresentasse o *self* como objecto de narração, para se tornar visível. Tudo isto se mistura com a própria compreensão da emergência do individualismo moderno no Ocidente... Dedicaremos, porém, o último segmento desta alínea a questões mais práticas destes princípios - definir a nossa postura na entrevista.

Um dos principais perigos numa entrevista é a de cairmos no erro fundamental de atribuição (Kirk & Miller, 1986). Este erro nasceria do facto de podermos julgar ou analisar o comportamento dos outros, a partir do nosso próprio sistema de valores. Além do viés na interpretação dos dados, seria a própria informação recolhida que sofreria uma deturpação. A complexidade do estudo de dimensões subjectivas preocupou grandes nomes das ciências sociais como Blumer (Hammersley, 1989) e só o advento do construtivismo respondeu à questão: o conhecimento é uma construção da realidade, assim como o resultado da entrevista é uma co-construção da história de vida do entrevistado.⁶⁰

O trabalho de Hagan (1986) e as reflexões que fez sobre a sua postura

⁶⁰ É nossa opinião que certas posições constructivistas simplificam a questão do conhecimento ao fazê-lo depender quase exclusivamente do sujeito. A filosofia tem vindo, ao longo de séculos, a debater a questão e pode ensinar a psicologia e outras ciências humanas a contextualizar o problema do conhecimento.

nas entrevistas, são de importância crucial para ilustrarmos as consequências práticas do que temos vindo a defender até aqui. A autora tentou estudar um grupo de mães marginalizadas que não utilizam os serviços de saúde para cuidar dos seus filhos. Numerosos estudos explicam o fenómeno, atribuindo às mães culpas morais de desinteresse e irresponsabilidade. Hagan parte de uma postura específica, sem *a priori* morais, de modo a tentar compreender o ponto de vista das próprias mães. Tudo isso implica uma postura particular:

“The interview situation then requires the respondent to see herself as an object worthy of study, who holds opinions and views on (in this case) motherhood, which she is only too willing to divulge” (op. cit, p 340).

Esta atitude dá poder ao entrevistado: ele deve sentir-se como alguém que merece ser estudado. O investigador tem que saber deixar guiar-se, ser ensinado num sistema de valores que não conhece, porque não é o seu. Isto não quer dizer que se abandone a directividade, antes pelo contrário, o entrevistador foca sucessivas áreas de interesse nas sessões de recolha de dados. Mais: à medida que o projecto se desenrola, devemos saber afinar progressivamente o guião das entrevistas.

A atitude fenomenológica implica, igualmente, uma postura de compreensão que deve permitir contradições. Elas devem ser analisadas, em vez de relegadas ou interpretadas como defeito do dispositivo de investigação. Devemos ter em conta o ponto de vista do sujeito que estudamos (isto à boa maneira de Blumer, 1982). No caso de Hagan, as mães não devem ser julgadas pelas suas falhas, mas compreendidas nos seus valores e nas suas vivências. Só uma posição de compreensão e aceitação poderá permitir uma verdadeira comunicação. Somente se existir comunicação, poderá falar-se em entrevista...

Faupel (1991), na área das toxicodependências, advoga atitudes semelhantes. A entrevista é, pois, equiparada a uma relação diríamos nós quase psicoterapêutica em que atitudes de aceitação, sinceridade e autenticidade (Rogers, 1961) são indispensáveis para se construir um bom resultado.

2.2 - Pesquisa documental

Denominamos pesquisa documental o trabalho de investigação que se baseie em fontes escritas. Ciências como a história e disciplinas afins, fizeram deste meio um dos seus principais instrumentos de conhecimento. Mas esta definição não descreve por si só o que pretendemos aqui realizar: uma análise de conteúdo de justificações de comportamentos e atitudes relacionadas com a toxicodependência.

Há aqui, pois, que fazer um aditamento importante ao nosso projecto: a pesquisa que desejamos levar a cabo baseia-se numa análise detalhada do material recolhido, organizando-o e interpretando-o depois, a partir de categorias temáticas construídas com suporte das TN anteriormente apresentadas. Não se trata aqui de uma análise linguística ou comunicacional que utilizaria o mesmo material.

Nogueira Dias (2001) realizou um trabalho com *design* metodológico semelhante. O autor pretendia conhecer os processos comunicacionais envolvidos na veiculação de informação sobre droga pelos *mass media*. Para isso, socorreu-se de uma análise de conteúdo do tipo categorial temático, muito próxima da que aqui pretendemos realizar.

Os resultados de Nogueira Dias podem ajudar-nos a compreender algumas dinâmicas subjacentes ao processo comunicacional português sobre as drogas. O autor defende que os *mass media* não contribuem para um processo de esclarecimento da problemática da toxicodependência. Contribuem, isso sim, para uma reprodução de informações gerais resultantes “de uma estrutura de estereotipia semelhante” (p. 229) nos diversos jornais analisados.

A maior parte das notícias apontam para uma desvalorização do indivíduo, da prevenção, dando mais evidência ao produto e a factores sociais do que propriamente ao indivíduo – isto é especialmente verdade para notícias relacionadas com o tráfico. Tais factos indiciam uma visão catastrofista do fenómeno.

Este é um trabalho de análise documental de notícias sobre droga e

toxicodependência que se interessa por estudar mecanismos de comunicação. É um objectivo mais generalista, que o nosso, uma vez que abarca toda a produção ligada à toxicodependência para depois submetê-la a estudo.

Nós não pretendemos objectivos tão ambiciosos sobre o tema. Queremos privilegiar a maneira como as condutas e atitudes de actores ligados, de um ou outro modo à problemática das drogas, são apresentados em órgãos de informação. Nomeadamente, desejamos saber se existem alguns ecos de TN neste nível de pesquisa.

Um outro estudo interessante é o de Fonseca & Quintas (1997) que se engloba no âmbito da investigação documental, apesar de não se centrar nos *mass media*. Os dados foram recolhidos junto do sistema aplicador da lei. Os pareceres dos juízes e os próprios processos constituíram-se como material de análise.

Sem nos querermos alongar sobre as conclusões, referenciamos aqui mais uma investigação que utiliza a produção escrita como ponto de partida. A partir daí, as opções de análise são comuns aos estudos baseados em entrevista – é sobre a produção oral mas já na forma escrita que se vai desenvolver todo um esforço analítico.

Vamo-nos agora dedicar à explicitação das nossas opções iniciais. Delimitaremos objectivos, campo de análise e possíveis linhas mestras do trabalho.

– As nossas opções –

Anteriormente definimos objectivos claros para este patamar de pesquisa: trata-se de estudar o modo como os comportamentos e atitudes dos diversos actores ligados à toxicodependência são veiculados por diversos *mass media*. Deveremos tentar conhecer em que medida mecanismos de neutralização estão presentes neste nível de análise.

Nogueira Dias fala em estereotipias na comunicação. Refere-se também à maior relevância da substância e a factores sociais na situação de tráfico. Será que estas notícias representam uma desresponsabilização dos actos dos indivíduos? Se isso se verificar, poderíamos estar perante a TN negação da

responsabilidade.

Estes objectivos delimitam o campo onde incidirá o nosso estudo. Na apresentação da pesquisa propriamente dita, eles serão operacionalizados com rigor. Por agora, fiquemo-nos com a ideia de que nos interessa recolher notícias relacionadas com a toxicodependência e, mais especificamente, notícias em que esse tipo de atitudes e de comportamentos sejam referenciados. A nossa análise far-se-á, justamente, sobre o material recolhido segundo esses critérios.

À boa maneira indutiva, as categorias vão ser definidas a partir do material recolhido tentando, se for possível, relacioná-lo com as técnicas de neutralização. Permitir-nos-emos, por isso, uma certa liberdade: podemos ser confrontados com a necessidade de guiar a nossa análise um pouco para além da proposta das TN.

CAPÍTULO II

SOBRE OS DISPOSITIVOS DE ANÁLISE DE DADOS

CAPÍTULO II – SOBRE OS DISPOSITIVOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos de análise e interpretação dos dados são de uma importância inestimável em qualquer abordagem científica. A clarificação dessas etapas não se esgotará aqui: a apresentação de cada estudo fornecerá informações suplementares. Por agora, limitar-nos-emos a um olhar genérico sobre estes procedimentos.

O ponto 1 será dedicado a detalhar os nossos métodos de análise de dados. O principal instrumento a ter aqui em conta, é a análise de conteúdo, com a utilização de categorias e o afinamento dessas categorias segundo certos preceitos (Vala, 1986; Bardin, 1995).

O ponto 2 estará mais centrado no processo de construção dos resultados finais da interpretação. O carácter indutivo desse procedimento será então referido.

1 – As análises de conteúdo

A nossa tarefa está facilitada neste ponto: a análise de dados será feita através da análise de conteúdo. Estamos, pois, a falar de estudo de textos - o modo como eles foram obtidos é secundário. Quer o diálogo das entrevistas, quer o resultado da pesquisa documental serão transpostos para suporte informático, de modo a poderem ser manipulados mais facilmente, e onde serão posteriormente objecto de análise.

Antes de mais nada, é necessário um bom conhecimento do material recolhido. Esse conhecimento nasce, em primeiro lugar, do próprio decorrer da investigação. Entre cada sessão de recolha de dados, devemos ouvir a entrevista acabada de realizar, de modo a ir melhorando o guião (procedimento em tudo semelhante ao de Legrand, 1993). No caso da pesquisa documental, o processo de transcrição de informações permitirá que tenhamos uma ideia do conteúdo recolhido quando iniciarmos a sua análise.

Este conhecimento é de suma importância, uma vez que deveremos construir categorias que permitam uma exaustiva classificação do material recolhido. Essas categorias devem ser mutuamente exclusivas e ser pertinentes em relação aos conteúdos sob análise (Bardin 1995; Vala, 1986). Vala denomina estes procedimentos de teste de validade interna das categorias.

Em termos práticos, não existe em muitos dos estudos desta natureza - especialmente se enquadrados numa perspectiva de estudo biográfico ou autobiográfico - uma hipótese inicial. Só depois da organização e classificação dos dados, é que emergem regularidades que se podem organizar em visões teóricas. Esta compreensão proximal permite estudar o que escapa às estatísticas e a um olhar mais generalista (Digneffe & Becker, 1997).

Após todas estas explicações, afigura-se-nos útil detalhar com mais cuidado a tarefa de classificação. As categorias traduzem pragmaticamente os conceitos que nos propomos estudar. Por exemplo, a TN negação da responsabilidade será definida por um conjunto de indicadores que lhe circunscrevem o campo de aplicação. Esses indicadores deverão ser refinados e clarificados à medida que avançamos na análise de conteúdo. Se

possível, um outro investigador deverá classificar o material, em paralelo com a nossa classificação. Trata-se de saber até que ponto os indicadores são compreensíveis e dão origem a classificações semelhantes.

Terminamos, pois, a etapa da classificação, abrindo portas à interpretação. Nesta fase, o importante é conseguir dar um sentido aos dados. À boa maneira indutiva, é o processo de classificação que alerta o investigador para as regularidades existentes. Glaser & Stauss (1967) chamam isso a saturação das categorias - p. e. a TN apelo a lealdades mais fortes pode estar especialmente relacionada com a fase biográfica iniciação aos consumos. Cumpre-nos tentar compreender o motivo deste facto.

Do mesmo modo, pode acontecer que excepções se detectem. Bardin (1995) denomina excepções significativas quaisquer irregularidades que possam lançar luz sobre algum aspecto específico do estudo. A intuição do investigador desempenha aqui um papel, sem dúvida, de suma importância.

Para cada estudo, será apresentado o guião das entrevistas (ou os critérios da pesquisa documental) bem como a grelha de análise de conteúdo, especificando os indicadores para cada categoria utilizada. Para cada estudo, será feita uma descrição dos factos recolhidos, seguidas de uma reflexão e interpretação dos mesmos.

O momento final será consagrado a uma síntese integrativa dos diversos estudos elaborados. Trata-se de constituir uma visão global sobre todo este percurso.

– Mas fazemos análise de conteúdo? –

Peneff (1990) fez uma resenha teórica sobre as histórias de vida, englobando na sua análise questões metodológicas. Defende o autor que é praticamente inexistente uma análise de conteúdo que quantifique os dados e possa, a partir dessa quantificação aceitar ou refutar hipóteses. A análise de conteúdo, neste caso, passaria a trabalhar em moldes hipotético dedutivos. O autor acha que as análises que passou em revista parafraseiam os dados, desconhecendo os leitores sobre o verdadeiro caminho da construção das

interpretações. Para nós isto é uma falsa questão: a tarefa do investigador é descobrir onde é que as categorias estão saturadas e quais as excepções significativas. O facto de se apresentarem os resultados em números ou em discurso não nos informa nada mais do que isso.

Em questões de codificação e organização do material recolhido estamos próximos das análises de conteúdo clássicas. Em matéria de apresentação e construção dos resultados distanciamo-nos um pouco mais: à maneira da *Grounded Theory* estamos mais dispostos a fazer induções, em deixar interferir o processo de recolha de dados com o processo da sua interpretação. Achamos, porém, que o que fazemos não é suficientemente diferente para que tenhamos de reclamar outra abordagem científica que não seja a análise de conteúdo.

Certos autores de tradição anglo-saxónica pretendem fazer uma distinção entre esse padrão quantitativo que se denominaria análise de conteúdo; e uma análise mais qualitativa que passaria a denominar análise de discurso.

Faremos, no entanto, um esforço quantitativo quer para caracterização das amostras, quer para enriquecermos certas possibilidades interpretativas dos estudos.

2 – Carácter indutivo das análises

Um estudo qualitativo, de cariz fenomenológico ou construtivista, não se compadece com a definição de hipóteses *a priori*, que definam claramente campos de confirmação refutação. Ferimos, assim, um princípio caro à ciência desde que foi proposto por Popper: o princípio da falsificabilidade.

Aqui, é a definição do dispositivo de investigação que empresta ao projecto um carácter rigoroso e científico. A definição de propósitos, a articulação de sub-estudos, a clarificação das metodologias de recolha, classificação e interpretação dos dados fornecem ao leitor esclarecido as pistas para a construção dos resultados. Este rigor não dispensa, aliás, a delimitação do objecto de estudo em termos teóricos, de modo a que não existam dúvidas sobre o que realmente se pretende conhecer.

Mas qual o grau de representatividade dos resultados?

Antes de respondermos à pergunta, sublinhemos que os estudos qualitativos privilegiam a relação entre o que se pergunta e o que é respondido. A representatividade será afirmada ou não por outros estudos. Os dados que obteremos são de nível microscópico mas poderão lançar luz sobre regularidades estatísticas que na verdade ainda não tínhamos compreendido. O diálogo com os métodos quantitativos quer-se em relação de igualdade. Pearson (1995) sublinha o exemplo da escola de Chicago, como a excelência de um projecto plurimetodológico sobre um objecto de estudo que era comum a todos os investigadores: a própria cidade onde estava sediada a Universidade.

Nós tentámos aqui realizar um projecto complexo, que é multimetodológico, apesar de qualitativo. Privilegiamos uma compreensão microscópica das vivências dos heroinómanos – até porque é isso que nos interessa mais no nosso trabalho de psicólogo clínico. Projectámos diversos estudos para mais facilmente darmos conta de uma realidade que é compósita e contraditória, que possui diversos actores que a vão redefinindo conjuntamente.

PARTE C

**CONDUÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS
ESTUDOS**

“Ouvi dizer uma vez que existia na Índia um tipo de junk benéfico e que não provocava habituação. Chamava-se soma e é descrito como uma maravilhosa maré azul. Se o soma alguma vez existiu, houve um passador que a engarrafou, monopolizou, comercializou e a transformou no que é hoje.”

William Burroughs – Alucinações de um Drogado

PARTE C – CONDUÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS

Terminado todo este percurso teórico e teórico-prático que conduzimos até aqui, é chegado o momento de relatarmos os nossos estudos de investigação empírica. As duas investigações que nos propusemos realizar recobrem o estudo das justificações do acto de consumir e de diversos fenómenos associados à toxicodependência, numa série de dimensões. Os níveis de análise englobam o discurso dos próprios consumidores; e a produção mediática que é produzida sobre os toxicodependentes.

O estudo 1 implica a análise do discurso dos heroinómanos. A entrevista a sujeitos com consumos de drogas será, pois, a principal matéria-prima, sendo depois classificada segundo diversos conteúdos consignados para o efeito. A grelha de análise que será utilizada prende-se com o estudo do uso de técnicas de neutralização ao longo de um percurso que é biográfico no estudo 1. ou seja a análise será enquadrada em dois eixos categoriais autónomos: o eixo das neutralizações, com todas as suas subdivisões, e o eixo biográfico que tenta delinear momentos importantes nas histórias de vida dos indivíduos.

Estudo 2, denominado Construções mediáticas do acto de consumo de drogas elegerá os dados jornalísticos sobre o fenómeno das toxicodependências e das drogas como o seu objecto de estudo. Trata-se de compreender a forma como os actos relacionados com a toxicodependência são encarados nesta esfera. Os *media* são o reflexo de uma intersubjectividade social ao mesmo tempo que a vão moldando. Em termos práticos, teremos uma série de notícias sobre a toxicodependência que serão objecto de

categorização segundo uma série de princípios que, a seu tempo, serão explicitados.

Assim, o estudo 2 pode ser interpretado como uma forma de realização de um olhar complexo sobre o nosso objecto de estudo. Ao estudo das racionalizações empregues pelos próprios, somaremos o estudo do contexto mais vasto que é produção mediática sobre o fenómeno das toxicodependências.

Para esta investigação seremos mais céleres na contextualização: o trabalho até aqui realizado parece-nos suficientemente elucidativo da questão. Limitar-nos-emos a uma breve sistematização teórica do dispositivo de recolha e análise de dados.

Faremos, após ter efectuado todo este percurso, e a partir do cruzamento dos dados obtidos, uma síntese holística deste conjunto de estudos, estando assim, o nosso trabalho na linha de investigação que encara a toxicodependência como um fenómeno global que requer uma compreensão global. Relembramos: o objecto da psicologia não é só o indivíduo, mas as relações interpessoais e as suas interacções nas diversas esferas sociais em que ele se encontra inserido. Pretendemos, pois, encerrar este trabalho com um olhar complexo sobre os fenómenos – complexidade esta que, aliás, vem ao encontro das mais actuais propostas epistemológicas da ciência actual, constituindo o cerne da investigação que temos vindo a desenvolver (Tinoco, 2000).

Assim, quisemos somar às vivências concretas dos indivíduos que estudaremos, as propostas de realidade forjadas em diversos órgãos informativos (Nebreda *et al*, 1987). O dilema moral com que os consumidores de droga se vêem actualmente confrontados terá algum eco a nível das representações simbólicas que os mass media, e particularmente a imprensa, neste caso concreto, são reflexo e, simultaneamente, contribuem para a formação.

ESTUDO 1

NEUTRALIZAÇÕES UTILIZADAS POR HEROINÓMANOS
AO LONGO DAS SUAS HISTÓRIAS DE VIDA

ESTUDO 1 – Neutralizações utilizadas por heroinómanos ao longo das suas histórias de vida

O estudo que agora conduziremos constitui a espinha dorsal de todo este projecto, com ele pretendemos conhecer as racionalizações empregues por parte de consumidores, tendo em vista a justificação dos seus actos: este é o seu objecto central. Conceptualizámos, porém, o nosso objecto de uma forma complexa e de acordo com as comunicações interdisciplinares das ciências pós-modernas.

Partiremos, de seguida, para a apresentação e discussão dos resultados obtidos segundo diversos eixos de análise, desde um nível mais quantitativo, a uma reflexão qualitativa sobre os dados, após o que, estaremos preparados para uma sistematização dos resultados mais relevantes e a apresentação de conclusões.

A análise de conteúdo será de natureza dupla, ou seja primeiramente: o material será codificado de acordo com a eventual presença de técnicas de neutralização; posteriormente será novamente codificado de acordo com as etapas da história de vida do sujeito. A vantagem de tal análise consiste, precisamente, em coordenar a compreensão dos tipos de neutralização em função das etapas de vida do indivíduo em questão.

CAPÍTULO I

AFINAÇÕES TEÓRICAS

1. – Enquadramento teórico-prático

Todo o trabalho até aqui realizado serve de enquadramento teórico a este estudo. Vimos já a pertinência do uso de TN na tentativa de compreensão das toxicodependências, analisámos também a utilidade das metodologias das histórias de vida na Parte A deste texto. Vamos, por isso, centrar agora a nossa atenção em questões mais pragmáticas.

2. – Modus faciendi

Passaremos descrever exhaustivamente as nossas escolhas metodológicas e procedimentos na classificação do material recolhido. Para isso, trataremos de explicitar algumas opções no que se refere ao momento da recolha de dados; e ao momento da análise de conteúdo propriamente dita. Limitar-nos-emos referir as escolhas específicas deste estudo (as escolhas comuns aos estudos foram já abordadas na Parte B).

2.1 – Recolha de dados

Começamos por recordar que a nossa postura na entrevista se afasta da rigidez positivista que, durante longo tempo, imperou nestes contextos. Interessa-nos construir um clima de entendimento e de compreensão com os entrevistados. Assim sendo, afastamo-nos também da inquirição rígida, privilegiando o momento e a intuição do entrevistador.

Esta liberdade, porém, não vai ao ponto de querermos eliminar a estrutura da entrevista. Assim, utilizamos um guião que funcionará como uma check list dos temas a seguir em cada sessão de recolha de dados que, aliás já foi utilizado por nós (Tinoco, 2000) noutro estudo, sendo por isso um instrumento familiar. (Anexo 1)

Os critérios de amostragem não são, nem poderiam ser neste tipo de estudos, os da representatividade. De acordo com Glaser e Strauss (1967), a saturação das categorias revela-se um critério de fundamental importância: queremos estudar quais os temas recorrentes em todas as entrevistas; ao mesmo tempo pretendemos saber quais os que não se saturam. Rapidamente: queremos determinar quais as regularidades e as exceções significativas do material recolhido.

2.2. – Caracterização da Amostra

Passamos a fazer uma descrição sucinta da amostra por nós utilizada em relação a um certo número de parâmetros quantitativos. O propósito não visa fins estatísticos, mas tão-só tentar fazer uma resenha do tipo de sujeitos e seus percursos. As entrevistas foram recolhidas no Centro de Apoio a Toxicodependentes (CAT) de Cedofeita. Tal tarefa de caracterização permitirá contextualizar a situação em que os dados qualitativos foram saturados.

- Dados biográficos -

Assim, no que diz respeito aos dados biográficos temos uma média de idade de 31,067; com um desvio padrão de 6,214. No que à variável sexo diz respeito, temos 28 indivíduos do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Em relação ao estado civil temos 8 indivíduos casados; 1 divorciado; e 21 solteiros.

Em relação à área de residência os indivíduos repartem-se da seguinte maneira: dois são de Marco de Canaveses; dez, do Grande Porto (ou seja: Maia; Matosinhos; Valongo; Gaia etc.); um, de Paredes; um, de Penafiel; doze, do Porto; dois, de Santo Tirso; um, da Póvoa de Varzim e um de Vila do Conde.

No que se refere à variável “com quem vive – família”, temos sete indivíduos que têm habitação própria; vinte e um que moram com a família nuclear; e, finalmente, dois indivíduos que vivem sozinhos.

Em relação à escolaridade temos: um indivíduo licenciado; catorze com o segundo ciclo do ensino básico; sete, com primeiro ciclo do ensino básico (alguns deles incompleto); dois com o ensino secundário (frequência do 10º ao 12º ano mesmo que esteja incompleto); e seis com a frequência a frequência do terceiro ciclo do ensino básico.

Em relação à habitação, temos 28 casos de habitação própria (mesmo que seja na família de origem) e dois casos em que a habitação é suportada pela Segurança Social.

No que toca à actividade ou seja, a situação face ao emprego, temos dezasseis empregados e catorze desempregados.

Para terminar os dados biográficos considerados nesta sucinta caracterização, temos a história judicial, que se reparte do seguinte modo: um indivíduo com uma condenação; três com duas condenações; três esperam julgamento; três encontram-se em pena suspensa; e vinte sem antecedentes de qualquer contacto com as instituições judiciais.

Em suma: temos uma população adulta, maioritariamente do sexo masculino com um grau de escolaridade médio e poucos indícios de autonomia: a maior parte vive com a família de origem, não tendo o seu próprio espaço para viver. Algumas outras variáveis dividem a amostra quase ao meio:

isto é especialmente verdade no que à empregabilidade dos sujeitos diz respeito.

- Dados familiares -

Fizemos uma breve caracterização da amostra no que aos antecedentes familiares diz respeito. Assim, no que toca ao estado civil dos pais, temos dezoito pais casados, dois divorciados, dois separados de facto e oito viúvos. Quisemos, depois, analisar com mais detalhe a situação da viuvez, que se distribuiu da seguinte forma: um indivíduo não tem mãe e sete não têm pai.

Finalmente, em relação aos antecedentes de toxicodependências na família nuclear, temos um pai toxicodependente (ele também consumidor de heroína); e dois pais alcoólicos. Vinte e sete indivíduos não referem alguma adicção.

As variáveis consideradas tendem para a normalidade, o que é especialmente notório no que aos antecedentes de consumo diz respeito.

- Situação face às doenças infecto-contagiosas -

Considerámos três grandes situações: a hepatite B; a hepatite C e o HIV. Este tipo de doenças infecto-contagiosas é diagnosticado de modo sistemático nos serviços.

Assim, temos dezasseis indivíduos com marcadores que indiciam contacto com o vírus da hepatite B, mas em que a situação está, presentemente, normalizada. Temos, da mesma forma, catorze indivíduos sem contacto com o vírus.

Em relação à hepatite C os serviços apenas diagnosticam o contacto com o respectivo vírus, já que, para se saber se existe infecção, é necessário fazer análises noutros serviços. Assim, e tendo em conta esta limitação temos: quinze indivíduos que aparentam ter contactado com a doença e quinze que nunca tiveram contacto.

No que diz respeito ao HIV temos vinte e três indivíduos que são seronegativos, não tendo contacto com o vírus, e sete que são seropositivos.

- História dos consumos -

A idade média do início da cannabis é de 16,56 com um desvio padrão de 3,6. O haxixe, com efeito, é a principal substância ilegal de iniciação.

No que diz respeito à heroína temos a idade média do início do uso da substância de 20, 23 com um desvio padrão de 4, 22. Em relação à via inicial do consumo de heroína, o total dos sujeitos entrevistado iniciou a sua relação com a heroína através da via fumada.

Já no que diz respeito à última via de consumo de heroína se regista uma alteração, uma vez que 17 mantêm os consumos pela via fumada e 13 consumiram heroína pela via da injeção.

A média de tempo de consumo de heroína é de 10,66 com um desvio padrão de 4,48. No que respeita aos tratamentos, a média de número de tratamento é 3,4; apresentando um desvio padrão do número de tratamentos de 2,09.

No que diz respeito à cocaína⁶¹ temos como média da idade de início 21, 22 anos ligeiramente superior, portanto, ao que se registou com a heroína; o desvio padrão é de 4, 09. Temos ainda a registar três indivíduos que não apresentaram nenhum consumo de cocaína ao longo da sua trajectória.

Em relação ao consumo de outras drogas dois entrevistados a admitem abuso de álcool associado a drunfos; cinco admitem abusarem do álcool; três admitem abuso de drunfos sem bebida alcoólica e um reconhece abuso em relação às novas drogas. Os restantes entrevistados (dezassete) não admitem períodos de abuso de outras substâncias.

No que ao tipo de programa diz respeito, temos dezasseis indivíduos em programa antagonista; um indivíduo abstinente, sem qualquer medicação; cinco indivíduos em programa de substituição com metadona, e oito sem qualquer tipo de tratamento – aguardando os respectivos encaminhamentos.

Quanto à situação face à heroína temos vinte e quatro abstinentes de heroína; seis indivíduos a consumir. No que concerne ao tipo de tratamentos

⁶¹ Quando nos referimos à cocaína, usamos a terminologia dos próprios entrevistados que denominam a base de cocaína como a branca; cocaína ou base.

realizados anteriormente, temos doze que só fizeram desintoxicações domiciliárias; dois que fizeram tratamento por mote próprio, sem regime de auto-medicação; dez indivíduos que passaram por desintoxicações domiciliárias seguidas de internamento; dois indivíduos que fizeram internamento domiciliário e ingressaram em programa de substituição com metadona, e quatro que apenas se submeteram a internamentos institucionais. A experiência que os nossos entrevistados apresentam em matéria de tratamentos não é, pois, despicienda.

Esta breve caracterização serve apenas para podermos compreender o contexto em que os nossos dados foram saturados. As apreciações qualitativas foram realizadas a propósito de uma população bem específica e concreta que aqui procurámos caracterizar em algumas das variáveis sócio-demográficas mais importantes – como as variáveis relacionadas com o consumo das substâncias mais relevantes.

2.3. – Análise de conteúdo

As técnicas de neutralização foram pesquisadas e aparecem listadas na tabela que se segue. O nível teórico da pesquisa bibliográfica foi adaptado à realidade dos dados obtidos em entrevista. Tal operacionalização reflecte-se na construção de indicadores precisos, a propósito do material recolhido, que levem à categorização exaustiva e exclusiva do material, de acordo com critérios definidos por Bardin (1995) ou Vala (1986). Esta sistematização da pesquisa teórica até aqui efectuada permite uma primeira visualização do que viria a ser a grelha de análise de conteúdo. Após a nomeação da técnica, segue-se uma breve descrição do seu âmbito teórico e em a que investigação foi proposta (ver tabela 4).

**TABELA COM UM SUMÁRIO DE TODAS AS TÉCNICAS DE
NEUTRALIZAÇÃO DETECTADAS DA LITERATURA**

TÉCNICAS NEUTRALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	OBSERVAÇÕES
<u>Negação da responsabilidade</u>	O indivíduo crê estar fora de si as causas e os motivos dos seus comportamentos (indivíduo vê-se como coisa agida)	Proposta por Sykes & Matza
<u>Negação do delito</u>	Acto desviante não é visto como tal; ou, pelo menos as suas consequências são minoradas	Proposta por Sykes & Matza
<u>Negação da vítima</u>	Defende que a vítima do acto desviante mereceu esse estatuto	Proposta por Sykes & Matza
<u>Condenação dos condenadores</u>	Os agentes de controle social são despojados de estatuto moral para levarem a cabo punições	Proposta por Sykes & Matza
<u>Apelo a lealdades mais fortes</u>	Sistema de obrigações desviante que obriga indivíduo a fazer determinadas coisas	Proposta por Sykes & Matza
<u>Racionalização do empréstimo</u>	Conceptualização do acto delinvente como empréstimo, que será depois ressarcido	Técnica específica proposta por Coleman a propósito dos crimes de colarinho branco
<u>Negação da necessidade de obedecer à lei</u>	A lei é vista como desnecessária e injusta	Idem
<u>Defesa da necessidade</u>	O crime ou o acto delinvente é encarado como uma necessidade de sobrevivência do indivíduo da família ou da empresa	Idem
<u>“Justificação deontológica”</u>	Toda a gente faz a transgressão	Idem
<u>Reclamar ganho</u>	Indivíduo furta para ter um ganho que só ele se reconhece a si próprio	Mais comum para os casos de delinquência de colarinho branco
<u>Metáfora da compensação</u>	O acto desviante é reconhecido como tal mas o indivíduo acredita que compensa essa falta com um comportamento exemplar nas outras dimensões da sua vida	Proposta no estudo sobre caçadores furtivos de renas
<u>Valorização selectiva de dimensões existenciais</u>	Valorização do acto desviante em relação a outras possibilidades que seriam ainda mais degradantes	Técnica por nós intuída quando ainda estávamos a conduzir uma investigação anterior

Tabela 4 – Sumário de todas as técnicas de neutralização.

2.3.1 - Dimensões de neutralização

A operacionalização destas técnicas implicou o redireccionamento de algumas delas – definidas a propósito de outras figuras dos comportamentos desviantes, como por exemplo a delinquência juvenil ou o crime de colarinho branco e agora redefinidas em função da realidade dos heroinómanos. Teve-se em conta a definição de critérios que permitissem uma rápida catalogação do material recolhido nas entrevistas.

Estas operações implicaram também uma ponderação da utilidade de certas TN em função do material recolhido. Assim sendo, diversas técnicas foram eliminadas por diversos motivos:

- racionalização do empréstimo - uma vez que é muito específica do caso da criminalidade do colarinho branco;

- reclamar o ganho - uma vez que era praticamente inexistente no material em análise (o que constitui, por si só, um dado relevante);

- justificação deontológica - uma vez que não tinha grande definição conceptual, sendo que o material que poderia ser abrangido nesta técnica foi classificado em negação da responsabilidade ou apelo a lealdades mais fortes conforme as situações;

- negação da necessidade de obedecer à lei - não foi utilizada uma vez que não existia no material recolhido e quando nos deparámos com possível codificação nesta TN concluímos que podia ser classificada na condenação dos condenadores.

Na tabela 5 apresenta-se a grelha de análise de conteúdo utilizada na codificação das entrevistas. Na coluna direita estão definidos os indicadores que definem campos de aplicação em função do material recolhido. Na coluna central estão as TN que iremos utilizar no trabalho e sobre elas dispensamos de mais comentários.

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Técnicas de Neutralização

<u>Acto não intencional</u>	<u>Negação da responsabilidade</u>	O indivíduo crê estar fora de si as causas e os motivos dos seus comportamentos (indivíduo vê-se como coisa agida)
	<u>Negação do delito</u>	Acto desviante não é visto como tal; ou, pelo menos as suas consequências são minoradas
	<u>Negação da vítima</u>	Defende que a vítima do acto desviante mereceu esse estatuto e por isso não é vítima
	<u>Apelo a lealdades mais fortes</u>	Sistema de obrigações desviante que obriga indivíduo a fazer determinadas coisas
<u>Acto intencional</u>	<u>Defesa da necessidade</u>	O crime ou o acto delinquentes é encarado como uma necessidade de sobrevivência da indivíduo da família ou da empresa
	<u>Metáfora da compensação</u>	O acto desviante é reconhecido como tal mas o indivíduo acredita que compensa essa falta com um comportamento exemplar nas outras dimensões da sua vida
	<u>Valorização selectiva das dimensões existenciais</u>	Valorização do acto desviante em relação a outras possibilidades que seriam ainda mais degradantes
	<u>Condenação dos condenadores</u>	Os agentes de controle social são despojados de estatuto moral para levarem a cabo punições

Tabela 5 - Grelha de Análise de Conteúdo – TN

Acrescentámos à pesquisa até agora efectuada a TN valorização selectiva de dimensões existenciais. A estratégia de neutralização já foi por nós intuída em investigações anteriores (Tinoco, 2000). Nos casos em que é empregue, os indivíduos tendem a valorizar o facto de não roubar, sendo arrumadores de carros; ou o facto de não traficar, sendo assaltantes de casas; (...) Observamos uma selectividade de factos desviantes, se nos é permitida a expressão, que permite aos sujeitos de alguma forma negar o seu estatuto

presente. Por outras palavras: certas dimensões, encaradas como positivas, na prossecução de uma determinada desviante são valorizadas em contraste com outras em que é concentrado todo o carácter negativo ou condenável do comportamento. Um outro exemplo: o indivíduo que consome heroína fumada considera que o verdadeiro problema consiste em injectar; ou o que injecta e defende que o que faz pior à saúde é fazer tiragens ou bombadas de sangue.

Chamamos a atenção, ainda no que diz respeito à tabela 5, para a coluna esquerda, ela nasce de um *insight* a propósito das TN e da sua operacionalização no material recolhido. Com efeito, a maior parte das técnicas propostas por Sykes & Matza parte do pressuposto que o acto desviante não é intencional, sendo assim as racionalizações tendentes a negar a intencionalidade do acto. Por outras palavras: a racionalização centra-se na negação da natureza deliberada e desviante do comportamento. Este propósito pode ser alcançado por negação da responsabilidade própria ou ao grupo de pares, por negação do delito ou da vítima. Sykes & Matza esgotaram este eixo e as investigações seguintes centraram-se em casos em que a natureza desviante e intencional do acto, reconhecida como tal, acontece por algum motivo.

O acto intencional recolhe em si as TN que reconhecem, explícita ou implicitamente, a natureza desviante e intencional dos comportamentos transgressivos. Técnicas como a defesa da necessidade; a metáfora da compensação; a valorização selectiva de dimensões existenciais ou a condenação dos condenadores têm em comum a aceitação que o comportamento é desviante. Ele teve que acontecer, por motivos incontornáveis, na defesa da necessidade; é desviante, mas é compensado por aspectos normativos da vida do indivíduo na metáfora da compensação; é desviante mas não é tão desviante como os pares na valorização selectiva. Finalmente, na condenação dos condenadores, a preocupação centra-se na desvalorização das instituições ou sujeitos que condenam o acto desviante. Essa condenação, contudo, não nasce da negação da natureza desviante do acto, antes provém da desvalorização de todos os que são expressão da condenação social dos comportamentos desviantes cometidos.

O agrupamento das técnicas em acto intencional e não intencional permitirá a realização de um outro nível de análise, mais abrangente, que poderá ser de grande valor heurístico.

2.3.2 - Dimensões biográficas

Este momento da análise de conteúdo codifica o material apenas tendo em conta as TN: nós já em diversas ocasiões reiterámos a importância da dimensão biográfica nesta investigação. O material foi novamente classificado segundo as três categorias que considerámos neste eixo e que estão apresentadas na tabela 6.

O objectivo desta classificação prendeu-se essencialmente com a preocupação de ordenar temporalmente os resultados das TN. A análise não foi tão fina, nem pretendeu sê-lo, por isso socorremo-nos de poucas categorias que, de seguida, apresentamos:

O Período Biográfico 1 – Início dos Consumos - este campo compreende os primeiros efeitos de cada substância (excepto a cocaína que, usualmente, aparece após a aquisição de uma identidade de toxicodependente, ou qualquer outra substância consumida após a eleição de uma droga de preferência). Engloba-se aqui os contextos informais, familiares ou outros que enquadraram as primeiras etapas de consumidor, assim como os contextos dos consumos, descrição e vivências dos efeitos, reflexões sobre os primeiros consumos.

O Período Biográfico 2 – Gestão da Carreira - este campo engloba as decisões, justificações e percepções acerca da vivência quotidiana de toxicodependente. Enquadra-se aqui todo o material em que esteja evidente ou subentendido um grau de dependência com determinada substância (normalmente a heroína). Classificámos aqui, da mesma forma, as estratégias diárias que cada indivíduo engendra para obter o produto; o modo como encara a privação; e ainda os contextos de consumo da heroína, quando ela é a droga principal (a questão da agulha, se é evitada esta forma de consumo ou não, bem como a maneira como ela é percebida).

Finalmente, no Período Biográfico 3 – Pontos de Inflexão, englobámos qualquer diminuição dos consumos ou actividades desviantes, quer essa diminuição seja real ou apenas corresponda a uma sensação subjectiva do entrevistado. Classificámos aqui períodos de abstinência; reflexões eventuais

sobre esses períodos e as formas como podem acontecer recaídas. Incluímos ainda o material referente a considerações sobre tratamentos, fenómeno das drogas e reflexões sobre os contactos com dispositivos jurídico-policiais.

Estes três campos definem sumariamente um eixo biográfico que é de suma relevância no nosso projecto. Ele permitirá a análise longitudinal das racionalizações acima operacionalizadas. Poderemos, assim, estudar a importância relativa de cada técnica, em função de etapas das histórias de vida dos nossos entrevistados. Na página seguinte, apresentamos uma tabela com os indicadores de cada categoria na coluna da direita (tabela 6).

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO
Dimensões Biográficas

<u>Início dos consumos</u>	Primeiros efeitos de cada substância (excluindo cocaína); contextos informais, familiares ou outros; práticas e padrões de comportamento familiar; contextos de consumo de haxixe
<u>Gestão da carreira</u>	Decisões quando já há envolvimento bastante regular com substâncias; a questão da agulha; estratégias utilizados para obter substância ou dinheiro para ela; contextos de consumo da heroína; a ressaca; o consumo de cocaína
<u>Pontos de inflexão</u>	Qualquer diminuição dos consumos ou actividades desviantes; abstinência e reflexões sobre ela; temas relacionados com a recaída; reflexão sobre tratamento e fenómeno de drogas; contextos de tratamento; contacto com dispositivos jurídico ou policial

Tabela 6 - Grelha de Análise de Conteúdo – dimensões biográficas

A tabela identifica os três campos de análise e os indicadores. Assim, construímos instruções precisas sobre os conteúdos a serem codificados, que terão de ser aplicadas ao material com rigor e cientificidade. É precisamente à codificação que dedicaremos o próximo tópico: trataremos de eleger métodos que permitam o alcance desses objectivos de uma forma coerente e fiável.

2.4. – Codificação

Descrevemos as etapas de operacionalização da nossa análise de conteúdo. Faremos agora referência ao modo como essa análise se processou na confrontação com o material. Como vimos, todo o material depois de ‘desgravado’ (ou seja: transposto do suporte da cassete áudio para texto) é submetido a dois níveis de codificação. Descrevemos já o eixo das técnicas de neutralização e o eixo biográfico, passaremos a relatar o modo como essa codificação se processou.

Nós próprios procedemos à codificação de todo o material, paralelamente, uma nossa colaboradora à mesma tarefa. Num momento seguinte, confrontámos o nosso trabalho, aceitando como definitivas as codificações que coincidiam em ambos os investigadores. Os casos discordantes deram origem a momentos de interanálise que, frequentemente, podiam até interagir com as grelhas utilizadas, num esforço contínuo de aperfeiçoamento de critérios.

Estes procedimentos são uma garantia suplementar de rigor: somam-se, por isso, às próprias grelhas de análise e são um modo de assegurar a sua óptima operacionalização (a utilização de juiz cego é uma garantia de rigor no tratamento de dados; assim como a utilização da interanálise).

A interanálise consiste precisamente na discussão de certo tipo de codificações com outros investigadores que estejam a par da análise de conteúdo. Existem certos conteúdos e frases que são ambíguas – é necessário delinear critérios e indicadores, pois ideias como a curiosidade, ou o acaso são, por vezes, de difícil codificação.

O resultado de todo o processo foi introduzido no programa QSR Nud*ist 4⁶² onde, depois da criação de uma árvore de codificação do material, se procedeu a diversas análises. O recurso a estratégias informáticas permitiu um maior manuseamento do material recolhido, assim como a sua quantificação em termos numéricos – o que facilitaria a construção de gráficos das diversas dimensões sob estudo.

⁶² Programa de categorização de material qualitativo desenvolvido por Qualitative Solutions & Research PTY.Ltda.

Em síntese, este esforço pareceu-nos importante. Pretendemos, na medida do possível, estabelecer critérios cuja utilização não dependesse do investigador, mas que pudesse ser aplicados com objectividade por qualquer outra pessoa treinada em análise de conteúdo e familiarizada com a grelha teórica que subjaz a este estudo.

CAPÍTULO II

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS

É agora o momento da apresentação dos resultados. Explanaremos nas páginas seguintes, os pontos de saturação do material, bem como as suas excepções significativas. Identificaram-se as técnicas mais usadas em cada um dos momentos chave da carreira de consumidor de drogas e bem como o tipo de argumentação que, para cada uma dessas técnicas, é mais comum. Assim, foi possível traçar uma trajectória típica no que às dimensões racionais diz respeito. Constatou-se a existência de material que, apesar de codificado no eixo das dimensões biográficas, não cabe na grelha das neutralizações. Este material, muitas vezes de conteúdo mais emocional, ou apenas de constatação de erros, foi analisado numa secção à parte.

Antes de descrevermos este esforço analítico, porém, faremos uma breve análise dos padrões quantitativos, no que ao uso de neutralizações diz respeito. Ou seja, a contagem das racionalizações por etapa de envolvimento com o percurso de consumidor, por si só, levanta hipóteses e possibilidades de interpretação bem interessantes.

Estamos em crer que fizemos uma apresentação sucinta do percurso que pretendemos trilhar na descrição deste estudo. Guardaremos para um momento final, contudo, uma última síntese das principais linhas de força reveladas e ainda as conclusões mais importantes que alcançámos.

1 – Padrões quantitativos

A utilização de neutralizações foi uma constante em todos os momentos da aproximação à carreira desviante. É claro que entrevistámos sujeitos já com um grau de envolvimento considerável com as substâncias: por isso os momentos passados, particularmente os da iniciação aos consumos, são encarados a partir dessa perspectiva. Rapidamente: o início da carreira é perspectivado desde o momento presente em que os indivíduos se encontram e que é (em grande parte dos casos) de ‘desgraça’. Estas considerações levar-nos-iam a nova conceptualização teórica sobre as histórias de vida – não é isso, contudo, o que nos interessa neste momento.⁶³

Assim, no que diz respeito ao início da carreira, as racionalizações negação da responsabilidade, negação do acto ou do delito e o apelo a lealdades mais fortes foram as mais utilizadas. Todas as restantes racionalizações encontram-se reduzidas a dimensões praticamente despiciendas. De facto, o contacto com as dimensões normativas de controle social (quer no que diz respeito à família, quer no que diz respeito a dispositivos de intervenção na área) não são importantes nesta etapa de aproximação ao consumo de drogas. Por outro lado, a ideia de fatalismo subjacente à defesa da necessidade, praticamente não encontra expressão nos dados recolhidos. Finalmente, a metáfora da compensação e a valorização selectiva de dimensões existenciais também se encontram ausentes dos dados.

As técnicas mais encontradas nesta fase têm em comum uma dimensão, que, aliás, se encontra explicitada na grelha de análise de conteúdo: são racionalizações que encaram o acto desviante como não intencional. O sujeito encara a sua aproximação às substâncias como dependendo de factores exteriores a si. Listemos alguns exemplos: “não havia informação”; “não sabia o que era, pensava que a heroína fumada não dava dependência”; “eu não

⁶³ A tradição francófona tem explorado este tema. Como vimos anteriormente também a tradição de Chicago não foi estranha ao assunto, veja-se a tentativa de biografar o Jack the Roller quando ele era mais velho e a tentativa que se fez de para comparar os dados recolhidos.

queria mas estava sempre a aparecer nos amigos e eu meti-me, nem sei como aconteceu”. Curiosamente, e corroborando os dados de Priest, & McGrath (1970), se interrogados directamente sobre a causa de entrada de drogas, deparamo-nos com posição oposta: a maior parte dos entrevistados nega existir qualquer influência sobre a sua trajectória, é comum a ideia: “eu meti-me porque quis, ninguém me influenciou”.

No que diz respeito à gestão dos consumos, deparamo-nos com maior diversidade de racionalizações. Estamos perante o momento mais extenso da vida dos nossos entrevistados.⁶⁴ Essa extensão traduziu-se também na quantidade do material recolhido: em termos absolutos foi esta a dimensão biográfica com mais material colectado.

Apenas uma das técnicas de neutralização, a metáfora da compensação, se encontra visivelmente abaixo das outras racionalizações. Se atentarmos com mais cuidado à natureza deste tipo de neutralização, podemos deduzir que a argumentação só é válida em populações ou pessoas que tenham contactos fortes e estáveis com a normatividade. Só se alguém tiver uma dimensão existencial normativa é que pode sentir que essa dimensão ou actividade possa compensar o seu comportamento desviante (e socialmente condenável) de consumir substâncias ilegais. Ora nós estamos perante populações que possuem graves problemas de inserção social, a muitos níveis.

No que diz respeito à profusão das outras racionalizações, tal só atesta a pertinência do nosso estudo. Nesta fase de envolvimento com as substâncias e todo um estilo de vida que lhe subjaz, o conflito com as diversas esferas de controle social é de difícil gestão: são necessárias a condenação dos condenadores e a negação da vítima. Os consumos são, muitas vezes, vistos como fatalidade: eis a defesa da necessidade. A aproximação a amigos é também omnipresente: eis o apelo a lealdades mais fortes (se bem que adquira expressões diferentes da etapa biográfica anterior). A vivência de uma deriva quotidiana necessita ainda do uso de racionalizações⁶⁵ como a negação da

⁶⁴ No que a este estudo diz respeito, bem entendido. Se bem que em termos absolutos a expressão se possa aplicar a alguns entrevistados... Queremos realçar apenas que a gestão dos consumos tende a ser mais prolongada no tempo que o início ou os pontos de inflexão.

⁶⁵ Utilizamos como sinónimos, por motivos de não saturação do texto, os termos racionalização e neutralização.

responsabilidade e a negação da vítima. Para finalizar, situações de extrema desviância requerem a valorização selectiva de dimensões existenciais, como forma de preservação de alguma dignidade humana e de auto-estima.

Os pontos de inflexão são a etapa biográfica que, em termos absolutos apresenta um menor número de racionalizações. De facto, o afastamento dos mundos desviantes representa a constatação da falência de um modo de existência e, no que aqui nos diz mais respeito, da interrupção de um modo de pensar. No entanto, talvez por esta categoria englobar situações de recaída as neutralizações continuam a existir. Noutros casos, o indivíduo apesar de estar afastado do mundo dos consumos, continua a não se sentir em pleno controle do seu destino.

Mais uma vez, e isto é uma constante em todas as etapas biográficas, a metáfora da compensação é a menos utilizada. A mais utilizada nesta etapa é a condenação dos condenadores. Isto leva-nos a realçar um critério da codificação: a reflexão geral sobre o mundo das drogas, prevista na check list da entrevista, desencadeava respostas que foram codificadas como pontos de inflexão. Fizemos isso porque considerámos que a reflexão sobre o mundo das drogas implicava, normalmente, uma operação de distanciamento.

No entanto, vamos visualizar uma série de gráficos que permitem uma quantificação mais rigorosa e detalhada das apreciações que até aqui realizámos. Trata-se de quantificar, sob a forma visual, os dados até aqui recolhidos. A operação permitirá, depois, uma análise dos significados e excepções relevantes desses mesmos dados que iremos, numa etapa posterior, desenvolver.

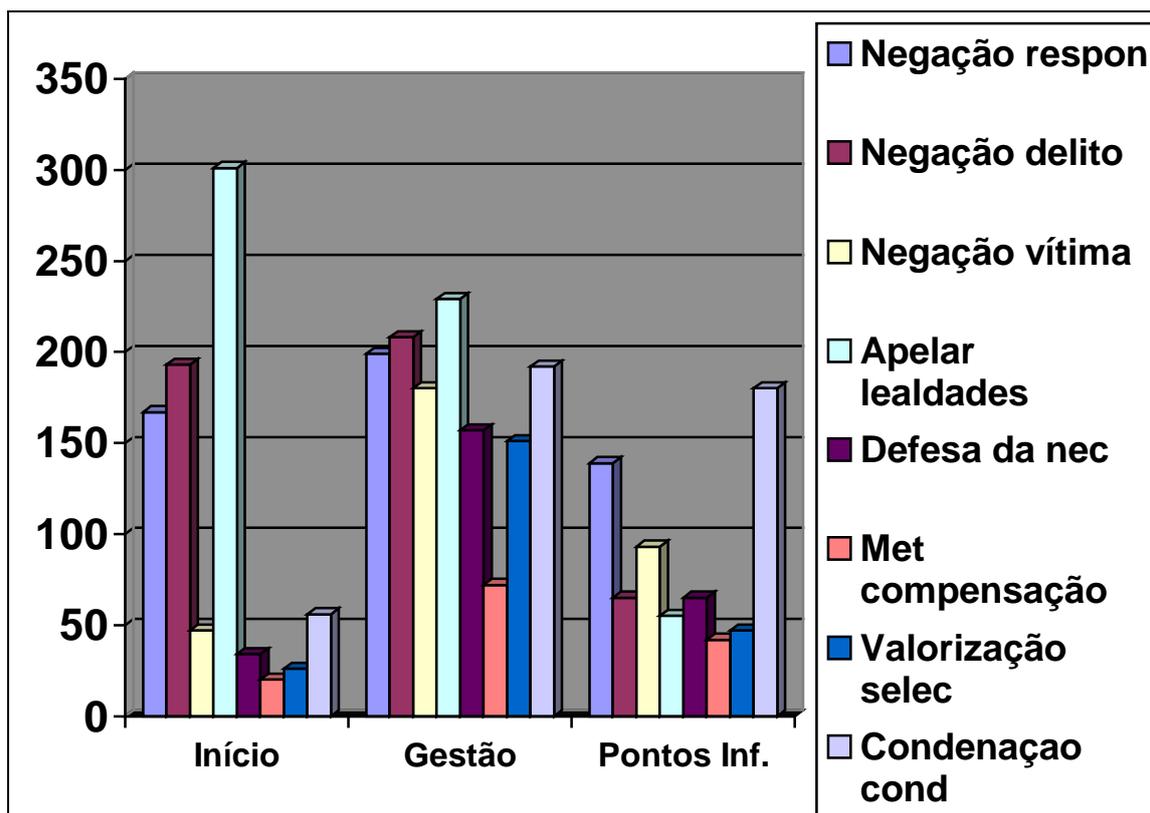


Gráfico 1 - Distribuição das TN por etapa biográfica (n=2918)⁶⁶

No gráfico 1 podemos ter uma breve perspectiva da importância de cada neutralização para cada etapa biográfica. Salta à vista a importância das neutralizações de negação da responsabilidade; negação do delito e apelo a lealdades mais fortes no que à etapa biográfica Início dos consumos diz respeito. No que diz respeito à Gestão da Carreira temos uma utilização forte de todo o tipo de neutralização. É esta a etapa que convoca o maior número de racionalizações. Em termos absolutos, todas as neutralizações encontram aqui a sua máxima expressão, excepto no que toca ao apelo a lealdades mais fortes que encontra o seu máximo valor quantitativo no início dos consumos. Para os Pontos de Inflexão, registamos o mesmo uso de todas as racionalizações, semelhante ao encontrado para a Gestão da Carreira, mas em menor número do que o aí encontrado. A negação do delito e o apelo a lealdades mais fortes são menos utilizadas do que na gestão.

⁶⁶ Consultar final de anexo 1 para se aceder às frequências absolutas dos gráficos 1, 2, 3 e 4.

A metáfora da compensação é a racionalização menos empregue em todas as etapas biográficas, chegando mesmo a ter uma expressão insignificante se tivermos em conta o universo de dados recolhido – como veremos mais adiante.

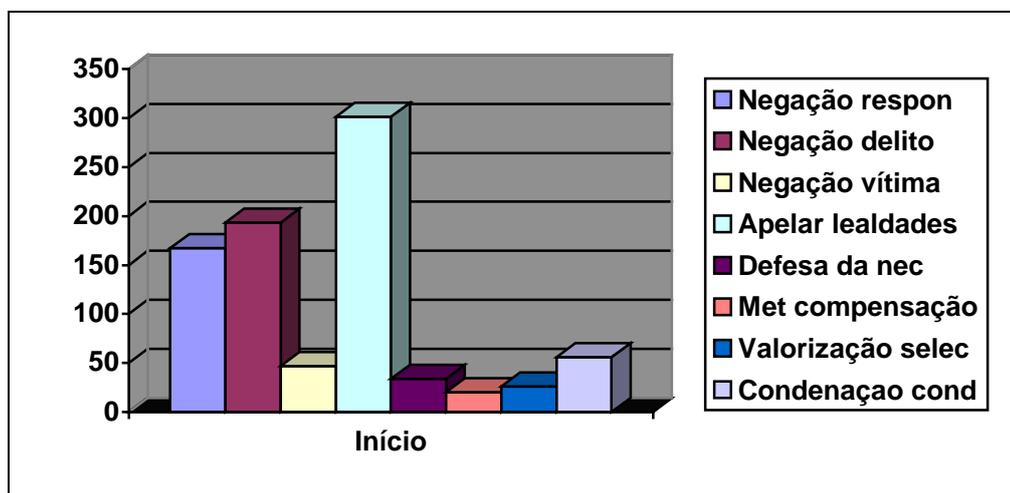


Gráfico 2 - Distribuição das TN por Início dos Consumos (n=844)

O gráfico 2 possibilita uma visualização mais próxima das racionalizações no que à etapa biográfica Início dos Consumos diz respeito. Nota-se uma utilização relativamente baixa de quase todas as racionalizações. O uso da negação da responsabilidade, da negação do delito e do apelo a lealdades mais fortes concita uma distanciação dos diversos indivíduos em relação à entrada no mundo das drogas: como se a decisão de consumo de drogas não tivesse nada que ver com eles.

Estas três racionalizações são uma excepção ao baixo número de racionalizações observadas. Elas têm em comum o facto de pertencerem ao eixo das racionalizações não intencionais, ambas tendem a distanciar o indivíduo do acto transgressivo em vez de o afirmar no interior de uma lógica desviante. Em suma, o acto desviante é visto como produto de forças e factores que desresponsabilizam os indivíduos: nega-se a responsabilidade, o delito ou importância do acto; finalmente, faz-se uso da rede de suporte social para justificar a prossecução de determinados comportamentos.

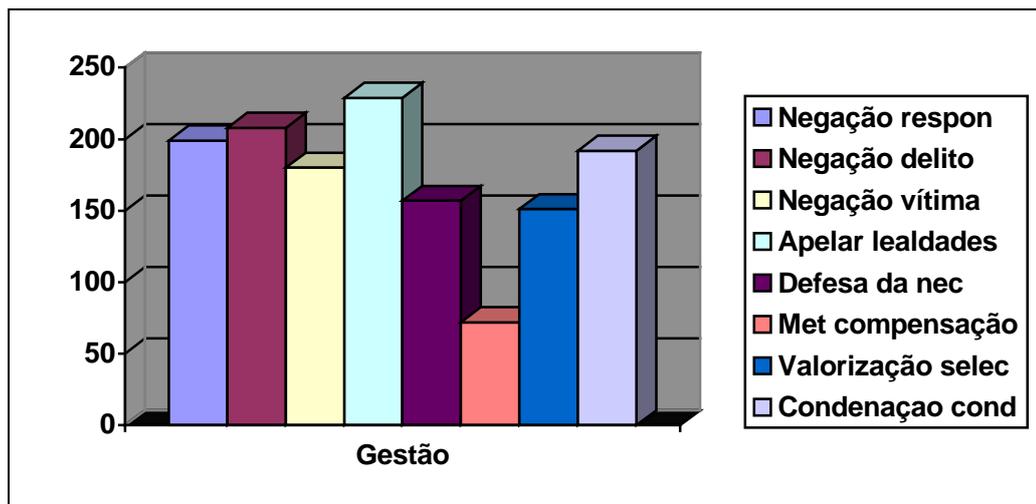


Gráfico 3 - Distribuição das TN por Gestão da Carreira (n=1388)

Idêntica análise à acabada de realizar fica visualizada no gráfico 3, a respeito da etapa biográfica gestão dos consumos. Podemos constatar o uso elevado de todas as técnicas de neutralização. Como anteriormente tivemos oportunidade de referir todas as neutralizações – com a excepção do apelo a lealdades mais fortes – têm, nesta etapa biográfica, a sua máxima expressão em termos absolutos.

O uso mais forte de neutralizações reflecte o desenvolvimento das actividades desviantes bem como a interiorização de determinados valores subculturais. Assim, às estratégias não intencionais – que pressupõem sempre uma reserva mental do indivíduo em relação a determinados comportamentos – somam-se as estratégias intencionais.

Ora a intencionalidade do acto pressupõe a interiorização de certos valores subculturais. O carácter desviante ou ocasional do comportamento não é negado, mas afirmado de um modo mais ou menos activo. Na defesa da necessidade o que está em jogo é, precisamente, a expressão de um fatalismo que impele o indivíduo à acção desviante. Em relação à valorização parcial de dimensões existenciais, algo de semelhante se observa: o acto desviante é relativizado em função de outras possibilidades, mais extremas.

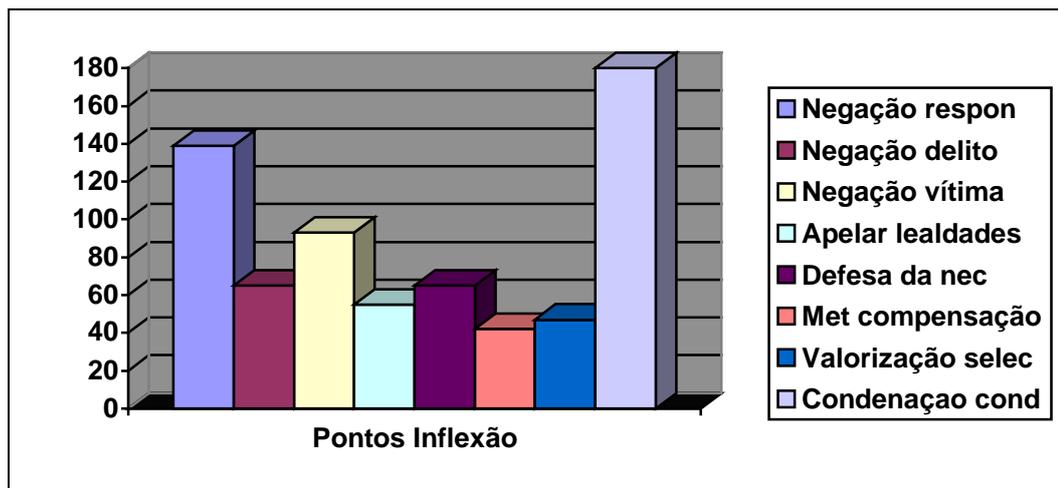


Gráfico 4 - Distribuição das TN por Pontos de Inflexão (n=686)

Em relação aos Pontos de Inflexão temos um padrão semelhante – com as diferenças anteriormente constatadas – ao encontrado na etapa biográfica anterior. A metáfora da compensação é a menos utilizada. Observamos também a maior preponderância da condenação dos condenadores, que advém do facto de termos optado por classificar aqui todas as considerações sobre o mundo das drogas.⁶⁷ Ponto importante na fase final do guião das entrevistas: a todos os entrevistados foi lançado o repto da reflexão: quais as mudanças observadas no mundo da drogas; as alterações que propunha etc etc etc.

No que diz respeito às racionalizações não intencionais temos uma maior preponderância da negação da responsabilidade e da vítima. A primeira está relacionada com as recaídas, decisões de paragem (pode parecer paradoxal mas observa-se de facto, como veremos mais adiante). A negação da vítima, por sua vez, reflecte o alto nível de conflitualidade familiar que se observa durante muitos períodos de abstinência. Já o apelo a lealdades mais fortes baixou muito em relação ao início dos consumos e pode pressupor um certo afastamento em relação às amizades e ao meio das drogas em geral.

As racionalizações de carácter intencional, por sua vez, são em número menos elevado que na etapa biográfica anterior. Podem reflectir, assim, um

⁶⁷ Recordamos que a reflexão sobre o mundo das drogas pedida, por sistema, no final das entrevistas, foi, normalmente, codificada nesta etapa biográfica.

afastamento em relação a certos modos de pensar mais comuns na gestão dos consumos.

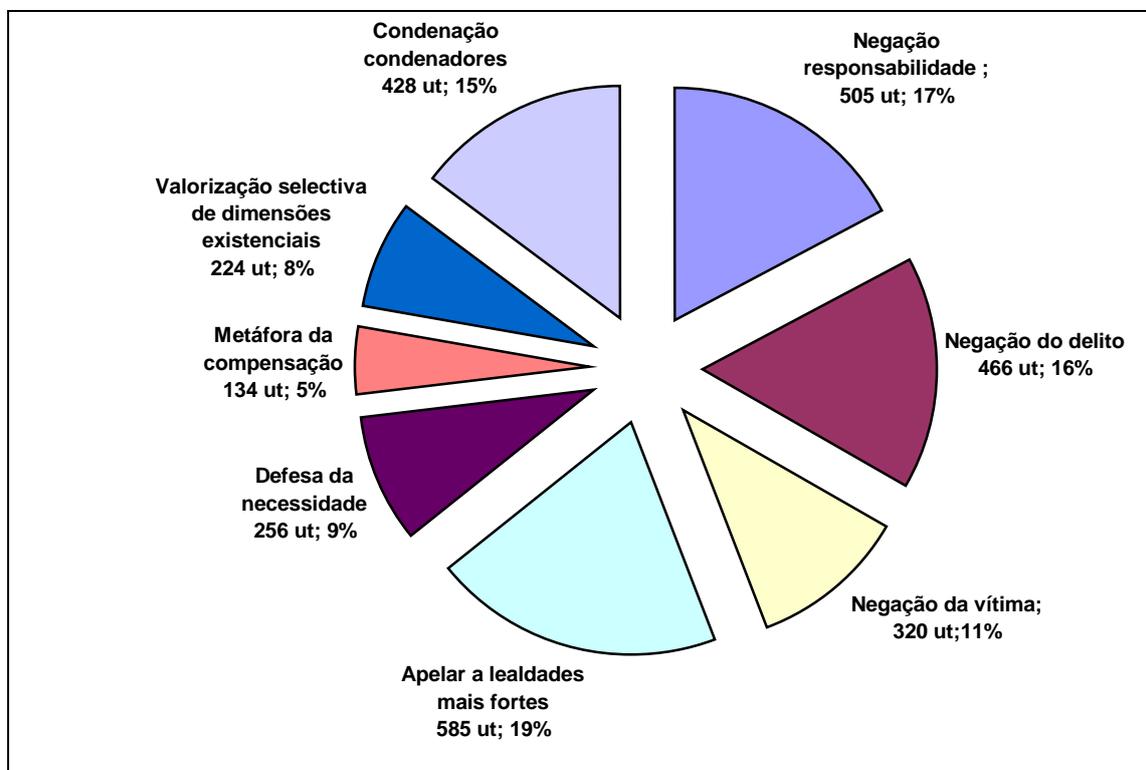


Gráfico 5 - Importância relativa de cada TN (universo de 4373 ut)

Optámos por construir um gráfico em que se pudesse visualizar comparativamente todas as neutralizações, independentemente da dimensão das trajectórias ou biográfica se assim quisermos. Temos um universo de 4373 unidades de texto (excluindo as intervenções do entrevistador – pelo que a mancha de texto inicial foi substancialmente maior), classificadas unicamente no eixo biográfico e que, por isso, não estão representadas no gráfico. Repartiram-se da seguinte maneira: 558 ut no início dos consumos; 577 na gestão; e 307 nos pontos de inflexão. Este procedimento permitiu retirar do nosso esforço analítico as meras constatações; o reconhecimento do erro e outras respostas do género. As frases de passagem, sem sentido em si mesmas também se classificaram aqui, servindo, por isso, propósitos de simplificação do material recolhido.

Em termos absolutos, retomando a representação gráfica, temos o domínio da condenação dos condenadores; negação da responsabilidade; negação do delito e apelo a lealdades mais fortes. As três últimas são importantes em todas as etapas biográficas, servindo princípios não intencionais, como mais à frente teremos oportunidade de analisar: distanciam os indivíduos em relação à autoria dos seus actos. A condenação dos condenadores ganha expressão na Gestão e nos Pontos de Inflexão: serve também o propósito de distanciar os indivíduos dos seus actos e das consequências dos mesmos.

A meio caminho, entre as mais utilizadas e as menos, encontra-se a negação da vítima. Esta racionalização não é muito utilizada no Início dos Consumos mas adquire mais expressão na Gestão e nos Pontos de Inflexão. A racionalização anula as consequências de determinados actos dos indivíduos, através da negação do estatuto de vítima do outro. Assim, os indivíduos podem continuar os seus actos desviantes sem que quaisquer sentimentos de culpa sejam sentidos.

As neutralizações menos utilizadas foram a valorização selectiva de dimensões existenciais; a metáfora de compensação e a defesa da necessidade. Todas elas implicam um aberto reconhecimento do acto como desviante e como errado ou efectivamente condenável: a justificação desse acto acontece em relação a qualquer factor exterior (na valorização selectiva, o acto não é tão desviante como o de outros; na metáfora da compensação, o acto desviante é minorado nas suas consequências, através de um comportamento exemplar nas outras dimensões da vida social de determinado indivíduo); ou por fatalismo (no caso da defesa da necessidade o acto desviante é encarado como única alternativa, ou como consequência de uma pressão inultrapassável que leva os indivíduos a cometerem determinados actos). Esta menor expressão não deixa de ser importante a nível qualitativo: estas racionalizações (exceptuando a metáfora de compensação) estão relacionadas com um envolvimento mais extremado com as actividades desviantes: implicam um empobrecimento do modo de pensar e das justificações de si.

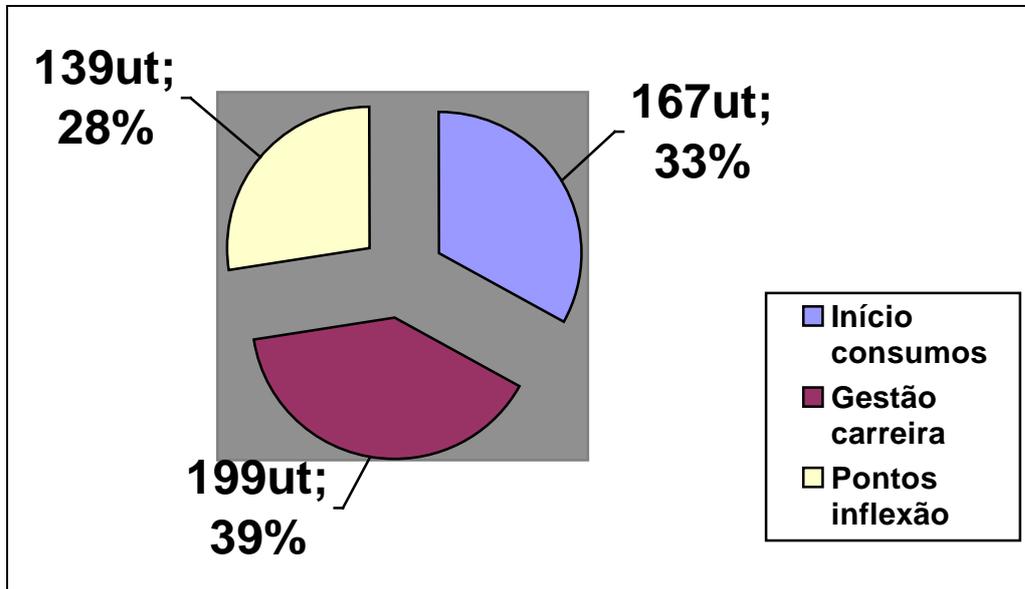


Gráfico 6 - Distribuição da Negação da Responsabilidade

A negação da responsabilidade, como anteriormente tivemos oportunidade de referir, é uma racionalização que perpassa todos os níveis biográficos considerados no estudo. Apresenta-se equitativamente distribuída nas categorias consideradas, replicando ainda assim a preponderância quase omnipresente da gestão da carreira (momento de excelência, por assim dizer, para a utilização de racionalizações deste género).

A omnipresença desta racionalização reflecte uma constante externalização da autoria dos actos cometidos: factores como a sorte; a falta de informação, entre outros, é de crucial importância numa vivência de si que implica um enfraquecimento e atitudes demissionárias, nos mais diversos níveis, em relação ao destino ou ao rumo de vida dos interessados.

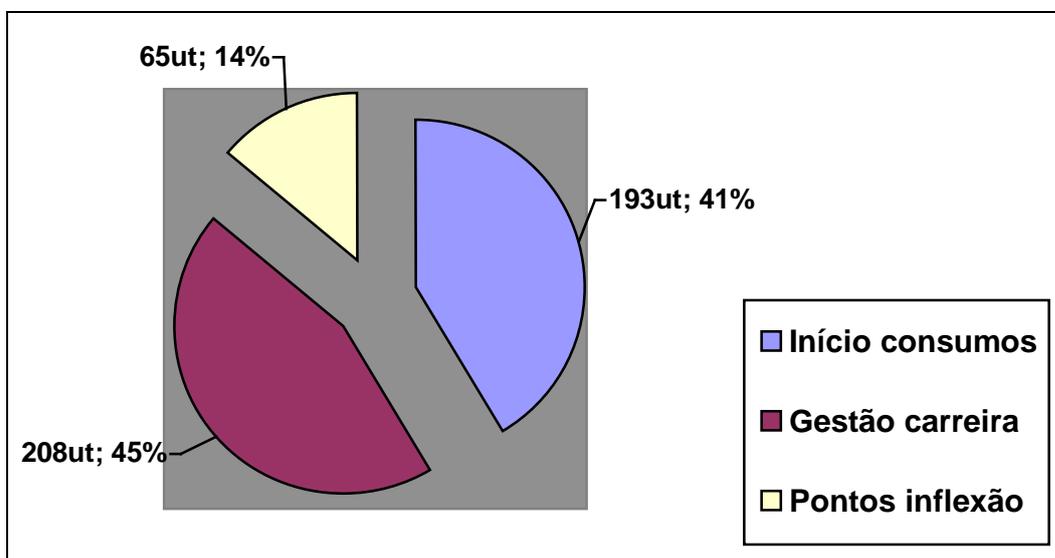


Gráfico 7 - Distribuição da Negação do Delito

A negação do delito é outra neutralização de carácter transversal no que ao eixo biográfico diz respeito. No entanto, podemos constatar uma menor importância dos pontos de inflexão: como se os indivíduos já não conseguissem negar certas consequências dos seus actos no que concerne às recaídas e aos períodos de abstinência.

O padrão da negação do delito é uma excepção em relação a outras neutralizações aqui referidas. Juntamente com a negação da responsabilidade e o apelo a lealdades mais fortes é uma das três formas de neutralização que são comuns às etapas biográficas aqui consideradas. Em conjunto com elas, a importância do Início dos Consumos é um dos dados principais que salta à vista. Em consequência a negação do delito está menos representada na etapa biográfica Pontos de Inflexão.

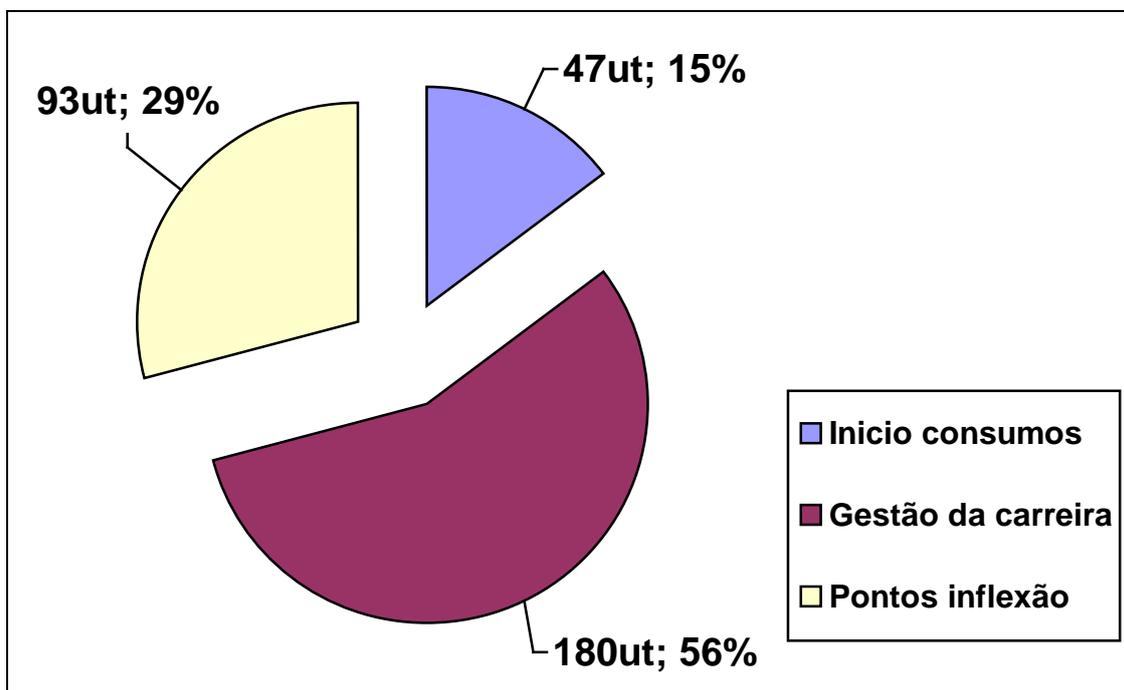


Gráfico 8 - Distribuição da Negação da Vítima

A negação da vítima é uma neutralização típica em muitos aspectos: é pouco utilizada no Início dos Consumos, para depois atingir o seu auge na gestão da carreira e manter-se elevada nos Pontos de Inflexão. De facto, a negação das consequências dos actos nos outros – muitas vezes a própria família – é condição indispensável para se prosseguir uma trajectória de heroinómano. Essa negação estende-se também a outras vítimas de crimes e de outras actividades desviantes (burlar na venda de substâncias entre outros exemplos).

A explicação da relativa importância desta racionalização, nos Pontos de Inflexão, pode passar pelos momentos de tensão que se registam na família (esta dimensão da negação da vítima é bastante importante na população por nós estudada). De facto, muito dos nossos entrevistados, após períodos de abstinência, negam a pertinência de certas preocupações da família e recusam, frequentemente, as consequências que uma recaída pode ter nos outros que lhe são próximos.

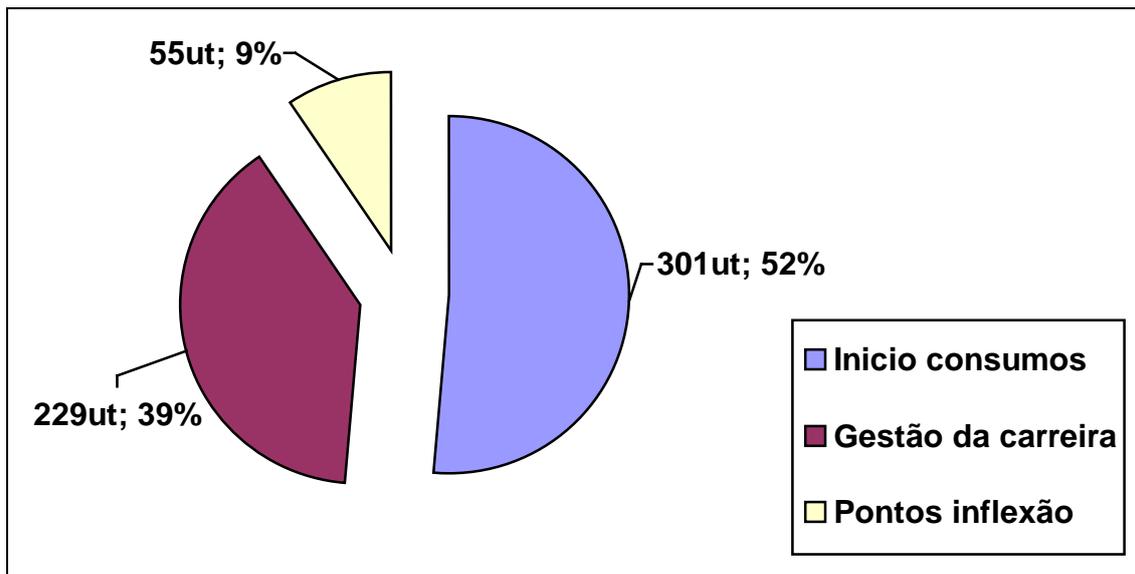


Gráfico 9 - Distribuição do Apelo a Lealdades mais Fortes

Eis mais uma neutralização transversal a todos os momentos biográficos em estudo. O padrão de distribuição dos resultados é interessante: apelo a lealdade mais fortes é a única racionalização considerada que é mais utilizada no Início dos Consumos. A importância da rede de suporte social informal dos entrevistados parece ser vivida como uma forma de potencialização importante da carreira desviante.

A utilização da racionalização continua elevada na Gestão da Carreira, reflectindo a forma como as redes de suporte social desviante (as subculturas) continuam a ter nesta etapa da vida dos sujeitos. Curiosamente, e significativamente, o uso da neutralização encontra uma quebra expressiva no que aos Pontos de Inflexão diz respeito. É como se a importância dos amigos e das suas obrigações e pressões deixasse de ser acreditada pelos próprios. As recaídas, as abstinências não são explicadas através desta via.

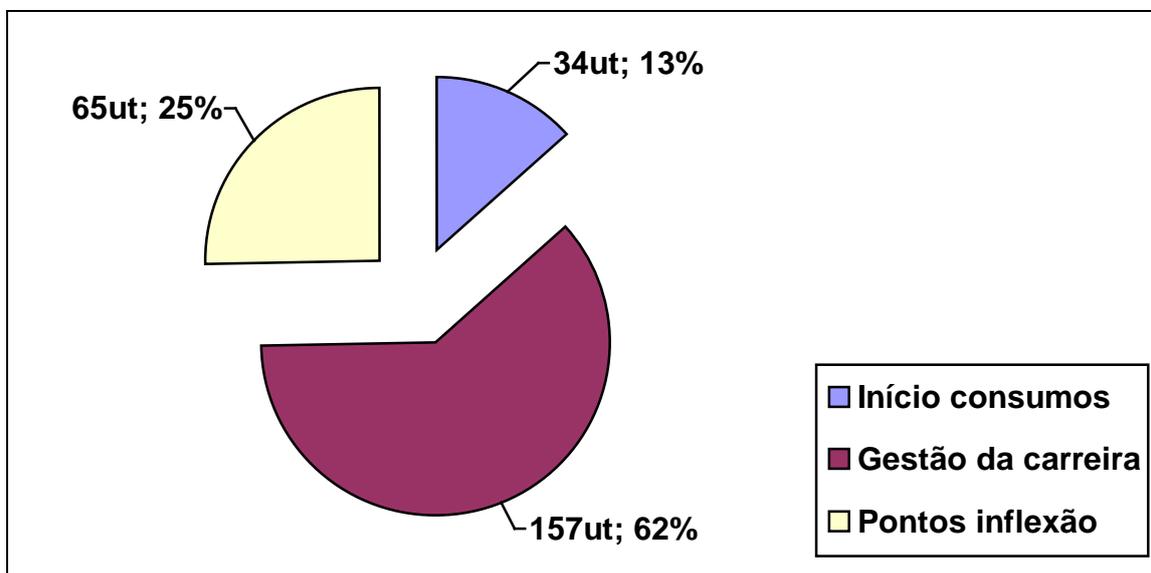


Gráfico 10 - Distribuição da Defesa da Necessidade

Como na negação da vítima, estamos perante uma neutralização típica: ela é utilizada especialmente na Gestão da Carreira desviante, seguida dos Pontos de Inflexão. Quanto ao início dos consumos, a neutralização não é tão empregue. Poderíamos interpretar esta regularidade do seguinte modo: de facto, a vivência dos consumos e de outras actividades desviantes em dimensões fatalistas e deterministas implica um maior relacionamento com essas actividades desviantes e, em alguma medida, uma anulação do eu. Essa anulação do eu ou, se quisermos, a vivência do eu como coisa agida implica um envolvimento com os valores e práticas subculturais ainda inexistentes no Início dos Consumos.

O envolvimento com os valores desviantes, adquiridos ao longo da carreira desviante, exprime-se de igual forma nos Pontos de Inflexão. O fatalismo e a determinação fazem um certo jeito, se nos é permitida a expressão, para eliminar certos mal estares e pruridos que poderiam acontecer se os indivíduos se deparassem, sem qualquer outra defesa, perante a realidade dos seus actos.

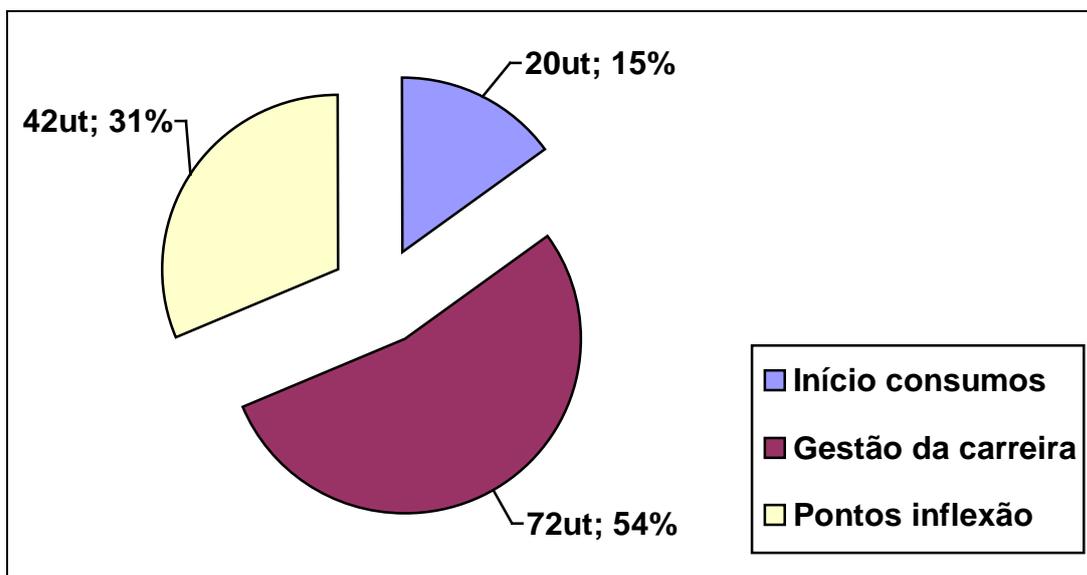


Gráfico 11 - Distribuição da Metáfora da Compensação

A metáfora da compensação é uma outra neutralização que encontra pouca expressão na totalidade dos dados. O padrão de distribuição dos resultados é típico: maior expressão na Gestão da Carreira, seguida de pontos de inflexão e, a maior distância, o início dos consumos. Os resultados podem explicar-se atendendo à natureza da neutralização: ela só pode ser empregue por indivíduos que possuam fortes laços à sociedade normativa – o que não é, de todo em todo, o caso.

A neutralização, apesar de tudo, permite em certos casos a preservação de uma certa imagem de si: os indivíduos, na Gestão da Carreira, podem apelar aos seus comportamentos, exemplares em certas dimensões das suas vidas, como uma forma de se defenderem de comportamentos que reconhecem errados. Aqui, a racionalização típica socorre-se, como veremos adiante com mais detalhe, da valorização da salvaguarda da dimensão profissional ou de certos laços afectivos e comportamentais em relação a outros actos desviantes e, à partida, considerados condenáveis.

No que diz respeito aos Pontos de Inflexão, achamos esta racionalização bastante relacionada com o esforço de conciliação de memórias. Por outras

palavras: a valorização de certas dimensões normativas do presente (referimo-nos especialmente a casos em que existem processos mais consolidados de afastamento dos consumos) pode servir de contraponto em relação a incoerências e erros que são de difícil elaboração na trajectória biográfica dos indivíduos.

A metáfora da compensação no indivíduo com abstinência consolidada pode servir de instrumento de reconciliação de memórias e, neste sentido, ajudar à construção de uma nova coerência biográfica.

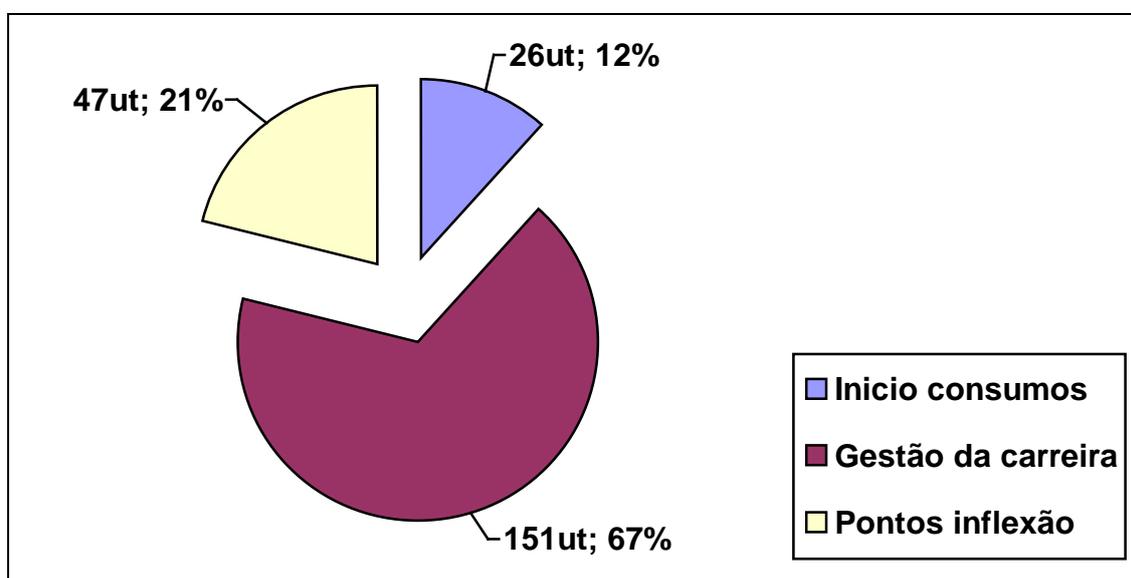


Gráfico 12 - Distribuição da Valorização Selectiva

A valorização selectiva de dimensões existenciais tem bastantes paralelismos com a metáfora de compensação. Na prática da codificação do material as duas racionalizações são bastante semelhantes, diferindo apenas nas dimensões que são valorizadas. Assim, na metáfora, a justificação da desviância provém dos laços normativos; na valorização selectiva, a desviância não é tão má como a que é supostamente praticada por outros pares. Sucintamente: para a metáfora importa a dimensão normativa; na valorização importam os aspectos positivos (ou menos negativos) dos comportamentos transgressivos.

Como acima definimos, esta racionalização está bastante relacionada com a desviância: assume-se como a neutralização de excelência dos casos de extrema exclusão social e desviância. Neste sentido, interpreta-se claramente a preponderância desta neutralização na Gestão da Carreira – ela é, de facto, omnipresente no que a esta neutralização diz respeito. Os Pontos de Inflexão e o Início dos Consumos são praticamente insignificantes quando comparados com a Gestão. No início ainda não se internalizou a possibilidade de valorizar a desviância como não sendo tão negativa como poderia parecer (a possibilidade é rebuscada, sendo necessários longos anos, presumimos nós, para a poder achar plausível). Quanto aos Pontos de Inflexão, estamos perante um refluxo: as recaídas, os momentos de abstinência, todos esses momentos acontecem depois da aquisição e utilização de determinadas racionalizações, que serão mais fáceis de voltarem a ser empregues do que no início dos consumos.

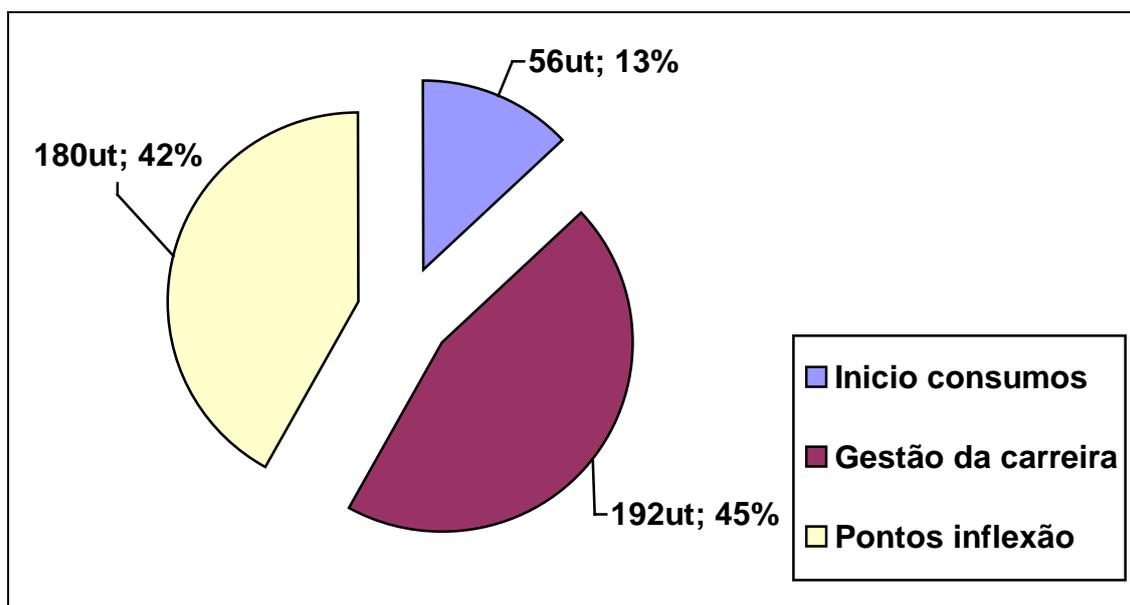


Gráfico 13 - Distribuição da Condenação dos Condenadores

A condenação dos condenadores, recordemos, é uma das neutralizações propostas originalmente por Sykes & Matza (1957). Classificámo-la aqui como pertencendo aos actos intencionais, uma vez que os indivíduos atacam as instituições de controle social ou, mais genericamente, os outros ou a moral

para se defenderem e não aceitarem a culpabilidade inerente aos actos que cometem.

O padrão de distribuição da neutralização é um pouco afastado dos até aqui analisados – mas atentemos na representação gráfica desta neutralização com mais cuidado. No que diz respeito ao Início dos Consumos, o uso da condenação dos condenadores tem pouca expressão – o que acompanha muitas outras técnicas até aqui utilizadas. A comparação entre pontos de inflexão e a gestão da carreira é que nos pode surpreender: o uso da condenação quase se equipara nas duas situações.

Podemos ainda aventar duas explicações para o facto, uma de cariz metodológico, um outro de cariz mais fenomenológico. Detenhamo-nos sobre as duas possibilidades. Primeiramente, a que pode ser explicada a partir de uma referência aos critérios utilizados na análise de conteúdo, considerámos como Pontos de Inflexão todas as considerações sobre o mundo das drogas, considerações essas pedidas a todos os entrevistados e que escapou, por vezes, à lógica biográfica que estruturou o guião de recolha de dados. Por esse motivo, podemos estar aqui perante um viés induzido pelos próprios critérios utilizados.

A explicação fenomenológica não elimina a explicação anterior, mas dá-lhe uma outra cor. Assim, o prolongamento de um estado de revolta e de crítica perante as instituições de controle social pode servir como uma forma de identificação e de estruturação da identidade em termos negativos. Por outras palavras: o vazio e desorientação naturais aos períodos iniciais de afastamento da carreira desviante podem ser supridos através desse ataque ao exterior que a condenação aos condenadores pressupõe.

2. – Números e compreensão dos números

A visualização das regularidades quantitativas proporcionadas pelo estudo é uma etapa importante na exploração dos dados. De uma certa maneira, pode constituir-se até como uma primeira compreensão do material recolhido. É nossa opinião que a visualização gráfica dos constructos utilizados pode permitir uma interpretação ou, pelo menos, possibilitar traçar pistas de interpretação sobre os dados para mais tarde explorar.

Assim, e recapitulando, temos a tríade negação da responsabilidade, negação do delito e apelo a lealdades mais fortes como as racionalizações presentes em todas as etapas biográficas consideradas. Elas têm em comum, como vimos, a não intencionalidade do acto desviante – é como se o acto fosse praticado pelo indivíduo mas, ao mesmo tempo, ele não tivesse nada que ver com ele (exploraremos esta ideia mais adiante). As duas últimas neutralizações são menos utilizadas nos Pontos de Inflexão, em contraponto com a negação da responsabilidade que se encontra equitativamente distribuída por todas as fases biográficas.

No que respeita às restantes neutralizações, elas são pouco empregues na fase inicial da trajectória dos consumos. É como se só fizessem sentido depois de um envolvimento maior e mais sério com as drogas e as subculturas que lhes estão subjacentes. A explosão do uso de neutralizações, inerente à fase da Gestão da Carreira, implica uma especial vivência de si, a deriva e desresponsabilização de si subjacente a uma boa adaptação a uma certa subcultura das drogas, onde as vertentes instrumentais predominam.

Os Pontos de Inflexão não implicam grandes modificações nesse uso generalizado de neutralizações. Em relação à sua intensidade, registam-se mudanças: o seu uso é um pouco menos massivo. Também a negação do delito e o apelo a lealdades mais fortes perdem a importância relativa que tinham adquirido nas etapas precedentes. As desculpas dos amigos e de que não faz mal praticar determinados actos deixam de ser utilizadas neste momento. Isto não quer dizer, e avançamos já com dimensões qualitativas, que, após uma recaída e o regresso à Gestão da Carreira, não se observam

um retrocesso e uma readopção dos padrões massivos do uso de neutralizações.

Penneff (1990) surpreendia-se com o carácter pouco científico das análises de conteúdo na área das histórias de vida. Os resultados eram apresentados, na maior parte dos casos, como comentários sobre os textos recolhidos, não se baseando, por isso em análises matemáticas dos dados.

Estamos em perfeito desacordo com a opinião deste autor. A saturação dos dados pode exprimir-se em ordem numérica ou apenas socorrendo-nos de apreciações qualitativas. Ou seja: parece-nos ser indiferente dizer que tal categoria tem uma frequência maior do que outra, ou constatar a mesma realidade sem apresentar números. É claro que o trabalho estatístico não se limita a comparação de frequências, em todo o caso não se confronta com as dimensões humanas e imprevisíveis do discurso e dos seus significados.

Eis um aparente paradoxo em torno do termo análise de conteúdo. O trabalho estatístico sobre o texto não nos permite aceder ao seu significado. As interpretações que podemos fazer sobre as regularidades numéricas só podem ser plausíveis se conhecermos, com detalhe, o material sobre o qual nos pronunciamos. Estamos perante a real riqueza de significados: é através da confrontação subjectiva com o texto que se poderá, realmente, aceder ao conteúdo, na sua riqueza e até contradição.

Em suma: o trabalho realizado até aqui, privilegiando o nível quantitativo do material, só pôde ser realizado após um conhecimento profundo do material recolhido, o que pressupõe a interpretação do mesmo. Assim, mesmo esta etapa mais 'limpa' da análise, aquela que rejeita as contradições e as incongruências, só foi possível após uma confrontação subjectiva com o texto.

A análise de conteúdo tecnicista por natureza não chega a aperceber-se da riqueza do material que recolhe: procede através da limpeza de dúvidas; erradica as contradições; descobre padrões de resposta e de comportamentos relatados. Infelizmente, toma-se muitas vezes esse procedimento como o ideal para a captura do conteúdo. É evidente que grande parte desse conteúdo – aquele que provém dos significados e da diversidade humana – fica de fora desse trabalho.

Vamos, então, abandonar a segurança dos números para nos acercarmos do que é realmente humano. Vamos aproximar-nos dos conteúdos, dos significados que os entrevistados dão das suas práticas e das suas vivências. Até porque queremos que o termo análise de conteúdo não seja um conceito vãõ...

É claro que ir-se-ão constatar incoerências e contradições. No entanto, é preciso olhar a outra face do rosto limpo dos números.

CAPÍTULO III

PERÍODO BIOGRÁFICO 1: INÍCIO DOS CONSUMOS

Passemos a uma apreciação mais detalhada e qualitativa do material recolhido para cada momento biográfico. Iremos proceder a um escrutínio de cada neutralização, apresentando os seus pontos de saturação e excertos ilustrativos de padrões de pensamento. Princípios o nosso percurso com o momento de início dos consumos.

1. Negação da responsabilidade

A negação de responsabilidade compreende situações em que o indivíduo crê estarem fora de si as causas e os motivos dos seus comportamentos. Por outras palavras: o indivíduo vê-se como coisa agida. Esta racionalização sobressai pela sua importância e pela frequência com que é detectada nesta etapa biográfica.

De um modo geral, podemos afirmar que qualquer racionalização que desculpabilize o indivíduo em relação à sua aproximação relativamente a substâncias proibidas (e que tantas consequências nefastas viriam a produzir na sua vida) é uma necessidade, quer no próprio momento, como uma forma de possibilitar a continuação do envolvimento sem sentimentos de culpa, quer *a posteriori*, como forma de preservação da auto-estima.

Assim, existe a ideia de que a primeira experiência, especialmente com a heroína, é uma situação quase sem retorno – como se o contacto com a substância se revestisse de um fatalismo irremediável. Se a pessoa

experimenta e gosta pode, praticamente de forma automática, começar uma vida de consumidor dificilmente controlável. Como nos diz um dos participantes do estudo:

“se não provasse a primeira vez, era capaz de não ter sido toxicodependente. E como provei não esqueci, ainda não tinha esquecido os efeitos que aquilo dava, certo dia qualquer tornei a experimentar, mas talvez começasse a fumar diariamente, ou porque tinha mais posses, ou porque tinha maior oportunidade de ter a droga, foi uma das coisas que me levou a fumar todos os dias.”

A ambivalência neste excerto é bem ilustrativa de uma incerteza reinante quando se tenta explicar o início dos consumos. A dificuldade em compreender esse início soma-se a um certo fatalismo (neste caso implícito) subjacente à primeira experiência de ingestão de substâncias – particularmente no que à heroína diz respeito.

A curiosidade, frequentemente vivida como algo que não pertence a dimensões controláveis do indivíduo, mas sim como qualquer coisa que acontece se aviso prévio. Esta é outra das dimensões que a racionalização apresenta no momento de início dos consumos.

“trabalhava, tinha sempre a mesma coisa, tinha namorada na altura para aí há dois anos, namorava com ela, e numa certa altura à noite, numa discoteca, pronto eu se calhar já estava com curiosidade em querer saber lá o que era aquilo de chinesa⁶⁸ como se chamava na altura”

Estes factores externos somam-se a outros, como por exemplo o caso em que os entrevistados explicam a sua entrada no mundo do pó socorrendo-se de uma combinação de argumentações bastantes complexas – mas que cabem nesta racionalização. Exemplos: *“nessa altura tinha*

⁶⁸ “Chinesa” é um dos termos em calão das subculturas da droga para denominar a heroína fumada na prata.

facilidades de dinheiro”; “deixei-me andar, nessa altura, não percebi que aquilo tinha tanta importância”.

Um dos grandes núcleos temáticos que esta racionalização apresenta, na etapa biográfica específica de que agora nos ocupamos, é a ideia de desconhecimento das consequências da heroína. Muitos dos nossos entrevistados alegam não terem tido informações sobre quais as consequências do consumo, no momento em que iniciaram as suas trajectórias de toxicodependentes. Aliás, existe até a combinação deste argumento com a ideia de que hoje, pelo contrário: *“só entra na droga quem quer, toda gente sabe o que aquilo dá”*. Estamos perante uma evidente tentativa de auto-desculpabilização e de uma auto-vitimização.

“já ouvia falar porque eu tinha contacto com ele de vez em quando, eram meus amigos encontrava-os e depois ouvia falar ‘aquele já deixou o haxixe, já anda no pó’, prontos eu olhava para eles e em alguns não via grande diferença neles. Só que como naquela altura começaram aqueles concertos, viam-se pessoas dentro dos carros a injectarem-se e assim, mas via-se o aspecto delas, eram diferentes, pelo menos no meu ponto de vista, porque era totalmente um campo desconhecido aquilo para mim. Aquilo era drogado aquilo, na altura para mim era a moda, foi aquela explosão acabou o haxixe e foi tipo moda do pó, a chinesa”

Este excerto complexifica a ideia de falta de informação: se temos casos em que os entrevistados alegam ter consumido heroína sem saber o que aquilo era, temos aqui um exemplo menos linear. O indivíduo em questão, apesar de ter algum contacto prévio com o mundo do pó, nega ter detectado alguma diferença nos seus conhecidos que passaram para a heroína – a diferença resumia-se aos que injectavam...

Uma outra das argumentações, recorrentes na negação da responsabilidade, é a ideia da falha do haxixe. Recordamos que a etapa biográfica do início dos consumos engloba o período em que existem

consumos de haxixe e comprimidos sem que exista uma substância principal. A ideia de que a falha da comercialização da substância levou a que os entrevistados fizessem uma troca do produto de consumo é, diversas vezes, utilizada.

“mas depois também o senhor que vendia o haxixe na minha zona começou a vender pó, era muito raro arranjar haxixe, tinha de se andar muito, muito, muito...”

Ou ainda o seguinte excerto:

“porque eu vi como se fazia, cheguei lá ao homem para comprar o tal haxixe, ele não tinha, só tinha pó, e tinha dinheiro na carteira e deu-me um pacote”

Podíamos continuar a enumeração, mas repetir-nos-íamos. O importante é sublinhar a ideia: um factor externo – neste caso a falha de uma substância com a qual diversos entrevistados mantinham uma relação de proximidade – é responsável pela iniciação e pelo consumo de heroína.

A interpretação da argumentação é um pouco mais complexa: do ponto de vista individual, é pacífico estarmos perante uma exteriorização da responsabilidade individual; do ponto de vista colectivo a situação evoca imediatamente o trabalho de Preble & Casey (1969) sobre os mercados ilegais de comercialização de heroína em Nova Iorque. De facto, os mercados negros de comercialização de substâncias ilícitas parecem ter um comportamento inteligente, fazendo cortes estratégicos no abastecimento dos produtos, de forma a introduzir novas substâncias ou a fidelizar os consumidores e promover a adulteração das substâncias.⁶⁹

⁶⁹ A ideia do comportamento inteligente do mercado psicotrópico é, apenas, uma das facetas inerentes à amplificação da desviância. Segundo esta corrente, desenvolvida na área dos comportamentos adictivos por Young (1971) e no caso concreto que aqui apresentamos, a repressão do comércio de uma droga leve pode precipitar o endurecimento do mercado. De facto, a heroína fideliza melhor os consumidores e é de mais fácil manuseamento (uma vez que ocupa menos volume que dose idêntica de haxixe).

Uma das outras ideias bastante detectadas nos resultados é a explicação do início dos consumos que se socorre de factores ligados ao imponderável, ao acaso, ou à aleatoriedade. Argumentações que defendem ter sido um passo mal dado (e que se torna imediatamente irremediável) ou que dizem ter acontecido o consumo de heroína sem se saber porquê são também comuns. Um dos nossos entrevistados sugere até nunca ter gostado dos efeitos da droga: “eu não gostava, era o vício”.

A exteriorização da responsabilidade perante o envolvimento com uma substância, como é a heroína, pode ser expressa também através de uma argumentação de *laissez faire*. Uma outra ilustração:

“foi o tal adiantamento, é só uma vez por ano, depois era só todos os domingos e uma vez por semana, e depois começou a ser todos os dias”

A ideia de apatia, de falta de reacção, associar-se-á depois à defesa da necessidade na gestão dos consumos: depois de um período em que se poderia tentar controlá-los e não se faz nada, sucede a etapa em que a privação obriga já à prossecução da trajectória de toxicodependente.

Em relação a racionalizações menos comuns, podemos listar a ideia de uma súbita liberdade, ou de grande liberdade, na infância (o que responsabilizaria a família, pelo menos colateralmente, pelo início dos consumos); ou ainda a ideia de que a pessoa é muito frágil ou influenciada pelos outros também foi detectada. Estas racionalizações, contudo, assumem um carácter excepcional. Daremos apenas um exemplo:

“...e à medida que os anos iam passando ainda mais. Tinha chegado ao décimo segundo ano e depois para ir para a universidade?, não tinha hipótese nenhuma. Mesmo que tivesse hipótese de entrar para a faculdade, o que é que eu ia fazer?, tinha escolhido um curso que não dava para quase nada, a não ser para dar aulas, e eu isso, não me sentia vocacionada para isso, e acabei por ver assim um bocado as coisas escuras. E deixei-me ir pelo

desânimo, frequentei o décimo segundo, mas reprovei por faltas logo no primeiro período. E foi nessa altura, até que comecei a consumir heroína.”

Esta racionalização, apesar de rara, é ilustrativa de um tipo de consumidor mais diferenciado que assume uma postura crítica em relação à organização social e a uma suposta hipocrisia do sistema de oportunidades, que é inacessível em relação a muitas pessoas. O sentimento de injustiça e de impasse biográfico acabaria por ser “resolvido” através da heroína.

2. - Negação do delito

Esta racionalização é também bastante utilizada na etapa biográfica do Início dos Consumos. Serve fins bastante específicos: permite a continuação do envolvimento com um estilo de vida estruturado em torno do consumo das substâncias. O haxixe, normalmente, é a primeira droga ilegal utilizada com regularidade – as racionalizações de negação do delito ou das consequências do acto de consumir somam-se imediatamente: “o haxixe não dá dependência”; “não prejudica em nada” (mas mais à frente na entrevista até se vem a saber que prejudica); “consegue-se parar a ganza quando se quiser”.

O abuso de álcool também é recorrente em muitos dos nossos entrevistados. Esse abuso, porém, é conceptualizado em termos particulares: “não tinha problemas com a bebida, eu não bebia até cair” (mas ingeria consideráveis quantidades de álcool diariamente). O envolvimento com estas substâncias é, pois, minimizado de diversas formas – o que também acontecerá com o início dos consumos de heroína.

Os nossos entrevistados dizem ter-se sentido bem nessa época das suas vidas e que foram sendo criadas rotinas e hábitos que acabaram por desvalorizar a importância das coisas. À medida que ocorre essa criação de rotinas com as substâncias, os consumos adquirem padrões mais elevados, quer em termos de frequência semanal (até serem diários), quer no que diz respeito às quantidades ingeridas. Em co-ocorrência com este facto, somam-se os contextos em que decorrem os consumos: de cenários lúdicos e

conotados com a diversão, passa-se ao contexto laboral e a dimensões mais íntimas das vidas dos entrevistados.

A transição entre o período de haxixe e o da heroína é frequentemente acompanhado de um sentimento de valorização. Os ganhos iniciais da mudança, em termos de valorização dos efeitos, são uma das justificações. Assim, o consumo de heroína entra nas rotinas e nos hábitos que se tinham tecido a propósito da ganza.

“O efeito da heroína, comigo próprio, acho que a heroína mete assim um indivíduo mais calmo, mais pacífico, anda-se de uma maneira totalmente diferente. O haxixe, dá para a gente estar sempre com bastante sede, para a gente estar sempre a beber, sempre a gritar com alguém, no haxixe eu sentia-me mais nervoso, do que na heroína. Primeiro ficava de outra maneira, explicando bem, muito modificado; no haxixe, custava-me andar e tudo, sentia-me mais cansado e tudo, enquanto na heroína não, sentia-me com mais força, com outra maneira de viver. No haxixe ficava mais mole...”

O excerto exemplifica esse ganho inicial que foi experienciado por muitos dos participantes do nosso estudo. Esse ganho pode ser também traduzido em termos mais elaborados. Rapidamente: os efeitos da heroína podem ser vivenciados, a nível psicológico, como uma forma de superar certos défices relacionais ou certas dificuldades de assertividade. O seguinte exemplo é relativamente mais difícil de detectar nos nossos resultados, se bem que seja especialmente ilustrativo de um consumo em regime de auto-medicação, que pode suprir temporariamente certas dificuldades psicológicas dos entrevistados.

“Acho que o haxixe é mais alucinogénico do que a heroína. A heroína dá-nos mais à vontade de estar, mais segurança, e quando experimentei gostei muito mais.”

Um outro caso de negação do delito, recorrente na nossa pesquisa, traduz a ideia da lua-de-mel. O envolvimento com a heroína é acompanhado de um período, por vezes relativamente longo, em que as consequências do abuso são negadas. Diversos indivíduos relatam uma época biográfica em que as consequências do abuso da heroína não são sentidas como reais:

“Pois tinha, tanto é que, foi sempre a minha droga de escolha desde que eu experimentei realmente, prontos, desde que eu só fumei heroína e vi o efeito, foi o que eu mais gostei e a partir daí prontos... andei a consumir quase durante dois anos em que... parava não me acontecia nada, consumia, era capaz de estar duas semanas ia para a Tailândia com a minha mãe, ia para o México, vinha... não se passava nada e consumia para aí dois ou três meses, parava um mês, tudo bem nunca ressaquei os meus amigos ressacavam e eu: vocês, isso é tudo psicológico men, isso num... a ressaca é inventada por vocês, não existe ressaca e eles: não existe? Então até febre dá... e eu: oh! vocês são é todos malucos. Há um dia, ao fim de, mais ou menos, dois anos, que eu deixo de dar na heroína, que eu paro com a heroína, porque ia para férias e começo a sentir uma moleza... uma febre a querer andar e a não conseguir, andar muito mal disposto a dar-me vômitos, e eu o que é isto? eu estou doente nem foi ressaca que eu pensei que era, muita diarreia...”⁷⁰

O excerto é ilustrativo de um outro aspecto. O entrevistado refere uma distância em relação ao que os outros dizem sobre a substância: até então a sua experiência pessoal nunca havia detectado privação de qualquer género. Por outras palavras: podemos antever aqui a importância da vivência da privação como uma etapa crucial no envolvimento com as ideologias subculturais e a adesão mais completa a um estilo de vida desviante.

Somaremos outro exemplo da negação inicial das consequências dos consumos:

⁷⁰ O excerto que apresentamos entrelaça certas dimensões que poderiam ser classificadas como apelar a lealdades mais fortes. De facto, por vezes, é difícil tomar a decisão e classificar determinados excertos, dada a sua riqueza e acumulação de dimensões.

“pronto isso é bem uma coisa assim tão distante, já são tantos anos que não é muito fácil explicar, foi quando uma pessoa começou a sentir-se agarrado a ela, não é?, e eu pelo menos consumia heroína era para andar normal já não era para sentir-me drogado nesses tempos era difícil explicar uma pessoa sentia-se bem não?, é lógico, sei lá, não é difícil de explicar só uma pessoa sentindo, não é?, uma pessoa sentia-se bem connosco próprios, pronto sei lá, acho que o sofrimento que depois veio eu acho que apagou todo o prazer que a heroína dava...”

Neste caso, o prazer físico que a substância pode proporcionar desencadeia um sentimento do indivíduo se sentir bem consigo próprio. O excerto é também curioso por exemplificar uma dificuldade inerente ao uso do tipo de metodologias que adoptámos no nosso trabalho: o tempo decorrido depois da etapa inicial dificulta a recordação. E não é especialmente de uma dificuldade mnésica que se trata: a vivência extrema de sofrimento com a heroína dificulta, emocionalmente, essa evocação.

Em termos de excepções significativas recordamos a ideia de auto-medicação acima expressa e que pode ainda adquirir diversas *nuances* a heroína pode ‘dar’ segurança na relação com outras pessoas; dar segurança na relação com as raparigas; ou mesmo obstar a dificuldades gástricas (um entrevistado referiu o uso da heroína como forma de interromper fortes dores gástricas que não conseguia resolver de outro modo).

3. - Negação da vítima

A racionalização agora considerada não possui, como vimos anteriormente na descrição quantitativa dos resultados, grande expressão na etapa biográfica específica de que agora nos ocupamos. A maior parte dos entrevistados não possui carreira criminal anterior à emergência dos consumos. Não existe, por isso, alguém que é vitimizado e a quem “convém” retirar o estatuto de vítima – e recordamos que foi precisamente nesse

contexto que a racionalização foi proposta por Sykes & Matza: os jovens delinquentes acreditavam, por exemplo, que os homossexuais não mereciam o estatuto de vítima, uma vez que não apresentavam queixa quando eram assaltados. No entanto, existe uma esfera social que imediatamente é posta em jogo quando os consumos de drogas ilegais aparecem: falamos, precisamente, das dimensões familiares. O conceito de negação da vítima foi, portanto, por nós reformulado neste estudo e passou a englobar as dimensões interpessoais que mais directamente diziam respeito aos nossos entrevistados. De facto, se bem que pareça não existir a negação da vítima na conceptualização rigorosa que lhe deram os autores anteriormente citados, a dimensão é aceitável se lhe alargarmos o âmbito, podendo assim recolher outro tipo de material de grande interesse heurístico.

O principal conteúdo recolhido nesta categoria, e obedecendo a estes critérios reajustados atendendo ao contexto em questão⁷¹ passa certamente por um período de cegueira familiar. Os entrevistados tentam, nesta etapa biográfica, esconder a sua actividade de consumo, e os familiares ainda não conseguem associar certas irregularidades comportamentais ao problema da toxicodependência.

“Escondi sempre. Eles descobriram porque eu chegava a casa a cheirar a tabaco, eles cheiravam-me as mãos e levava porrada, como é normal. Mas depois aos catorze anos fui trabalhar, comecei a beber um copo e em relação ao tabaco comecei a fumar. Os meus pais sabiam, depois quando entrei mesmo nas drogas pesadas, então aí ainda andei algum tempo sem os meus pais saberem, andei para aí durante uns cinco anos. Quando comecei a vender as minhas coisas pessoais é que eles descobriram que eu não andava bem. Tive de me abrir com eles, porque só eles é que me podiam ajudar, mais ninguém.”

Como se vê no excerto, o período de cegueira familiar pode estender-se por um intervalo de tempo considerável. O estado das coisas tende, porém,

⁷¹ O tipo de realidade dos participantes do estudo que não se coaduna com uma população em que a actividade criminal é o principal núcleo estruturador.

ao momento da revelação, que acontece mais cedo ou mais tarde, e pode alterar substancialmente o *status quo* – no sentido dos tratamentos compelidos, em famílias mais estruturadas; no sentido de uma escalada dos consumos, quando os familiares começam a ajudar o consumidor na sua vida de toxicodependente.

Transcrevemos mais um exemplo, agora para ilustrar um caso de relação afectiva entre um consumidor e a sua companheira. A descoberta da actividade de consumos foi seguida de alguns anos em que a contenção do abuso de drogas foi conseguida pela namorada. Seguiu-se, porém, a constatação do descontrolo e a ruptura da relação:

“Estive para aí três anos, ou quatro, mais ou menos. Quando conheci a minha namorada e tudo, fazia isso, durante muitos anos. Eu namorei com ela seis anos, os primeiros três anos e isso, ela controlava-me, nos primeiros três, quatro anos. Mas era sempre aos fins-de-semana, mas depois começou a dar problemas, já não tinha dinheiro para sair com a namorada, ia sair com ela e era ela que pagava, e ela começou-se a aperceber que eu comecei a perder o controle...”

A título de excepção podemos também citar exemplos em que a inadaptação familiar foi sentida como um incentivo ao consumo de drogas. Nestes casos, a situação de conflitualidade entre o consumidor e algum membro da família era seguida por um subir da parada: o consumidor fazia questão em infringir mais as leis, em aumentar o consumo de drogas. Este tipo de situação, todavia, é invulgar.

4. - Apelo a lealdades mais fortes

Esta racionalização foi muito utilizada nesta etapa biográfica. Os amigos, ou as redes de suporte, parecem desempenhar aqui um papel importante. As primeiras substâncias e as primeiras experiências de consumo acontecem em contextos informais em que a pessoa de confiança, ou um grupo próximo, parece desempenhar um papel securizante.

As aprendizagens indispensáveis ao início dos consumos – saber comprar, saber consumir e até saber relacionar-se com os efeitos – desenrolam-se em contextos em que a rede de suporte social desempenha uma papel determinante. Raríssimos são os casos em que o consumo inicial do haxixe ou da heroína não sucede em contexto de amizade – o único caso que refere ter ido consumir a primeira vez sozinho, só fez isso depois de um período de observação realizado na sua própria rede de amigos.

É sabido que o haxixe é uma droga que é consumida em conjunto e a convivialidade, assim formada, estrutura-se em termos hedonistas – as pessoas consomem em conjunto e perseguem fins lúdicos. Tal convivialidade é replicada quando a heroína é introduzida. A ideia, já apresentada na negação da responsabilidade, surge aqui noutra prisma: o haxixe terminou e a “malta” meteu-se toda na heroína. À dimensão individual da negação da responsabilidade soma-se aqui uma outra vertente, esta mais social, inerente ao apelo a lealdades mais fortes

“cerca de dez anos mais ou menos até aos vinte e quatro, se calhar não foi tanto oito, nove anos até 1984 foi sempre haxixe até que acabaram com o haxixe umas apanhadas e tal e aquela malta toda com quem eu me reunia toda a gente fumava haxixe virámos todos para a heroína...”

Mas como é que a introdução da heroína acontece? Frequentemente, através de uma pessoa da confiança do entrevistado (um dos participantes do estudo denominou a pessoa que o ensinou a consumir, que o baptizou na heroína, de padrinho). Observámos também situações de iniciação à heroína em conjunto – um grupo de cinco amigos experimentou a droga, dirigidos por um recém consumidor mais experiente (mas que ainda estava a aprender).

Esta introdução ao consumo de heroína, proporcionada nas redes de suporte informal de muitos dos nossos entrevistados, é antecedida, frequentemente, por períodos de troca de impressões sobre as substâncias e até por momentos em que uns consomem e outros não.

O papel das lealdades, no Início dos Consumos, não se limita a efeitos potencializadores, pelo contrário: nalguns casos o papel de auto-regulação e auto-controle do grupo pode ser confiado a determinada pessoa, proporcionando assim um contexto securizante para que novas experiências se possam desenrolar.

O exemplo seguinte testemunha, precisamente, a ideia de que certas funções de contenção são bastante importantes nos momentos iniciais do envolvimento com substâncias ilícitas.

“Uns controlavam-se mais do que outros, faziam coisas, bebiam demais, estava sempre aquela pessoa que estava atinada e não deixava fazer mal, tentava sempre compor as coisas. Nunca andava o grupo todo fora de si.”

O excerto seguinte ilustra outra dimensão desta realidade. O consumo de haxixe – no caso – pode ser objecto de pressão em grupos e em determinados contextos. A divisão das pessoas, entre as que pertencem à rede de amigos e os caretas⁷², parece ter um certo poder influenciador. A desvalorização dos que não consomem, subjacente ao termo, e mesmo o esboço de movimentos de exclusão do grupo podem exercer uma forte acção de integração sobre determinados neófitos. Um outro entrevistado referia achar que, na altura, sabia mais do que os outros que não consumiam e que sentia que eram ele e os amigos que sabiam, verdadeiramente, gozar a vida. Eis um excerto exemplificativo:

“... foi numa espécie de brincadeira naquela altura, normalmente, toda a gente fumava, eu ainda não fumava nem sequer fumava tabaco; eu comecei a fumar haxixe antes de fumar tabaco, havia muito aquela coisa que se uma pessoa oferecesse e a outra pessoa não aceitasse era careta, era afastado do grupo, e pronto comecei a

⁷² ‘Caretas’ é uma expressão subcultural ligada ao calão das drogas. Reflecte-se aqui um certo desprezo em relação a tudo o que é exterior ao grupo de consumidores; alimentando assim uma certa identidade do grupo.

fumar com eles para poder estar naquele grupo de amigos; eu pronto fumava com eles...”

Não existem grandes excepções significativas no que diz respeito a esta racionalização. A importância dos amigos e de certos meios de suporte social são descritos de forma uníssona pela maioria dos nossos entrevistados. A título de curiosidade, faremos mais uma referência: um dos participantes descreveu o início dos consumos de heroína num contexto em que a pressão feminina existiu: “eu não queria ficar mal em frente das raparigas e se elas experimentaram eu também tinha de experimentar, não é?”

5. - Defesa da necessidade

Esta racionalização é pouco empregue na etapa biográfica de que nos ocupamos. De facto, o início do envolvimento com os consumos das variadas substâncias raramente é expressa em termos de fatalidade ou de um sistema de obrigações que impelisse claramente o sujeito a adoptar um estilo de vida adicto, por assim dizer.

Apesar deste ser o sentido geral dos dados, existem racionalizações que podem chamar a atenção para a emergência de um sistema de obrigações – normalmente forjadas em torno dos efeitos das substâncias – que efectivamente ‘obrigam’ os sujeitos a determinados actos.

Assim, alguns entrevistados relatam que o consumo de haxixe “puxa” o álcool. A ingestão de bebidas alcoólicas pode, deste modo, ser encarada como um fatalismo decorrente do consumo de charros. Também o uso de haxixe pode desencadear um sentimento de certa dependência psicológica que, apesar de prontamente desvalorizada uma vez que não dá “ressaca”, é indiciadora de um certo padrão de raciocínio que se irá mais tarde afirmar plenamente, a propósito da heroína.

Passemos em revista alguns exemplos do que se disse:

“Era com os charutos, já tinha que fumar quase todos os dias... o Doutor sabe? é que se a gente andar um mês a fumar e se parar um dia já sente a falta, se calhar não é uma ressaca nem é nada mas... é um mal estar que a gente já tem...”

Esta dependência psicológica configura já um certo fatalismo como se disse acima. O fatalismo pode ser, como veremos no seguinte excerto, mais evidente:

“Estive uns dias a consumir, depois parei, ainda nem sabia o que era ressacar, sentia-me assim um bocado mole, mas não era nada de especial. Depois comecei a consumir todos os dias, porque já só me sentia bem assim.”

O fatalismo começa a ser mais acentuado com a heroína se bem que, como poderemos facilmente constatar, essa obrigação ainda não decorre de um quadro de privação, porque ainda não totalmente vivenciado, mas que começa já a ser percebido.

6. - Metáfora da compensação

Estamos perante a racionalização menos empregue pelos nossos entrevistados. O Início dos Consumos não é diferente deste panorama geral detectado em todos os momentos biográficos. No entanto, a racionalização, quando surge nesta etapa, é bastante semelhante à mencionada na literatura anteriormente passada em revista. Os entrevistados referem que o grupo de amigos que frequentavam é de “gente porreira” que não representa, de modo algum, um perigo para a sociedade.

A racionalização pode também ser detectada noutras formas, como numa passagem em que o entrevistado descreve a sua vida de então de modo positivo, chamando a atenção para o facto do seu percurso escolar “brilhante” permitir, de alguma forma, os seus consumos de fim-de-semana.

“É que naquela zona dali, toda a gente fumava e pronto toda a gente trabalhava, não tinham nada diferente das outras pessoas, né? só fumavam um charrinho e eu pronto, para poder entrar naquele grupo foi mais ou menos naquela altura em que vim da casa do meu pai para ali...”

O excerto ilustra também a dificuldade que a codificação do material pode, por vezes levantar: além da metáfora da compensação que considerámos como estando em posição dominante, deparamo-nos com o apelo a lealdades mais fortes – de facto, para o entrevistado se poder integrar naquele ambiente tinha de obedecer às regras que nele imperavam... e consumir.

7. - Valorização selectiva de dimensões existenciais

Esta racionalização é escassamente encontrada neste período biográfico e no que respeita à sua clareza conceptual, ela também não prima pela qualidade – como veremos mais adiante, esta racionalização acontece sobretudo como forma de protecção de uma certa auto-estima e auto-conceito em situações de extrema exclusão social, ora o início dos consumos não é propício a situações desse género.

A selecção ou valorização parcelar de dimensões existenciais sucede em relação a determinadas actividades desviantes. Os entrevistados, ao usarem este tipo de justificação, valorizam uma actividade desviante em detrimento de uma outra. Os exemplos podem-se começar a listar:

“Sim, só que lá está, na heroína, se a gente meter muita heroína, a pessoa sabe mais ou menos o que faz, ou até fica a dormir. Enquanto que o ropinol não, o ropinol⁷³ uma pessoa mete, se ele

⁷³ Rohypnol é um fármaco hipnótico frequentemente objecto de abuso.

pesar, anda para três dias sem saber o que faz. E a heroína dá para uma pessoa aterrar, estar quieto.”

Ou seja, estamos perante uma situação em que o uso da heroína é desvalorizado, nas suas consequências, em relação ao abuso de medicamentos. Está claro que a justificação permite a prossecução dos consumos de opiáceos em termos positivos. Esta ideia de que a heroína não dá para perder o controle, o que aconteceria com outras substâncias, é recorrente.

Um outro género de valorização selectiva sublinha a importância do auto-controle e da salvaguarda de uma certa aparência em relação a determinados círculos. A ampliação da importância de não fazer má figura, e até o cultivo de um certo distanciamento em relação a alguns meios de consumidores, pode ter feito com que alguns dos nossos entrevistados se tenham sentido melhor consigo mesmos apesar de, objectivamente, continuarem a sua trajectória de consumidores.

“Não, não, não, não gostava de fazer má figura, gostava de prontos, de assumir mas sentir-me lúcido, porque eu chegava lá e tinha muitos amigos, tinha e ainda tenho muitos, que não tinham nada a ver com a droga e eu convivia num lado e convivia no outro, comprava fumava com eles, mas muitas coisas não acompanhava com eles...”

Finalmente, mais um exemplo: a aproximação com os meios desviantes pode assumir contornos positivos na óptica de quem a pratica. Um dos nossos entrevistados dizia que *“tinha que ter o olho mais aberto”* do que os outros. Esta maior “sabedoria” instrumental, em termos de conseguir comprar sem ser roubado, de ser conhecedor dos melhores locais, pode desencadear sentimentos de satisfação pessoal.

“Eu não tinha medo e pronto e pronto conhecia quase toda a gente que eu sempre fui uma pessoa que me dei bem com toda a gente e toda a gente me conhece, essas pessoas que começaram a vender,

prontos, mais velhos que eu até, já me conheciam de miúdo, e prontos eu ia comprar.”

Esse conhecimento dos meios alcandorou este nosso entrevistado a situações de relativa liderança de grupos. A vivência dessa liderança, certamente, produziu sentimentos de satisfação e mestria pessoal quando, objectivamente, a trajectória dos consumos continuava a desenrolar-se.

8. - Condenação dos condenadores

A racionalização condenação dos condenadores não consegue alcançar aqui a expressividade de uma negação da responsabilidade, de uma negação do delito ou de um apelo a lealdade mais fortes. Apesar de tudo, atinge um maior grau de expressividade quando comparada com as restantes neutralizações.

Sykes e Matza definiram esta neutralização como um mecanismo de compensação das falhas próprias: para não reconhecê-las, os indivíduos preferiram criticar as instituições de controle social com as quais têm problemas. Está claro que o contexto de estudo é diferente: os autores ocupavam-se da delinquência juvenil no contexto sixty norte-americano, em que as condenações dos condenadores seriam, forçosamente mais vividas; nós tratamos aqui de uma população de heroínómanos com graves problemas de exclusão social – as condenações dos condenadores acontecem frequentemente, de forma implícita e pouco elaborada.

O primeiro dispositivo mais estruturado com que muitos dos nossos entrevistados entram em contacto é a escola. A experiência não é, frequentes vezes, bem sucedida. A breve trecho desenvolve-se a ideia de que não se gosta da escola, de que a escola é “fixe” como espaço de convívio “só não gostava de levar com os professores”. Nalguns casos, esta incompatibilidade com o corpo docente pode chegar ao extremo de conflitos escolares e mesmo confronto físico. Assim, quando muitos dos participantes da investigação decidem abandonar os estudos não existem grandes pressões

para continuar: a família aceita a situação como se de um facto consumado se tratasse.

O desenvolvimento de uma imagem de rebelde, de revolta contra a sociedade em geral e em relação à sua uma suposta hipocrisia que, aliás, é dificilmente identificada, pode também favorecer um sentimento de exclusão em relação aos valores normativos e favorecer o desenvolvimento das actividades de consumo de drogas.

O sentimento de revolta contra a sociedade e a crítica dos outros pode também ser vivida em grupo, como o seguinte excerto exemplifica:

“Sim, sim, sim, nós parávamos ali num jardim nas Virtudes, aquilo era engraçado uma pessoa que viesse de fora via só coisinhas a arder era aos cinquenta, sessenta, setenta rapazes novos; a malta toda ali daquela zona toda a gente fumava, toda a gente ia para ali púnhamos todos em filinha ali, a fumar, nós não nos escondíamos as pessoas apontavam-nos e prontos não a malta nova, mas aquelas pessoas já com uma certa idade punham-nos sempre de lado...”

Esse sentimento de exclusão favorecia os laços entre o grupo e desencadeava comportamentos de provocação, em relação aos críticos, que só poderiam desencadear mais rejeição, num processo de amplificação da desviância já bem descrito pelos teóricos do conceito (p. e. Young, 1971).

O facto da polícia perseguir o tráfico de haxixe foi, da mesma forma, criticado por alguns dos nossos entrevistados como se tratando de uma má opção: a seguir entrou a heroína que é uma substância mais nefasta, e que é mais difícil de ser detectada. Definitivamente, tratou-se de uma má escolha para o indivíduo em causa. A passagem seguinte ilustra o que se acabou de dizer:

“Aos dezoito anos, já tinha eu dezoito anos, ainda andava na ganza quando ouvimos no Marquês uma pessoa que tinha muito controle, em aspecto de droga tinha muita quantidade de ganza naquela altura, ele vendia ganza e tinha grande controle e ele avisou-nos no

Marquês a quem ele tinha confiança: ó pá atenção que, olha que a ganza vai acabar aqui na cidade do Porto e nos arredores; che! vens-me tu contar histórias que a ganza vai acabar, vais desistir?; a ganza vai acabar vai deixar de haver ganza e vai entrar heroína e durante um mês ou dois não vai haver ganza, isto é para toda a gente se meter na heroína para se enterrar, és tolo não me acaçam lá e foi realidade, ele disse-me isso num sábado à noite, e depois no outro sábado em Aveiro foi caço o carregamento que ia entrar em Portugal de ganza, foi caço, e entrou a heroína e depois ele em vez de andar a vender ganza andou a vender heroína...”

O testemunho que se acabou de apresentar mostra também uma certa falta de capacidade crítica que é comum a outros entrevistados. Ou seja: apesar de serem detectadas incongruências na acção das instituições de controle social, de se vivenciar o comportamento inteligente do mercado psicotrópico, nada disso desencadeia a formação de uma consciência política.

9. - Dimensões intencionais versus não intencionais

Em termos globais, podemos dizer que as neutralizações não intencionais dominam esta etapa biográfica. O Início dos Consumos é, deste modo, encarado como algo que não se relaciona de modo directo com indivíduo. O modo como essa tendência racional se configura tem que ver com a tríade negação da responsabilidade; negação do delito e apelo a lealdades mais fortes. Em todas essas racionalizações, o acto de consumir heroína é conceptualizado como não tendo que ver com uma decisão do indivíduo.

Desde o princípio da carreira de consumo, os indivíduos começam a perceber os seus actos como algo de exterior a si, como não sendo facilmente controláveis. É como se existisse uma dissociação biográfica: a heroína e as outras substâncias entraram na vida dos sujeitos sem que eles tivessem nada que ver com o facto. Essa dificuldade de integração biográfica expressa-se, da mesma forma, num outro tipo de material: os indivíduos reclamam que a sua entrada nas drogas não teve que ver com nada anterior, não foi influenciado por nenhum facto específico. Depois, um pouco à frente na entrevista, recolhemos neutralizações que entram em imediata contradição com essa vontade de afirmação e independência.

O início da carreira dos consumos é, se vista de um presente em ruínas (como é o presente de muitos dos participantes da investigação) de difícil explicação e integração numa totalidade biográfica. Temos, pois, a sensação de estarmos perante histórias de vida fragmentadas. Existe, de facto, alguma dificuldade em explicar o início dos consumos, que muitas vezes é “neutralizado”, ao mesmo tempo que se reclama a responsabilidade e a escolha da entrada no mundo das drogas: “entrei de livre vontade, ninguém me influenciou”; “antes das drogas? Não aconteceu nada de importante”.

As racionalizações não são extremadas nesta etapa. Não são encaradas a sério: existe um recuo que permite encarar a situação de diversas maneiras – o que já não ocorre noutros momentos biográficos. Os sujeitos, por vezes, têm dúvidas sobre o que viveram nestas fases iniciais,

rejeitando ocasionalmente o seu envolvimento com determinada racionalização. A ideia de ansiedade estatutária, tal como foi definida por Matza (1964) pode, por isso ser aqui aplicada. De facto, os indivíduos não vêem que se envolvem progressivamente com as substâncias mas, no fundo, reconhecem alguns erros, recusando por isso certas ideias dominantes na subcultura.

Especialmente ilustrativo é o caso anteriormente citado de um entrevistado que, relembramos, diz não ter ressaca, afirmando que a privação é uma invenção psicológica dos seus colegas de consumo: ao mesmo tempo que se afasta de racionalizações e estilos de vida dominantes na população heroinómana onde se encontrava inserido, o indivíduo continua os seus consumos; simultaneamente, mantém, ou julga manter alguma distância em relação aos seus pares de consumo e a certas ideias de que ainda não comunga.

Apesar do domínio do eixo da não intencionalidade do acto e, dentro desta, da preponderância da negação da responsabilidade, do delito e do apelo a lealdades mais fortes, existem outras neutralizações. A rigidez dessas neutralizações não é registada e pouco são os casos que empregam a defesa da necessidade ou a valorização selectiva de dimensões existenciais: essas racionalizações pressupõem já um maior envolvimento com a carreira de consumidor.

A utilização de neutralizações que admitem o acto como desviante, relativizando-o a outras dimensões, representa um salto qualitativo: o indivíduo reconhece o seu erro mas explica-o com racionalizações que, ainda há bem pouco tempo, não acreditava. Por outras palavras: o início dos consumos implica racionalizações que distanciam os sujeitos dos actos que realiza; em fases mais avançadas isso não será mais possível, como veremos.

Apesar do que dissemos, não podemos de deixar de sublinhar o facto do fatalismo surgir nalgumas entrevistas. Pensamentos do género: “tinha de consumir haxixe se não já não me divertia” são os predecessores de uma identidade desviante mais estável e alienada.

No que diz respeito à condenação dos condenadores, idêntico processo se observa: diversos sujeitos encaram a escola ou o início do percurso profissional como situações onde a injustiça acontece com alguma frequência. Um sentimento de perseguição e de rebeldia pode, assim, ter germinado desde etapas biográficas bem precoces e que, por vezes, antecedem os próprios consumos.

A Gestão da Carreira, de que já a seguir nos ocuparemos, implicará uma profusão de racionalizações em diversos eixos. As neutralizações conhecerão, então, a sua máxima expressão.

CAPÍTULO IV

PERÍODO BIOGRÁFICO 2: GESTÃO DA CARREIRA

Esta categoria biográfica compreende o período em que os entrevistados estão embrenhados no consumo de drogas e noutras actividades que, de algum modo, lhe estão relacionadas. Nesta etapa, os entrevistados exploram as diversas hipóteses que estão disponíveis para prosseguir os consumos. Deparamo-nos, pois, com a questão da agulha; do roubo; do tráfico e de outros esquemas que possam facilitar a compra das substâncias. Não se trata, porém, só de actividades: de facto, detectámos atitudes, emoções e ainda conceptualizações sobre o modo como certos actos são cometidos que decorreram especificamente no período agora considerado.

Cumpre-nos, de modo semelhante ao que fizemos para o início dos consumos, reflectir sobre o tipo e qualidade das racionalizações empregues a propósito da prossecução da trajectória de toxicodependente, num momento em que a privação já é experienciada. Muitos entrevistados aceitam, portanto, a realidade da sua dependência, mas ainda não fizeram nada para mudar o estado de coisas.

1. - Negação da responsabilidade

A negação da responsabilidade assume aqui contornos específicos. É uma racionalização que permite a conceptualização de si mesmo como uma coisa agida, conforme nos ensinou Sykes e Matza: ora é esta deriva, um certo deixar andar que é crucial para a prossecução das trajectórias de

consumo. O denominador comum a todas as formas desta racionalização é, precisamente o cultivo de um sentimento de irresponsabilidade que permite a continuação do consumo e de outras actividades com ele relacionadas.

Optámos por dividir esta racionalização em dois grandes núcleos temáticos: a conceptualização de si e a exteriorização. No primeiro, temos afirmações que conduzem a uma auto-imagem extremamente amorfa e sem vontade própria. No segundo, essa diluição da vontade pessoal faz-se especialmente através da exteriorização da causa dos comportamentos, ou seja: os objectos, as pessoas ou as situações são vistos como responsáveis por determinados acontecimentos.

1.1 - Conceptualização de si

Optámos por incluir aqui o material que, sendo claramente uma negação da responsabilidade, socorrer-se-ia de uma imagem de si enfraquecida ou em plena deriva. Assim sendo, detectámos diversas afirmações que reforçam a ideia de perda de força de vontade em indivíduos que apesar de estarem a viver transformações negativas nas suas vidas, já não possuem força interior para obstar a essas modificações indesejáveis.

Um dos nossos colaboradores afirma que se estava a aperceber das modificações por que passava, mas que já não podia fazer nada: “já só fumava (heroína) para ficar normal”. Esta auto-imagem que não é forte ou, pelo menos, é deficitária em relação a uma suposta normalidade, é recorrente nas diversas entrevistas. Um outro participante defende que sempre foi totalmente irresponsável; outro ainda, testemunha que ficou “agarrado de uma maneira que não há explicação”. Os exemplos sucedem-se, sob várias formas: “fui-me deixando levar”; “fui aumentando os consumos” (mesmo depois da consciência da privação). Posições de demissão de si mesmo também são detectadas: um dos participantes dizia que “estava à espera que me aparecesse o juízo”, continuando embora as suas actividades desviantes, aguardando essa inesperada iluminação.

No que diz respeito a um sentimento de deriva, os dados são também bastante ilustrativos. Temos entrevistados a referir: “roubava o que calhava”; “dormia onde calhava”. Outros dizem que, no momento em que se envolviam

mais com determinada actividade desviante, não pensavam nas consequências ou no que realmente estavam a fazer. Deste modo, o início de consumo injectado pode ser descrito de forma impulsiva e desresponsabilizadora do indivíduo: “olhe, pensei um dia, vou-me injectar”; “naquela altura tudo o que aparecesse eu consumia.”

Existe, assim, um modo de não pensar nos comportamentos e nos actos cometidos que é adquirido, plenamente, nesta etapa biográfica. A impulsividade, não pensada, é também outra das facetas da demissão do indivíduo perante si mesmo: pensou um dia em injectar-se... e injectou-se, sem mais.

Muitos entrevistados referem um momento em que deixaram de ter vergonha, ou em que deixaram de pensar nas consequências: “experimentei de tudo, já não queria saber de nada”. É este sentimento de alienação perante os outros e perante si mesmo que constitui uma vertente importante deste tipo de racionalização.

1.2 - Exteriorização

A exteriorização configura, do mesmo modo, uma negação da responsabilidade. Ao atribuir responsabilização do acto a algo que é externo ao indivíduo, a exteriorização articula-se, de forma evidente, com o sentimento de deriva e de perda de vontade própria que acabámos de analisar. Aliás, pode ser interpretado como uma extensão dessa forma de alienação interior.

Assim, podemos listar uma série de opiniões que seguem a mesma direcção. Detectámos situações em que a culpa do aumento dos consumos foi atribuída à progressiva adulteração do produto; ao destino - “a vida comandou” ou “já estava marcado (para usar a agulha) era uma questão de mais cedo ou mais tarde”; à questão do dinheiro (se havia, isso implica um maior consumo) entre outros.

Na seguinte passagem, podemos ver como esta última questão do dinheiro revela um indivíduo incapaz de se auto-controlar e que se imagina com uma diminuta capacidade de escolha:

“não consigo guardar dinheiro, se eu guardar compro dois contos três e depois sou capaz de vir outra vez assim não assim se eu tiver amanhã só um, compro só um, e de noite já passo mal a noite já a coisa é um bocado difícil...”

O indivíduo não consegue controlar a questão do dinheiro e, por vezes, quando este falta, após um dia com consumos mais elevados, a noite já é mal passada e o fantasma da ressaca faz sentir a sua presença.

Da mesma forma, temos situações em que foi a agulha que levou determinados entrevistados a irem para sítios mais perigosos “onde nunca pensei ir” ou ainda a fazer determinadas actividades que anteriormente eram impensáveis. A deriva, a vivência de um quotidiano em que os actos individuais são exteriores aos indivíduos, detecta-se nos mais variados campos, desde o consumo de cocaína que só acontece se houver dinheiro; à vivência de uma incompatibilidade profissional (“não tinha hipóteses não cumpria horários”); ou mesmo até ao descontrolo pessoal provocado pelo início do tráfico de heroína (como a substância está mais disponível, muitos entrevistados que optaram por essa actividade escalaram os consumos, entrando então em situações de maior dependência e sofrimento pessoal). O seguinte excerto demonstra, em relação à actividade profissional, como a negação da responsabilidade consegue atribuir à falta de trabalho a explicação do aumento dos consumos de heroína:

“...bom, por um lado melhorou e por outro piorou; melhorou porque aí passei a ter mais disponibilidade para comprar droga e piorou porque afundei-me mais, não é?, quando eu estava a trabalhar não estava na droga, não é?, prontos quando eu deixei de trabalhar automaticamente o consumo aumentou...”

A exteriorização aplica-se também a situações de percepção dos efeitos de determinadas substâncias - “o crack agarra à primeira vez”; ou à questão de ter carro e levar os colegas às compras “ter carro fez-me mais mocado”.

Para terminar, temos um outro participante que explica que lhe “aconteceu” uma overdose, sem que tivesse grande responsabilidade no sucedido.

Em suma, a negação da responsabilidade é bastante empregue na etapa biográfica da gestão dos consumos e de outras actividades desviantes. Ela possibilita a suspensão da capacidade de escolha dos indivíduos em tudo o que diz respeito a um afastamento dos comportamentos desviantes – como um dos participantes lapidarmente afirma: “eu nunca decidi nada em questão de droga”. Porém, a demissão quase total da capacidade de decisão dos indivíduos entra depois em contradição com certas escolhas, que mais tarde afirmam ter sido realizadas, em relação a privilegiar esta e não aquela opção desviante.

2. - Negação do delito

As racionalizações tendentes a reduzir a gravidade desviante do comportamento que se tem surgem muito no material recolhido. Este padrão de frequência seria, aliás, de esperar num período em que o envolvimento com as actividades ligadas à toxicodependência tem tendência a aumentar.

Assim, temos diversos testemunhos que definem a heroína como uma substância boa que teve um papel positivo e “equilibrador” na vida dos entrevistados (um deles referiu-se aos opiáceos como sendo algo que lhe fazia sentir amor). A questão do consumo fumado da substância pode ser, da mesma forma, relativizado: ao fumar-se não se tem overdose e “estar ali na prata, uma pessoa sempre se vai entretendo”. Da mesma forma, a questão da agulha pode ser inicialmente encarada como uma acção positiva que, no entanto, promove o envolvimento com a substância e aumenta a dependência.

“...dando o pico durava-me mais do que o fumar. Quando fumava tinha de estar a fumar de duas em duas horas, e com o pico, andava quase as cinco horas e não gastava tanto...”

O envolvimento com a heroína pode chegar a um momento em que a substância passa a estar à frente de tudo: “a partir de determinado momento aquilo é sempre a andar”. De facto, quando muitos dos entrevistados se sentiram realmente envolvidos com a substância deixaram de se preocupar com muitas coisas que consideravam importantes: “quando já estava no enterranço, não queria saber se a seringa era nova”.

“Pesava-me pouco na consciência, não me pesava muito, antes das drogas sim, tudo me pesava muito na consciência e quando eu estou limpo as coisas pesam-me muito, nesse aspecto sou muito consciencioso; agora quando ando metido nas drogas, não quero saber de nada, estou-me a borrar para tudo, mas acho que é... é... é universal, é...”

A passagem é especialmente ilustradora da diluição da gravidade dos actos e das suas consequências, quando a ingestão e a dependência opiácea se encontra instalada. Outros exemplos, dentro da mesma linha são recorrentes: “não tinha escrúpulos nenhuns”; “não queria pensar em nada”.

A minimização da gravidade de certos comportamentos aplica-se também em relação às tiragens⁷⁴ “eu só fazia três ou quatro”; “quando consumia parecia que tinham desaparecido todos os problemas”. As ‘fezadas’, oportunidades inesperadas que ocorrem nos meios subculturais, parecem ser uma redefinição positiva de comportamentos que podem ser até claramente criminais, como por exemplo assaltar alguém, ou “fazer uma casa”. Os comportamentos criminais podem obrigar ao consumo de Serenais⁷⁵, como uma forma de controle da culpa e da ansiedade inerentes aos assaltos e induzir, pela sua acção farmacológica, um estado mental propiciador da tarefa.

No que diz respeito à cocaína e ao seu consumo, tal é encarado de forma bastante ambivalente: “ela não dá ressaca” e por isso não é problema;

⁷⁴ Fazer tiragens refere-se ao acto de tirar e pôr sangue na seringa durante o acto de consumir droga por via endovenosa.

⁷⁵ Medicamento de efeito depressivo, objecto de abuso por parte de muitos dos participantes do estudo.

“ela é gulosa” e por isso deve ser encarada como “um luxo”. Diversos entrevistados referem períodos de consumo desmesurado de cocaína, em que as tomas aconteciam de dez em dez minutos “nem tinha tempo de pensar”. Nas situações deste género, é a própria envolvência com a substância que estabelece uma situação de negação das consequências do que se está a fazer.

A ambivalência pode ser resumida na frase seguinte: “nunca me considerei viciado na coca, mas houve uma altura em que senti falta”.

Uma outra actividade bastante recorrente na amostra que serviu de base ao estudo foi, precisamente, a questão do tráfico de substâncias ilegais. O convívio com os vendedores e com os bairros faz com que, por vezes, surjam oportunidades relacionadas com o tráfico de substâncias. A negação do delito assume diversas matizes: não se considera tráfico a venda aos amigos ou a venda em pequena escala. A minimização das consequências do tráfico pode também ser expressa através da ideia de que só compra quem quer e, por isso, não se está a obrigar ninguém; ou a ideia de não vender a neófitos. Finalmente, temos a questão da venda do haxixe, que não, de todo, é considerada tráfico:

“...é totalmente diferente, depois de uma pessoa estar metido nas drogas, o haxixe é uma coisa inócua para mim, não achava que tivesse grande diferença de estar a vender tabaco quanto a drogas duras não, não tinha receio mas sei lá não gostava, às vezes via putos a ir comprar droga...”

3. - Negação da vítima

Esta racionalização dá conta dos contactos que os entrevistados tiveram com possíveis lesados das suas actividades desviantes. Normalmente, estamos a falar de familiares próximos dos entrevistados que de algum modo são testemunhas, frequentemente de vários anos, dos ciclos do compra-chuta-adquire dinheiro para aquisição do produto a que se resume grande parte da actividade diária de muitos dos nossos entrevistados. Esses

familiares são muito pressionados para fornecer dinheiro para a compra directa ou indirectamente - através de bens roubados das suas casas ou burlas de outro género. Testemunham por vezes o consumo, quando ele ocorre nos seus domicílios e, mais raramente, levam familiares aos locais da compra, depois de uma infundável pressão.

Os familiares, inicialmente são vistos como uma fonte de punição: quando se descobrir os consumos como irão reagir? Normalmente, existe uma expectativa de punição que, muitas vezes, não ocorre. Nas situações em que ela não despoleta nenhuma forma de contenção, a situação pode inverter-se: o entrevistado começa a pedir dinheiro, a fazer ameaças, ou pode até a própria mãe escolher dar dinheiro para que não aconteçam coisas mais graves – p. e. para que o filho não faça asneiras e possa ser preso.

A desconfiança dos pais, o sentimento, de que algo vai mal, pode arrastar-se alguns anos, afinal: “os meus pais não sabiam o que era droga”; “eu tapava-lhes os olhos”. Em situação de maior pressão familiar um dos entrevistados acabou por admitir que consumia haxixe mas que o haxixe não fazia mal e, por isso, não existiam grandes motivos de preocupação.

O sentimento de quebra da expectativa de punição, ou algum outro acontecimento que dê mais liberdade ao entrevistado, podem também precipitar a trajectória desviante. Detectámos, aliás, um excerto em que o entrevistado afirmava “estava mais à vontade com os pais”, referindo até que “agora já podia chegar mais mocado a casa”. Na passagem seguinte, podemos antever como a saída de casa pode ser um acontecimento desestruturante:

“...sim, porque eu depois também saí de casa, fui viver para outra casa, estava mais à vontade, era senhor de mim, estava mais distante, e eu claro tentava manter aquela personalidade de que estava tudo bem, e a família acreditou, mas as pessoas que me viam começaram a comentar e foi assim que descobriram...”

A saída de casa, por casamento, despoletou uma situação de maior liberdade e, por conseguinte, uma maior escalada a nível dos consumos. A gestão das aparências face à família de origem ganhou nova margem de manobra. No entanto e quase sempre, a descoberta acaba por acontecer quer através de rumores, quer através de outros sinais que impossibilitam mais mentiras:

“Talvez pelo aspecto físico e comentários que ouviam de outras pessoas, vizinhos, por onde passava. E depois começaram a chamar-me à atenção e eu claro negava sempre, dizia sempre que estava tudo bem; que as pessoas é que gostavam de se meter na vida dos outros, para a família ficar descansada que não havia problema nenhum. Escondia-se sempre assim. Mas é claro a família depois de tantas queixas fazerem, acabaram por andar mais sobre mim, e claro acabaram por descobrir, por causa de dinheiros que fiquei a dever. “

Quando a situação dos consumos é de todos conhecida, e já é impossível negar o facto de se consumir, as coisas tomam nova forma. A pressão familiar para o tratamento pode ser uma constante, mas nem sempre com resultados imediatos. Diversos entrevistados pedem tempo à família, “sentia-me bem no vício”. Os consumos ainda não são encarados como algo negativo.

Este estado de coisas acaba por não durar muito tempo. Muitos entrevistados reconhecem que fazem pressão junto de familiares – mãe, irmã, esposa ou namorada – de modo a conseguir meios para retomarem os consumos. O cenário deste género é normalmente conflituoso, mas a situação prolonga-se por mais alguns meses e até anos. A necessidade instrumental de “tirar a ressaca” faz com que muitos não pensem no sofrimento que estão a causar a terceiros.

Assim, um dos entrevistados refere que a mãe “a mãe preferia-me dar dinheiro do que me ver a fazer outras coisas” ou ver o filho a sofrer com o síndrome de privação. Nalguns casos, detectámos mesmo a sugestão que seria uma obrigação da mãe apoiar o filho nestes consumos “ela é mãe e não

gosta de ver estas coisas, como é natural”. A convivência é difícil, como facilmente se depreende, e pode acabar em ruptura:

“Depois de tentarem o tudo por tudo toda a gente se encheu, a minha própria namorada aturou-me desde essa fase, andava comigo há mais de quatro anos, ela sentiu que eu pus a droga à frente de tudo. Ela também tem problemas na família dela e ela arriscou a sentir-se mal em casa e essas coisas todas e eu nem o valor dei a isso. A droga ficou à frente, lá está nunca quis tratar-me nessa altura, eu adiava as coisas, dizia que sim, andava doente uns dias, mas mal me apanhava desprevenido, nem que fosse a correr ia comprar, lá está o mais importante nisto tudo foi que eu não tive força de vontade. Tudo corria bem na altura, tinha tudo e fui perdendo tudo aos bocadinhos, depois de perder tudo, perdido estava deixei-me andar, e fui sempre adiando.”

Nesta passagem encontramos a combinação da neutralização negação da vítima – pois na altura o entrevistado não deu importância aos esforços que os outros faziam por si – e a negação da responsabilidade, por existir falta de força de vontade e adiamento constante de uma decisão - que por um lado queria e por outro não conseguia, verdadeiramente, implementar.

A pressão sobre a família pode acontecer através dos roubos em casa - que é um local privilegiado para se obter meios para o consumo. Aliás, alguns dos participantes do estudo referem nunca ter roubado, apesar de tirarem coisas de casa (o que não consideram tão grave). Muitos estabelecem relações instrumentais com a família onde “obtem” produtos para depois trocar por droga, em trocas completamente irrisórias. Um dos entrevistados refere um período em que só ia a casa buscar coisas e depois ficava mais tempo sem aparecer. Num outro caso, os roubos em casa são minimizados por terem sido em tão pouca quantidade que os pais mal se aperceberam da situação.

Em relação a outras vítimas, a situação da negação não é tão comum. Poucos dos nossos entrevistados admitiram assaltos à mão armada ou por esticção – em que o contacto com a vítima é, forçosamente, mais directo. Em contrapartida, o assalto a residências ou o “fazer parcómetros”⁷⁶ foi mais frequente – nestes casos a vítima era ausente e não despoletou grandes racionalizações nas entrevistas por nós conduzidas.

De qualquer modo, detectámos um indivíduo que se vangloriava de não gostar de roubar “otários”. Os otários são os consumidores que compram em bairros que não conhecem bem e que acabam por se deixar ludibriar. A expressão utilizada, por si só, faz antever uma situação de negação da vítima – pois quase permite o assalto a indivíduos que não se conseguem ou não se sabem defender.

Situações ainda mais ambivalentes podem depreender-se da passagem seguinte:

“...não neste aspecto estava porque o doutor veja, normalmente era raparigas elas têm uma veias finíssimas e elas já se injectavam nunca baptizei; ninguém nem a fumar, nem a injectar, era um ponto de honra, então elas injectavam-se e eram capazes de dar para aí dez furos numa veia para se conseguir injectar e eu à partida injectava-as.”

De facto, existe alguma ambiguidade: injectar alguém em situação insalubre e de pouca higiene é visto como uma ajuda. Por um lado, é um socorro instrumental: o entrevistado ajudava consumidoras nas tomas que estas não sabiam fazer pelos seus próprios meios. Por outro lado, o entrevistado, sublinha imediatamente que nunca “baptizou” ou iniciou da droga ninguém. Torna-se assim claro que a ajuda não era completamente desinteressada e que era paga em produto.

⁷⁶ Fazer parcómetros refere-se à destruição ou arrombamento desses equipamentos e o roubo do dinheiro neles acumulado.

4. - Apelo a lealdades mais fortes

O sistema de lealdades existentes nas subculturas ligadas ao mundo das drogas ilegais ou, pelo menos, uma certa intersubjectividade partilhada pela maioria dos nossos entrevistados aponta no sentido de uma perda de solidariedade ao longo dos tempos. De facto, os consumidores com mais experiência relatam uma quebra dos laços que uniam outrora muitos dos consumidores de heroína: “agora ninguém dá nada a ninguém”.

“...Às vezes a gente juntava-se era o princípio, não faltava dinheiro, não faltava nada, a gente juntava e dava para todos. Depois quando a gente começou a ressacar, foi cada um para o seu canto, cada um que se safasse. Era mesmo assim.”

A solidariedade actual resume-se a dimensões instrumentais da vida das drogas: partilha de informação sobre os melhores sítios de venda; informação sobre os efeitos e modos de consumo da cocaína; informações sobre a ressaca aos consumidores mais noviços; informações sobre modos de consumo da heroína (a questão do deixar de se aquecer o droga para se fazer o caldo) entre outros. Essa solidariedade instrumental não impossibilita, contudo, a existência de entreajuda mais estável no tempo. Alguns dos nossos entrevistados relatam períodos das suas trajectórias de consumo em que o quotidiano era feito a dois. A dificuldade dessa união nasce da imprevisibilidade do mercado de venda e das contrariedades que, por vezes, acontecem quando se compra em conjunto (alguém não tem dinheiro, não pode ir naquele momento, etc...)

A dimensão instrumental das interacções não está esgotada, pelo contrário: a interajuda pode reflectir-se na aprendizagem conjunta de novas possibilidades de consumo e modos de ingestão. A aprendizagem do manuseamento da cocaína é um dos exemplos, pois fazer base de coca ou preparar cocaína para injectar necessita um certo saber. Por outro lado, a compra dos produtos “a meias” pode facilitar a compra ou até baixar o preço das substâncias. Essa partilha pode também ter efeitos contraproducentes,

um dos nossos entrevistados refere precisamente: "injectei-me para facilitar a divisão".

A interajuda pode fornecer também formas de solidariedade entre pares contra as instituições de controle que tentam vigiar certos locais de compra:

“Sorte talvez, outras vezes quando a polícia estava lá e eu ia a chegar era avisado por outros, mas nunca...uma vez aconteceu, estava lá a polícia à civil e eu ia a passar e deram sinal colegas e eu passei mesmo pertinho deles, mas não...”

A subcultura pode também fornecer formas de identificação mútua, facilitadoras de contactos e esquemas. Um dos participantes refere que, quando num período passado em Lisboa, onde não sabia muito bem quais os locais da droga “vi um preto com cara de consumidor”, dirigiu-se-lhe e começou a inteirar-se dos locais lisboetas das drogas. Aliás, a ideia de olhar para uma pessoa e saber logo se ela consome ou não foi diversas vezes detectada.

O mundo das drogas é descrito como um mundo cruel, sem grandes regras, onde ninguém quer saber de ninguém. Nomeadamente, a questão da seringa pode ser interpretada como um dos precipitantes dessa anomia das relações: “muita gente já não quer saber de nada, querem injectar-se com seringas que já estão estragadas”. A entrada na agulha pode ser objecto de pressão por parte dos pares: “diziam-me ó pá fumar é desperdiçar”

O grupo de pares pode ainda servir de contexto para esquemas mais criminais (roubo de casas, entre outros). Num outro caso, ocorrente num nível sócio-económico mais favorecido, o grupo acabou por fazer experiências com substâncias até ter inventado “a nossa própria droga” – de carácter alucinogénico e iniciar, em conjunto, um tráfico em pequena escala.

A interajuda assume um carácter fragmentário no meio de um “mundo em que ninguém quer saber de ninguém”. Assim, um dos participantes, questionado sobre a sua reacção quando era objecto de burlas, relata que ficava aborrecido no dia mas que no outro dia não era nada. Por outras

palavras: a burla, a venda de droga adulterada em demasia por parte de um conhecido, pode originar alguma tensão no imediato mas o mal estar não se prolonga mais do que 24 horas. É claro que esta volubilidade dos contactos pode não acontecer em relação a certos traficantes mais profissionais.

Por outro lado, alguns consumidores acabam por ter uma relação desconfiada com os traficantes, experimentando o produto para se certificarem se é mesmo heroína – isto nem sempre é possível, especialmente em bairros mais “industrializados”, mas é ilustrador de um certo padrão das interações. Outros participantes referem também que agora já não “papavam grupos”⁷⁷ e exigiam o produto contra pagamento – isto depois de terem sido diversas vezes enganados.

Em certos meios, a pessoa que tem dinheiro ou acesso às substâncias pode ser acarinhada com objectivos claramente instrumentais. Nestes casos, as pessoas lutam por ter acesso a alguma “dispensa” do produto. A breve trecho, porém, a pessoa lesada apercebe-se do jogo em que está envolvida e tenta distanciar-se: “eles faziam-me sentir importante, mas queriam era dinheiro”.

É claro que esta interiorização de certos sistemas de regras e de vivências só acontece depois da privação e da dependência em relação à heroína serem aceites. A necessidade de sobrevivência, o quotidiano estruturado em torno da substância, faz com que todos esses saberes e intersubjectividades se tornem realmente importantes como parte integrante da vida de muitos dos nossos entrevistados.

“...Pessoas que falavam, pessoas com quem eu convivia, que são mais velhas que eu e que fumavam também e que sabiam o que era uma ressaca, e eu via-os às vezes a maneira que eles estavam, quando eles também não tinham droga. Quando comecei a fumar diariamente e comecei a ficar como eles é que comecei a dar valor, e a sentir o que era uma ressaca.”

⁷⁷ “papar grupos” é uma expressão pertencente ao calão de certas subculturas da droga e até de certos bairros sociais. Ela pretende traduzir a ideia de uma pessoa que não aceita ser enganado ou não cai em qualquer história ou armadilha que lhe seja armada.

A passagem refere claramente que só após a vivência real da privação, da dependência da substância, é que o que os outros diziam e “falavam” adquiriu o seu verdadeiro relevo. Ou seja: a interiorização de um sistema de regras e de vivências faz-se com os outros, no interior de si, e no diálogo que acontece com a substância e a falta dela.⁷⁸

5. - Defesa da necessidade

A racionalização de que agora nos vamos ocupar é bastante simples. Não implica, de facto, grande elaboração ou reflexão. O comportamento desviante é justificado porque não há outra alternativa ou porque o indivíduo é impelido a isso por alguma força exterior. A força que compele os sujeitos a praticarem este acto ou aquele é precisamente o efeito da substância ou a falta do produto, e isto aplica-se à heroína, cocaína, comprimidos. É este, portanto, o principal núcleo da neutralização defesa da necessidade, no que à etapa biográfica gestão da carreira de consumos diz respeito. No entanto, a racionalização não se esgota no determinismo proveniente das substâncias.

“na altura, não é?, depois eu também fui criado na rua, não é?, uma pessoa aprende sempre nada que seja legal, mas uma pessoa tem que se desenrascar não é e pronto não era só com o meu trabalho que eu sustentava o consumo, é lógico, tinha de fazer outras coisas.”

Na passagem acima transcrita a justificação dos comportamentos desviantes (no caso roubos, “fazer parómetros”, entre outros) provém de uma necessidade de sobrevivência, quase física, de quem viveu quase todos os anos da sua existência na rua. O verbo ter, ter de fazer alguma coisa, marca o fatalismo nuclear ao tipo de neutralização de que agora nos ocupamos.

⁷⁸ Estamos perante a tríade indivíduo substância meio tantas vezes proclamada na área das toxicodependências e outras tantas deturpada de facto com por inúmeras investigações.

A necessidade de se embrenhar mais nos comportamentos desviantes e nas actividades ligadas ao consumo de drogas é reiteradamente sublinhada. A partir de determinado momento, a injeção é mais económica e passa a ser a única alternativa viável; o aumento das quantidades ingeridas pode ser vista como uma exigência do próprio organismo (apesar de, por vezes, essa exigência ser relativizada à vontade própria do consumidor). A dependência e os comportamentos que se fazem quando se está a consumir heroína podem ser justificados como uma “parte do cérebro deixa de funcionar”; ou ainda “a heroína pesou no corpo”. O excerto que transcrevemos de seguida ilustra, precisamente, esse fatalismo expresso no corpo e determinado pela substância:

“O próprio organismo é diferente, nem todos os organismos são iguais e estão habituados a uma vida normal, depois levam com aquela coisa no cérebro e no estômago, o corpo avaria mesmo e não se aguenta. É normal, também houve muitas fases que não notava, mas era mais tarde, já sabia o que era, já estava encaminhado naquilo. Às vezes consumia demais, em vez de consumir só um pacote, consumia logo dois, a ganza era tão grande que puxava logo tudo cá para fora mesmo, não me conseguia segurar, não dava.”

O quotidiano, estruturado em torno dos consumos de heroína, implica a preocupação constante em evitar a ressaca, o fatalismo é recorrente em ideias como: “tinha de tirar a ressaca, arranjar dinheiro para o meu consumo”; “tinha de me desenrascar”; “havia a preocupação em ter sempre dinheiro”. Todo o esforço se centra no esforço de se sentir normal – isto é, sem o síndrome de privação.

As práticas em torno da injeção, do chuto, podem também ser justificadas como uma necessidade: “sem tiragens não me sentia bem”. A defesa da necessidade pode apresentar, mais raramente, formas mais elaboradas: um dos entrevistados relativiza a privação física a um sofrimento psicológico que, depois de várias vezes vivido, dificulta a resistência individual.

A dependência da heroína e as vicissitudes da sua aquisição no mercado negro justificam também modificações nas redes de amigos. Um dos participantes no estudo chama a atenção para um processo progressivo de afastamento dos seus amigos de “fora da droga”:

“Pois, fui eu... fui eu que... marcava encontros com A B e C e não aparecia, porque até queria aparecer mas ia buscar uma dose de heroína e chegava ao sítio e não havia... e eu tinha que esperar, esperava meia hora, mas depois não aparecia o homem que tinha heroína; eu tinha que ir a outros sítios e depois eu: eu fiquei de ir ter com um fulano, com este ou aquele, às xis horas e já não vou, depois uma desculpa hoje, outra desculpa amanhã, outra desculpa depois até que as pessoas começaram a dizer: tu andas metido na droga, só podes andar metido na droga, se não andas metido na droga andas nos maus caminhos...”

A defesa da necessidade não se atém à acção da heroína, que se traduz numa transformação corporal e, através das dificuldades da compra, na modificação dos padrões de contacto interpessoal: ela é visível a propósito de uma outra substância, a cocaína, com quem a maioria dos nossos entrevistados teve contacto – e períodos de consumo mais ou menos descontrolado.

A cocaína é vista como um luxo, que não provoca dependência mas que pode desencadear situações de descontrolo. A ansiedade da cocaína pode implicar episódios em que os indivíduos só pensam nos modos de arranjar mais dinheiro para consumir. A branca, nome pelo qual a cocaína pode ser conhecida, é uma substância que “pede sempre mais consumo” e que pode ser visto como algo que não se controla. O envolvimento deste tipo, com períodos de consumo desmesurado e bem concentrado no tempo, pode depois desencadear sentimentos de fracasso e desânimo: quando a abstinência é alcançada ou imposta pelas circunstâncias, os indivíduos deparam-se com as consequências dos actos que cometeram anteriormente.

Terminamos a análise desta neutralização com uma passagem que se refere à actividade de tráfico de heroína: as adulterações do produto são justificadas quase como uma necessidade de sobrevivência e evitamento da ressaca. Estamos perante uma necessidade instrumental: estar normal, sem sentir a falta da substância é um imperativo que relega para segundo plano todas as outras obrigações dos indivíduos.

“Dava sempre para ganhar. Dava ao menos sempre para consumir. Eu quando falo em ganhar dinheiro, falo na minha parte, que era o consumir, mas dava sempre, porque dividia os pacotes, fazia pacotes mais pequenos. Se podia fazer os pacotes melhores, eles ficavam mais contentes e vendiam-se muito melhor, se não podia fazer, fazia mais pequenos, e vendia-se na mesma, embora fossem mais desiludidos. Eu é que tinha de tirar o meu consumo: primeiro eu, depois os outros.”

6. - Metáfora da compensação

A metáfora da compensação é uma forma de neutralização pouco utilizada pelos indivíduos pertencentes ao nosso estudo: de facto, esta forma de racionalização exige que aspectos significativos da normatividade estejam preservados, o que nem sempre acontece. A valorização desses aspectos normativos compensaria os actos desviantes, que são reconhecidos como tal, na maior parte dos casos. Na passagem seguinte, ouvimos um entrevistado referir-se ao início do seu percurso e comparar a forma como as relações entre as pessoas se foram modificando até ter chegado ao momento presente, em que as pessoas não se cuidam tão bem e não querem saber de coisas básicas à vida social.

“com o haxixe as pessoas olhavam-nos de lado, sabiam que nós éramos drogados, mas vestíamo-nos bem e tal, para que as pessoas não nos olhassem assim tão mal e isso fazia com que sei lá, isso fosse diferente, e agora eu nunca vi pessoas como agora, a dormir

na rua, sem tomarem banho, com a barba por fazer e essas coisa todas”

O mesmo entrevistado refere que a malta do haxixe era “fixe” e acabou por mostrar à comunidade que não fazia mal a ninguém. Aliás, no seu círculo de amizades de consumidores parece persistir, segundo a sua opinião, um sentido de interajuda e solidariedade que já não existe. A ideia de respeitar as pessoas, de preservar uma certa imagem na vizinhança são outras ideias que apontam no sentido da metáfora da compensação.

Um outro tema recorrente no material recolhido nesta neutralização, é a ideia da manutenção da profissão e a separação que muitos entrevistados fazem entre o trabalho e os consumos. A manutenção desse trabalho pode ajudar a manter uma certa imagem de respeito junto de alguns círculos de conhecimentos. Num outro caso, verifica-se uma situação de ambiguidade: a entrevistada foi despedida, apesar de ter desempenhado sempre bem as suas funções, a causa do despedimento nunca foi conhecida.

Uma outra forma da metáfora de compensação pode surgir através da valorização de certos aspectos da normatividade que, usualmente, passam despercebidos: o manter-se limpo e ter cuidados de higiene. A privação de heroína desmotiva muitos indivíduos a cuidarem de si e a manterem uma certa aparência. Assim, vários entrevistados dizem que evitavam andar mal parecidos; ou que se esforçavam por manter a higiene pessoal.

“Não, porque eu também não deixava chegar a esse ponto. Eu sempre fui uma pessoa muito ordenada a respeito dessas coisas, eu nunca gostei de mostrar que era drogado, sempre tentei evitar que as pessoas soubessem que eu era drogado.”

Na passagem acima transcrita, o indivíduo defende que nunca deixou as coisas chegarem a um ponto de degradação facilmente visível, esforçando-se em eliminar sinais que pudessem, de alguma forma, identificar a sua situação junto de terceiros. De facto, o cuidado consigo mesmo, além

de funcionar como neutralização, pode implicar uma contenção da trajectória dos consumos que diminui a probabilidade de ocorrência de situações mais desagradáveis.

7. - Valorização selectiva de dimensões existenciais

A valorização selectiva de dimensões existenciais constitui um negativo da metáfora da compensação – em vez da valorização do normativo, valoriza-se determinada porção do desviante que é encarada como sendo menos condenável. Essa parcela do que não é tão desviante ajuda os indivíduos a manterem uma certa conceptualização positiva de práticas altamente condenáveis no todo social.

Assim, é recorrente a ideia do envolvimento com o tráfico não ter sido realmente profundo. Outro entrevistado, refere que começou a pensar no que estava a fazer quando vendia substâncias ilícitas e que passou a reduzir a sua actividade. No entanto, a redução dessa actividade pode ser encarada de modo *sui generis*: não vender em certos contextos ou a toda a gente. Num dos casos, em que se admite uma série de actividades ilegais que vão desde as cobranças difíceis ao proxenetismo, as actividades desviantes são totalmente reconceptualizadas: desde as cobranças difíceis que são efectuadas com mais coração e mais comedimento do que os outros; à actividade de proxenetismo que era encarada de modo mais humano e respeitoso do que os outros colegas de profissão o faziam (que o chegavam até a criticar).

No que diz respeito às actividades ligadas ao consumo propriamente dito, temos a valorização da reutilização reduzida de seringas (que em princípio só deveriam servir para um só chuto); a valorização de só consumir à noite ou de só picar para consumir sem fazer tiragens nenhuma; a valorização de ainda se aquecer porque é preferível ferver o material. Por outro lado, um dos entrevistados valorizava o facto de nunca ter chegado a consumir meia grama de uma vez. Podemos dizer que, em todos estes exemplos, existe uma valorização de um aspecto parcelar dos consumos.

“...tinha aquela preocupação de nunca consumir à frente de ninguém, tinha o respeito sempre por crianças ou qualquer coisa nunca consumir, nunca ir esturbar (incomodar) pessoas que não tinham nada a ver, mas eu, se pudesse ir a S. Tomé comprar um pacote e estivesse lá alguém queria lá saber que eles estivessem lá, eu ia comprar eles não têm nada a ver com a minha vida prontos.”

Essa valorização parcelar dos consumos permite, depois, uma prossecução da ingestão dos produtos sem que tal despolete grandes sentimentos de culpa. Podemos listar mais algumas situações do género, como por exemplo: valorizar o facto de só se comprar uma base de cocaína de cada vez; de se fumar na prata porque dura mais tempo; do objectivo nas drogas ser “andar bem”⁷⁹ e não mais a procura da “moca”. Os indivíduos podem achar ainda que não põem a droga à frente de tudo, ou de não serem tão “atravessados” como outras pessoas.

Em relação a outro tipo de actividade criminal, especialmente o assalto a residências ou outro género de crimes aquisitivos, o processo de valorização parcelar de determinadas dimensões existenciais não se faz esperar. Assim, temos casos em que se valoriza o facto de nunca se ter roubado fora de casa da família; ou de nunca se roubar alguém directamente.

Temos ainda casos em que se valoriza o facto de se não roubar – explicando-se esse cuidado, porém, como uma forma de se manter uma boa reputação de intermediário e, por isso, se conseguir manter essa actividade de modo estável. O facto de se não roubar pode ser visto ainda de outra forma positiva pois assim não havia mais dinheiro, nem a tendência de escalar os consumos. Ainda se pode relevar o facto de “não se andar com a malta da desordem” como uma forma de manter um percurso de consumidor mais equilibrado e sem provocar problemas adicionais.

No seguinte excerto, temos uma neutralização típica deste género:

⁷⁹ Andar bem pode referir-se, em calão, ao efeito da substância. Neste caso, porém, refere-se apenas ao consumo que não tem efeitos euforizantes mas alivia a sensação de mal-estar.

“...Aí foi um período acho que foi um período mais difícil, foi quando apanhei as grandes ressacas, foi quando eu estava a ressacar e desesperava e era capaz de fazer qualquer coisa menos roubar por esticção ou coisas assim, isso nunca fui, nunca consegui isso, metia-me mesmo pânico, poder magoar alguém... roubar é uma coisa agora roubar para magoar isso... isso eu não tinha coragem, então fazia todo o tipo de asneiras mas sem magoar...”

O facto de se roubar é, portanto admitido desde que não se aleije pessoas, o que constitui a actividade realmente reprovável. Para terminar, temos o exemplo do arrumador de carros que se refere a si mesmo como alguém que é diferente dos colegas, pois “falo com as pessoas”.

8. - Condenação dos condenadores

A condenação dos condenadores é uma forma de neutralização que procede de um modo aparentemente paradoxal: pressupõe a crítica de outros para, deste modo, não analisar o que de porventura estaria errado no comportamento do próprio interessado. A condenação dos condenadores funda-se, desta forma, num sentimento de injustiça que é comum a todos os membros de certas subculturas da droga.

A ideia de que um grupo de consumidores é criticado por instâncias pertencentes à normatividade é bastante frequente em sujeitos que iniciaram a sua trajectória de consumidores nos finais dos anos setenta. Uma cultura de oposição foi rapidamente referenciada: “quanto mais criticados éramos, pior fazíamos”. O sentimento de injustiça e de perseguição ou, pelo menos, de incompreensão, face às pessoas pertencentes à normatividade é uma invariante expressa por muitos dos nossos entrevistados:

“Acho que uma pessoa é um bocado desprezada, toda a gente sabe que é assim. Há pessoas que pensam que não deixámos isto porque não queremos. Eu também acredito que não se deixa isto porque não se quer, mas está mesmo nas pessoas. Há pessoas que têm

mais força de vontade, ou têm outra mentalidade, há outras que não, depende das pessoas.”

A expressão dessa perseguição não se confina à ideia abstracta dos “outros” já que, de facto, o contacto com as forças policiais pertence à ordem dos acontecimentos diários em relação a muitos dos sujeitos com quem tivemos oportunidade de conversar. A polícia pode interferir com os locais de compra e, assim, dificultar a aquisição do produto: “quando há polícia no bairro já sei que não há droga e a que houver é rafada”.

“Sabe como é que é. Os toxicodependentes têm sempre os seus problemas, ou porque são interceptados pela polícia, e são-lhes feitas perguntas sobre o meio da droga; ou porque uma pessoa é apanhada com uma certa quantidade de produto, e temos de ir a tribunal, isso tudo passou por mim, mas felizmente consegui ultrapassar todos esses momentos, por isso toda a gente também um dia veio a descobrir.”

O contacto com a polícia constitui-se como uma gestão de tensões. Muitos toxicodependentes referem ter sido interpelados para fornecimento de informações e, no meio dessas detenções temporárias, ter sido alvo de agressões, o que, em certos bairros, organiza uma espécie de resistência que pode causar problemas. A vertente de interajuda é bastante evidente, permitindo a sobrevivência e a manutenção da carreira de consumidor, bem como a sobrevivência e manutenção da subcultura.

O contacto com a polícia obriga certos entrevistados a incentivar alguma forma de convívio de forma a reduzir a conflitualidade. Um dos nossos entrevistados refere que andava bem vestido de forma a reduzir as eventuais interpelações, mas não bem vestido demais porque “eles podem ir mais depressa aos bem vestidos”.

O contacto com a polícia pode também englobar a entrada para a lista dos suspeitos selectivos. Um dos participantes diz ter ficado com o seu nome na esquadra o que o identificava como consumidor. Um outro participante

levanta a hipótese de uma escalada na acusação feita pela polícia: “eu era consumidor e eles dão-me como traficante no processo”.

A repressão dos traficantes pode originar uma reflexão interessante que é concordante, aliás, com as teorias da amplificação da desviância: a eliminação dos diversos traficantes, numa cidade dos arredores do Porto, fez com que o traficante remanescente pudesse fazer o que quisesse e adulterar o produto como desejasse, sem que ninguém lhe fizesse frente.⁸⁰

O convívio acima referido pode ser entrecortado de situações mais explosivas - como a de um dos entrevistados a quem foi apreendida uma dose de heroína ou a de um outro que engole o produto na iminência da detenção: “e o homem diz: engole a droga que eu vou dar-te azeite... pensa que eu sou algum morcego? Para vocês me dar azeite? Como quem o azeite faz vomitar”. E recusa-se à pressão policial.

Os tribunais são, da mesma forma, uma instância de controlo, se bem que não tão comum nos dados recolhidos: no entanto, esses contactos são muitas vezes desvalorizados. Um dos entrevistados refere até que sentia tudo aquilo como uma brincadeira. Ainda uma outra instância de controlo, a prisão, pode ser percepcionada negativamente aumentando o sentimento de injustiça, como se pode deduzir do excerto que se segue:

“Não, havia lá muita coisa lá dentro. Há tanta coisa lá dentro como cá fora, ou ainda mais. É uma coisa que eu não entendo, é uma pessoa vai preso, por causa da droga, e chega lá dentro e há mais droga do que cá fora!! Não digo que haja mais, mas que há droga, basta uma pessoa ter dinheiro, não entendo, não é uma pessoa que leva droga para aquela gente toda, a droga tem de ser passada por outros meios, não sei, não são as visitas que levam a droga para sustentar aquela gente toda, uma pessoa pede para se curar e sai de lá pior. Eu conheço pessoas que não fumavam e saíram de lá a fumar.”

⁸⁰ Deparamo-nos, novamente, com a ideia de amplificação da desviância: a perseguição dos pequenos traficantes incrementa uma selecção natural que permite apenas a subsistência dos melhor adaptados (Fernandes, 2003). Assim sendo, o traficante remanescente, além de ter um mercado sem concorrência à sua disposição, passou também o teste do melhor adaptado.

As instâncias de controle não se confinam às superfícies legais - o mundo dos traficantes, com todas as suas arbitrariedades e imprevistos, constitui-se como uma barreira e um obstáculo com o qual os consumidores se têm de confrontar de alguma forma:

“Quem anda a vender, às vezes consome em demasia e depois falham os dinheiros e claro engana-se seja a quem for para se conseguir o dinheiro para se ir buscar o suficiente para depois tornar a vender.”

A dificuldade com a qual muitos dos consumidores se têm de confrontar consiste, precisamente, na imprevisibilidade inerente a qualquer compra e às condições em que essa compra se pode efectuar: a polícia pode modificar a “geografia” dos bairros onde se vende bom produto⁸¹; nos bairros, os consumidores são sujeitos a diversas pressões - “é só gente a pedir 20 paus, e filtros e isto e aquilo”. Frequentemente, é necessário efectuar grandes percursos até conseguir efectivar uma compra com todas as dificuldades que isso comporta, até para manter uma vida normal.

A condenação dos condenadores, apesar de tudo, não apresenta grande elaboração: o sentimento de injustiça acontece a propósito de situações pontuais, vividas pelos entrevistados. Não existem reflexões para além desse nível concreto. Os indivíduos estão mais interessados em sobreviver e em lidar com o seu quotidiano de toxicodependente, do que em pensar sobre as condições das suas vidas e sobre contradições que, porventura, possam existir na actual arquitectura social.

⁸¹ A vigilância de um bairro faz com que os traficantes se mudem para outro local da cidade e, no bairro vigiado, é difícil comprar o produto que muitas vezes é mais adulterado.

9. - Dimensões intencionais versus não intencionais

O uso de neutralizações encontra, nesta fase biográfica, uma profusão de alternativas e de matizes. O eixo das neutralizações não intencionais é bastante detectado nos resultados. Nasce daqui uma distanciação do indivíduo relativamente ao envolvimento com que realiza os seus actos e toma as suas decisões.

O eixo da intencionalidade também se encontra presente: é esta a principal diferença da fase da gestão da carreira desviante em relação aos outros períodos biográficos considerados. Os entrevistados empregam, por isso, racionalizações em que o acto desviante é justificado atendendo a contingências de vária ordem. O reconhecimento da natureza desviante dos actos implica um envolvimento mais profundo com a transgressão e o indivíduo, neste tipo de caso, não tenta já minimizar o impacto da sua infracção, antes afirma-a. Por fim, esta afirmação só é possível depois de uma aculturação a certas subculturas e seus modos de pensar.

O uso intenso da maior parte das neutralizações implica um grau intenso de relacionamento com as actividades desviantes e com a “ideologia” que lhes subjaz. Estamos em crer que este uso exponencial de racionalizações está intimamente relacionado com o sentimento de deriva descrito por Matza (1964) a propósito da delinquência juvenil, mas que é comum em diversos actores dos comportamentos desviantes. A vivência da deriva, de um flutuar através das oportunidades no mundo da droga, permite um envolvimento mais desenvolvido com as diversas actividades desviantes e criminais sem que o indivíduo problematize muito essas questões.

O uso intenso de neutralizações serve propósitos instrumentais bem evidentes: permite o afastamento completo das expectativas normativas e uma imersão, por vezes bem violenta, nas oportunidades subculturais que os mundos desviantes são pródigos em disponibilizar.

Encontramos aqui um outro tipo de incongruência biográfica, semelhante à detectada na fase do início dos consumos. Os indivíduos afirmam a sua pouca margem de manobra relativamente à sua relação com a

droga para, pouco depois, se desdobrarem em explicações sobre as suas opções de consumo e modos de obter dinheiro para sustentar a dose diária.

Se encontramos uma fissura biográfica na inserção da actividade dos consumos, no que ao início da carreira desviante diz respeito, agora testemunhamos o desenvolvimento dessa fragmentação: os indivíduos vêem-se sem grande margem de manobra para realizarem escolhas quando, na verdade, as vão fazendo.

Resumindo: o uso várias neutralizações do eixo da não intencionalidade permite um distanciamento dos indivíduos relativamente aos actos que, eles próprios, cometem. Esta dissociação acto indivíduo que o comete soma-se, também, ao fatalismo e afirmação da desviância em termos deterministas que as neutralizações do eixo da intencionalidade despoletam. Ambos os eixos são expressão de uma identidade desviante que se afirma e permite o envolvimento, muitas vezes a tempo inteiro, com os mundos desviantes, de uma forma como que alienada e determinada por uma série de factores exteriores. O eixo da intencionalidade permite, igualmente, a formação de uma proto-ideologia que dificilmente é sustentada em diálogo com um indivíduo mergulhado em valores ditos normativos.

CAPÍTULO V

PERÍODO BIOGRÁFICO 3: PONTOS DE INFLEXÃO

Consideremos agora os momentos de afastamento da carreira de toxicodependente. Englobámos, nesta categoria, todos os momentos de diminuição ou mesmo interrupção de qualquer tipo de actividade desviante. Assim, a título de exemplo, a interrupção de actividades ligadas ao tráfico, apesar de os consumos continuarem, são aqui classificadas. As recaídas e especialmente o processo que leva à retoma dos consumos, também foram inseridos nesta categoria.

De seguida, como fizemos com as grandes categorias biográficas anteriores, descreveremos detalhadamente as racionalizações, ou as neutralizações, mais características deste período.

1. - Negação da responsabilidade

A negação da responsabilidade é muito empregue em dois momentos biográficos específicos e agora considerados: a tomada de decisão de afastamento, o processo de recaída - onde englobamos algumas dimensões ligadas ao período de abstinência, por vezes, mesmo na abstinência, as neutralizações não são completamente abandonadas e surgem ainda. É especialmente verdade o que se acabou de dizer, no que diz respeito às recaídas e às consequências que elas podem ter no modo de pensar dos nossos sujeitos.

1.1 – Tomada de decisão

As decisões que podem garantir um afastamento em relação ao mundo das drogas, frequentemente não são vividas como tal. Alguns dos nossos entrevistados relatam esse afastamento como um acontecimento que sucedeu como podia ter acontecido outro bem diverso. Esta deriva foi lapidarmente sintetizada: “estava à espera do dia para me decidir”. Já outras situações configuram pressões de pessoas próximas dos entrevistados, sendo que estes encetam períodos de afastamento, ou mesmo de abstinência, sem que realmente se envolvam neles.

“...acho que a iniciativa nunca era minha, por vezes até era só que perdia a vontade facilmente. Não gostava mesmo daquilo, não tinha nada que me preocupasse, nunca tinha apanhado doenças, sabia que aquilo me fazia mal e que me prejudicava.”

Noutros casos, normalmente ocorridos em situações cujos participantes tinham uma actividade profissional ligada à construção civil, uma inopinada oferta para fazer um trabalho no estrangeiro pode oferecer a oportunidade de afastamento dos meios ligados ao consumo e a consequente abstinência (nem que seja apenas relativa).

O afastamento do mundo das drogas também pode ser gerido de uma forma em que a negação da responsabilidade está bem presente: um dos nossos entrevistados dizia que, quando quis reduzir o seu padrão de consumos, “só ia à rua comprar, mas não ficava lá”. Ou seja, o indivíduo decidiu evitar um meio ligado ao mundo das drogas, aceitando que se ficasse, não se conseguiria controlar e iria novamente aumentar a ingestão dos produtos.

Os motivos exteriores, que conduzem a um afastamento do estilo de vida ligado à toxicodependência, podem continuar a listar-se: medo de doenças; contacto com hospitais, etc... A própria preferência por uma forma de tratamento, em vez de outra pode reflectir uma falha de controle sobre os próprios actos: “gosto mais do internamento estou mais preso” – neste caso,

o entrevistado acredita que precisa de estar controlado para conseguir alcançar a sua abstinência.

No limite, temos também casos em que a mudança, o afastamento das drogas duras, aconteceu sem que tenha havido um motivo especial. Não existem explicações e, por conseguinte, não se constata a capacidade de envolvimento com a mudança.

1.2 – Processo de recaída

No que diz respeito às recaídas, elas podem ser experienciadas como um processo de alienação. Cada novo ciclo decorre de forma mais rápida e parece confirmar um estado que terá tendência a perpetuar-se – alguns dos participantes relataram que, ao viverem essa situação, pensaram que iam ficar para sempre a consumir. A vivência de ciclos abstinência recaída, que se sucedem com mais celeridade, e as cognições que a experiência de recaída pode desencadear configuram uma situação em que os indivíduos se vêem com cada vez menos responsabilidades sobre os seus próprios actos.

No processo de consolidação da abstinência, em contextos familiares mais vigilantes, o momento em que essa vigilância afrouxa pode constituir-se como momento de recaída. Alguns dos nossos entrevistados situam precisamente a sua retoma dos consumos a partir da altura em que se começam a ver com mais liberdade.

O reinício do percurso de consumo de drogas desencadeia frequentemente situações de vergonha e de desânimo. Os indivíduos, que testemunharam no nosso trabalho referem situações em que deixaram de pedir ajuda. Esse sentimento potenciou, decerto, períodos de descontrole e incerteza. Os processos de recaída são, pois, vividos de uma forma destruidora para o sujeito – mesmo no que diz respeito à parte física do problema: “sempre que recaio é mais difícil parar outra vez”.

A literatura científica tende a separar a ideia de quebra de abstinência esporádica – denominada lapso – das situações de recaída. O seguinte excerto evoca uma situação em que o atraso em retomar a situação de abstinência acaba por transformar um lapso em recaída, isto sem que o

indivíduo assuma claramente a decisão de voltar a consumir: é uma espécie de voltar aos consumos sem que o sujeito participe claramente na decisão.

“...pois era isso pensava sempre naquela altura: ora bem fumo, depois tomo o Antaxone⁸² e está na mesma tudo bem... mas o primeiro batia depois o outro dia já ia buscar, depois tinha medo de tomar o Antaxone porque já tinha consumido dois... vou estar cinco dias abstinente e depois tomo o Antaxone mas... e estar esses cinco dias? é grupo, era capaz de estar um dia e no outro dia: bem vou só buscar mais hoje um em vez de estar cinco era três dias e era assim...”

Este voltar aos consumos sem que haja uma clara decisão do indivíduo pode apresentar outros aspectos – detectámos casos em que são relatados períodos de abuso de álcool ou de cocaína e em que só depois, quando o envolvimento com essas substâncias se encontra desregulado, surge a heroína. Nestes casos, o consumo da heroína é depois apresentado como uma “necessidade” para controlar uma situação de ansiedade (com a cocaína; ou porque já não se sente bem ou não se pensa nas consequências, no caso de utilização).

A recaída é seguida, frequentemente, de um período de descontrole em que o sujeito já não quer saber das consequências dos seus actos e só pensa em consumir. Enquanto os problemas e as dificuldades não se avolumarem novamente, muitos dos nossos entrevistados não querem pensar em mais nada – neste contexto, o exemplo de nova falta de dinheiro é relatada, recorrentemente, como uma forma de voltar a pensar na vida.

O processo de recaída é, frequentemente, vivido de forma ambivalente e contraditória. São tomadas certas decisões a que são imputadas poucas consequências e, depois, o novo consumo surge de forma inopinada:

⁸² Antaxone é o nome de um medicamento pertencente à classe dos antagonistas. Ele inibe os receptores opiáceos, não permitindo que a heroína faça o seu efeito habitual – só pode ser tomado, caso os indivíduos estejam abstinente de qualquer opiáceo.

“Eu quando tenho problemas em casa, não penso em consumir, porque estou-me a prejudicar a mim que eu sei. Começo a não tomar a medicação, ando sem falar, depois quando vou a dar por ela já ando há muito tempo sem tomar, e calha de aparecer, ouço falar e vou dar umas passas, e amanhã não vai ser nada, fumo, no outro dia fumo outra vez e vou acabando por cair outra vez. Mas agora não.”

O excerto sintetiza o processo de retoma do consumo em diversas fases: a presença de uma situação emocional menos agradável (os problemas em casa); a decisão não pensada de interromper uma medicação que ajuda a abstinência; o retomar a vivência de certos meios, onde a oportunidade do consumo possa surgir – e isto sem que nunca o heroínómano tome a decisão de voltar a consumir.

Em relação à abstinência propriamente dita pode registar-se um período de inadaptação que pode ser mais ou menos problemático, consoante as situações. O abandono da rotina quotidiana, estruturada em torno do ciclo de aquisição – consumo – angariação de dinheiro para a compra, faz emergir um dia a dia onde ainda não existe qualquer actividade estabelecida. Surgem, não raras vezes, situações de vazio e desorientação:

“...depois deixa a droga e ainda pensa nessas coisas, não sabe o que há-de fazer. É por isso que eu agora, quero estar sempre ocupado o máximo possível, quero ir para o Espaço T⁸³, quero...”

A procura da ocupação do tempo prefigura, da mesma forma, uma negação da responsabilidade: é como se o indivíduo não conseguisse estar sozinho, sozinho perante si mesmo, sem que a vontade de consumir surja uma vez mais.

⁸³ Instituição portuense que oferece uma série de actividades a populações desviantes e não só, em processo de recuperação. Ela pode funcionar como uma espécie de centro de dia menos exigente para um consumidor que queira consolidar a sua abstinência nessa instituição, através de trabalho no campo da reinserção social.

Mesmo em casos de abstinência de drogas mais estruturados pode existir uma negação da responsabilidade: alguns casos referem medo de inadaptação ao sistema normativo, com o seu conjunto de obrigações. Mesmo em situações de prolongada abstinência, alguns entrevistados disseram: “eu não digo nunca mais”. A sua ideia, no presente, é nunca mais tocarem em drogas, no entanto persiste uma dose de insegurança que, de uma forma um tanto esbatida, pode ser ainda uma expressão da negação da responsabilidade.

2. - Negação do delito

A negação do delito é uma racionalização que engloba todas as formas possíveis de desculpabilização da gravidade ou das consequências de um comportamento desviante. Nesta etapa biográfica, confrontamo-nos com material em que se desvaloriza a importância de se estar abstinente e que, por isso, favorece a regresso aos consumos ou a outra actividade desviante (tráfico; injeção etc...); por outro lado, deparamo-nos também com desvalorizações da importância dos tratamentos e ainda com sentimentos de desinteresse pelas consequências dos actos – semelhantes, aliás, às ocorridas noutros momentos biográficos já por nós referidos.

No que respeita à decisão de iniciar tratamento, esta é muitas vezes desvalorizada. Diversos testemunhos apontam no sentido de se fazer uma desintoxicação de forma a reduzir a síndrome de privação e poder regressar aos consumos em condições mais favoráveis. A abstinência também foi, em diversos casos, interrompida por consumos esporádicos aos quais foram retirados quaisquer género de consequências. Estamos perante uma situação em tudo análoga à vivência no início da carreira toxicod dependente: “uma vez não faz mal”; “desta vez não me vou viciar”. Os indivíduos negam as consequências do regresso ao consumo, de forma a continuarem as suas trajectórias de consumo, sem experimentarem grande sentimento de culpa: “não me apercebia da gravidade das coisas” (durante a recaída); ou mesmo revelando uma cegueira face ao processo de regresso aos consumos “já me estava a agarrar e não via”.

Uma outra situação, representativa deste tipo de racionalização, surge nas verbalizações que indicam um certo afastamento em relação às diversas obrigações sociais dos nossos entrevistados. A ideia de que, a partir de certo momento da recaída, se deixa de pensar nos problemas foi detectada com alguma frequência:

“E eu comecei a pedir dinheiro ao patrão outra vez, a fazer todos os dias, e aí já me controlava, já tinha guardado o dinheiro para de manhã, tinha a responsabilidade, aos princípios pensava nas responsabilidades, mas depois mais tarde deixei de pensar nisso, porque aquilo é mesmo poderoso e a gente não conhece ninguém, não via ninguém, só via aquilo. E uma vez deu-me na cabeça para ir para a R.E.M.A.R.⁸⁴ e deixei o emprego. Chateei-me com ela e fui para a R.E.M.A.R.. Fui para a R.E.M.A.R. mas não consegui estar lá um dia, não conseguia estar lá, era a frio.”

A mesma racionalização, mas ainda mais vincada, surge na ideia expressa por um entrevistado: “sempre que consumia heroína todos os problemas que tinha desapareciam”. A própria vivência dos efeitos do produto pode potenciar esse esquecimento das obrigações, face aos outros e face às diversas obrigações sociais.

A recaída pode ser também uma situação desejada com maior ou menor ambivalência. Alguns testemunhos apontam precisamente nesse sentido, uma vez que o regresso ao consumo é descrito como um retrocesso, mas um retrocesso que era também, pelo menos em parte, desejado.

A própria memória pode ser encarada como uma fatalidade que, de algum modo, minimiza as aprendizagens anteriores dos indivíduos. Por outras palavras: apesar dos entrevistados aceitarem as experiências negativas, sentidas com a heroína, o período de abstinência pode alterar todo o registo mnésico:

⁸⁴ REMAR Reinserção de Marginais possui uma rede de centros de recuperação de toxicodependentes e outros excluídos, como o nome indica. Possui uma filosofia de funcionamento muito própria.

“... eu quando consumi essa primeira vez, nesta última recaída, eu já tinha noção e agora tenho mais.... se eu me lembrar da heroína, eu tenho saudades de consumir heroína, isto é quando estava com ressaca só se lembra do mal dela, mas quando não a tem só se lembra das partes positivas, as partes negativas uma pessoa lembra-se e eu faço esforço para me lembrar, mas não tem a mesma carga que as partes positivas. As partes positivas uma pessoa lembra-se, e se uma pessoa fuma uma vez não tem mal...”

A abstinência provoca como tal, uma valorização selectiva das experiências opiáceas: só ficaria o lado bom dos efeitos das substâncias. Essa deturpação mnésica, que até pode ser involuntária, despojaria o acto de voltar a consumir de todas as suas consequências negativas e facilitaria a sua ocorrência.

Quanto ao afastamento momentâneo da intensidade e do grau de envolvimento com as actividades ligadas ao consumo, este pode ser expresso de formas bem curiosas: “agora só faço tiragens quando estou distraído”; “só injecto quando aparece uma veia”. A interrupção de certos comportamentos de risco, ligados ao consumo de heroína, surge aqui despojado de qualquer tipo de intencionalidade e as suas consequências são totalmente minimizadas.

As abstinências podem ainda provocar alterações nos relacionamentos afectivos e, desse modo, potenciar prováveis recaídas: “as coisas entre nós, sem a droga, não eram a mesma coisa”. O casal – ambos consumidores de drogas duras – não consegue manter uma atracção e uma certa chama amorosa sem estar a consumir. O vazio quotidiano, a vivência do tempo aborrece, torna a relação estranha e insuportável.

3. - Negação da vítima

Na negação da vítima, a maior parte do material recolhido diz respeito às relações familiares e às tensões que ocorrem nos processos de tratamento, recaída ou distanciamento parcial das actividades ligadas ao mundo das drogas. No que aos tratamentos diz respeito, temos situações de certa ambivalência face às pressões familiares (tratar-se por causa da pressão da mulher; ou pela pressão exercida pelos pais; ou ainda tratar-se como uma forma de demonstração que o problema de dependência não era muito grave). Existe, por vezes, um certo egocentrismo que impossibilita a compreensão da situação do familiar envolvido. Particularmente ilustrativo, e até violentamente ilustrativo, foi o caso de um entrevistado que não aceitou o afastamento da sua esposa, quando esta tomou conhecimento que tinha sido infectada por ele com o vírus da SIDA.

No que diz respeito às recaídas, elas podem despoletar mais tratamentos, em condições de ambiguidade motivacional às acabadas de descrever. O regresso aos consumos acontece, frequentemente, sem o conhecimento da família, que demora um certo tempo a aperceber-se da situação (tempo esse que tem tendência a diminuir à medida que as recaídas se sucedem). A situação de ocultação de consumos pode assumir diversas formas e reflecte-se, inclusive, na mimetização de tratamentos: “não tomava o medicamento, punha dentro coca-cola” (e não tomava).

“Claro. Como agora, nesta última recaída que já estava a tomar Antaxone, era um quarto, e esta última recaída não se pode considerar uma recaída, é uma recaída mas muito limitada, consumi pouco, só que fiquei de rastos, foi mais psicológico. Já tomava um terço ou quarto de frasco e descansava cinco dias, era uma vez por semana, dava para consumir no meio. E houve certas alturas em que eu disse que não queria, mas como a família já tinha adquirido confiança, quando eu disse que não queria, já achavam normal.”

As sucessivas recaídas acabam por desmobilizar as famílias, que deixam de acreditar na possibilidade de recuperação. Em certas situações, a pressão para novo tratamento pode esmorecer e até extinguir-se.

“Os meus pais ficaram em baixo comigo, ficaram mesmo em baixo comigo, perdiam tempo a ir com o filho a ir às consultas, diariamente, o meu pai ia sempre lá comigo ao psiquiatra, para ver a minha recuperação. Se estava a reagir bem ao Vasinal⁸⁵ e eu chegava lá e dizia que tinha andado bem, e eles, o prazo mínimo que davam para a desintoxicação, era seis meses, para recuperar. Chegou aos seis meses acabei, foi quando me acabou o Vasinal, e eu mal me acabou pensei logo...”

O facto de estar-se já de novo, viciado na heroína pode constituir-se também como uma forma de não ouvir os conselhos dos pais. Um outro período de tensão e conflito irá instalar-se – aliás, um dos nossos entrevistados referiu o regresso aos consumos como um modo de ferir a família. A pressão para um novo tratamento pode ressurgir, se bem que alguns momentos de “paz” possam ser detectados: um dos nossos entrevistados pediu um tempo à família, até ter realmente vontade de fazer outra desintoxicação.

O seguinte excerto exemplifica um outro caso: a recaída acontece mas a família (neste caso o pai) não consegue assumir uma função contentora. A manipulação extravasa os limites do razoável, acabando por envolver terceiros, de uma forma directa e bem sofrida, com o mundo da droga, o problema da compra dos produtos etc... O envolvimento com a substância parece justificar uma certa insensibilidade perante as situações de sofrimento familiar que depois são reanalisadas em períodos de abstinência:

“Não sei, virei as coisas para o outro lado, tipo virava-me para o meu pai e dizia-lhe: pai estou a ressacar muito, preciso de dinheiro, ouve

⁸⁵ Vasinal é uma adulteração de Basinal um outro medicamento antanogista a que já fizemos referência anteriormente.

lá tens que me dar dinheiro porque senão eu vou fazer asneiras vou roubar vou... e o meu pai ficava maluco dava-me o dinheiro e eu ainda por cima obrigava-o a vir comigo aos sítios, porque tava a ressacar e não queria apanhar o autocarro era muito comodista e por favor leva-me é só hoje, é só hoje... o meu pai nesse aspecto sofreu muito mesmo, e lá ia o meu pai comigo e habituei-me a isso e para aí durante... durante... não, daí até agora, até ao meu último consumo foi sempre a pedir dinheiro à família, a minha mãe é que nunca me deu dinheiro de resto, o meu pai, a minha avó esses...”

Em relação ao período que se segue à abstinência propriamente dita, este não configura linearmente o término de todas as tensões: antes pelo contrário. Muitas desconfianças continuam a ocorrer, o que pode despoletar situações de grande conflitualidade. A insegurança vivida pela família, após sucessivas recaídas e retrocessos, não é bem compreendida pela maior parte dos nossos entrevistados que permanecem abstinentes: como agora se sentem confiantes e bem consigo mesmos, não aceitam – e por vezes reagem violentamente – a suspeições ou tentativas de controle por parte de familiares. A título de exemplo, um dos participantes interroga-se sobre o motivo dos seus pais estarem sempre a tocar no assunto da droga, acrescenta: “até parece que querem que eu recaia”

Certos padrões de funcionamento familiar não mudam instantaneamente quando os consumos terminam. A conflitualidade teima em prolongar-se e, pelo que analisamos agora, aos consumidores custa um pouco compreender a posição dos que estão à sua volta.

4. - Apelo a lealdades mais fortes

O sistema de relações informais desempenha um papel importante nesta etapa biográfica, como aliás aconteceu nas anteriores. A rede informal de amizades desempenha diversas funções, quer no sentido de uma maior contenção dos consumos, quer alimentando situações de descrença em si mesmo e de recaídas.

A decisão de iniciar um tratamento, tantas vezes pensada e adiada, pode num contacto ocasional, tornar-se realidade de uma forma quase não pensada. O sucessivo adiamento da tentativa de paragem pode encontrar, numa situação fortuita, o ensejo de se tornar realidade, como podemos constatar na seguinte passagem:

“Uma altura encontrei um colega meu, o Afonso⁸⁶, já tem para aí quarenta e tais anos, e eu vinha com ele e vínhamos com uma ganza, e ele vinha saber quando era para ser internado, e pegou e virou-se para mim e disse-me assim:” Ó Zé, tu podias-te inscrever pá!”, e eu peguei e não tive mais nada, e disse:” Não é tarde nem é cedo.”, e foi quando me inscrevi lá em baixo.”

A rede de amigos passa informações sobre tratamentos ou medicamentos úteis para minimizar os efeitos da privação entre outros. Aliás, a subcultura das drogas fornece uma representação sobre quais as melhores e piores formas de tratamento. Neste contexto, a decisão de interromper os consumos pode ser tomada na negativa: diversos indivíduos expressaram a sua saturação em relação às amizades da droga e à falta de solidariedade que se regista nesses meios.

Em relação às recaídas, também estas, são muitas vezes vividas como produto de influências negativas de certas amizades. Mesmo após um longo período de abstinência, uma eventual aproximação a um consumidor provoca frequentemente consequências nefastas, até para a própria identidade pessoal: “afinal, uma pessoa é sempre drogado”.

O sucesso de um tratamento pode ser desencorajado pelos pares: “afinal para que te queres tratar? Vens sempre cair aqui...”. Muitas recaídas acontecem através da aproximação a certos meios, sem que uma decisão precisa tenha sido tomada.

⁸⁶ Como é evidente, os nomes referidos do texto são fictícios para protegermos, assim, o anonimato dos nossos entrevistados.

“...no dia seguinte fumei porque me apareceu um colega: então queres vir comigo a tal parte? E eu: também dei mais umas passas... depois... estava mais um dia mas depois já tornava a fumar, depois já era, eu já estou outra vez, já sentia outra vez os efeitos, aí já estava a caminhar ao contrário...”

A ambiguidade da vivência com certos pares subculturais é expressa de um modo bastante ilustrativo no seguinte excerto:

“Os conselhos que os toxicodependentes dão uns aos outros, sabe quais são? A frase é sempre a mesma: «Estou cheio disto, quero largar isto, estou cheio disto, quero largar isto, isto não é vida para mim». São estas frases, mas é difícil tomar a decisão, há quem não queira tomar mesmo, e há quem não a queira tomar. Ou porque está bem, porque está a levar o dia-a-dia mais ou menos que é o caso de um, eu estou a falar, estou a pensar num colega meu, que quiseram-lhe dar metadona e tudo e ele só não compareceu para ir buscar a metadona.”

Para finalizar, temos as situações de abstinência consolidada. Coloca-se uma série de questões em relação ao contacto com certos conhecidos da altura dos consumos e as opiniões dividem-se: cumprimentar ou não os antigos companheiros? Em determinados casos, detectámos uma necessidade de distanciamento que é mais radical que noutros. Assim, certos entrevistados dizem que cortaram completamente as relações; enquanto que outros tentam um certo magistério de influência, desencadeando situações de abstinência: um dos participantes “denunciou” o antigo companheiro de consumo aos pais, de forma a possibilitar um tratamento mais rápido.

5. - Defesa da necessidade

Esta racionalização, que igualmente encontramos no período da Gestão é bastante empregue para justificar recaídas. Frequentemente, as desintoxicações ou o afastamento de certas actividades desviantes são

expressas em termos de fatalismo. De facto, as decisões de paragem, sucessivamente proteladas, impõem-se por si próprias por não existir já outra escolha plausível.

Como tal e em relação ao início dos tratamentos, deparamo-nos então com a premência de uma escolha que já não tem alternativas. Diversos participantes no estudo referem que, a partir de certo momento, sentiram que tinham mesmo de modificar a sua vida, fazer uma desintoxicação. Por outro lado, constata-se frequentemente uma impotência: “a força de vontade só não chega, é preciso mais alguma coisa”. Os tratamentos são assim encarados como esse auxílio exterior que é bem vindo, mas que por vezes é sentido de forma ambivalente.

Uma eventual detenção ou mesmo o cumprimento de uma pena pode proporcionar uma redução compulsiva dos consumos que terá, ocasionalmente, alguns efeitos positivos (se bem que admitidos *a posteriori* e apenas por alguns dos entrevistados que foram detidos).

Igualmente, o conhecimento de certos estados clínicos, como o diagnóstico de uma hepatite C ou B, é passível de ser vivido como uma compulsão ao afastamento em relação a determinados meios e à própria redução dos consumos. Um médico, conhecido pessoal de um dos entrevistados, chamou a atenção para o problema de saúde que fazer tiragens representa: tal informação foi sentida de modo fatalista pelo interessado que reduziu as tiragens que fazia (...mas que, no fim de contas, continuou a fazer).

Por último, temos que a abstinência pode acontecer sem que se tenha efectuado uma mudança real no sentir do sujeito: um testemunho assevera que é possível estar-se limpo fisicamente, sem o estar psicologicamente. Ou seja: a compulsão à paragem pode, apesar de tudo, não trazer grandes mudanças aos indivíduos que as fazem e que, por vezes, nem sequer estão muito envolvidos com elas.

A questão da recaída é também expressa de um modo fatalista. Diversas entrevistas realizadas dão exemplos de estados de abstinência insatisfeita: por algum motivo, os indivíduos não se sentiam bem sem

consumir, ou por terem vontade de voltar a sentir o efeito da substância ou por não conseguirem ultrapassar o síndrome de privação.

Podemos listar alguns exemplos. Um dos nossos entrevistados defende que “a cabeça já estava a pedir heroína, já não estava bem”. Não se trata propriamente da privação, enquanto quadro médico, mas antes de uma necessidade psicológica, de uma insatisfação que só irá (crêem os sujeitos) ser acalmada com o regresso ao consumo. Esta necessidade, quase compulsão, referida por vários entrevistados, assume ainda outras formas como, por exemplo, a “vontade de a sentir novamente no corpo” ou ainda o desejo de voltar a injectar.

Em relação à cocaína, esta pode ser eleita como droga principal em períodos de abstinência de heroína (“porque não dá ressaca”) para, depois de um período de consumo desmesurado, a heroína voltar a apresentar-se como uma necessidade de controle. Por exemplo: “voltei a consumir heroína porque estava muito nervoso (devido ao grande consumo de cocaína) e era a única forma de me sentir bem outra vez”.

No que diz respeito à abstinência, diversas dificuldades, muitas vezes expressos em termos fatalistas, têm de ser ultrapassadas. Por exemplo: os sujeitos não conseguem manter-se fora dos consumos sem o apoio da medicação; por isso, se existir uma eventual falha, a recaída pode ser iminente. Um outro obstáculo, mais psicológico, por assim dizer, provém de uma extrema dificuldade em deixar de pensar em drogas: “estava sempre a pensar naquilo, não me saía da cabeça”. A luta contra esta dificuldade interior é bastante difícil e ambígua.

Um outro dado muito comum no material referente a esta categoria é a temática dos sonhos. Mesmo em períodos de abstinência mais prolongada, diversos sujeitos relatam conteúdos oníricos relacionados com o mundo da droga: sonhar que se está a consumir; que se regressou a um bairro; que se está a ressacar. Estes sonhos fizeram sentir a muitos entrevistados que o problema de consumo de drogas não estava ainda totalmente ultrapassado:

“...ora bem uma pessoa, mesmo que esteja limpo fisicamente, tem sempre sonhos; ainda hoje sonho e acordo de manhã e parece que estou a ressacar tenho todos os sintomas...”

A vivência de sonhos relacionados com as substâncias simboliza uma dificuldade em encarar o período de consumos como uma etapa definitivamente ultrapassada. De facto, a vivência de sonhos perturbadores ou a leitura de sinais corporais em função do síndrome de privação são dos poucos conteúdos que podem persistir durante algum tempo. Encarar logo como sinais de privação alguns sintomas gripais – como os arrepios ou o pingar do nariz – ou mesmo sinais de ansiedade são situações que surgem com alguma recorrência.

A seguinte passagem ilustra o poder que o consumo de drogas pode exercer sobre o sujeito – isso muito para além dos sinais físicos.

“Oh! Doutor isso foi uma coisa que teve sempre comigo presente eu querer deixar a droga, sabe? Só que eu... não sei... a gente parece que tem um colete de forças... a gente quer, sabe que só lutando nós, não é Doutor? a gente sabe os passos que temos que dar, ir falar com técnicos ir para algum centro, tomar alguma medicação que nos ajude e tudo... a gente sabe e eu sei isso tudo... só que... não sei... falta a... a droga é uma coisa que se apodera muito de nós, mesmo mentalmente se apodera muito da gente e não sei, parece que tinha qualquer coisa que me impedia de ir que não me deixava de ir...”

Contudo e de modo geral, na abstinência consolidada ao longo de vários meses, a temática relacionada com a defesa da necessidade não surge muito.

6. - Metáfora da compensação

A neutralização metáfora da compensação foi definida, na literatura científica que analisámos, como uma forma de fazer coexistir um acto

desviante com um suposto comportamento exemplar, praticado pelo indivíduo nas outras dimensões da vida social. Neste momento biográfico de afastamento das actividades desviantes, esta compensação pode ocorrer em relação ao passado dos sujeitos. Encontrámos aqui esforços dos indivíduos para compensarem um período negro das suas vidas com dimensões positivas da vida actual – quer no que diz respeito a obrigações familiares; quer no que se refere a mudanças internas dos sujeitos; quer ainda no que concerne à descoberta de uma nova forma de ver o mundo e as obrigações da vida (esta descoberta pode dar-se, por vezes, através do ingresso numa determinada igreja).⁸⁷

As mudanças no contexto familiar motivam diversos indivíduos para o tratamento ou, pelo menos, o afastamento de certos mundos e actividades desviantes. Concretamente, detectámos situações em que o crescimento de um filho é sentido como uma pressão (“afinal ele já começa a perceber as coisas”) da mesma forma como o casamento ou a assumpção de uma vida a dois. Este tipo de situações pode motivar os indivíduos à mudança, mesmo a nível interior: “agora tenho muito mais maturidade vejo as coisas de outra maneira”. O retomar de uma actividade profissional e assumir novas responsabilidades no mundo normativo desencadeará o mesmo tipo de preocupações .

Assim, a ideia de uma certa mudança pessoal foi encontrada, de forma recorrente e sob diversas configurações: “agora sei o que é bom e o que é mau”; “ganhei amor à vida”; “tenho outra mentalidade”; ou ainda “penso de maneira muito diferente”. Independentemente da expressão que se encontre, esta verbalização de uma modificação interior configura, certamente, uma retoma dos laços sociais e uma reconceptualização do passado.

A abstinência configura mudanças na relação do indivíduo com o todo social que se revelam quer através de um maior respeito pelos outros; quer pela existência de uma maior reactividade a certos comportamentos de

⁸⁷ As igrejas ou estruturas ideológicas alicerçadas em ideologia religiosa podem oferecer uma coerência biográfica bastante atraente para certos consumidores – p. e. a droga foi um modo de conhecer Deus.

consumidores. Um entrevistado relatou a grande raiva e revolta que sentiu ao deparar-se com um antigo colega a consumir heroína na via pública, isto numa zona rural, afirmando que só não lhe bateu por estar acompanhado pela sua mãe.

A metáfora da compensação surge, assim, como uma forma de contrapeso ao passado que agora já se encara em toda a sua incongruência e sofrimento. Um dos indivíduos, referindo ser uma pessoa habilidosa e considerar-se capaz de recomeçar a construir a sua vida – e isto apesar do passado: “devo ter para aí um Ferrari em cada braço”.

Um certo sentimento de insegurança não obsta, apesar de tudo, à valorização dos laços normativos como uma forma de contenção contra si mesmo:

“Estou mais alerta, porque principalmente a heroína, é uma coisa muito perigosa, até o principal é isso, estou mais alerta àqueles sinais que eu começo a dar que posso estar..., como por exemplo chatear-me muito com o remédio, começar a adiar o remédio, porque é a minha mãe que dá e digo-lhe que não tomo. Quando começo a ver isso, eu próprio estou com atenção a isso, eu não gosto de tomar aquilo, aquilo põe mal disposto, tomo aquilo e tenho de ir ao quarto de banho, é nervos, porque não gosto. Mas tenho de tomar e tomo, só que em vez de tomar meia, tomo um quarto ou um terço, mas tomo, com sumo de laranja, com o que for. Mas tento estar mais atento a esses sinais, porque não se esquece a heroína.”

Uma outra forma de valorização de dimensões normativas provém de um reconhecimento das coisas boas da vida sem droga, como podemos depreender dos seguintes exemplos: “agora dou prazer às coisas da vida, dou prazer a uma refeição”. Também uma certa insegurança relativamente à questão das recaídas é compensado com a utilização desta racionalização: “eu digo acho que não me vou meter mais, acho: já tenho quarenta anos, já estou a pensar muito no futuro”.

7. - Valorização selectiva de dimensões existenciais

A neutralização valorização de dimensões existenciais é empregue normalmente em situações em que existe de facto um comportamento desviante, suavizado aos olhos do próprio por um aspecto fragmentário e tendencioso da realidade. Por outras palavras: os indivíduos tendem a sobrevalorizar um determinado aspecto do seu comportamento, de modo a não verem ou não se confrontarem com a incongruência do que estão a fazer. No momento biográfico que agora analisamos, e tal como foi por nós definido, são as recaídas as situações em que se utiliza com mais frequência esta racionalização.

Os pontos de inflexão compreendem movimentos de afastamento em relação às diversas actividades que o mundo da droga pode proporcionar: deixar o tráfico; recusar hipóteses de aumentar o consumo; deixar de partilhar material entre outros. É, precisamente à análise desses dois aspectos que de seguida dedicaremos a nossa atenção.

De facto, há indivíduos que realçam aspectos positivos da sua recaída: agora não injectam, como outrora fizeram, e só fumam a substância. Outro tipo de exemplo provém de uma certa relativização dos sintomas de privação: diversos entrevistados referem que preferem “ressacar a fazer asneiras”;

“Foi como tratamento, depois de fazer o tratamento, nunca mais cheguei a ver uma agulha à minha frente. Tive a recaída, mas aí já não hesitei, não fui logo para a seringa, a seringa para mim desistiu, foi um mau momento que eu estive a passar, comecei a fumar na prata. Andei pouco tempo a fumar na prata, até que depois vim aqui outra vez, para me tratar outra vez.”

Temos, nesta passagem, um exemplo de como o impacto de uma recaída pode ser relativizado, a partir de uma valorização parcial da realidade em que o entrevistado se passa a encontrar.

Quanto aos momentos de afastamento do mundo das drogas, os conteúdos são mais variados e podem englobar situações: de interrupção do tráfico; de recusa de oportunidade de prostituição; diminuição das tiragens; ou, finalmente, de redução do consumo de cocaína.

A questão da redução foi referida por um dos nossos entrevistados que preferiu interromper os seus consumos enquanto ainda estava dependente da heroína. Também o facto de só se usar uma ou duas vezes a mesma seringa, também é encarado como uma forma de maior contenção. À redução do número de tiragens e a verbalização de um certo distanciamento em relação aos actos praticados: “eu sabia que me estava a prejudicar” – “e pensava sempre nisso quando voltava a consumir”.

O corte abrupto com a actividade de tráfico é bem exemplificativo da valorização parcelar de certas modificações num estilo de vida o que pode levar a tomadas de decisão quase intempestivas, mas com consequências imediatas, como se depreende da passagem que se segue:

“...só que eu não saí de casa, comecei a consumir e comecei a pensar: Não isto, estou cheio de andar a vender. Até que ao fim da tarde às seis e meia, estava indeciso se lhe dava o dinheiro e a heroína, ou se não lhe dava nada e acabava eu com aquilo tudo. Se lhe comia a pasta e se lhe comia a heroína, às sete e meia da tarde, deu-me na cabeça, peguei nos saquinhos fui até casa dela: Olhe, você desculpe lá, está aqui o que eu tirei foi isto, isto e isto, eu não meto mais, para mim chega.”

Estas decisões podem não implicar a abstinência total e o indivíduo que permanece a consumir heroína, valoriza o facto da sua dose diária não ser tão elevada, ou o não prosseguir uma actividade desviante mais condenável, como é, apesar de tudo, o tráfico de drogas duras. Regista-se, por último, um outro dado obtido neste momento da análise de conteúdo que, apesar de não ser transversal às entrevistas, não deixa de ser significativo: um dos participantes valoriza o facto de consumir heroína em vez das novas drogas, que são encaradas como muito mais prejudiciais e maléficas. A justificação

deixa transparecer uns certos laivos de rivalidade entre grupos⁸⁸ e está relacionada com a racionalização seguinte, a condenação dos condenadores. Revela-se ainda uma certa saturação no que diz respeito a tentar conhecer novas substâncias: “doutor, já sei de drogas que chegue, para quê arranjar mais problemas?”.

8. - Condenação dos condenadores

A condenação dos condenadores contempla a relação que os entrevistados tecem com diversas instituições de controle social. Na grelha de análise de conteúdo, classificámos nesta categoria todo o material que compreendesse uma reflexão sobre o mundo da droga, a sua evolução, uma opinião crítica sobre o que se passa no mundo das toxicodependências, nos seus vários níveis e contemplando: as modificações vividas a respeito dos mais variados assuntos; a questão do tráfico; a qualidade das drogas; as atitudes tomadas com vista à resolução do problema ou, obstar a uma certa insegurança e sofrimento de muitos dos consumidores.

Depáramo-nos com uma diversidade de material que agrupámos em três grandes áreas temáticas, a saber: instituições de atendimento a toxicodependentes; instituições de controle jurídico-penal; e, finalmente, o mundo das vendas e dos consumos. Nestas diversas superfícies, os consumidores têm de superar dificuldades e tornear situações sentidas como injustas.

8.1 - Instituições de atendimento

Vários entrevistados sugerem, ou afirmam claramente, terem sido mal acompanhados em instituições de tratamento mais ou menos específicas dos problemas adictivos. As situações apresentam alguns cambiantes que passam pela má medicação; o mau atendimento; ou a medicação excessiva, entre outros. Assim, um dos participantes refere que, ao dar entrada num

⁸⁸ No caso concreto a que nos referimos a marijuana era a droga dos africanos, regressados das colónias, enquanto que o haxixe era a droga dos continentais – isto numa pequena cidade dos arredores no Porto, na viragem da década de setenta para a de oitenta.

serviço de urgência hospitalar com “princípios de overdose de cocaína”, a pessoa que o atendeu não tinha o mínimo conhecimento dos efeitos e sinais do consumo abusivo de substâncias. Uma outra crítica assumiu uma forma curiosa: criticava-se o facto das pessoas internadas num centro estarem sempre a falar em droga e em consumir, o que dificultava muito o tratamento.

As críticas, esporadicamente, são mais elaboradas: recolhemos uma opinião que considera as listas de espera e o regime de consultas marcadas como inapropriados para um toxicodependente de rua, que assim nunca teria hipótese de aceder a uma desintoxicação. Uma participante referiu também que a maior parte dos tratamentos existentes seriam uma exploração e não teriam nenhuma utilidade, se os interessados não estivessem realmente interessados em mudar as suas vidas.

Em relação aos centros geridos por pessoal não profissional, temos uma certa ambivalência, com apreciações negativas sobre certos dogmatismos nas formas de intervenção: encontrámos a crítica às abstinências a “frio”, sem medicação de nenhum género; e a aculturação religiosa a que muitos dos ingressos se viram forçados. Um outro entrevistado refere um período de frequência de uma igreja, com o objectivo de ultrapassar a dependência de heroína, no entanto: “tinha de consumir antes de ir para lá”. Esta constatação é expressa, porém, de uma forma extremamente acrítica – sem, por isso, deixar de ser curiosa.

Quando questionados sobre o que poderia mudar na área das toxicodependências, alguns entrevistados referem que se deveria começar a dar metadona a secções mais alargadas da população consumidora; ou ainda que o Estado deveria pôr “qualquer coisa na farmácia” de modo a acabar com a dependência que os consumidores mantêm em relação aos traficantes.

Finalmente, nem sempre os tratamentos e as instituições que os proporcionam são encarados de forma negativa, no entanto a vivência deste sentimento de injustiça pode servir para mascarar certas situações de fracasso pessoal e de incapacidade em modificar a sua própria vida.

8.2 - Instituições de controle jurídico-penal

As críticas às instituições jurídico-penais, nas quais englobámos as instâncias policiais, foram também encontradas nesta unidade de análise. As críticas atêm-se, muitas vezes, aos níveis concretos das questões, raramente se apresentando de forma mais estruturada. Aliás, as dimensões políticas que este tipo de questões pode levantar estão quase ausentes do material recolhido.

A situação de detenção pode ser vivida de uma forma um pouco fatalista, “apanharam-me num sítio onde não devia estar” – reduzindo-se assim a situação a uma questão de sorte e de azar. Um participante refere que esteve sempre “queimado pela polícia”, sendo alvo de detenções e inquirições constantes, mesmo em situações com as quais não se encontrava relacionado.

A acção da polícia, aliás, é sentida de modo ambivalente, pois muitos entrevistados acham que “eles” são parte interessada no tráfico de estupefacientes – tráfico esse que só não termina “porque eles não querem”.⁸⁹ A convivência assume, por vezes, dimensões inesperadas: um participante nega ter problemas com a polícia, apesar de ter sido detido, mas ainda não ter ido a julgamento - “não tive problemas era primário”; ou ainda a afirmação surpreendente, de: “não tenho problemas só um ou dois processos”.

Numa outra entrevista, deparamo-nos com uma condenação, ao constara-se que, em determinada zona “já vendem à frente da GNR”, sendo tal convivência dificilmente compreendida. Existem também invectivas à acção da polícia considerando-se que esta deveria acabar com o tráfico em todo lado – e não só num determinado bairro – o que entra um pouco em contradição, aliás, com as posições, mais liberais, recolhidas no tópico anterior.

⁸⁹ Yablonsky & Haskell (1988) exploram a ideia que as subculturas cultivam uma distanciação em relação ao mundo normativo. Essa distanciação pode, segundo os autores, ser responsável pela emergência de sintomas psicopatológicos.

Em relação aos estabelecimentos prisionais, estes são encarados de uma forma extremamente negativa “em certas prisões que tive havia mais droga lá dentro do que cá fora”. O período de detenção é percebido como uma época de sofrimento pessoal, uma vez que, nem que seja de forma temporária, há uma redução drástica dos consumos e a consequente privação. Por outro lado, como nos demonstrará o seguinte excerto, a prisão tem uma dinâmica própria de tráfico:

“... era mais barata e mais cara; havia pacotes de conto enquanto cá fora eram de conto e meio; mas o preço lá da grama ia aos dezoito, vinte chegava a ir aos vinte e oito, e cá fora já era a dez, havia essa diferença havia pacotes de conto enquanto que cá fora era de conto e meio por isso tornava-se mais barato o fumo né, nisso era mais barato, mas o preço dela era mais caro...”

Ou seja: o preço da substância encontra-se inflacionado mas a adulteração do produto consegue oferecer pacotes a preços inferiores aos do mercado negro exterior. Todos estes motivos, somados ao natural desespero e desconforto proveniente da privação da liberdade, fazem com que seja, por vezes, “mais difícil parar na prisão do que cá fora”.

No que diz respeito à libertação e ao retomar de uma vida supostamente normativa, as coisas também podem ser encaradas de forma negativa. Um dos colaboradores do estudo refere uma falta de apoios, no sentido de uma reinserção profissional, o que acabou por levá-lo a fazer aquilo que melhor sabia fazer e que seria, precisamente, o iniciar uma actividade desviante ligada ao mundo da droga – correio, armazenista do produto, entre outras actividades.

Apesar de tudo, recolhemos algumas opiniões que iam no sentido de, a *posteriori*, o indivíduo aceitar como uma influência positiva a sua detenção: houve tempo para reflectir, reduzir ou mesmo interromper os consumos. Por outro lado, o sentimento de injustiça deve ter servido para diversos sujeitos terem salvaguardado algum do seu auto-conceito, em situações de grande sofrimento pessoal; a vivência dessa injustiça servirá também, no presente,

para salvaguardar uma certa imagem pessoal na confrontação com um sistema que terá muitas incongruências e é gerador de muitas injustiças.

8.3 - O mundo das vendas e dos consumos: bairros

Não é só com as superfícies normativas que os consumidores têm de lidar: as áreas ligadas ao tráfico, à compra e venda de substâncias são também um tema quotidiano com o qual quase todos os nossos entrevistados tiveram que lidar. Os traficantes, os bairros onde se vendem as drogas, configuram um cenário em que ocorrem muitas injustiças.

Os traficantes são vistos como pessoas ambiciosas que só pensam em ganhar dinheiro, adulterando frequentemente o produto. A condenação é mais claramente formulada no casos dos vendedores não serem consumidores de drogas e estarem na actividade só pela parte comercial. O traficante é então visto como alguém sem grandes escrúpulos, que não se importa com o sofrimento das pessoas. Já nas situações em que o vendedor também consume, a adulteração é imediatamente interpretada: é alguém que consumiu em demasia e procura agora um equilíbrio entre o deve e o haver.

A compra nos bairros acarreta sempre sentimentos de insegurança e de tensão: “nós temo-nos que rebaixar a chavalos e àquela ciganada”; “aquilo é um lodo é só gente a pedir-nos isto e aquilo e a agarrar-nos”. As pessoas dos bairros são vistas muitas vezes como hipócritas: “quando a polícia não está o drogado é bem recebido; quando chega, o drogado é isto e aquilo e somos escorraçados”.

A conotação do tráfico como uma actividade característica de ciganos emerge com alguma regularidade. Num dos exemplos recolhidos desta conotação, um entrevistado defende a ideia de que “foram os ciganos que estragaram o Porto”. A desumanização e massificação dos contextos de compra eram atribuídas às actividades daquela etnia.

Em relação ao fenómeno em si, muitos entrevistados defendem que cada vez existem mais traficantes e cada vez mais drogados. No entanto, a opinião não é consensual e entra em contradição com os dados da

epidemiologia. Um outro factor apontado como negativo é a grande mobilidade das pessoas da droga: “as pessoas estão sempre a mudar”- acrescido da crença de que o produto que se vende actualmente já quase não é droga: “já quase não existe heroína no que se vende aí, Doutor”. A constatada redução da qualidade do produto é vista como uma consequência de decisões dos traficantes de nível mais elevado, pois quando “os maiores começam com habilidades” só podem acontecer problemas.

“Agora a droga boa quem a tem são os grandes e se têm um quilo de um quilo, fazem quatro ou cinco, não é bem assim, mas de um quilo faziam dois ou três, e antes não, vinha um quilo e dividiam. Agora não, agora a maior parte das pessoas que vendem é tudo na ganância do dinheiro, e muita gente que vendia antigamente, não era nada de ganhar dinheiro. As pessoas não consomem e não sabem o que estão a fazer. São capazes de pegar num quilo e uma pessoa consumir e nem sequer fazer efeito. “

A passagem é especialmente ilustrativa da massificação do tráfico de drogas duras e da perda da qualidade da substância. As constatações e as críticas que são feitas não atingem, porém, a estruturação que poderia despoletar alguma consciência política ou alguma vontade de mudar o estado das coisas – permanece-se, assim, num nível concreto.

Para ilustrar uma situação oposta à que se acabou de expor, terminamos com a reflexão de um entrevistado sobre o papel iatrogénico dos mass media, no caso a televisão. De facto, certas notícias sobre as drogas e os consumos podem desempenhar uma função publicitária e contraditória em relação às funções preventivas de que, frequentemente, se reclamam:

“Aqui a vida, está a ser muito concorrida em droga. Até no governo se fala em droga, apreende isto, apreendem aquilo, há coisas a que não se devia dar comunicação em nenhum lado de droga, esquecer mesmo, como dá na T.V. e coisas de droga e isso são coisas que nem se haviam de passar, na T.V., falar não é? Porque pode haver

crianças, pessoas novas a ver televisão e põe-se logo a pensar no que será a droga.”

9. - Dimensões intencionais versus não intencionais

A deriva pelos mundos desviantes e as oportunidades que podem surgir num quotidiano desorganizado e vivido ao sabor de expedientes é, de forma inopinada, interrompida. É como se o afastamento das actividades transgressivas fosse produto de um acaso que, ainda assim, não envolve demasiado o indivíduo em questão. A tomada de decisão é percebida, não raras vezes, como não tendo nada que ver com o interessado. Nestes casos, o risco de recaída é maior e, quando esta acontece, não é suficientemente problematizada.

Por outras palavras: a paragem dos consumos e de outras actividades transgressivas, com ele relacionadas, não implicará necessariamente uma mudança psicológica. De facto, as neutralizações podem continuar a ser utilizadas e o indivíduo continuar a pensar como um consumidor de drogas apesar de, no momento presente não o fazer.

Em termos de eixo de presença ou ausência de intencionalidade, os indivíduos que interrompem os consumos, continuando a utilizar neutralizações, usam racionalizações pertencentes aos dois eixos, uma vez que não existe distanciamento em relação às actividades desviantes. A decisão de paragem dos consumos é, frequentemente, apresentada como sendo produto de uma não decisão: assim sendo, as mudanças cognitivas não são detectadas.

Em relação à abstinência propriamente dita, deparamo-nos com uma série de alternativas. Indivíduos expressam mais certeza da paragem, afirmando que nunca mais irão consumir; muitos outros exprimem uma certa dúvida. A dúvida acontece nos indivíduos com mais experiência em tratamentos e que já vivenciaram longos períodos de afastamento das drogas. Nestes, a abstinência é encarada como uma certa incerteza, configurando um certo medo e dificuldade em consumir um afastamento de um período tão intenso das suas vidas – agora em processo de recuperação.

A incerteza de que falamos expressa-se, inclusive, em termos corporais: alguns testemunhos obtidos chamam a atenção para factos como ainda “ter

pingos no nariz”, ou experimentar certos arrepios e ansiedade, interpretando-os em termos de sinais de ressaca (quando não existe nenhum motivo que justifique esse receio).

Um trabalho de memória, permitam-nos a expressão, é uma actividade premente para quem se afastou e cortou com a fase dos consumos mas que recorda de certas atitudes e comportamentos - “ainda agora me custa a perceber como é que eu fiz aquilo”. A metáfora de compensação pode servir como um mecanismo de acomodação das memórias nos indivíduos que conseguiram consolidar a sua abstinência. Para quem se encara a si mesmo como “curado” ou, pelo menos, em vias da cura, a valorização das actividades positivas do presente poderá servir de contrapeso, em relação às memórias negativas dos períodos de consumo.

Finalmente, no que diz respeito à recaída, registamos uma situação análoga à já existente no início dos consumos em que o triângulo negação da responsabilidade; negação do delito e apelo a lealdades mais fortes desempenha um importante papel. No entanto, ainda outras TN podem somar-se à tríade referida: a defesa da necessidade (“tinha mesmo que voltar aos consumos, já não aguentava mais”); ou a valorização selectiva de dimensões existenciais (“era preferível voltar à heroína que estar naquela maluqueira da cocaína” – cocaína precedida pela abstinência...)

Os pontos de inflexão englobam uma série de situações distintas que passam pela decisão de paragem e conseqüente período de abstinência e ainda pelos processos de recaída. Em todos eles, as neutralizações desempenham o seu papel já que todos estes processos podem não ser acompanhados por uma verdadeira mudança por parte do indivíduo: em tais situações, como facilmente se depreenderá, o modo de pensar os actos e a si mesmo não encontra grandes alterações.

A metáfora da compensação desempenha, nalgumas situações, um efeito benéfico. O passado dos actos desviantes, dificilmente integráveis na história do indivíduo, pode ser compensado por um presente retemperador. Terminamos a análise da derradeira etapa biográfica com a seguinte ideia: muitas das neutralizações serviram propósitos integradores nos indivíduos

com trajectórias consolidadas de afastamento. Chamamos a atenção para o papel retrospectivo que as neutralizações assumem frequentemente: negar a responsabilidade do início dos consumos terá efeitos benéficos na auto-estima de diversos entrevistados. Por outro lado, a valorização de determinados aspectos da vida quotidiana dos indivíduos, inerente à metáfora da compensação, pode ainda desempenhar um papel equilibrador em relação à reconstrução das suas próprias memórias. Ou seja: a valorização de certas dimensões positivas no presente, pode ser uma mais valia no sentido do indivíduo tentar superar todo o seu passado desarticulado e que, conseqüentemente, preferiria esquecer.

De facto, certas racionalizações podem ter funções integradoras em termos biográficos.

CAPÍTULO VI

PARA LÁ DAS NEUTRALIZAÇÕES

Capítulo VI – Para lá das neutralizações

Anteriormente tivemos oportunidade de notar o facto das categorizações pertencentes ao eixo biográfico conseguirem categorizar todo o material, já o eixo das neutralizações, de mais discriminativo - no sentido que possui mais categorias e é mais sensível a mudanças do material - não é tão abrangente. Assim, essa décalage dos dois eixos permitiu que diversas unidades de texto não pertencessem às racionalizações desviantes, apesar de se referirem a uma etapa biográfica.

De facto, nem tudo o que os sujeitos nos disseram pode ser classificado como uma neutralização. É o caso de numerosas constatações, descrições de práticas e ainda unidades de texto lacónicas, mas identificáveis no que à fase da história dos indivíduos diz respeito. A décalage serviu, pois dois propósitos: a uniformização do material que serviu de núcleo duro do estudo – suspendendo-se a análise de outro tipo de dados; a determinação do material a estudar que pode entrar em contradição com certas racionalizações anteriormente detectadas.

Chegou, por isso, o momento de darmos conta do estudo feito deste último tipo de material, procurando, como fizemos até aqui, detectar regularidades e excepções significativas.

Fizemos, então, um escrutínio qualitativo das unidades de texto que foram classificadas no eixo biográfico sem, contudo, serem neutralizações: por isso,

não foram classificadas no eixo das TN. Vamos, deste modo, aceder a práticas de consumo e constatações de facto sobre diversas dimensões da carreira de consumidor de drogas. Ver-nos-emos confrontados com reconhecimento de erros e, de um modo secundário, com a constatação de agressividade e estados emocionais extremos – que de algum modo são expressão distante das estratégias emocionais de Douglas (1977).

1. - Início dos consumos

O início dos consumos, recordamos, engloba o material referente aos antecedentes que possam explicar a entrada no mundo das drogas; as primeiras experiências com o haxixe, heroína e outras drogas, como os drunfos e os alucinogéneos.

Curiosamente, nesta etapa biográfica em que a receptividade a novas substâncias se encontra substancialmente alargada. O ecstasy não foi consumido por muitos dos entrevistados por já não ser do seu tempo (ou seja, quando tomaram conhecimento da sua existência, o encanto das drogas encontrava-se fortemente erodido e a receptividade a novas substâncias era praticamente nula).

A cocaína também não é uma substância que se encontre representada nesta fase, pelo contrário: normalmente, a branca surge numa etapa em que a carreira de consumidor de drogas se encontra já internalizada, passando a ser um elemento mais de uma deriva anteriormente adquirida.

De um modo geral, podemos detectar uma espécie de fissura biográfica (Tinoco 2002b) expressa das mais variadas formas. É recorrente a ideia de que nada, nos antecedentes da pessoa, teve que ver com o posterior envolvimento no percurso de consumidor. A preocupação de afirmar essa separação biográfica é recorrente nas diversas entrevistas efectuadas.

Assim, verbalizações do tipo: “antes (de iniciar a actividade de consumo) não aconteceu nada de especial”; “nunca tive problemas anteriormente”; ou ainda “meti-me por iniciativa minha” são bastante frequentes. Da mesma forma, entrevistados asseguram que tiveram, durante a adolescência, uma fase de revolta mas que não foi isso que motivou a sua entrada no mundo das drogas. Finalmente, um outro participante no estudo assegura-nos que nunca foi influenciado por ninguém e que entrou nas drogas unicamente porque quis. Para exemplificar, em discurso directo:

“Em tempos, quando eu era muito novo, aí sim chocava-me, ver eles a discutirem, mas não quer dizer que foi por isso que me meti na droga, só que me afectou psicologicamente muito.”

O entrevistado refere-se a discussões e mal-estar familiar que acompanharam grande parte da sua infância e adolescência e no entanto, assegura-nos que nada disso teve que ver com a sua entrada no mundo das drogas. Existe, de facto, uma vontade de afirmar que os diversos factores biográficos não desempenharam papel relevante na entrada nas drogas: esta só se explicaria através de uma decisão deliberada e pensada por parte dos sujeitos... A ruptura biográfica é evidente: é sabido que qualquer etapa biográfica de um indivíduo, se integrada numa coerência longitudinal, estabelece uma miríade de relações com factores e etapas anteriores da sua história de vida o que não é, definitivamente, a percepção que os nossos entrevistados têm do seu caso.

O haxixe é, como acima tivemos oportunidade de referir, uma substância bastante recorrente nesta etapa. Os efeitos da substância nem sempre são positivos: registam-se sensações de estranheza perante certos efeitos (“sentia-me esquisita”) ou a sensação de ser permanentemente observado em lugares públicos (sensações de auto-referência, portanto). Por vezes, estes efeitos levam a atitudes de retraimento, de redução de consumos, pelo menos em certos momentos – uma das nossas entrevistadas dizia que conseguia antecipar, de um modo relativo é certo, sabendo quando o efeito do haxixe iria ser positivo ou, pelo contrário, provocar sensações de estranheza e mal-estar.

O efeito do haxixe pode ser considerado pesado (por vezes, até mais pesado que a heroína). Um participante refere que: “já andamos diferentes o haxixe põe uma pessoa estúpida”. Um outro inconveniente do consumo de haxixe provém do facto deste pôr “os olhos vermelhos” o que dificulta, de algum modo, a manutenção em segredo do facto de se consumir. Consideremos a seguinte passagem:

“Cansa. Ficava morrinhento, e não me apetecia ir para lado nenhum, queria estar ali, e às vezes já não percebia bem as coisas, já não ouvia

bem, e depois entras no café e ficas com complexos, entrava no café e ficava toda a gente a olhar para mim, não me sentia bem em lado nenhum. “

Um dos participantes referiu-se mesmo a um choque que, a certo momento do seu envolvimento com o haxixe, o obrigou a interromper os consumos com essa substância.

Desde cedo, na história de vida dos participantes do estudo, foi referido o consumo de tabaco e de bebidas alcoólicas. Tal padrão de consumo aparece já na escola primária e mantém-se estável até à adolescência. É neste contexto que surge, frequentemente, o charro. O charro associa-se ao tabaco.

A descrição dos efeitos da substância pode ainda acontecer em termos não tão alarmantes como os acima descritos: o facto do charro fazer sede; fazer rir; ou despertar a vontade de comer são algumas facetas encaradas como positivas no consumo de haxixe. Referências ao modo de consumo da substância também foram detectadas, assim: além do tradicional charro, cigarro formado por uma mistura de haxixe e tabaco, foram referidas ingestões através de uma maçã, um cachimbo (ou bongo); uma cónica e um copo de vidro virado ao contrário.

Quanto às variedades em que a substância se pode apresentar temos o óleo de haxixe, uma mistura de haxixe e ópio, referido como o black Bombaim e ainda um haxixe negro (a quem se atribuiu um efeito menos pesado mas mais agradável). A variedade só foi referida a título de excepção: com efeito, a maioria dos entrevistados refere ter acesso à vulgar placa de haxixe que parece ser omnipresente no mercado negro.

No que diz respeito a outras drogas temos os drunfos,⁹⁰ os speeds⁹¹, e os ácidos. Apesar de diversos entrevistados se referirem a algumas destas substâncias de um modo positivo, chegando mesmo, alguns deles, a desenvolver uma relação de dependência (especialmente detectada nos casos de consumo de drunfos como o rolyphnol), a maior parte das vezes é referida a

⁹⁰ Em calão, drunfos refere-se a todo o tipo de medicamentos que são depressores do sistema nervoso central. Frequentemente, são ingeridos com álcool.

⁹¹ Do mesmo modo os speeds são todos os medicamentos estimulantes do sistema nervoso central, por vezes, também consumidos com álcool.

perda de contacto com a realidade como algo de negativo, como uma experiência desagradável, que será necessário evitar no futuro.

De facto e relação aos drunfos, a situação não é clara: apesar de existirem testemunhos que apontam no sentido de um certo distanciamento em relação à substância, outras passagens apontam no sentido de um envolvimento e até de uma certa dependência. Nestes casos, os efeitos são valorizados de uma forma positiva – “os drunfos punham-me em forma” - o que contrasta com os testemunhos que criticam uma certa perda de controle que este tipo de substâncias pode desencadear. Por outro lado, se falarmos de alucinogéneos como o LSD e outros do mesmo tipo, a opinião é unânime: a perda de controle e de uma certa consciência de si é apreciada de forma negativa.

Ainda, no que aos alucinogéneos diz respeito, são feitas numerosas descrições sobre diversas modalidades de experiências negativas, quer experiências do próprio que, depois, recebe feedback do seu descontrole por parte dos seus colegas; quer através do testemunho de viagens de outros (“vi-os a quererem subir as paredes, chê, o que é isto? Comigo não...”).

No que diz respeito a práticas de consumo, a modalidade dominante é a dos comprimidos tomados oralmente. Existem excepções, porém: um dos casos refere um período em que o grupo, em que se encontrava, inserido aprendeu a destilar comprimidos e a injectar diversas substâncias vendidas nas farmácias.

Consideremos agora as primeiras experiências com a que viria a ser a droga de preferência da maior parte dos nossos entrevistados ou seja, a heroína. Os efeitos iniciais são descritos de uma forma um tanto paradoxal: “na primeira vez vomitei, não me disse nada” ou ainda “na primeira vez fiquei a dormir a noite toda”. O contacto inicial com a substância pode ser paradoxal e estranho: só decorrido um certo período é que a heroína começa a ser gozada e a trajetória de consumidor se principia a organizar. A ambivalência face aos efeitos pode ser facilmente depreendida no seguinte excerto:

“...sempre a tentar, até que talvez lá por me habituar porque já sei que não passava daquilo, comecei a sentir o efeito que sempre senti

só por dizer era totalmente diferente do haxixe, parecia que tava igual não me dizia nada... mas de certeza que sempre senti o efeito...”

Por outras palavras: o efeito - como, mais tarde, a privação - são etapas que só são alcançadas após um certo esforço e persistência por parte dos indivíduos – o que aliás corrobora certos estudos (como por exemplo, Preble & Casey, 1969). No entanto, os efeitos eufóricos e relaxantes acabam por fazer com que esta droga seja eleita como droga principal. Tal eleição não pode ignorar também certas vicissitudes inerentes aos mercados da droga, como os cortes estratégicos do fornecimento de haxixe; ou as adulterações da heroína como forma de inflação do preço da substância. Todo este género de factores guia-nos para dimensões supra-individuais que, certamente, terão a sua validade e valor heurísticos.

2 - Gestão da carreira

A gestão da carreira oferece-nos vários tipos de constatações acerca de comportamentos, vistos como relevando um certo tipo de sofrimento que acaba por ser verbalizado. Um dos entrevistados formula uma situação de facto: “uma pessoa droga-se porque gosta da droga, não me venham dizer o contrário”.

Assim, a gestão começa com a constatação que os indivíduos têm de fazer consigo próprios: estão, de facto, dependentes da heroína. A constatação pode ser progressiva: “fui-me afastando das coisas boas”; “já saía de casa à procura da heroína” (recordemos que a constatação tipo, tomada de consciência da privação já foi anteriormente abordada).

No que diz respeito às práticas de ingestão, temos algumas alterações: a constatação que agora já não se aquece o caldo para diluir a heroína (“é a frio”); a constatação que a “ressaca” da agulha é muito mais poderosa, associada ao facto de que injectar implica que o efeito seja logo sentido; “injectado fica-se totalmente diferente”.

São feitas verbalizações um tanto ambivalentes no que diz respeito aos efeitos “não sei porque gosto daquilo, o efeito é uma coisa estúpida”. Lamentações em relação a actos passados também foram registadas: “valia mesmo a pena esperar por uma agulha nova, do que perder uns anos” – o indivíduo em questão acabou por se infectar com o vírus HIV. A privação pode implicar, da mesma forma, a utilização de diversos medicamentos (ainda que de um modo não propriamente indicado), que pode ser encarada, inclusive, como um refúgio.

Por último, as tiragens são feitas porque se desenvolveu a crença que, assim, o efeito é sentido de forma mais rápida e poderosa. Muitos indivíduos bombeiam o sangue com a agulha, na expectativa de um efeito mais satisfatório. A relação com a agulha envolve diversas dimensões, mas implica, normalmente, um maior envolvimento com a substância e um agravamento da dependência. De seguida, transcrevemos um excerto que sublinha, de um modo geral, tudo o que dissemos até aqui sobre as consequências de injectar heroína.

“É muito mais poderosa, muito mais forte. Há muita gente que diz que não, não tem comparação, acho que se uma pessoa for inteligente, vê que vai directa para o sangue, vai directo para o cérebro, enquanto que se for fumado... a ressaca é mesmo por demais, é mesmo dolorosa. Sofri muito nesses tempos quando comecei a ressacar da agulha.”

A injeção de heroína via endovenosa apresenta-se assim de uma forma extremamente negativa, embora possa apresentar ganhos a curto prazo. Um dos nossos entrevistados refere-se à agulha como “ a pior relação que eu tive na minha vida”. Curiosamente, o pavor a agulhas ou um medo extremo da injeção foi verbalizado em muitas sessões – casos houve em que esse medo foi impeditivo da ingestão do produto por essa via; outros casos existiram em que o medo não foi impeditivo (todavia, e apesar disso, alguns entrevistados perguntam-se de como é que foram capazes de se picarem).

Os estratagemas desviantes podem ainda ser descritos de uma forma neutra e “amoral”. Assim, obtivemos descrições de actividades desviantes de diversa índole como assaltar casas e estabelecimentos comerciais; ser receptor de produtos roubados ou de intermediário entre o receptor e a pessoa vendedora.

Todas estas actividades, aliadas ao padrão de consumo subjacente a esta etapa biográfica, implicam uma certa disponibilidade da substância. Assim, obtivemos descrições de consumos excessivos; de passar o dia a consumir ou de andar todo o tempo do emprego a “fechar o olho”.

No que diz respeito à cocaína, as opiniões divergem: entrevistados relativizam a importância da substância porque não dá ressaca e, por isso, não é problema; porque é encarada como uma substância secundária, “um luxo” que só é consumido quando as necessidades diárias da heroína estão satisfeitas.

Pode ser descrita em termos negativos “nunca gostei da coca dá muito speed”; “a coca dá muita ânsia e anestesia os lábios”; “fica-se muito stressado”. A ambivalência reinante no que diz respeito a esta substância pode encontrar-

se em diversas dimensões: “não sou agarrado à coca, consumo quando quero”, o que nos impossibilitou determinar se o consumo de cocaína era realmente problemático, ou não (de um modo geral, existe uma certa tendência para que os consumos de cocaína sejam disruptivos).

Quanto às formas de consumo, a cocaína pode ser injectada, fumada na prata ou no caneco. A seguinte passagem compara os efeitos da branca se for fumada na prata ou no caneco:

“...na prata dura mais tempo e anestesia os lábios, garganta, anestesia-nos isso tudo, bate na mesma e se for no caneco sente-se logo a passa toda, é mais forte já não adormece já não anestesia nada...”

Ou seja: o consumo no caneco é potencialmente mais desregulador e perigoso. Este implica uma pequena operação química que requer uma aprendizagem prévia, o cozer da coca e a sua transformação em base possibilita o consumo fumado, com mais efeito, mas também com maior potencial destruidor.

“...dentro de uma colher e pôr duas gotinhas de amoníaco ou três, aquilo começa a ferver e a gente com uma navalhinha com a ponta de uma navalha vai mexendo, mexendo até aquilo ficar numa bolinha em pedra, ficando numa bolinha a gente bota aquilo numa prata ensinaram-me a fazer eu vi eles a fazerem só que nunca consumi...”

Para terminar a fase da gestão da carreira nada melhor do que a explicação que se segue. Após um período festivo e de descobertas, inerente à fase do início dos consumos, a gestão da carreira implica uma reconceptualização das drogas: a curiosidade relativamente a novas substâncias esmorece, acabando o quotidiano dos consumidores por ser organizado em torno da sobrevivência. Neste contexto, as novas drogas podem apenas complicar a situação, pelo que não são experimentadas. Não queremos generalizar a recusa de novas drogas, como o ecstasy e similares, a todos os heroínómanos mas, de facto, na gestão da carreira, as substâncias já são

encaradas nos seus aspectos negativos, pelo que existe, pelo menos, uma certa reticência.

“Não sei Doutor... se calhar são umas drogas que eu conheci se calhar já fora do prazo... quando me meti nas drogas aquelas que havia eu conheci... era os charros, a erva, a heroína e cocaína... estas apareceram posteriormente, já não me interessou, sabe Doutor? já tava, eu já tinha um problema com aquelas para quê que eu ia arranjar mais?..”.

3 - Pontos de inflexão

Nos pontos de inflexão encontramos os momentos de afastamento e abrandamento das actividades desviantes, sem que, contudo, esses afastamentos coincidam com racionalizações. Assim, confrontamo-nos com material de que constam decisões de tratamento que são proteladas por anos (por vezes chega à década). A ideia que se tem de fazer um tratamento pode ser relativizada a outras situações mais importantes na vida dos indivíduos. Deste modo, registam-se períodos estáveis de consumo em que a situação de paragem é frequentemente referida mas nunca posta em prática.

Um outro tipo de material refere as paragens a frio: de facto, diversos entrevistados fizeram a sua desintoxicação sem medicação ou em regime de auto-medicação (o que normalmente pressupõe deficiências de fármacos e um maior sofrimento físico).

Também encontramos momentos de autocritica, semelhantes à seguinte passagem:

“Agora penso, foram demais (os tratamentos), porque foram uns atrás dos outros, se eu não atino penso que quero estar nesta vida, e as pessoas que me querem bem, vão pensar igual, que não vale a pena andar no tratamento. Eu mantive estes consumos mas quero parar.”

Os tratamentos podem ser, de facto, 'consumidos' como a própria heroína, numa série não pensada de tentativas de desintoxicação que acabam por não ter grandes consequências – a não ser a nível da internalização de uma imagem negativa de si mesmo. A ideia de perder a confiança das pessoas, de perder mais uma oportunidade, pode apresentar-se de modo bastante negativo. E levar, inclusive, a situações extremas: “alturas houve me que me apetecia desaparecer do mapa; pensava dar um tiro na cabeça”. Essa revolta pode também ser agida: “chorei, por que é que eu fumei? Só me apetecia fazer distúrbios”.

Essa série de tratamentos falhados pode desencadear ideias de que certo tipo de tratamentos não dá resultado, ou não serve para certos indivíduos. À

medida que o tempo passa, os tratamentos têm de ser mais estruturados e menos exigentes para os próprios – falamos do internamento e mesmo da substituição.⁹²

Por outro lado, detectámos períodos de abstinência de longos meses até de anos, que acontecem quase de modo estratégico porque a abstinência total e irreversível nunca foi seriamente equacionada. Exemplos deste género foram registados em diversos indivíduos que tiveram oportunidade de ir trabalhar para o estrangeiro – Alemanha ou outro país – normalmente na construção civil. A opção profissional surge subitamente, implicando a paragem dos consumos que se torna, assim, um facto imposto pelas circunstâncias - por isso, é sempre provisória.

Como já referimos, os pontos de inflexão servem também para reflexão dos sujeitos: “penso agora: como é que me conseguia injectar”; injectei um pacote com um vírus qualquer”. Da mesma forma, os períodos de abstinência podem servir para fazer um ponto da situação: “sentia uma revolta grande, como é que fiz isto a mim mesmo?”. Aliás, a paragem pode invocar certas memórias negativas que dificultam a convivência dos indivíduos consigo próprios.

A redução propriamente dita, no que aos consumos diz respeito, assume outras formas além das desintoxicações a frio. O afastamento da carreira de consumos apresenta-se, por vezes, de uma forma mais planeada e gradual:

“...depois, com o tempo, comecei a deixar de fumar cocaína comecei a reduzir da heroína, o meu irmão também antes de ir preso eu tinha falado com ele vamos tentar, vamo-nos os dois fechar em casa vamos comprar os medicamentos, fechamo-nos os dois em casa e vamos tentar deixar os dois. Ele alinhou e na altura em que ele tinha ido preso

⁹² Desintoxicação domiciliária, internamento, comunidade terapêutica e programa de substituição eis as principais opções de tratamento. Não é difícil de depreender que uma desintoxicação domiciliária é mais exigente e requer uma acção mais empreendedora do indivíduo do que, por exemplo, a toma diária de metadona.

só estávamos a consumir meio pacote por dia, um pacote era para nós os dois.”

Este afastamento pode ainda traduzir-se pela interrupção da actividade do tráfico, ou ser mesmo imposto por uma impossibilidade orgânica: “tinha as veias estragadas” – e por isso a actividade de injectar estava a tornar-se demasiado complicada.

A abstinência propriamente dita, por vezes, é expressa de modo bastante negativo: “não me apetecia fazer nada”. Sentimentos depressivos e de uma certa desorientação são registados nesta fase.

Apesar de todas estas tentativas de afastamento e até de problematização dos consumos, a aceitação da ideia de se ser toxicodependente pode ser protelada por bastante tempo, para além mesmo da evidência física da privação. O processo pode ser moroso e sofrido para os indivíduos. Nesse caso, a ida a um CAT pode constituir-se como fase última da aceitação do facto de se estar dependente de drogas duras.

“...foi quando eu me comecei a aperceber que era toxicodependente... (tomada de consciência do síndrome de privação) mas ainda não queria admitir, só há pouco tempo é que admiti que precisava de ajuda, mesmo nessa situação pensava que conseguia controlar... e não controlei, perdi o controlo completo... e não queria aceitar que tinha perdido o controlo porque sou teimoso, sou teimoso e andei ainda uns tempos a dar com a cabeça na parede... e vim parar aqui...”

A vivência de todo este percurso desencadeia, frequentemente, sentimentos de indiferença e de irreversibilidade. Diversos indivíduos relatam o facto de se sentirem diferentes dos outros, mesmo sem consumir. A etapa biográfica do consumo de drogas, sentida como inexplicável, é de facto de difícil integração na história de vida. Por outro, lado a vivência do descontrole e da deriva mina, por vezes, a auto-confiança e auto-controle dos diversos indivíduos sobre os seus actos.

Na mesma sequência de ideias, a passagem por prisões, tribunais desencadeará, potencialmente, semelhantes sentimentos de indiferença. A acumulação de processos e de acusações, completamente secundarizadas na etapa dos consumos, arrastam-se depois, por longos períodos, em que diversos indivíduos se tentam tratar. Ouvimos, diversas vezes, verbalizações que apontavam no sentido de que “quando andava na droga não me acontecia nada, agora que saí, é que me acontecem os problemas”. A afirmação, embora muitas vezes um pouco longe da verdade (quando andava a consumir aconteciam na mesma problemas), contribui para alimentar um sentimento de injustiça e de perseguição, potenciador de recaídas e da cristalização dos indivíduos em determinados papéis desviantes.

4. Síntese

Uma das aparentes dificuldades do que até aqui se afirmou passa pela contradição entre os conteúdos de certos materiais agora considerados e a dos descritos aquando das neutralizações. Não vamos negar estas contradições, mas antes tentar enquadrá-las numa perspectiva abrangente e não positivista.

De facto, como Poirier et al (1995) afirmam o propósito de determinado projecto biográfico pode passar pela expressão da diversidade e contradição dos diversos mundos sociais e dimensões psicológicas em investigação. Tão-pouco nós desejamos alcançar uma uniformização ilusória do objecto de estudo sobre o qual nos debruçamos, até porque se certos padrões se repetem, existe também diversidade e contradição. Esta diversidade expressa-se quer a nível dos indivíduos entre si, quer no que diz respeito aos indivíduos consigo próprios.

Procuremos algumas explicações da diversidade dos resultados. Em primeiro lugar, analisemos as contradições dos indivíduos consigo próprios. De facto, como expressámos anteriormente, diversas histórias de vida encontram-se fragmentadas (demos como prova disso a dificuldade em relacionar antecedentes biográficos com o percurso de consumidor; bem como a dificuldade em identificar decisões próprias na gestão da carreira “ em matéria de drogas nunca decidi nada”). Assim, demos conta de constatações de erros e de comportamentos injustificáveis que são tidos como tal – o que não invalida o uso de neutralizações um pouco mais à frente.

Já a diversidade de posições entre indivíduos é natural e inevitável em estudos de pendor qualitativo. De facto, as estratégias emocionais propostas por Douglas (1977) e que nós passamos em revista na fundamentação teórica do estudo - não foram referidas pelos sujeitos, embora isso não queira dizer, é nossa opinião, que não existam. No entanto, a reflexão sobre o passado não conseguiu suscitar descrições emocionais, passe-se a expressão, salvo raras excepções. Assim, alguns sujeitos reconheceram momentos em que se tornavam extremamente nervosos e impulsivos. A agressividade foi

lapidariamente sintetizada por um dos participantes: “só tinha vontade de fazer distúrbios”.

Para finalizar, socorramo-nos de Sykes & Matza (1957) e especialmente Matza (1964): a ideia de ansiedade estatutária pode revelar-se interessante. Partindo do pressuposto teórico, os actores desviantes mantêm a sua aceitação e conhecimento de determinados imperativos normativos tornando, deste modo, a incongruência inerente à própria situação. Como tal, os indivíduos oscilarão entre racionalizações normativas e desviantes.

Uma vez que o guião da história de vida, aplicado no estudo, está centrado em dimensões desviantes e ligadas aos consumos, é natural que as neutralizações tendam a ser dominantes – como, de facto, se observou em termos numéricos. (ver capítulo II deste estudo).

CAPÍTULO VII

CONFRONTAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS NÍVEIS DE ANÁLISE

Encetemos uma visão de conjunto sobre os diversos resultados obtidos: será necessário sistematizar algumas das linhas fortes deste estudo, comparando-as e fazendo um paralelismo entre esses diversos produtos do nosso trabalho. É preciso, então, dedicar um momento globalizante aos resultados.

1. - Para o Início da actividade dos consumos

Em primeiro lugar, temos a preponderância da negação da responsabilidade, negação do delito e apelo a lealdades mais fortes. Com efeito, os momentos iniciais do envolvimento com a carreira dos consumos de heroína implicam TN do eixo da não intencionalidade, ou seja: é necessário uma série de racionalizações que afastem o sujeito da condução dos seus próprios actos.

Há uma dificuldade na integração biográfica: os entrevistados recusam-se, frequentemente a identificar qualquer factor influenciador da sua entrada nas drogas mas, depois, usam diversas técnicas de neutralização, desculpabilizadoras da sua responsabilidade.

Por outro lado, e reforçando a preponderância das racionalizações do eixo não intencional, existe uma alguma recusa na adopção de certa ideologia reinante nas subculturas: ideias como a ressaca; o ter de fazer ‘certas coisas’; ou mesmo certas racionalizações que reconheçam o acto como desviante não são aqui utilizadas. A recusa do eixo da intencionalidade testemunha a recusa

da assumpção de uma identidade desviante (que, no entanto, está em plena formação).

Em relação às racionalizações do eixo intencional que, como vimos, não são dominantes nesta etapa biográfica, elas parecem não ser muito rígidas e também não levadas muito a sério. Por exemplo, a condenação dos condenadores revela aqui certas incompatibilidades com a escola ou até com dimensões laborais. No entanto, essas incompatibilidades não são muito estruturadas, relevando ainda um envolvimento com os valores da sociedade normativa.

2. - Para a Gestão da carreira

A gestão da carreira revela uma manutenção do uso das racionalizações do eixo não intencional. No entanto, a tríade constituída pela negação da responsabilidade, negação do delito e apelo a lealdades mais fortes é acompanhada pela negação da vítima. Expliquemos o fenómeno: o envolvimento com a carreira implica uma maior conflitualidade com certas dimensões normativas como a família ou certas instituições penais que são agora referenciadas.

As diferenças não se ficam por aqui, já no que diz respeito ao eixo que compreende as racionalizações intencionais, se regista também um incremento. Assim, racionalizações como a defesa da necessidade, a valorização selectiva de dimensões existenciais e a condenação dos condenadores têm um súbito aumento nesta etapa biográfica.

Este uso simultâneo e generalizado de TN permite um envolvimento com as diversas actividades dos mundos desviantes. Nomeadamente, as racionalizações da dimensão intencional não negam já a desviância dos diversos actos cometidos, antes o relativizam a outras esferas. Ou seja: os valores das diversas subculturas da droga são internalizados e organizados numa identidade desviante que começa a ser aceite como tal.

Resta-nos acrescentar que o uso generalizado das TN permite ainda a emergência de um sentimento de deriva – tal como foi definido por Matza (1964). De facto, nas diversas entrevistas, são recorrentes ideias como não ter

escolha; nunca fazer escolha; não ter hipótese de fazer outra coisa. Estrutura-se, desta forma, uma série de fatalismos que, à vez, alienam o indivíduo dos actos que comete e, ao mesmo tempo, tornam esses mesmos actos plausíveis, inevitáveis até, à luz de um sistema de valores que, progressivamente, se afasta da sociedade normativa.

Curiosamente, deparamo-nos com um outro nível de contradição biográfica que já para o início dos consumos referimos. Ao mesmo tempo que se defende a ideia do fatalismo, de não se ter escolha, as explicações das decisões tomadas no interior das hipóteses desviantes seguem-se e são explanadas de forma profusa.

3. - Para os Pontos de Inflexão

A deriva dominante na gestão da carreira não impede que se formulem incipientes tentativas de mudança e muitos dos consumidores referem que diversas vezes, pensaram em interromper a sua carreira de consumos. No entanto, muitas dessas tentativas surgem de forma intempestiva, a decisão acontece de forma inesperada, desencadeada por uma série de estímulos de difícil catalogação. De facto, o afastamento da carreira pode, ainda assim, ser vivido como uma deriva.

A ideia da mudança como tendo sido desencadeada por uma não decisão é, frequentemente, relatada, como se, mesmo em períodos de abstinência, o estado mental não tivesse sido alterado. Nestes casos, a abstinência ou o afastamento da desviância não são acompanhados por uma verdadeira mudança.

No que diz respeito às recaídas, pode acontecer uma nova tríade de racionalizações não intencionais (recordamos NR; NO e AL): uma série de não decisões reaproximam o indivíduo da droga, até que o acto de voltar a consumir se apresenta praticamente como uma inevitabilidade. No entanto, os sujeitos já não são tão ingénuos, conhecem e aceitam outras neutralizações, pelo que a recaída pode ser justificada por outras formas: como uma necessidade absoluta; como uma forma de vingança; como um mal menor

(voltar a consumir heroína é melhor que prolongar um descontrole no consumo de cocaína).

A metáfora da compensação, uma neutralização pouco empregue na totalidade das entrevistas, pode desempenhar um papel que, apesar de pouco significativo a nível numérico, é potencialmente importante na reconstrução de uma certa coerência biográfica. Realmente, com o período de consumo pode-se aprender algo; ou certos indivíduos sentem que sabem agora coisas que nunca saberiam se tivessem tido uma vida normal.

A valorização de dimensões positivas na vida relacionada com as drogas pode ser uma forma de preservar uma certa auto-estima e auto-conceito muito abalados por todo um percurso de sofrimento e de aprendizagem de uma desresponsabilização de si mesmo.

4. – Trajectórias e reconstruções mnésicas

Deparámo-nos, nesta investigação, com a utilização generalizada de racionalizações que permitem resolver o dilema que o consumo de drogas duras levanta a qualquer indivíduo que se envolva com elas. A utilização tais racionalizações assume, todavia, diversas modulações conforme a etapa biográfica que temos pela frente. Essas modificações foram constatadas, quer a nível quantitativo, quer posteriormente, por intermédio de uma análise detalhada de todas as justificações apresentadas nas entrevistas. O agrupamento das neutralizações em duas dimensões, agrupamento esse realizado em termos teóricos, permitiu, da mesma forma, entendermos as funções cumpridas pelas TN relevantes para cada momento biográfico.

Consideremos que um outro dispositivo bastante importante em termos analíticos, foi a décalage registada entre os eixos biográficos e o das racionalizações. A recolha de unidades de texto situáveis em termos biográficos mas que não constituíam nenhuma racionalização permitiu o confronto com um novo tipo de material: descrições de práticas de efeitos e constatações de erros passados, entre outros. De particular importância, emerge uma série de incoerências biográficas, a saber, em síntese:

- para o início dos consumos, temos a recusa em reconhecer factores ou episódios que tenham influenciado a entrada nas drogas. Assume-se ter feito uma escolha deliberada, o que depois entra em contradição com o posterior uso generalizado de TN;

- para a gestão da carreira, temos a afirmação da não existência de grande escolha, no mundo das drogas, bem como da dominação dos sujeitos por uma série de mecanismos alienantes e fatalistas, para depois, recolhermos uma série de decisões sobre alternativas desviantes (concretizando: escolher arrumar carros para não roubar; preferir rressacar a roubar mais dinheiro à família etc...);

- para os pontos de inflexão, surge um arrependimento de certas acções passadas e a dificuldade em recordar certos momentos e, até, certos períodos das vidas.

A dificuldade mnésica, esta impossibilidade de inscrever o consumo de drogas como uma fase coerente e lógica, numa dada trajectória de vida, é uma dificuldade de monta que interfere, inclusive, nos processos de abstinência. Para o nosso estudo, a questão assume um outro aspecto, efectivamente: qual o papel das neutralizações em relação a todas essas incoerências biográficas?

Na verdade, as histórias de vida que recolhemos são, como aliás toda a recolha de dados desse género, uma história de vida retrospectiva. Por outras palavras: o início dos consumos nunca foi recolhido quando estava a decorrer; ele é recolhido em indivíduos que passaram já por diversos momentos da gestão da carreira e até por diversos pontos de inflexão. Como tal, as neutralizações não podem escapar a uma deturpação retrospectiva.

Chamamos a atenção para o papel, já anteriormente referenciado, que a metáfora da compensação pode desempenhar nos pontos de inflexão. Ela poderá permitir a valorização de certas dimensões da normatividade como modo de combate das partes negativas e incompreensíveis da sua história com as drogas. Muitas outras funções poderiam ser aduzidas aqui: p. e. o uso de racionalizações não intencionais no início do envolvimento com os consumos. Retrospectivamente, é mais fácil acreditar que não se teve responsabilidade na entrada no mundo das drogas do que assumir os erros (mesmo que se diga

que se assumem no início da entrevista e depois se caia no uso de racionalizações).

É preciso não tomar as histórias de vida na sua dimensão substantiva. As trajectórias recolhidas são também reconstruções mnésicas que permitem aos indivíduos viverem melhor consigo mesmos. A aprendizagem da deriva e de um estado de consciência que nega a decisão dos actos implica depois um vazio e uma incoerência biográfica. É como se, depois do esquecimento, as neutralizações poderem desempenhar também algum papel na protecção de uma certa auto-estima e na tarefa imensa da reconstrução de uma totalidade biográfica.

ESTUDO 2

CONSTRUÇÕES MEDIÁTICAS DO ACTO DE CONSUMO DE
DROGAS

ESTUDO 2

Construções mediáticas do acto de consumo de drogas

“El hombre es el hombre y su circunstancia”

Ortega Y Gasset

PARTE C – Construções mediáticas do acto de consumo de drogas

Pretendemos, neste estudo, realizar uma pesquisa sobre a representação do acto de consumir na imprensa escrita. Diversas investigações consultadas avisam-nos da temeridade do objectivo: a informação escrita é parcelar, fragmentada e estereotipada (Nogueira Dias, 2001; Agra e Fernandes *et al* 1992; Nebreda *et al* 1989). Um outro projecto conduzido por Guibentif (2002) demonstra-nos também a pobreza da informação sobre drogas, bem como o seu carácter fragmentário.

A relação entre o fenómeno da toxicoddependência e o crime é especialmente ilustrativa de opções informativas que privilegiam a espectacularidade e o imediatismo. Badia *et al* (1989), num trabalho sobre o tipo de informação veiculada na televisão, realçam o mesmo género de desinformação e a dependência que a imprensa escrita demonstra na informação sobre a toxicoddependência, isto é repete-se a estereotipia, a fragmentação, a falta de complexidade.

É sabido que os mass media fazem propostas de realidade (Fernandes, 1997b). A visão catastrofista e fortemente limitadora que surge, frequentes vezes, nos jornais - objecto de que agora em diante nos vamos ocupar - acaba por contribuir para a formação de estereótipos simplistas e redutores do outro que é o consumidor de drogas. As imagens acumulam-se rapidamente: aos ditames da droga alienação, somam-se os contextos

alienados e degradados das franjas das grandes cidades, e ainda os actos desviantes e ameaçadores dos valores da sociedade.

É tempo de lembrarmos a reflexão de Ortega Y Gasset: “o homem é o homem e a sua circunstância”. É certo que circunstância, nas cidades modernas, passa muito pela imagem do outro que é veiculada pelos órgãos de informação. Ou seja: o estrangeiro, o louco, o pária fazem parte de uma galeria de figuras que mantêm uma imagem ligada ao perigo e à ameaça muitas vezes mantida e até amplificada pelos órgãos de informação. Os mass media, neste sentido, podem servir de espelho deturpador e amplificador dos medos sociais e, contudo, é nesse espaço que, ao longo do século XX, e cada vez mais, se negociam os equilíbrios simbólicos entre as diversas forças vivas e os grupos de interesse das sociedades contemporâneas.

Dedicaremos o Capítulo I deste estudo a uma pesquisa bibliográfica, por intermédio da qual procurámos desvendar as circunstâncias em que as toxicodependências e os diversos fenómenos a ela associados são representados nos media; procuraremos, nós próprios conduzir o nosso estudo. A análise seguirá de perto as propostas de Fernandes (1997b) o que permitirá traçar alguns paralelismos com esse estudo.

Detalharemos com especial cuidado, o modo de recolha e codificação do material que, apesar de ser uma pesquisa documental, inspira-se no mesmo tipo de cuidados que o estudo anteriormente apresentado (capítulo II) o que quer dizer que bastantes dos procedimentos explicitados na Parte B são também aplicados neste estudo.

Todavia as categorias agora aplicadas são diferentes, pelo que dedicaremos alguma da nossa atenção a explicar os critérios utilizados e a lógica que lhes está subjacente. Os resultados serão depois apresentados nos seus diversos níveis analíticos (Capítulo III para uma descrição das regularidades quantitativas; Capítulo IV para uma análise de conteúdo). Os dois vectores sobre os quais a discussão dos resultados será alicerçada passarão, precisamente, pela comparação com os resultados obtidos pelo estudo de Fernandes (1997b) e as técnicas de neutralização, núcleo forte de todo o nosso projecto (Capítulo V mensagens mediáticas).

CAPÍTULO I

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Capítulo I – Pesquisa Bibliográfica

Pretendemos, num primeiro ponto, listar algumas das pesquisas realizadas na área dos *mass media* e, mais precisamente, no estudo da produção da imprensa escrita que nos pareceram significativas. Esta contextualização, breve e sem pretensões de exaustividade, serve acima de tudo o propósito de uma maior fundamentação das opções a tomar.

Como vimos este estudo é documental, de índole diversa do trabalho até aqui realizado. Já na Parte B, quando apresentámos uma primeira vez este estudo, afirmámos que a análise dos *mass media* não é objectivo por si mesmo. Com efeito, interessa-nos sobretudo investigar o modo como as técnicas de neutralização encontram algum eco na produção jornalística e no modo como, de forma recorrente, elas são reflexo (e reforçam) uma certa imagem do consumidor de drogas como refém da substância, não possuindo grande margem de manobra face às substâncias.

Esta imagem serve, e já nos adiantamos, de legitimação da política vigente nesta área dos comportamentos adictivos (Nebreda *et al*, 1987). A pesquisa bibliográfica centrará o seu labor numa série de estudos realizados em torno da realidade ibérica. De facto, estas investigações concentram os seus esforços em torno da actividade dos *mass media*, particularmente a imprensa, de Portugal e de Espanha.

A revisão de alguns trabalhos científicos realizados no nosso país justifica-se por si só, ao permitir um primeiro relance da realidade sobre a

qual, nós próprios, iremos fazer incidir a nossa investigação. Quanto ao caso espanhol, os motivos são semelhantes já que a realidade espanhola é, tradicionalmente, próxima da nossa; acresce o facto de que as investigações detectadas primam pela diversidade e qualidade. Romaní (2001), por exemplo, dedica uma breve síntese teórica ao tema dos mass media e a sua influência na área das drogas, traçando um enquadramento a um estudo empírico que será, entre outros, passado aqui em revista.

1 - Representações Sociais do Crime

O estudo de Guibentif (2002) privilegia naturalmente alguns ângulos de análise do material que passam pela perspectiva utilizada na abordagem do problema, determinando se o crime é abordado pelo lado do seu autor, da vítima, da reacção social ou ainda das instituições de reacção de segunda instância, ou seja, institucionais. As tonalidades da informação servem também de nível de análise, ou seja a informação pode ser meramente informativa, hiperbólica, normativa ou valorizar a reacção social.

Neste estudo, a temática da droga foi também avaliada. Muitas das notícias relacionadas com o tráfico e o consumo que geralmente surgem associadas à dimensão crime desvio. O fenómeno é encarado, sobretudo, através do prisma do problema social.

As notícias sobre o tráfico de drogas surgem, de forma recorrente, na imprensa escrita, em que este é apresentado como algo de intolerável à sociedade, também as notícias sobre as formas engenhosas de passar substâncias através da vigilância apertada das alfândegas são um dos temas frequentemente detectados.

Finalmente, a notícia sobre o consumo de droga – para além de um estilo de cariz mais científico que incide sobre estatísticas e é produzido essencialmente pelo *Público* - centra-se, principalmente, num estilo alarmista e de vitimização do consumidor (p. e. *A Capital*). As explicações dadas sobre os motivos que explicam os consumos são pouco consistentes, dispersas e incoerentes.

Nos casos de notícias sobre o suicídio ou morte de indivíduos toxicodependentes, os jornais assumem-se frequentemente como protagonistas atribuindo motivos e racionalizações aos acontecimentos, assumindo um tom de clara desculpabilização: os sujeitos surgem como vítimas, condicionados por contextos desfavoráveis a todos os níveis. A atitude completamente passiva surge, então, de uma forma incontornável, sendo o actor das drogas apresentado de um modo pouco preciso ou difuso. A imprecisão soma-se, então, à tendência de o apresentar como uma vítima.

2 – A Droga e a Toxicodependência na Imprensa Escrita

O trabalho de Nogueira Dias (2001) centra-se no levantamento do tipo de informação escrita em diversos jornais diários e semanários do nosso país. Além de uma pesquisa sobre as teorias da comunicação, o autor reflecte sobre a estereotipia da comunicação sobre estes assuntos.

Antes de mais, o autor surpreende-se com a constatada desvalorização não só do indivíduo como dos tipos de prevenção detectando *“uma proeminência do produto, da sociedade (no que se refere ao tráfico, ao comércio e ao dinheiro) e das formas de repressão.”* (op cit, 229). Podemos realçar uma conclusão que será recorrente noutros estudos: muita da produção da imprensa escrita ecoa, e de alguma forma perpetua, os esquemas da repressão.

Outro dos resultados interessantes obtidos por este investigador é, precisamente, a ausência relativa de notícias sobre o indivíduo que consome, face à importância primordial que é dada à substância.

Ou seja: o consumidor de drogas tem tendência a ser sub-representado nas notícias, ao mesmo tempo que dimensões como a repressão, a sociedade ou ainda referências ao produto adquirem situações proeminentes. Por outras palavras: o consumidor raramente tem honras de voz activa nas notícias que sobre ele ou sobre o contexto em que se move acabam por emergir na actividade jornalística.

Acrescentamos nós que esta tendência de ignorar um dos actores centrais do fenómeno da toxicodependência - o consumidor, precisamente, acaba por remetê-lo para uma posição de passividade e de obscurantismo. Tudo se passa como se o toxicodependente, ou ainda antes, o consumidor de drogas, fosse um ser passivo e irracional que não tem direito à palavra...

3 – A Imagem da Droga na Imprensa Espanhola

Nebreda *et al* (1987) realizaram um estudo similar aos até aqui referenciados. O campo de interesse centrou-se, porém, na produção de imprensa no país vizinho. A análise de conteúdo revelou-se complexa e abrangente, uma vez que englobou um sem número de jornais diários e semanários que serviram também de matriz discriminadora dos dados obtidos.

Numa primeira impressão, as notícias parecem despojadas de ideologia, fornecendo níveis máximos de objectividade e referencialidade e grande parte dos textos situa os acontecimentos relacionados com o fenómeno das drogas, atendo-se a um nível factual. Todavia, nos raros momentos em que a informação abandona esta assepsia mediática, o modelo punitivo perde importância em favor das dimensões sociais e sanitárias.

Mas o problema é ausência de debate, discussão e ideologia explícita. Tudo isto está ausente na produção mediática desta área. O padrão é realmente empobrecedor da qualidade da informação veiculada: os factos, fragmentados e seleccionados por uma lógica de imediatismo e de espectáculo, não conseguem fornecer uma imagem de um todo complexo e multiforme, como é o fenómeno da toxicodependência e das drogas.

Aliás, há uma imagem recorrente em que se associa o toxicodependente ao crime. Assim, a presença da droga tende a explicar e justificar qualquer outro desvio presente num determinado indivíduo. Afinal existe a tendência de associar qualquer consumidor a um delinquente “*em potência ou em acto*” (*op cit.* 65).

De um ponto de vista formal, a análise de conteúdo levada a cabo neste projecto é multiforme, tendo em linha de conta uma série de variáveis relacionadas com a própria estrutura dos jornais: se a notícia é assinada ou não; se é artigo de opinião; se tem honras de primeira página. Os temas são outro eixo de análise (p.e. sanitário, jurídico, policial etc); esses temas são pertinentes pela sua presença relativa e conteúdo dessa presença, mas

também é dado importante a falta, o que está ausente do discurso jornalístico.

Em linhas gerais, podemos observar em Espanha o mesmo padrão de comunicação sobre as drogas que o existente em Portugal. Mas ainda regressaremos à situação sobre o nosso país, a propósito de outros estudos.

4 – Televisão e Droga em Espanha

O trabalho de Baldía & Tornero (1989) centra-se no discurso de outro meio de comunicação social, a televisão. A investigação tornou-se muito conhecida, até porque foi galardoada por um prestigiado prémio de investigação. A eleição da televisão como objecto de estudo torna este estudo singular, ao mesmo tempo que nos fornece outro olhar sobre a realidade espanhola.

Constata-se que a televisão mantém uma relação ambígua com a droga: por um lado, fornece imagens atractivas sobre contextos de consumo e até o próprio acto de consumir; por outro, reitera os temas de perigosidade e de criminalidade comuns à imprensa escrita. O discurso é, da mesma forma, incoerente e disperso.

Não existe nenhum esforço de sistematização face a este tema, pelo contrário: a mensagem televisiva apresenta-se “*contemplativa e ineficaz*” (op cit, p.74). A incoerência das mensagens, abarcando muitas realidades, sem conseguir afirmar coisa alguma, torna a informação inútil para a acção social. Apesar disto, a associação droga crime é também recorrente, e a importância selectiva da polícia e das suas acções são testemunho desse estado de coisas.

No entanto, também aqui se observa a tentação moralizante. Uma vez que o esquema, simplista e submetido aos cânones da linguagem mediática, não se preocupa muito com o rigor e o detalhe das informações. A droga surge frequentemente como causa de uma desordem ou de uma infracção e, conseqüentemente, o seguimento da notícia centra-se nas tentativas de restabelecimento da ordem normativa.

Os autores da investigação não assumem, porém, uma atitude moralista perante estes resultados - eles são o início de uma tentativa de compreensão – antes tentam compreendê-los à luz do funcionamento e das regras inerentes à instituição e linguagem televisiva. É certo que esta linguagem corresponde a determinadas exigências sociais e a uma intersubjectividade que, simultaneamente, ajuda a construir e é por ela influenciada. No entanto,

esta fase do trabalho de Baldia & Tornero ultrapassa o âmbito desta pesquisa bibliográfica pelo limitamos a nossa exposição ao que já dissemos.

5 – Etnografia urbana das drogas e do crime

O estudo de Fernandes (1997b) engloba a análise sistemática de diversos mass media pertencentes à classe da imprensa escrita. Enquadrado num dispositivo de análise mais vasto e que não vamos agora analisar, dele iremos referir os aspectos directamente respeito com o estudo que nos propusemos conduzir.

O autor elegeu dois diários (*Público* e *Jornal de Notícias*) e dois semanários (*Expresso* e *Independente*). As notícias foram seleccionadas segundo critérios pré-estabelecidos, permitindo assim a constituição do corpus da amostra e, de seguida, foram classificadas segundo diversas dimensões, o que possibilitou a caracterização do material recolhido.

Fernandes classificou as notícias recolhidas segundo o seu teor - que poderia ser informativo ou interpretativo - e segundo o seu conteúdo - que englobava as classificações: consumo; crime associado a drogas; instituições; intervenção; outros e não classificáveis. Esta primeira caracterização da amostra ficou completa com a análise das notícias segundo o tipo de droga mencionada e local de ocorrência do evento.

Uma análise de conteúdo estudou com mais proximidade as notícias classificadas como factuais, sendo esta categoria muito significativa dentro do corpo da amostra. A primeira impressão de estarmos perante uma notícia rigorosa e, por assim dizer, a-ideológica esboroa-se perante um estudo mais atento do material.

O tema dominante foi o tráfico e o crime associado as drogas – que ocupa 55% dos resultados recolhidos. O actor mencionado nas notícias é, predominantemente, a figura do delinquente em detrimento do drogado. Este facto é significativo se tivermos em atenção o facto das notícias serem sobre toxicoddependência ou drogas. A substância dominante é a heroína, e as ditas drogas duras predominam sobre qualquer outro género de substâncias.

Afinal, apesar de estarmos maioritariamente perante notícias factuais, os mass media apresentam uma proposta de realidade (*op cit*, p. 57) bem

específica e redutora da complexidade dos fenómenos ligado aos consumos. Essa simplificação da realidade está por demais evidente na ligação entre droga e crime, recorrente nos diversos níveis de análise. A redução, em termos de referências jornalísticas, da visibilidade dos consumidores de drogas é outro dos aspectos relevantes.

Mais uma vez, essa redução da visibilidade dos actores do fenómeno em detrimento das instituições que com eles lidam pode ter consequências perniciosas em termos da construção de estereótipos no grande público. A associação entre droga e crime está patente, da mesma forma, neste nível de análise: os consumidores são, maioritariamente, delinquentes ou criminosos.

Assim, este estudo, como todos os que passámos em revista, chama a atenção para a relativa ausência de consumidores de drogas nas notícias, bem como a tendência para a associação entre drogas e crime. Por último, tudo se processa de uma forma um pouco maquiavélica: as notícias são factuais e objectivas, quase proíbem outra forma de interpretação dos fenómenos: elas são a realidade...

6 – Meios de comunicação social e fenómeno de drogas

Rekalde (2001) e Romaní (2001) publicaram em conjunto um estudo sobre a comunicação social em Espanha. Nesse estudo, Romaní desempenha funções mais teóricas, realizando uma resenha bibliográfica sobre o assunto. Rekalde, por seu turno, conduz uma investigação empírica sobre a produção mediática a propósito do fenómeno das drogas, em diversos periódicos do país vizinho.

Este último autor relaciona tal produção mediática com a dificuldade que certos programas de redução de riscos podem ter na materialização e prossecução de medidas práticas no terreno. A dificuldade prende-se, em termos gerais, com a transmissão de uma imagem precisa, mas desfavorável, sobre o assunto, que acaba por se comunicar à população e intervém na convivência e nas relações sociais.

A imagem dos consumidores, apesar de pouco referidos nas notícias, evolui de um ponto em que se associava o consumo de drogas a delinquência para, posteriormente, essa associação passar a realçar os laços entre o consumo e um estado mais ou menos definido de doença.

A vertente institucional domina a maior parte das notícias recolhidas por Rekalde, sendo as instituições referidas, maioritariamente, policiais. Com efeito, o estudo apresenta 53% das informações são veiculadas por organizações policiais ou judiciais, o que é interpretado como um domínio absoluto do modelo repressivo. Uma das consequências deste facto prende-se com o reforço do estereótipo na população em geral: aos olhos do grande público, a polícia e as actividades policiais em geral são um indicador da criminalidade.

A perspectiva institucional das notícias recolhidas sobe para a cifra de 84% do corpo da amostra, se tivermos em linha de conta um critério abrangente, incluindo todas as organizações que servem de base para os textos publicados e acrescentando-se então as instituições educativas e, sobretudo, as sócio-sanitárias.

Também neste estudo se considera que a toxicodependência é apresentada como um grave problema pessoal e social. De facto, esses

problemas são, muitas vezes, associados a situações de delito: o toxicodependente é associado à figura de delinquente; as drogas são realçadas pelo seu aspecto ilegal e, finalmente a ideia de repressão mais uma vez surge.

Os diversos níveis judiciais são as esferas que, normalmente, lidam com os consumidores: a prisão; as instituições policiais e judiciais (a polícia que conduz ao tribunal o prevaricador). A ideia de perigo surge também veiculada: o toxicodependente é associado a situações de perigo, de morte, de violência para com terceiros.

Assim as toxicoddependências, mas também o consumo de drogas identificam-se na percepção social, com situações de perigo e com a imagem dos excluídos sociais e marginais, de um modo geral. Normalmente, procura-se no toxicodependente ou nos problemas em que está envolvido, o sensacionalismo, o insólito e o anómalo, num alarmismo que se adapta às situações especiais em que os consumidores se apresentam e, mais uma vez realçando as relações com violência e perigo.

As fontes de informação, como acima referimos, são institucionais e realçam a vertente de controle social. Por seu turno, as informações tendem a ser legitimadas, organizadas. Consequentemente as organizações de controle social acabam por fazer publicidade aos seus feitos e êxitos - o que se disse é especialmente verdade no que à polícia diz respeito, uma vez que os departamentos policiais tendem a orientar as informações fornecidas à imprensa segundo a lógica de uma crónica de sucessos.

Para terminar esta sucinta apresentação de resultados chamemos a atenção para o facto de que a etiqueta de toxicodependente é pouco precisa, surge associada ao léxico popular carregado de juízos de valor. Há uma tendência para associar situações de tráfico, distribuição e consumo de drogas numa amálgama heterogénea.

7 - Investigação Científica sobre os Mass Media

Temos revisto, até aqui, algumas das investigações produzidas tendo como objectivo a compreensão da dinâmica da imprensa escrita e dos mass media a propósito da toxicodependência, drogas ou outros objectos que surgem próximos da toxicodependência, como são exemplos a insegurança ou a representação social do crime.

Faremos agora uma breve notícia de um estudo de Agra, Fernandes *et al* (1992) que elegeu como foco de interesse a análise de artigos científicos publicados a propósito dos *mass media*. Os autores utilizaram diversas bases de dados internacionais, algumas delas capazes de indicar trabalhos desde o ido ano de 1966.

Grande parte dos estudos submetidos a análise não define com a exactidão quais os media a que se referem. Nos artigos recolhidos, cerca de metade apresentava estudos empíricos, e destes, doze chegavam a conclusões sem nenhuma base empírica que as alicerçasse. Um outro resultado interessante é que, nos estudos que realçam os efeitos negativos da produção mediática, nenhum dos trabalhos apresenta investigação. Salientando-se ainda que os artigos deste género utilizam uma linguagem fortemente “ético moral” (*op cit.* pag. 2).

A investigação parece pois pouco rigorosa, o que se parece confirmar do lado das drogas se atendermos, ainda, a outro facto: quase metade dos artigos não discrimina quais as substâncias presentes no discurso.

Do lado da conceptualização teórica, isto é, tendo em conta o modelo teórico subjacente à investigação, o mesmo vazio e a mesma indefinição parecem emergir. Os modelos são vagos ou mesmo inexistentes. À imprecisão sobre os dois eixos de estudo (a droga e os *mass media*) soma-se um certo amorfismo epistemológico e científico.

Parece-nos que a investigação científica internacional se ateve, durante anos, a uma falta de rigor e a um mal disfarçado discurso ideológico que se limitava a repetir ideias e estereótipos relacionados com o senso comum. Afinal, a imprecisão e a falta de rigor não se limitou à produção jornalística e televisiva...

8 – Síntese da Pesquisa Bibliográfica Realizada

Antes de mais, cumpre-nos sublinhar uma certa concordância entre muitos dos estudos que aproximam, inclusive, a situação e a realidade portuguesa do caso espanhol. Aliás, ativemos a nossa pesquisa a este dois países, de modo a conhecermos melhor a realidade que nos propusemos pesquisar, bem como as opções tomadas por outros investigadores a propósito dessa mesma realidade.

Retemos, do percurso efectuado, algumas ideias comuns que importa realçar aqui, assim:

- a fragmentação da informação e a sua incoerência;
- a relação ambivalente que diversas instâncias mediáticas estabelecem com o fenómeno das drogas e da toxicodependência (especialmente a televisão);
- a associação entre toxicodependência e crime (o que pode reforçar determinados estereótipos);
- a pouca visibilidade do consumidor;
- a grande peso das instituições de controle social e das situações exemplares em que a ordem normativa é restabelecida apesar da toxicodependência;
- a associação entre situações de consumo e de tráfico, numa teia de referência de difícil conceptualização.

Soma-se, a todos estes dados, o facto triste de muitos dos estudos realizados a propósito dos *mass media* e das drogas estarem eivados de imprecisões e superficialidades. Esta constatação fez-nos fazer uma pesquisa selectiva das investigações.

Um dos estudos (Rekalde, 2001) realça, inclusive, o impacto negativo que este estado da situação, a nível informativo, acaba por ter no que diz respeito à implementação de estratégias de redução de riscos. A redução de riscos desperta muitas paixões e sentimentos negativos, uma vez que

pactua, estrategicamente, com situações de consumo - consumo esse que é associado, como vimos à criminalidade, violência e ilegalidade...

No entanto, estes resultados consensuais levantam algumas dificuldades ao propósito do nosso estudo, nomeadamente no que respeita à constatada ausência das notícias do principal actor das toxicodependências, o consumidor, o que poderia frustrar logo à partida os nossos intentos de estudar racionalizações.

Trataremos de definir claramente o nosso objectivo e as primeiras escolhas a efectuar tendo em linha de conta estes condicionalismos, já que cremos possível uma recolha indirecta da imagem da toxicodependência: para tal analisaremos a formação mediática de estereótipos de que o próprio consumidor será também vítima.

CAPÍTULO II

AS NOSSAS ESCOLHAS

Capítulo II – As Nossas Escolhas

Não nos interessa aqui reflectir ou estudar sobre a dinâmica da comunicação mediática. Desejamos, isso sim, estudar o modo como os comportamentos e os actos relacionados com a toxicodependência são representados nestes contextos. Na sequência dos estudos anteriores, pretendemos saber até que ponto racionalizações próximas da neutralização surgem na produção da imprensa escrita.

As dificuldades são evidentes: sabemos que o toxicodependente é uma figura relativamente ausente e sem fala própria. O traficante, da mesma forma, não é uma figura de destaque: quando surge, surge a propósito da reacção social que sobre ele é exercida. Temos uma maior incidência das instâncias de controle social, especialmente de natureza institucional. Mesmo no interior das instituições, existe uma maior frequência da polícia e depois dos tribunais.

As instâncias médico-sanitárias aparecem em segundo plano como se depreende daqui. Todavia, esta pouca importância dada aos actores, não impossibilita a recolha do negativo, isto é os modos como as instituições se relacionam com os diversos actores dos mundos da toxicodependência.

Não nos interessa estudar, nunca é demais sublinhar, a possível deformação da informação, mas o modo como essa informação faz eco de certas visões inerentes a diversas instituições de controle social. A passividade dos actores do mundo da droga na imprensa já foi sublinhada

por alguns estudos, importa agora esmiuçar o modo como essa passividade se apresenta.

Assim, temos um primeiro eixo de análise que se prende precisamente com o actor ligado ao mundo das drogas; num segundo eixo temos as instâncias de controle social. Estas instâncias podem ser de carácter informal e institucional.

1 – Critérios utilizados

Os jornais escolhidos, os diários *Público* e *Jornal de Notícias*, foram analisados, diariamente, no período compreendido entre 15 de Dezembro de 2002 e 15 de Março de 2003; entre 15 de Março e 15 de Junho, os jornais foram recolhidos em dias alternados. Assim, um dos diários era analisado às segundas, quartas e sextas; enquanto o outro recebia a nossa atenção às terças, quintas, sábados e domingos. Em cada semana, a posição de cada jornal neste dispositivo de recolha de dados alternava, de modo a que cada um dos diários pudesse entrar com notícias para o corpo da amostra em quaisquer dias da semana.

A opção por estes dois diários justifica-se pelo facto de serem de referência a nível nacional, tendo ambos sido objecto de estudos do género ao longo dos anos. Acabámos por não considerar a informação publicada em semanários, uma vez que o volume deste tipo de notícias se revelou escasso. Assim sendo, e porque um dos objectivos da condução deste estudo é a comparação dos dados com a investigação de Fernandes (1997b), resolvemos limitar-nos aos diários. Aliás, vamos replicar o esquema analítico de Fernandes (1997b) o que nos permitirá fazer algumas conclusões comparativas.

2 - A recolha das notícias

Em relação aos critérios de recolha de notícias, é necessário da mesma forma explicitá-los. Recolhemos para o corpo da amostra todas as notícias

que referiam no seu título a palavra droga, toxicodependência ou sinónimos, ou ainda que apontassem claramente para o fenómeno aqui estudado.

Este critério é importante: não recolhemos notícias que referissem arrumadores de carros. Neste período, algumas câmaras municipais fizeram intervenções junto dos arrumadores. No entanto, diversas notícias nunca referiam o tema das drogas ou da toxicodependência: parece que o assunto ganhou alguma autonomia. Bem entendido sempre que ocorressem referências ao assunto dos consumos, ou da toxicodependência, as notícias entravam para a amostra.

3 - Procedimento analítico

O estudo de Fernandes (1997b) anteriormente citado serviu de inspiração ao nosso trabalho. Se, e conforme referimos é unânime nas pesquisas realizadas a ausência do actor ou dos actos de consumo das notícias, precisamos utilizar outro procedimento de modo a analisarmos a produção mediática. Afinal, como o mesmo autor assegura: o dispositivo mediático faz parte do problema da droga...

Assim, procurámos caracterizar a amostra segundo o teor da notícia: se é informativo (factual ou interpretativo) ou se é opinativo-valorativo; e segundo o seu conteúdo se é referente ao consumo, tráfico, crime associado a drogas, instituições, instituições especializadas na intervenção nesta área, outros e não classificáveis. Esta caracterização segue a grelha de Fernandes (1997b).

Em relação à análise de conteúdo propriamente dita, foi-nos impossível aplicar uma grelha de análise baseada nas técnicas de neutralização. O actor dos actos de consumo raramente é perscrutado ou alvo de tentativas de compreensão por parte do discurso jornalístico. Forjámos, pois, uma grelha de análise adaptada ao material recolhido sem perdermos, no entanto, o referencial das técnicas de neutralização como possibilitadora de uma meta-reflexão que, naturalmente, adiamos para a fase de discussão dos resultados.

4 - Tratamento dos dados

As notícias recolhidas segundo os critérios acima explicitados deverão ser tratadas em duas fases – no que seguimos o estudo de Fernandes (1997b). Uma primeira incidirá o seu esforço sobre vectores que permitam uma caracterização coerente e exaustiva das notícias que constituem o corpo da amostra do estudo. As preocupações estarão relacionadas com a natureza informativa dos textos recolhidos, o seu conteúdo, o tipo de substâncias referidas e o local de ocorrência do evento relatado.

De seguida, uma análise de conteúdo mais fina permitirá o estudo de certos vectores importantes como p. e. o contexto em que as drogas surgem na notícia; o tipo de actores nela referidos; os lugares e instâncias institucionais que surgem; os objectos referidos e o discurso directo dos diversos intervenientes. Finalmente, o sistema explicativo espontâneo dá conta de abordagens compreensivas espontâneas que podem emergir para diversos acontecimentos relatados. Este procedimento analítico mais fino incidirá sobre as notícias categorizadas como factuais; as notícias acompanhadas de fotografia e as notícias que têm honras de primeira página.

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Teor	Informativo factual Informativo interpretativo Opinativo valorativo	
Conteúdo	Consumo Tráfico Crime associado a drogas Instituições (repressivas, de Tratamento, informativas, de Combate, preventivas) Intervenção (instituições Específicas da área) Outros (amalgamas) Não classificáveis (ex. vacas morreram com overdose)	
Tipo de droga		Heroína Cocaína Comprimidos Ou outra qualquer substância
Local de ocorrência do evento		Referências espaciais da ocorrência do acontecimento específico

Tabela 7 Grelha de Caracterização das Notícias

(segundo Fernandes, 1997b)

A grelha acima apresentada refere os principais eixos a ter em conta na primeira caracterização do corpo das notícias. Em primeiro lugar, em relação ao teor da notícia, as possibilidades de categorização dividem-se em informativo e opinativo. Na primeira subcategoria temos as notícias que pretendem relatar acontecimentos; a segunda classifica os textos que traduzem opiniões mais ou menos fundamentadas das pessoas que os assinam.

Fernandes (1997b) considerou no domínio informativo a dimensão factual e a dimensão interpretativa. Se a classificação factual não suscita grandes dúvidas, uma vez que compreende os textos que se pretendem fiéis a determinados acontecimentos relacionados com o assunto de que nos ocupamos, as coisas podem não ser tão claras no que diz respeito à classificação valorativa. Esta classificação engloba todo o tipo de textos que dêem voz a alguém que forneça uma explicação sobre determinado acontecimento (o que exclui a opinião do jornalista, claro está).

Em relação ao conteúdo das notícias, foram consideradas diversas dimensões, como se pode observar na tabela anterior. Assim, temos conteúdos dominados por situações ligadas ao consumo; as ligadas ao tráfico; aquelas que associam drogas e dimensões do crime; as ligadas a instituições (repressivas bem como todo o tipo de instituições que não sejam específicas da toxicod dependência); as ligadas à intervenção (que englobam todas as instituições específicas da droga); por último, a subcategoria que recolhe em si os textos não classificáveis.

No que diz respeito ao tipo de droga, são consideradas as substâncias propriamente ditas, ou seja, heroína, haxixe, cocaína e por aí adiante. Foi também considerada uma subcategoria genérica e imprecisa de droga. Pretende-se, com esta categoria, traduzir uma certa imprecisão reinante em muitas das notícias recolhidas. De facto, muitos textos falam em droga, no flagelo da droga, partindo do princípio que não é preciso detalhar mais nada acerca do objecto que referem.

Finalmente, temos o local de referência do evento. As notícias foram, assim, classificadas em relação ao local em que o facto foi relatado. Interessou-nos as cidades que surgiram nas notícias mas também os bairros (se nomeados) que são referidos.

Às contempladas nesta grelha somaram-se mais três classificações: se a notícia é acompanhada por fotografia ou não; se tem ou não honras de primeira página (englobamos a primeira página da secção “Local” no caso do Público); e em que jornal a fotografia foi recolhida por de caracterização da produção daqueles dois diários

Estas dimensões permitirão a realização de análises segundo essas variáveis ou seja: os padrões comunicativos em notícias com fotografia e nas que têm honra de primeira página. Interessa-nos também saber a importância relativa de cada jornal no nosso corpo de análise.

Todas estas tarefas constituem uma primeira caracterização do nosso corpo de dados, lançando os alicerces de análises particulares e subsequentes.

Uma segunda etapa da análise de conteúdo fará um escrutínio mais demorado das notícias no que diz respeito a três tipos: as informativas factuais; as notícias que são acompanhadas por fotografia; e as notícias que têm honras de primeira página.

A tabela seguinte explicita as diversas variáveis tidas em conta no momento seguinte da análise. No que diz respeito ao eixo droga, interessa-nos saber se a preocupação diz respeito à apreensão de substâncias, ao tráfico das substâncias ou ao consumo dos produtos. De seguida, temos os actores, determinando quem é que está envolvido nos factos anunciados - interessa-nos se os actores estão ligados ao combate, ao tráfico, ao consumo ou ao crime associado às drogas. Estas mesmas preocupações foram aplicadas no que diz respeito aos lugares referenciados nas notícias; bem como os objectos referidos. Em relação às instâncias, consideremos as instâncias relacionadas com o combate (que privilegiam as dimensões repressivas), as instâncias que fazem parte do sistema assistencial e as instâncias relacionadas com o sistema penal.

No que diz respeito ao discurso directo referido nas notícias, as preocupações foram as mesmas. O discurso directo é considerado sempre que algum tipo de declarações, de qualquer actor, seja parte integrante da notícia. Assim, interessa-nos as declarações dominadas por termos relacionados com o combate, com o traficante, com o consumidor, ou ainda com o recluso. Recobre-se, assim, todo o tipo de possíveis enunciadores desse discurso directo.

Finalmente, em relação ao sistema explicativo espontâneo, interessam-nos todas as explicações espontâneas que possam ser tecidas acerca do tráfico, do consumo ou do crime associado às drogas. Determinadas notícias podem, a partir das fontes utilizadas, tecer explicações causais entre os diversos acontecimentos.

(as de teor factual; as de primeira página e as que são acompanhadas com fotografia)

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Drogas	Apreendidas Traficadas Consumidas	Que substâncias são referidas? Retêm-se apenas as referências a substâncias ilegais. Classificam-se nesta categoria todas as mensagens que nos permitam traçar o panorama actual das drogas – a paisagem psicotrópica – bem como as adjectivações e valorações de que são alvo
Actores	Do combate Presidentes e gestores Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Que actores sociais são referidos na notícia? Retém-se nesta categoria toda a referência a indivíduos cuja acção se relacione com drogas (consumidores, traficantes, polícias), tanto objectivas (idade, profissão...) como adjectivas valorativas
Lugares	Do combate Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Todas as unidades de texto que situem espacialmente as drogas ou os seus actores sociais; toda a referência a lugares concretos ou categorias espaciais (o urbano, o estrangeiro...)
Instâncias	Preventivas Repressivas Penais	Do combate: especificamente organizadas em função da droga Penais: são gerais, abrangendo na sua actividade o fenómeno da droga
Objectos	Do combate Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Os objectos que são referidos; de que instrumentos se servem as diferentes práticas em torno das drogas?
Discurso directo	Instâncias sanitárias Repressoras Consumidor Outros casos	Sempre que a notícia transcreve, colocando entre aspas, declarações de indivíduos, seja qual for o papel em que estejam investidos (polícia, traficante, juiz, cientista...)
Sistema explicativo espontâneo	Do tráfico Actividade policial Atitudes de instituições	Atribuições e causalidades implícitas para os actores e os actos das drogas, quando reformulados pela imprensa a partir das fontes ou quando são gerados pela imprensa.

Tabela 8 Grelha de Análise de Conteúdo das Notícias (segundo Fernandes, 1997b)

A aplicação das duas grelhas ao material recolhido permite o escrutínio de diversas dimensões de suma importância neste estudo: o estudo dos tipos de actores envolvidos nas notícias, os lugares nelas referidos, bem como a existência de sistemas explicativos espontâneos.

A análise das notícias faz-se, pois, em dois momentos distintos. Numa primeira fase, procedendo a uma reflexão sobre o género de texto que recolhemos, e tal reflexão permite uma organização do material recolhido. Num segundo, analisaremos as notícias de teor factual em toda uma série de variáveis e conexões que se estabelecem na sua ocorrência. De referir também que a análise das notícias de teor factual foi estendida depois às notícias de primeira página e às acompanhadas de fotografia (com as devidas alterações).

Em suma: o capítulo III será dedicado a essa primeira análise do corpo de notícias; enquanto que o capítulo IV, mais extenso, será dedicado à análises mais aprofundadas acabadas de referir.

CAPÍTULO III

DESCRIÇÃO DO CORPO DE NOTÍCIAS

Capítulo III – Descrição do corpo de notícias

Faremos, numa primeira abordagem ao corpo de notícias recolhidas, uma descrição de certas dimensões. Já que consideramos importante sabermos os padrões da informação recolhida. Teremos em linha de conta diversas dimensões, a saber: a distribuição das notícias por diário; a distribuição por teor da informação veiculada; por conteúdo; por drogas referidas; se as notícias são de primeira página; se são acompanhadas por imagem; e, por fim, a distribuição referente aos locais referidos na notícia. Será realizada então uma descrição do corpo de análise das notícias que fazem parte do nosso corpo de textos e imagens recolhidos.

Distribuição das notícias por Jornal

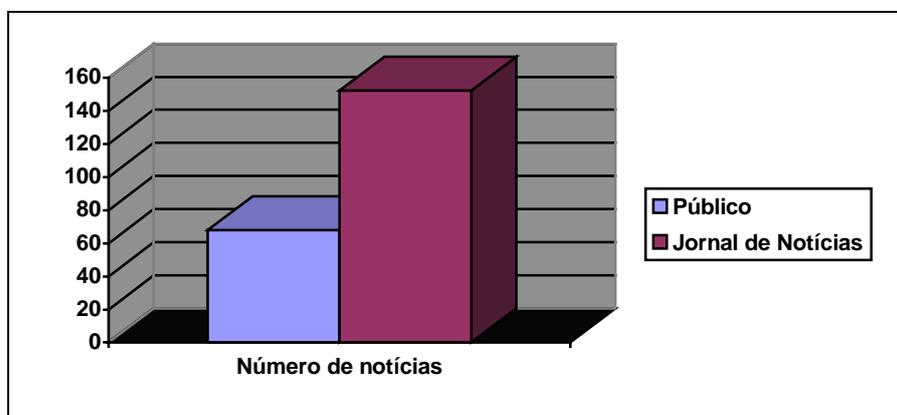


Gráfico 14 – Distribuição das Notícias por Jornal (n=220)⁹³

O Jornal de Notícias parece dedicar mais importância às informações que tocam os assuntos da toxicod dependência, sendo notória a diferença em relação ao outro jornal diário. Num universo de 220 notícias, 152 foram publicadas no conhecido diário nortenho.

Distribuição das notícias segundo o seu teor

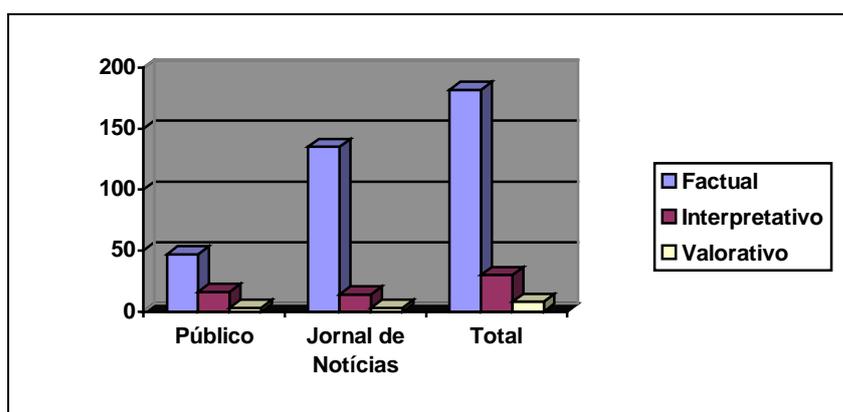


Gráfico 15 – Distribuição das Notícias segundo o seu teor (n=220)

⁹³ Consultar anexos para se aceder às frequências absolutas e relativas dos gráficos apresentados no estudo 2.

O padrão informativo parece replicar-se em ambos os diários considerados. Concretamente, as notícias de teor factual parecem ser omnipresentes e dominarem em relação a outro tipo de notícias. Seguem-se as notícias interpretativas e depois as notícias de carácter valorativo. Em relação ao diário Público, há uma pequena diferença: apesar de continuarem a dominar as notícias de teor factual, estas não adquirem a relevância que sucede no Jornal de Notícias.

Assim, e à primeira vista, a informação que surge nestes diários aparenta muita objectividade, tecendo poucas considerações sobre os factos. No entanto, antes de nos precipitarmos em conclusões extemporâneas, vamos ao invés, continuar a nossa análise: de facto, é preciso sabermos que tipo de informação é veiculado.

Distribuição das notícias conforme o seu conteúdo

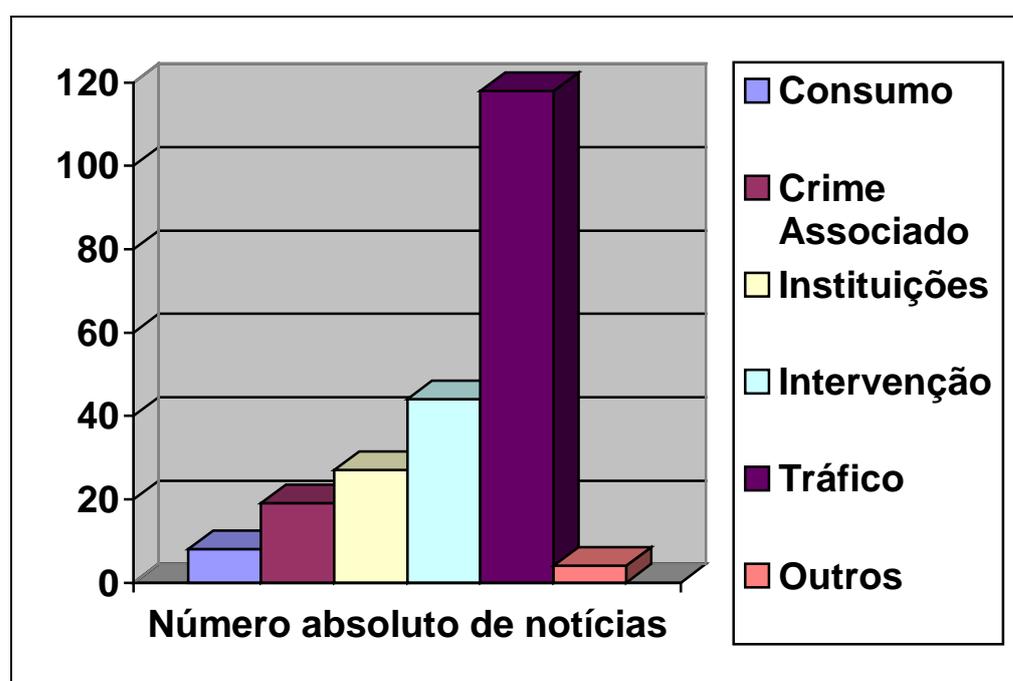


Gráfico 16 – Distribuição das Notícias conforme o conteúdo (n=220)

Em relação ao conteúdo das notícias recolhidas na nossa investigação temos a preponderância absoluta de notícias referentes ao tráfico das diversas substâncias, do que poderemos depreender uma tendência a privilegiar uma visão algo alarmista do fenómeno.

No entanto, outras categorias como o crime associado a drogas e as instituições repressivas têm uma menor expressão do que seria de esperar – note-se que o mesmo foi constatado pelo estudo de Fernandes (1997b).

A categoria intervenção, que engloba notícias referentes a instituições específicas na área da toxicodependência, teve uma importância de relevo, já que foi a segunda categoria, em termos de frequência absoluta. Tal pode indiciar uma alguma sensibilidade ao fenómeno, em termos de dar alguma voz às instituições que lidam com este tipo de problemas.

No entanto, a ausência dos consumidores continua a fazer-se notar e pois continuam praticamente ausentes das notícias. Apenas oito notícias,

num total de 220, são referentes a situações de consumo – e mesmo aí ainda teremos que ver se os consumidores têm realmente alguma voz activa.

**Distribuição das notícias segundo as drogas referidas
(paisagem psicotrópica)**

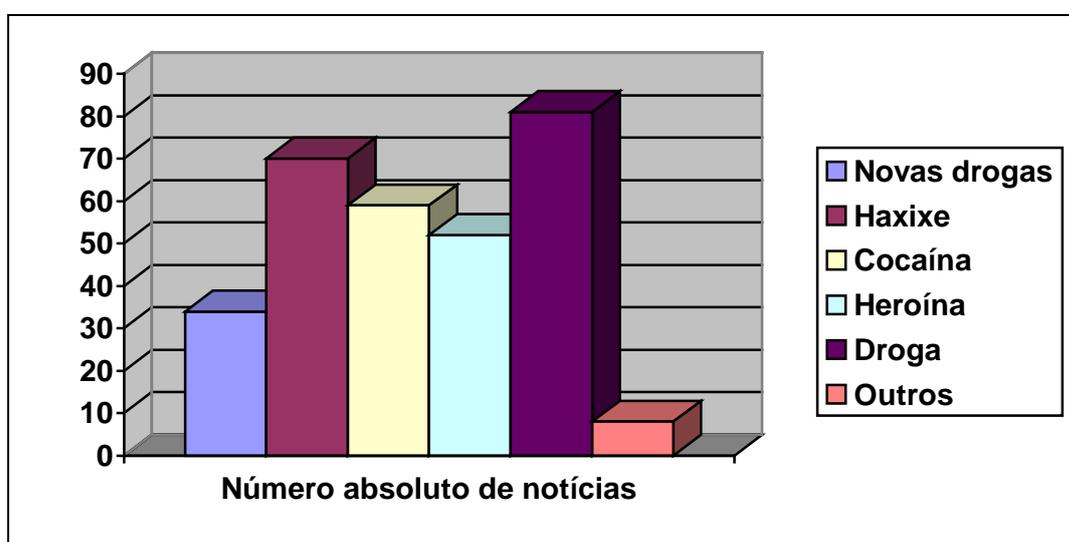


Gráfico 17 – Distribuição das Notícias segundo as drogas referidas (n=304)

No que diz respeito às substâncias psicoactivas, mencionadas nas diversas notícias, o haxixe tem a maior preponderância em termos absolutos. Seguem-se a cocaína e a heroína. As novas drogas – excstasy e outros – são as menos mencionadas. A categoria denominada droga tem, no entanto, a maior frequência. A subcategoria reflecte um tipo de notícias que se refere às substâncias em termos genéricos: como se o termo droga fosse suficientemente elucidativo do assunto e mais nenhuma outra referência fosse necessária.

Se considerarmos os termos, discutíveis é certo, de drogas duras e drogas leves, obtemos a seguinte distribuição: drogas duras 111; drogas

leves 104 e o termo droga com 81 referências. A preponderância das substâncias consideradas como mais alarmantes é um facto.

Para terminar, expliquemos uma opção metodológica tomada para o estudo desta dimensão - utilizámos frequências acumuladas uma vez que muitas notícias referiam várias substâncias, pelo que a soma das referências não coincide com a soma das notícias recolhidas, ultrapassando-a de forma clara.

**Distribuição das notícias de acordo com o destaque
(primeira página)⁹⁴**

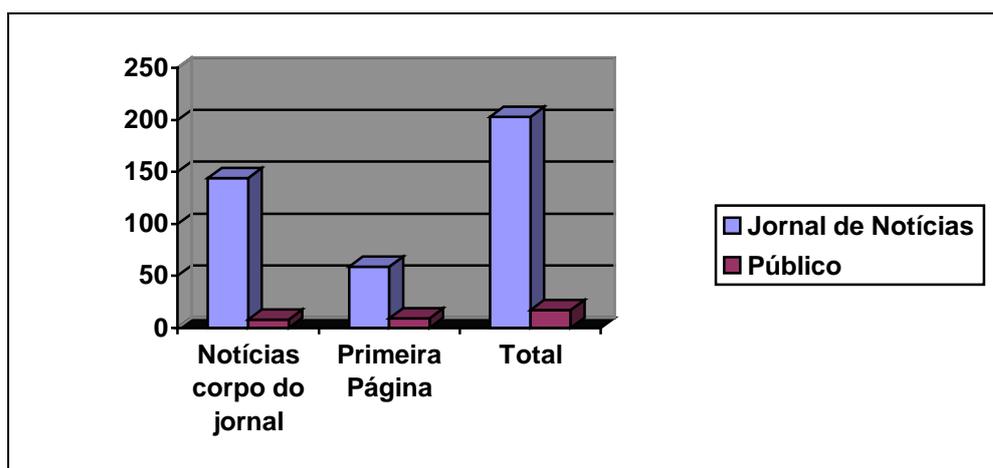
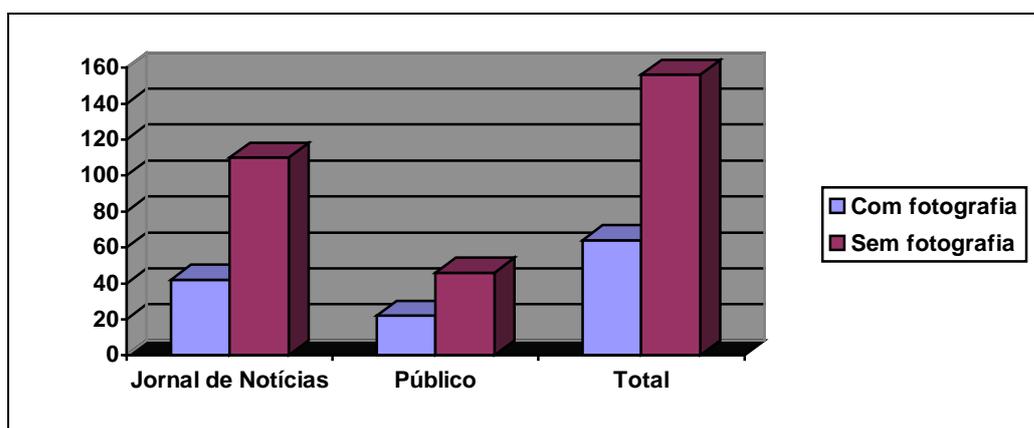


Gráfico 18 – Distribuição das Notícias de acordo com destaque (n=220)

A distribuição das notícias revela uma preponderância de notícias sem destaque. As primeiras páginas apenas alcançam 17 referências quase equitativamente distribuídas entre os dois diários - e isto tendo em linha de conta que entram para estes números os da separata Local do Público (que é de cariz mais regional).

Distribuição de notícias de acordo com a presença de fotografia**Gráfico 19** – Distribuição das Notícias conforme a presença ausência de fotografia (n=220)

Mais uma vez, e repetindo o padrão das notícias da primeira página, deparamo-nos com um maior número de notícias sem fotografia: quase três quartos das notícias sobre toxicodependências que entram para o estudo não são acompanhados de imagens. Em relação às notícias que são acompanhadas por fotografia, existe uma maior preponderância do Jornal de Notícias, que quase duplica o número de notícias registadas no Público.

⁹⁴ As notícias de primeira página fornecem o realce que a notícia deverá ter: a análise desses critérios possibilitará outro nível de análise da estrutura comunicacional que pretendemos revelar. Também no que diz respeito às fotografias se pode ter uma análise semelhante.

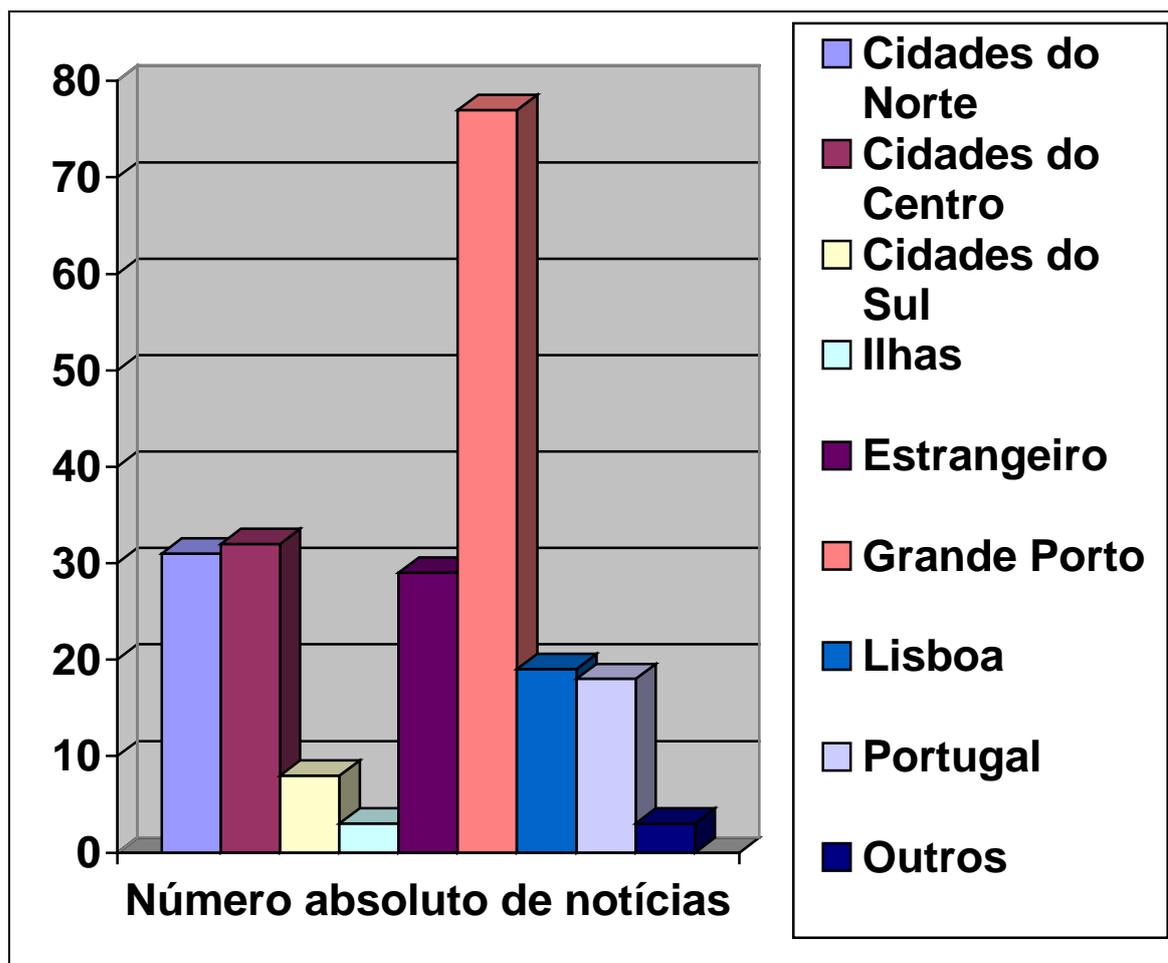
Distribuição das notícias de acordo com as localidades referidas

Gráfico 20 – Distribuição das Notícias conforme a presença de fotografia (n=220)

A distribuição das notícias de acordo com o local referido na notícia revela uma preponderância do Grande Porto e do Porto. O facto não é estranho por termos escolhido o Jornal de Notícias, um jornal diário do norte que, apesar de ter tiragem nacional, não descarta um certo regionalismo (sublinhado pelo facto de ter começado a ter edições regionais) e o Público que, desde há alguns anos, possui um destacável Local que, tal como o

nome indica, está mais vocacionado para notícias regionais. Mais adiante faremos uma análise mais detalhada deste subgrupo de notícias.

Em relação aos outros locais, optámos por agrupar as cidades por regiões (remetemos para Anexo 2 a descrição exaustiva dos resultados). Assim, temos 31 notícias referentes a cidades do norte; 32 cidades do centro; 8 do sul e por aí adiante. Lisboa, capital do país, tem direito a 19 notícias enquanto que Portugal, na sua globalidade é referido 18 vezes. Diversas instâncias no estrangeiro e países tiveram referência em 29 notícias.

Distribuição das notícias referentes à cidade do Porto

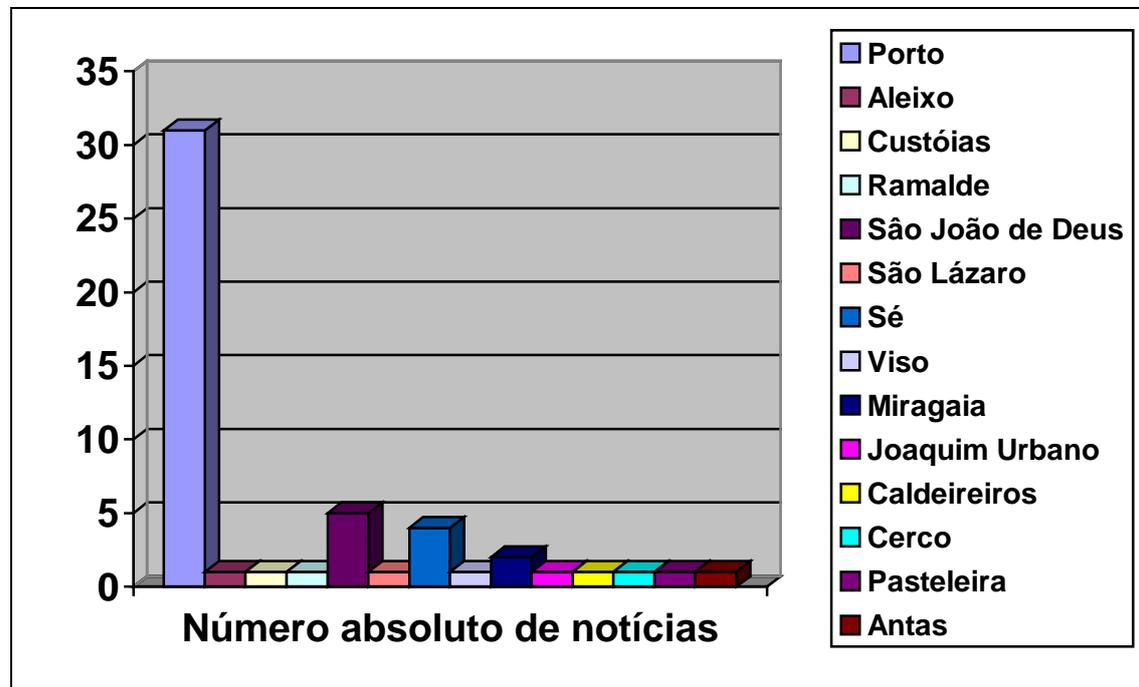


Gráfico 21 - Distribuição das Notícias de acordo com localidade (n=52)

No que diz respeito aos locais das notícias referentes à cidade do Porto, temos uma importância clara da cidade enquanto um todo. Depois, temos uma série de referências a bairros sociais como Ramalde, Cerco, Pasteleira, Viso e São de Deus. Também zonas da cidade como o jardim de São Lázaro, a Sé, a zona de Miragaia são referidas. Por isso, temos mencionadas zonas da cidade que são marginais e fora da malha urbana normativa, por assim dizer.

Em suma, registámos uma preponderância quase absoluta das notícias de carácter factual, que apontam para uma descrição de factos e acontecimentos, despojando o texto de qualquer valoração ou ideologia. Dir-se-ia então que estamos perante notícias em que a ideologia está ausente. No entanto, essa sensação dissipa-se rapidamente quando atentamos numa primeira constatação dos temas abordados: tráfico e detenções são os temas dominantes. Em contrapartida, o consumidor está ausente da maior parte dos textos.

Por outro lado, em relação às substâncias mencionadas regista-se, da mesma forma imprecisões: o vago epíteto de droga é a categoria com maior número de ocorrências. Haxixe, heroína e cocaína, por sua vez, são as substâncias mais referidas. No que diz respeito ao destaque, temos poucas notícias com honra de primeira página e com fotografia – o que poderá apontar para uma preponderância de peças jornalísticas pouco documentadas ou cuidadas, como mais adiante teremos oportunidade de constatar.

Finalmente, no que se refere aos lugares, a categoria dominante é a do Grande Porto, por razões óbvias. Uma análise mais cuidada das referências espaciais referentes à cidade do Porto fez emergir uma série de localizações nas margens da cidade (o bairro do Aleixo ou São João de Deus, entre, outros eram os espaços mencionados).

Como prometemos, esta primeira abordagem aos dados é apenas o início do percurso. Vamos então fazer nova análise, desta vez mais aprofundada e discriminativa.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DE CONTEÚDO

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Cumpre-nos agora fazer uma análise detalhada das notícias que acabámos de caracterizar, a nível de regularidades de carácter quantitativo.

Das notícias recolhidas, e seguindo de perto o estudo de Fernandes (1997), vamo-nos debruçar, em primeiro lugar, sobre as de carácter factual. São estas que, recordamos, dentro da dimensão informativa, se atêm à transmissão de notícias, ocupando uma grande percentagem do corpo recolhido. No entanto, deixaremos para trás o registo quantitativo até aqui utilizado. Privilegiaremos, ao invés, a apreciação dos conteúdos veiculados e das consequências que estes podem ter em termos da formação de imagens e de reforço de estereótipos acerca da toxicodependências e dos fenómenos ligados ao consumo de substâncias ilegais.

De seguida, faremos um exercício em tudo semelhante, agora relativamente às notícias que tiveram honras de primeira página. Interessa-nos, sobretudo, saber os factores que são vistos como catalisadores do interesse do público. Este tipo de notícias, embora, relativamente menos numeroso, pode, pelo seu carácter especial, fornecer numerosas pistas sobre o fenómeno.

Finalmente, no que diz respeito às notícias com fotografia, mudamos, mais uma vez, de registo: abandonamos o nível do texto que, de um modo ou de outro, nos acompanhou até agora. A dimensão visual em que a fotografia se move pode condensar em si numerosos significados, fazendo surgir na sua nudez certas tendências ou inclinações entrevistas a nível textual. Por outro

lado, a imagem pode ter um efeito catalisador bastante significativo registre-se que grande parte dos estudos de que até aqui fizemos referência têm escamoteado este tipo de informação.

O número, a expressão quantitativa dos resultados, será apenas evocada para sublinhar um dado aspecto da apreciação dos conteúdos. Neste particular, adoptamos uma postura completamente oposta à de Peneff (1990), quando este se insurge contra o sem número de investigações que se reclamam da análise de conteúdo sem apresentarem quantificações; para nós, espanta-nos o facto de inúmeras investigações se inscreverem no mesmo método sem apreciarem detalhadamente o conteúdo dos materiais qualitativos que recolhem. Vamos, pois, ao longo de todo este percurso, privilegiar os conteúdos efectivos das notícias, seguindo determinadas dimensões – apoiar-nos-emos no quantitativo apenas a título pontual e de ilustração.

Recordamos, então, em síntese, as etapas analíticas determinadas para a análise de conteúdo que nos propusemos levar a cabo: nível das notícias informativas de carácter factual; nível das notícias com honras de primeira página; e estudo das fotografias que acompanham as notícias sobre a toxicodependência.

1. – Notícias de dimensão Informativa Factual

As notícias de carácter informativo-factual representam um total de 182 ocorrências num total de 220. São, de longe, o padrão dominante nas notícias recolhidas neste estudo. Numa primeira abordagem, este tipo de notícias limita-se a descrever determinados acontecimentos, atendo-se apenas ao nível das ocorrências, ao nível descritivo, se quisermos.

Não obstante, esta aparência de neutralidade é apenas isso: uma aparência. Como veremos, existem padrões dominantes de comunicação que poderão condicionar a imagem pública do fenómeno da toxicodependência e das drogas ilegais.

Recordamos os eixos temáticos que estruturam o nosso percurso: as drogas; os actores; os lugares; os objectos; as instâncias; o discurso directo; e o chamado sistema explicativo espontâneo.

Nas drogas, faremos um exercício semelhante ao já efectuado, queremos apenas detalhar alguns pormenores. Nos actores, englobaremos as figuras nomeadas nas notícias. Os lugares referem-se ao tipo de evocação espacial recorrente nas notícias, não se tratando já de saber a localização geográfica das notícias (referentes a esta ou aquela cidade) mas o tipo de lugar que é evocado. Para as instâncias, um exercício de idêntica natureza será cumprido, saberemos que instituições e organizações são as mais evocadas. Para terminar, analisaremos os actores de discurso directo nas notícias: quem são e o que dizem. O sistema explicativo espontâneo compreende a natureza implícita ou explícita de certas atribuições relativas a determinados comportamentos adictivos.

1.1 - Drogas

Conforme afirmámos, o termo genérico de droga é, diversas vezes, evocado sem que se precise claramente sobre qual substância a notícia se vai debruçar. Segue-se o haxixe com um maior número de referências, seguido pela heroína e a cocaína, praticamente a par.

As substâncias, quando são referidas, são descritas em termos quantitativos: é referenciada a quantidade da substância (que, normalmente, é apreendida); ou o número de doses confiscadas, ou ainda substâncias que, de tão puras, serviriam, depois de adulteradas, para perfazer uma quantidade enorme de doses de venda na rua.

Existe, por isso, uma coisificação da droga, uma descrição minuciosa das substâncias que só sublinha a estranheza que o grande público continua a ter quando se confronta com este género de temas. Curiosa é a ausência de uma descrição correspondente no que diz respeito às novas drogas ou drogas sintéticas: ou seja não se quantificam o número de comprimidos confiscados, a explicação talvez resida no facto de ser uma via de ingestão mais familiar e que, por esse motivo, não se preste a tanta curiosidade.

De facto, a atracção pelo peculiar, pelo pitoresco das notícias relacionadas com as drogas, não se limita à forma como certas substâncias são apresentadas, antes se replica nas diversas categorias que vamos recolher nas notícias. Não se pode esquecer que as drogas surgem principalmente associadas a situações de tráfico e, mais especificamente, as de apreensão de substâncias. Raramente, o consumo surge como uma entidade autónoma.

1.2 – Actores

Os actores foram agrupados em cinco classes, a saber: a dos presidentes e gestores de organizações; a dos traficantes; a das instituições relacionadas directamente com o combate ao fenómeno geral das toxicodependências; a dos consumidores e a da criminalidade relacionada com as drogas. Estas categorias permitiram a classificação da totalidade do material recolhido.

1.2.1 – Presidentes e gestores

Em relação à subcategoria dos presidentes e gestores de organizações relacionadas com a toxicodependência, temos o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) diversas vezes nomeado. Aparecem mencionados: o presidente da organização; os coordenadores de diversos Centros de Apoio a Toxicodependentes (CAT); e, mais genericamente, diversos técnicos da organização.

No entanto, os cargos dirigentes não se resumem aos do IDT, também diversos líderes, relacionados normalmente com o poder autárquico se pronunciam sobre as questões relacionadas com a toxicodependência. O que se disse é especialmente verdade no que diz respeito às grandes cidades (mas aí nem sempre são os presidentes das edilidades os actores, mas sim vereadores de diversas áreas – normalmente da acção social).

A título esporádico surgem outras notícias em que os actores são farmacêuticos, investigadores criminais ou ligados ao mundo da medicina. Também investigadores europeus são indirectamente citados a propósito de estudos da União Europeia.

1.2.2 – Traficantes

A classe de actores mais nomeada, que chega a perfazer mais de 50% do total das notícias recolhidas, é a dos traficantes. De facto, quer seja na forma individual (um traficante isolado) quer seja na forma de associação criminal (a rede de traficantes) a ideia de tráfico é recorrente nas notícias analisadas. Se

pusermos os actores em acção verificamos que as notícias ilustram invariavelmente situações de detenção policial e encaminhamento em termos de indicição apresentação em tribunal, e outras similares.

Em termos individuais, predomina o sexo masculino entre os vinte e os quarenta anos de idade. Acontece ainda a referência a diversos indivíduos traficantes sem que se levante a suspeição de associação em rede. Sempre que tal facto é relevante nomeia-se a etnia ou a nacionalidade dos actores.

No que se refere à situação de rede criminosa dedicada ao tráfico de estupefacientes, a nomeação de associação criminosa é seguida pela quantificação do número de pessoas envolvidas e o seu sexo. Se a rede envolve contactos que ultrapassam os limites das fronteiras nacionais, o epíteto de rede internacional é prontamente evocado. Uma outra particularidade pode ser referida: as alcunhas de certos membros da rede são indicadas, p. e. o Ervilha, o Geno, o Manecas, ou, mais expressivas, o Break, o Vandame.

No caso da rede de tráfico, pode surgir também uma breve descrição das actividades de cada membro. Assim, temos um determinado indivíduo que é responsável por capear (angariar compradores na rua); outro por armazenar o produto; outro que o corta⁹⁵ e o acondiciona em doses individuais. Mais uma vez, se a nacionalidade não é a portuguesa, essa qualidade é prontamente evocada. De um modo geral, sempre que exista qualquer dado pouco comum relacionado com a qualidade do actor do tráfico, essa particularidade é nomeada, p. e. freiras dedicam-se ao tráfico de drogas.

1.2.3 – Combate

No que diz respeito aos actores relacionados com o combate ao consumo e tráfico de substâncias, temos as diversas estruturas policiais, Polícia de Segurança Pública (PSP) ou a Guarda Nacional Republicana (GNR), em acções de punição de actos ilícitos Também as estruturas relacionadas com o tribunal são referidas – p. e. Tribunal da região em que se efectuou a acção policial, frequentemente o Tribunal de São João Novo. O Ministério Público,

⁹⁵ Cortar significa adulterar a substância de modo a poder fazer mais pacotes, adquirindo assim uma maior valia significativa.

nomeadamente no que respeita às acusações que faz relativamente aos supostos traficante é, da mesma forma referido.

O Núcleo de Investigação Criminal (NIC) das diversas delegações regionais da GNR é também recorrentemente nomeado, particularmente porque os NIC apresentam aos mass media o resultado das suas pesquisas e das operações desencadeadas. Em complementaridade com os actores ligados ao tráfico (normalmente evocados a propósito de acções punitivas) uma panóplia de instituições ligadas à repressão de comportamentos ilícitos é, da mesma forma, detectada nas notícias – ainda que não de uma forma tão vincada como acontece com os traficantes.

1.2.4 – Consumidores

Em relação aos consumidores, a subcategoria menos apresentada, detectámos duas grandes áreas temáticas: a dos sem abrigo e dos consumidores alienados do social normativo; a do consumidor, ou potencial consumidor, que aparece como indefeso e vítima das consequências (esta última hipótese é minoritária no que a esta categoria diz respeito).

Assim, no que toca aos consumidores alienados surgem os consumidores sem abrigo; os arrumadores de carros. Temos também casos de consumidores agressivos que vitimam familiares próximos ou mesmo técnicos das instituições em que são atendidos. Em relação aos consumidores ou potenciais consumidores indefesos, temos: os alunos da escola vizinha de uma zona em que o tráfico é uma constante e que são objecto de aliciamento. Também dois pilotos americanos, acusados de terem aberto fogo sobre uma coluna aliada no Afeganistão, alegam terem sido forçados ao uso de determinadas substâncias indutoras de dependência que, a longo prazo, viriam a ter consequências nefastas na performance profissional dos sujeitos visados.

1.2.5 – Crime associado a drogas

Finalmente, no que diz respeito à subcategoria crime associado a drogas, as notícias não são especialmente numerosas. A ideia de perigo e de violação das normas sociais, no entanto, surge de forma recorrente por todo o corpo de

notícias. Assim, referem-se diversas vezes casos de traficantes que matam polícias (exemplo do Rio de Janeiro). O famoso traficante detido Fernandinho Beira-mar, monopoliza essa associação entre tráfico de substâncias e comportamentos extremamente agressivos – p. e. a sua mudança de prisão motivou motins em diversas zonas da cidade e combates entre a polícia e moradores das favelas ligados ao narcotráfico.

A associação entre tráfico de drogas e terrorismo foi, da mesma forma mencionado. – registre-se a utilização do termo narcoterrorismo. O sentimento de insegurança e a associação entre tráfico e crime surgem, em algumas notícias, através da voz de moradores quando, por exemplo, os moradores de certas zonas urbanas se insurgem contra o tráfico de drogas em zonas próximas dos seus domicílios. Casos esporádicos de assaltos ou de maus tratos a polícias podem, da mesma forma, estabelecer paralelismos entre as drogas e o crime.

1.2.6 – Síntese: Sobre os actores

Os actores predominantes são os próprios traficantes. O tema do tráfico aparece na sua complexidade: deparamo-nos com traficantes individuais, bem como com redes de tráfico. Nestes casos, a nomeação da alcunha pela qual são conhecidos no submundo é, diversas vezes, efectuada. Na maior parte dos casos, as situações de tráfico são citadas a propósito de acções vitoriosas de várias instituições policiais ou mesmo tribunais.

Paralelamente a esta visibilidade de instituições como a PSP, ou a GNR, ou a Polícia Judiciária, e os seus respectivos departamentos, são mencionados casos violentos de tráfico noutros países. O exemplo do Brasil é especialmente paradigmático, com a cidade de Rio de Janeiro confrontada com graves problemas de violência organizada. Por outras palavras: a subcategoria crime associado a drogas, apresenta-nos os mesmos casos de tráfico, os mesmos autores, mas agora em situações mais extremas e preocupantes. Neste sentido, a utilização do termo de narcoterrorismo pode funcionar como um verdadeiro símbolo da relação entre tráfico e violência (um símbolo de insucesso, bem real, que subjaz aos inúmeros casos de eficácia de que as diversas polícias se parecem reclamar).

Em relação a autores relacionados com o sistema assistencial, temos diversos presidentes e coordenadores das várias instituições que compõem o IDT. Normalmente, estes dirigentes vêm chamar a atenção para a necessidade de se apostar na prevenção dos comportamentos adictivos ou de reforçar a capacidade institucional de tratamento de toxicodependentes.

No que ao consumidor de drogas diz respeito, as notícias são claramente deficitárias: as referências são minoritárias e fragmentadas em muitos casos, não são directas, mas sim citações de outros agentes (p. e. um professor indigna-se com o aliciamento que supostos traficantes fazem a crianças nas imediações de uma escola). O consumidor é representado como um actor vulnerável a influências ou então, escolhem-se os exemplos mais extremos: o do consumidor completamente alienado e excluído da vida normativa.

Todos os exemplos detectados reforçam a ideia da repressão, pelo que os mass media parecem reproduzir e reforçar determinados estereótipos sociais: a polícia é quase sempre citada em casos de sucesso; os agentes ligados à intervenção sanitária dos comportamentos adictivos surgem reforçando a ideia de nova intervenção ou pedindo meios para uma maior intervenção; finalmente, os consumidores nunca são vistos como agentes mas sim como pessoas influenciáveis ou vítimas da substância.

Nada parece escapar a esta visão monolítica e redutora das drogas: mais repressão, mais prevenção e tratamento. Os consumidores não são responsáveis por si. E, para terminar, temos o exemplo simbólico do Brasil – como se fosse o resultado indesejável de qualquer complacência da nossa parte.

1.3 – Lugares

Quisemos conhecer os tipos de contexto em que as notícias da nossa amostra se referem – não se trata de conhecer a localização geográfica, exercício já anteriormente explanado, antes de conhecer os locais em que determinados acontecimentos se desenrolam. Utilizámos uma grelha semelhante à empregue para os actores e que contempla: locais relacionados com o tráfico; locais ligados ao consumo; locais evocados a propósito do crime associado a drogas; e, para terminar, locais onde o combate às drogas se realiza.

Através do conhecimento desses contextos, procurámos fazer um levantamento das dimensões simbólicas que se escondem por detrás de uma aparente objectividade e neutralidade jornalística.

1.3.1 – Tráfico

No que diz respeito aos locais relacionados com o tráfico, podemos observar dois grandes núcleos temáticos. O primeiro grande tema é constituído pelas referências às margens da cidade, ou seja, aos bairros degradados, às zonas em que existem acampamentos de ciganos, numa palavra: aos locais em que o tráfico alcança a sua última fase e a atinge a população consumidora. O segundo tema concentra-se na fase mais enigmática e escondida do tráfico: os apartamentos luxuosos; os aeroportos onde, por vezes, se fazem apreensões, e ainda as rotas internacionais de tráfico que envolvem países mais ou menos distantes como a Turquia ou a Tailândia. Em todas estas ocorrências evoca-se sub-repticiamente os espaços enigmáticos, dificilmente conhecidos do leitor comum. Evoca-se o desconhecido e o que transcende o leitor comum.

1.3.2 – Consumo

No que diz respeito aos locais relacionados com o consumo, uma subcategoria com menos entradas do que a anterior, temos os bairros sociais e

degradados ou zonas deixadas ao abandono – p. e. casas abandonadas. Um outro género de exemplos provém dos contextos de consumo das chamadas novas drogas: neste caso as zonas degradadas e perigosas deixam de ser importantes em detrimento dos estabelecimentos de diversão nocturna.

A título excepcional, temos uma notícia que tenta reflectir um pouco a dinâmica do mundo do tráfico – refere-se que a repressão que se passou há anos, a propósito do Bairro do Casal Ventoso, deslocou o fenómeno para certas zonas normativas de Lisboa e, especialmente, para uma outra zona degradada, a chamada Cova da Moura.

1.3.3 – Crime associado a drogas

A subcategoria crime associado a drogas é pouco representada no material recolhido. Assim, e apesar do tema do perigo e da insegurança ser transversal a todas as categorias, a associação clara crime e drogas não surge muito nas notícias – isto no que à subcategoria lugar diz respeito. Os pequenos roubos sucedem em torno de pequenas sedes de clubes, em relação ao problema brasileiro das drogas e à guerra do Afeganistão. Um lugar é descrito como associando um caso de masturbação pública, consumo e pequenos roubos a pessoas. Existem também uma série de pequenos furtos a hipermercados.

Assim, a ligação entre insegurança em certos bairros, o consumo e os crimes efectivos (quer seja na forma de assaltos a pessoas, quer no que diz respeito a roubos a residências) parece ser aqui um elemento dominante.

1.3.4 – Combate

Finalmente, a subcategoria do combate. Os lugares do combate são mais frequentes do que nas duas categorias anteriores e só têm paralelo com os lugares relacionados com o tráfico. Temos algumas referências à PSP ou GNR, especialmente quando fazem alguma reflexão sobre a sua actividade profissional e convocam, nas suas instalações, diversos jornalistas.

As estruturas de tratamento e de prevenção são muito referenciadas nesta subcategoria. Assim, temos diversos CAT e equipas de rua. No que à

prevenção diz respeito, temos bastantes exemplos de acções de formação e de esclarecimentos em diversas cidades do país. As farmácias, parceiros privilegiados nos programas de troca de seringa surgem são também mencionados pela negativa: muitos profissionais da área queixam-se de insegurança.

Locais como a Assembleia da República e instituições internacionais são também objecto de referência. Trata-se da discussão pública de determinadas leis a propósito do consumo de drogas e do seu tráfico. As instituições internacionais podem ser mencionadas a propósito de relatórios sobre o tráfico ou o consumo de substâncias ilícitas. Da mesma forma, podem ser referidas fundações ou organizações do género. Tal ocorrência chama a atenção devido à excepcionalidade das suas medidas – p. e. fundação paga dinheiro às mulheres e homens toxicodependentes que aceitem ser esterilizados.

1.3.5 – Síntese: sobre os lugares

No que aos lugares diz respeito, a alteridade é um dado dominante. As menções traduzem, invariavelmente, um espaço que é à parte da sociedade normativa. As margens da cidade, os bairros degradados, os supermercados de droga (para utilizar um termo sobejamente divulgado) são objecto de repetidas citações. É aí que se fazem detenções de pequenas redes de tráfico, é aí que certas reacções de pânico moral sedimentam um medo colectivo por esse tipo de espaços. Aqui se organiza a subcategoria crime associado a drogas. Os pequenos roubos, os lugares abandonados associam consumo de drogas com roubo e até com certas bizzarras sexuais (masturbação pública, entre outros).

Num extremo oposto a este, situa-se o mundo da riqueza e do grande tráfico: aquele que envolve apartamentos luxuosos e redes de comércio ilícito que implicam diversos países. Ora exceptuando alguns artigos de fôlego onde se constata a impunidade generalizada deste tipo de actividades, o tom dominante passa pela maior visibilidade da repressão. A subcategoria combate, a segunda mais representada no que aos lugares diz respeito,

relaciona-se de perto com a dimensão do tráfico. O combate surge associado a acção policial, à repressão e a uma repressão que tem sucesso.

Quanto à subcategoria consumo, confrontamo-nos com a replicação das subcategorias anteriores. A marginalidade e os lugares de exclusão social predominam sobre os outros numa subcategoria que é francamente subrepresentada em relação às outras que sobre as quais nos debruçámos.

O contexto de diversão nocturna como palco de consumo de drogas é, por outro lado, um tema relativamente pouco referido mas, cremos, que em franca expansão.

Em suma: os lugares replicam mais uma vez o fenómeno de drogas como um conjunto de comportamentos exóticos, mas que nem por isso escapam à ordem social. As margens da cidade, palco de tráfico e de consumo, são mencionadas a propósito de acções bem sucedidas da polícia. A indignação moral que incita a uma reacção violenta aparece também.

Esta dimensão factual da informação, fortemente normativa, entra em contradição com certos artigos de fundo – claramente em menor número – que p. e. constatam a impunidade do tráfico e a impossibilidade com a qual os diversos governos nacionais se deparam, ao tentarem controlar o fenómeno.

1.4 – Objectos

Consideremos o tipo de instrumentos ou objectos que possam ser mencionados nas notícias. Como nas categorias anteriores, optámos pela divisão temática em: objectos de consumo; objectos de tráfico; objectos de crime associado a drogas e objectos relacionados com o combate.

O assunto do tráfico, e nomeadamente os casos de detenção efectuados por parte da polícia, é recorrente nas notícias que recolhemos. Optámos por um pormenor da codificação que pode explicar o crescimento da importância do crime associado a drogas, comparativamente à subcategoria do tráfico: sempre que, nas notícias de tráfico, surgiam objectos com pistolas, facas ou outro tipo de utensílios que evocam a violência, optámos por classificá-las em crime associado a drogas.

1.4.1 – Consumo

No que respeita aos objectos relacionados com o consumo voltamos a deparar-nos ou com contextos de consumo degradados ou com contextos mais estruturados, relacionados com as novas drogas. No primeiro caso temos, p. e. colchões, cobertores, mesas improvisadas em casas abandonadas. Há referências a uma substância castanha⁹⁶ utilizada para consumo, ou seringas abandonadas em zonas normativas da cidade. Quando existem referências a programas de redução de riscos, os kit de consumo são também mencionados.

No segundo caso, temos as casas de divertimento e consumo de novas drogas ou de drogas sintéticas. Aí os comprimidos aparecem como objectos mencionados não se detalhando, contudo, outro tipo de objectos.

⁹⁶ Substância castanha, a heroína certamente que, inclusive, é assim apelidada no calão subcultural.

1.4.2 – Tráfico

No que concerne a objectos relacionados com o tráfico, encontramos exemplos de tráfico mais profissional e o tráfico de rua. No primeiro caso, temos referências a aviões, a barcos, a carros de alta cilindrada. Telemóveis, ouro e avultadas somas de dinheiro são, da mesma forma, objecto de apreensão – e recordamos que o tráfico é mencionado, a maior parte das vezes, a propósito de acções bem sucedidas de diversas instituições policiais. As doses são referidas em número de pacotes ou doses individuais, o seu grau de pureza também pode ser objecto de menção (ver parte sobre as substâncias). As balanças de precisão são outro tipo de instrumento que surge frequentemente nas notícias.

Em relação ao tráfico de rua, as acções policiais referem comportamentos suspeitos de determinados indivíduos que desencadeiam a acção de revista. Nestes casos, são apreendidos pequenas somas de dinheiro e menores quantidades de substâncias do que no caso anterior mas, mesmo assim, envolvendo um considerável número de doses individuais.

1.4.3 – Crime associado a drogas

A subcategoria crime associado a drogas replica os casos de tráfico. Aos exemplos de avultadas somas apreendidas, doses de substâncias, carros, entre outros, somam-se agora os que referem as armas. Estas armas podem ser vulgares pistolas de alarme ou armas de fogo de diversos calibres. As armas brancas são, da mesma forma, referenciadas. Assim, deparamo-nos com o termo pistola e o termo revólver (neste caso, seguido de especificação de 6,35 mm ou de 32 mm).

Os casos de tráfico deste género foram também associados ao termo narcotráfico – com ramificações a actividades de compra e venda de imobiliário, prestação de serviços e actividade de restauração. Casos em que notas contrafeitas são apreendidas sugerem a associação deste tipo de comportamento criminal à falsificação monetária. Falsos cartões de crédito ou de multibanco surgem em algumas notícias e ainda, num caso mais extremo,

foram apreendidas fardas policiais, cartões de identificação que permitiam aos membros da rede assumir várias identidades policiais (desde do simples polícia ao guarda fiscal, aduaneiro ou da polícia marítima).

Exemplos mais extremos, referem a apreensão de metralhadoras, granadas, incluindo as mais vulgares caçadeiras e ou mesmo as bombas. Mais uma vez o Brasil, especialmente as notícias sobre o Rio de Janeiro e o traficante Fernandinho Beira Mar assumem um papel especial: os traficantes desenvolvem acções de retaliação e de resistência à polícia.

1.4.4 – Combate

Quanto à subcategoria combate, o sentido geral veiculado nas notícias aponta num sentido de reforço dos meios e da urgência em fazê-lo. A ideia de que o combate aos comportamentos adictivos não está a ser desenvolvido com a intensidade que lhe é merecida ou da forma mais correcta é outra das ideias dominantes. As referências a estratégias de tratamento parecem estar sob alguma forma de erosão. Privilegia-se a ideia da reinserção e da utilização mais sistematizada das comunidades terapêuticas livres de drogas. Temos ainda a prevenção dos comportamentos adictivos como outra das estratégias em franco desenvolvimento nesta área. De facto, a promoção, a nível de municipal, de diversas estratégias de prevenção parece ser uma forma recorrente em diversas localidades nacionais. Paralelamente, a nível do tratamento, surge a ideia de falta de pessoal, a carência de meios para acompanhar determinadas franjas da população consumidora (as grávidas p. e.) ou a falta de meios a nível de determinadas equipas de rua.

No combate ao fenómeno, quando encarado no seu sentido mais restrito, ou seja o policial – a ideia de falta de meios surge com alguma frequência, por exemplo: falta de meios para o combate ao narcotráfico que utiliza lanchas ultra-potentes. O desenvolvimento, a nível internacional, de novas formas de detecção de estupefacientes também foi objecto de notícia.

Finalmente, e apesar da ideia consensual que o consumo de drogas ditas duras está a diminuir a nível nacional, diversas notícias e diversos responsáveis que prestam declarações aos mass media optam pela

prossecação da estratégia alarmista: o consumo de drogas continua a aumentar agora fora dos grandes centros urbanos.

1.4.5 – Síntese: sobre os objectos

É legítimo concluirmos que a subcategoria objectos replica as tendências das categorias anteriores: de facto, depois da predominância dos traficantes como actores; e de lugares como os bairros degradados e acossados pela polícia, que outro tipo de dados se poderia classificar em objectos?

Os objectos dominantes surgem, pois, como consequência de apreensões. Ao produto apreendido, soma-se dinheiro (por vezes contrafeito) objectos em ouro, automóveis de alta cilindrada (em casos de tráfico mais estruturado). Objectos relacionados com o tráfico, como balanças ou outros instrumentos do género, são da mesma forma mencionados. Ao conteúdo relacionado com tráfico soma-se também o crime associado a drogas: em diversas notícias de tráfico, a apreensão de armas de variados géneros, liga a actividade a um tipo de crime mais perigoso e violento até.

No que diz respeito ao consumo, os objectos que emergem nas notícias têm que ver, essencialmente, com contextos de marginalidade. Trata-se dos objectos que são encontrados em prédios abandonados, em bairros sociais vítimas de exclusão social. Repetimos: colchões postos no chão em leitos improvisados; mesas no soalho; seringas abandonadas. Curiosamente, o consumo associado à movida nocturna não suscita descrições tão precisas de objectos (o que sublinha talvez o ainda desconhecimento deste tipo de comportamento adictivo?).

Em relação às instâncias de tratamento o dado dominante é o que aponta para a urgência da continuação do combate – nomeadamente a nível de reinserção de indivíduos recuperados e da prevenção dos comportamentos adictivos.

Em suma, os objectos que surgem nas notícias apontam para uma imagem de consumo degradado e, especialmente, para os casos em que o tráfico e os comportamentos perigosos associados ao tráfico são alvo de intervenção policial e jurídico-penal. Mais uma vez se reforça a ideia

proibicionista e um proibicionismo de sucesso – isto ao lado do exemplo do descontrolo brasileiro.

1.5 – Instâncias

Na categoria instâncias, procurámos saber que tipo de instituição é mais referenciada nas notícias recolhidas, num esforço de localização e descrição do fenómeno: depois da análise geográfica (realizada nos capítulo III deste estudo), da análise dos objectos envolvidos e dos lugares associados a este tipo de informação mediática, trata-se agora de realizar uma descrição do tipo de instituições mais associadas com as notícias recolhidas.

Utilizámos duas grandes subcategorias, a saber o eixo preventivo e o eixo repressivo. Na prevenção, englobámos todo o material que englobe a prevenção primária propriamente dita mas também o nível do tratamento e da reinserção (prevenção secundária e terciária respectivamente). No que ao eixo repressivo diz respeito, temos todo o conjunto de instituições responsáveis pela conceptualização e aplicação das leis, a saber: Assembleia da República, diversas forças policiais, tribunais, ministério público, estabelecimentos prisionais entre outros.

1.5.1 – Eixo preventivo

Relativamente ao eixo preventivo, as instituições mais citadas são o Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT) e os seus diversos componentes: os CAT e os programas que, em parceria com alguns municípios, aquele instituto tem vindo a assinar.

Para além da actividade do IDT, as notícias recolhidas referem-se também programas de intervenção em que o objectivo da abstinência de drogas é uma característica sublinhada (p. e. o programa da câmara portuense Porto Feliz). Outro tipo de intervenção, como o que decorre da acção das equipas de rua, é, da mesma forma, mencionado. As acções de diversas câmaras que encaram a promoção de infraestruturas desportivas como uma medida de prevenção da toxicoddependência são ainda objecto de atenção dos jornais que consultámos.

Há notícias de carácter esporádico com referências a artigos de revistas como a Times, e as posições de certos governos estrangeiros (como a medida canadiana de liberalizar pequenas quantidades de haxixe). São registadas acções e divulgação de informação recolhida pelo Observatório Europeu das Drogas ou pela Organização das Nações Unidas (ONU). Uma notícia de apoio à investigação do extinto Instituto Português do Combate à Droga (IPDT) completa o rol de notícias aqui classificadas.

1.5.2 – Eixo repressivo

No que diz respeito ao eixo repressivo, são noticiadas algumas medidas e debates realizados na Assembleia da República e toda uma panóplia de discussões a propósito de uma futura reforma das leis reguladoras das penas relacionadas com os diversos tipos de tráfico e ainda da questão da despenalização do haxixe.

Diversos tribunais são referenciados. As menções fazem-se a propósito de processos judiciais que estão a decorrer e que merecem a atenção dos jornalistas. Há também notícias que acompanham a detenção dos traficantes nas suas diversas etapas: à detenção policial segue-se a apresentação ao juiz de instrução criminal. Por vezes, existe uma apreciação de determinadas decisões do juiz. Assim, regista-se a posição de certos moradores ou pessoas ligadas genericamente à opinião pública, discorda-se da ausência da prisão preventiva – “assim eles vêm para aqui e continuam a fazer o mesmo” (traficar).

O comando de Lisboa da PSP faz também alguns comunicados que são objecto de notícia, procurando realçar a sua actividade anti-narcótica. Da mesma forma, diversos núcleos de investigação criminal e mesmo departamentos específicos de diversas polícias judiciárias convocam conferências de imprensa ou facultam aos jornais, através de outros meios, diversos dados da sua actividade anti-criminal.

Mais esporadicamente, regista-se ainda alguma acção repressiva de governos estrangeiros – p. e. o australiano e o espanhol. O caso brasileiro também aqui se reflecte, nomeadamente através de referências a acções mais musculadas da Polícia Militar daquele país.

1.5.3 – Síntese: sobre as instâncias

Notámos uma certa acentuação da importância da prevenção em diversas acções do IDT – que, no período em que o estudo decorria, montou uma rede nacional, em parceria com várias edilidades, dedicada à prevenção de comportamentos adictivos. Certos sectores da sociedade, mormente certas edilidades, sublinharam a relevância dos programas de tratamento livres de drogas, numa crítica velada (e, nalguns casos, manifesta) em relação ao modelo vigente nas instituições pertencentes à rede pública de acompanhamento de toxicodependentes. Também transpareceu uma acção reivindicativa despoletada por diversos CAT queixando-se de falta de meios e de instabilidade profissional.

O eixo repressivo repete a panóplia de instituições relacionadas com o dispositivo jurídico-penal. Diversos departamentos, de diversas forças policiais, são citados; variados tribunais e o MP emergem nos dados recolhidos. A preponderância esmagadora da polícia e outras instituições do género verificada anteriormente noutras subcategorias não se verifica aqui. Há muitas notícias que referiam a acção da polícia sem que depois se cite atitudes ou posições das instituições.

Em jeito de balanço: as instituições relacionadas com o eixo preventivo, tal como o entendemos aqui, têm uma preponderância relativa em relação às do eixo repressivo (que, embora continuem a dominar, não o fazem de modo tão expressivo como, à partida, se poderia aguardar). No entanto, concordamos com Szasz (1970) quando sublinha o papel normativo das instituições de tipo sanitário – quer elas se dediquem especificamente ao tratamento, quer se dediquem à prevenção ou à reinserção.

Podemos interpretar essa suposta discrepância nos dados de um modo natural: os jornais noticiam detenções de traficantes, e até de consumidores, referindo parcelarmente a acção da polícia, sem que as respectivas instituições sejam directamente objecto de atenção. Por outro lado, as notícias sobre as instituições assistenciais (preventivas, de tratamento ou de reinserção) só têm

honras de atenção mediática em consequência de acções específicas de que possam ser autoras.

Finalmente, estamos em crer, as instâncias que surgem nas notícias têm que ver com o actual estado da política de saúde (e da ausência dela) na área das drogas. A repressão e os modos tradicionais de lidar com o problema continuam a reforçar-se e poucas são as notícias que deixam de encarar o consumo de drogas como um problema e um modo de alienação do indivíduo. A área dos consumos controlados, ou a reflexão sobre os motivos que levam certos indivíduos a traficar permanecem fora de qualquer reflexão.

1.6 – Discurso directo

A categoria ‘discurso directo’ dá conta dos actores e das falas que acontecem nas notícias sobre a droga que recolhemos. É um modo de aprofundar a categoria actores, anteriormente analisada. A riqueza comparativa além do facto de, neste caso, os actores terem uma acção concreta, pronunciando-se directamente sobre os assuntos em questão. É de sublinhar que apenas 75 notícias se apoiam em opiniões e citações dos entrevistados para produzir a notícia. Sublinhamos também o carácter, frequentemente, fragmentário e parcelar das mesmas.

1.6.1 – Instituições de sanitárias

Em termos de organizações relacionadas com a rede estatal de tratamento e apoio à toxicodependência, regista-se a ideia de privilegiar a prevenção como um modo de diminuição das exigências e dificuldades sentidas com o tratamento. Esta ideia é normalmente veiculada pelos órgãos máximos do IDT ou pelos dispositivos mais relacionados com a área da prevenção.

Numa notícia o actual director do IDT pronuncia-se sobre propostas liberalizadoras do Bloco de Esquerda (BE) classificando-as de inovadoras mas, em certa medida, prematuras acusando o Partido Socialista (PS), por seu turno, de não propor nada de novo. Mais uma vez, o director do IDT prefere sublinhar a subida do consumo de heroína e cocaína no concelho de Matosinhos, reiterando a urgência da prevenção.

O período do estudo coincidiu com certos debates na Assembleia da República que envolveram diversos deputados, dos variados quadrantes políticos, assim como antigos dirigentes – p. e. Elza Pais dá uma entrevista de fundo sobre a despenalização de drogas leves. As posições mais liberais vêm da ala esquerda do parlamento e de certos sectores da Juventude Social Democrata (JSD); desempenhando posições mais conservadoras o Partido Popular (PP) e o Partido Social Democrata (PSD).

Instituições como os CAT preferem sublinhar a falta de meios para lidar com as exigências com que as instituições actualmente se confrontam. Antigos dirigentes sublinham a existência de uma certa irregularidade contratual com alguns profissionais, o que acabaria por criar um certo clima de insegurança. É de sublinhar que um antigo dirigente acaba por reconhecer a existência de uma rede de percursos paralelos de distribuição da metadona (e, por conseguinte, a apropriação da substância para fins de tráfico).

1.6.2 – Instituições Repressoras

No que diz respeito às instituições relacionadas com o dispositivo jurídico-penal registam-se posições dos mais variados actores relacionados com os julgamentos, desde os arguidos propriamente ditos, aos juizes, passando pelo ministério público. Assim, temos um juiz, membro de um colectivo que, constatando a existência de dúvida, acabou por se decidir a absolver os acusados.

Uma arguida, escolhendo arcar sobre si todas as acusações do ministério público (MP) alega “a vida é muito difícil...” – como uma justificação para se dedicar ao tráfico - repetindo, por diversas vezes, a afirmação: “é mentira, era eu...” (que cometia determinado acto ilícito relacionado com o tráfico de drogas). Subentende-se uma certa cumplicidade por parte dos acusados que, estrategicamente, concentram as acusações numa só pessoa.

O curioso é que, apesar da omnipresença de situações de tráfico e de crime associado a drogas, a importância de instituições como a GNR e a PSP não se reflecte no discurso directo. Os exemplos são escassos, mas acabam por tomar um certo tom triunfalista: p. e. “rude golpe no tráfico de drogas que abastecia a cidade de Aveiro”.

1.6.3 – Consumidores

As notícias sobre sem abrigo e sobre arrumadores dão, por vezes, o privilégio do discurso directo aos próprios. O caso dos arrumadores levantou uma série de dúvidas ao estudo, uma vez que nem sempre, a propósito destas figuras, a toxicodependência ou o consumo de drogas eram evocados. Parece-

nos que esta figura tem vindo a desenvolver uma certa autonomia na imprensa arrastando consigo certos estereótipos ligados à insegurança e à “limpeza” da cidade, inicialmente apenas ligados aos consumidores de drogas.

O discurso destes actores faz-se a propósito de peças que procuram descrever as condições de vida destes marginalizados, com referências a pormenores quotidianos ou detalhes do contexto de vida (exemplo: descrição das condições de prédios abandonados onde esses sem abrigo sobrevivem). Por vezes, há uma tentativa de analisar os padrões de interacção entre os indivíduos, mas de um modo fragmentário e pouco sistemático. Aliás este tipo de peças é francamente escasso.

Um outro género de notícias procura saber o modo como o programa de tratamento e reinserção da Câmara Municipal do Porto é encarado pelos interessados: ao lado da peça, as opiniões esparsas de diversos consumidores dividem-se entre a aceitação e a recusa do programa Porto Feliz.

Nos casos referidos, as opiniões dos consumidores (sejam eles sem abrigo ou arrumadores já que as figuras não se excluem mutuamente...) surgem de modo marginal, não interferindo com a notícia propriamente dita que emerge de forma autónoma.

Ressalta destes dados a ausência de consumidores ditos normativos ou que tenham alguns laços preservados em relação à sua profissão e família. Os casos alinham, sem excepção, pelo excluído e pelo alienado, acabando por reforçar um estereótipo do consumidor de drogas como um indivíduo completamente alienado.

1.6.4 – Outros casos

Nesta alínea optámos por incluir alguns casos que não têm uma catalogação linear. Por outras palavras: diversos discursos directos que não são catalogáveis num dos temas anteriormente considerados. Assim, passamos a listar:

- um presidente de um município refere preferir deixar ruas por pavimentar a não afectar verbas para a prevenção e tratamento da toxicod dependência;

- um morador insurge-se contra a medida de prisão domiciliária a que um suposto traficante se viu submetido, alegando que desse modo o indivíduo reincidiria imediatamente na mesma falta;

- um investigador da área da história sublinha o papel supostamente central que a cannabis teria nos ritos religiosos do judaísmo, acabando por insinuar que Jesus Cristo teria tido contacto com a substância;

- alguns investigadores fazem descrições de substância menos conhecidas como o modafinil ou abuso de codeína.

Detectámos um certo interesse em dar notícia sobre o insólito e o inesperado que podem seduzir o eventual leitor, como tornar famosos ou pelo menos faladas, certas posições de certos investigadores ou diletantes. O sensacionalismo parece agradar a todos: aos leitores; aos jornais; a eventuais autores que aproveitam o sensacionalismo existente em torno do tema das drogas para adquirirem alguma projecção.

1.6.5 – Síntese: sobre o discurso directo

Deparámo-nos com os actores no auge da acção: são eles que se exprimem na sua própria voz, fazendo ouvir as suas opiniões e posições sobre variados assuntos.

Assim, nas instituições sanitárias, é notório o forte apelo nas referências à falta de meios e de instabilidade profissional. Por outro lado, a tónica nas estratégias preventivas, anteriormente detectadas noutras categorias, repete-se aqui. Finalmente, a Assembleia tem vindo a ser palco de discussões políticas sobre as macroestratégias para lidar com o problema da droga. As posições multiplicam-se desde as mais conservadoras e defensoras do actual *status quo* da política das drogas (e, eventualmente, o reforço da repressão em determinadas áreas), às posições mais progressistas e liberalizadoras.

Nas instituições mais ligadas à repressão, surgem normalmente algumas críticas a determinadas decisões (de pessoas indignadas pela complacência das autoridades). Noutros casos, ouvimos arguidos a defenderem que a vida é difícil e que o tráfico de drogas pode ser uma estratégia viável para se superar certos obstáculos. A polícia, apesar da sua preponderância relativa enquanto

actor de muitas notícias, não ocupa espaço proporcional em termos de discurso directo.

No que aos consumidores diz respeito, notámos que, frequentemente, os seus depoimentos servem de ilustração a posições pró e contra certas ideias (género: quem teve sucesso no tratamento e concorda com actividade do programa Porto Feliz e quem com ele não concorda). O carácter fragmentário das descrições dos consumidores é sublinhado ainda pelo facto de não interferirem, as mais das vezes, com o corpo principal da notícia.

Para finalizar, o reforço do *status quo* da política das drogas continua a fazer-se sentir nesta categoria. A única diferença em relação as subcategorias é a relativa preponderância das estruturas ligadas ao sanitário. De facto, a Assembleia da República é o único contexto em que um discurso não proibicionista tem algum eco, embora sem consequências práticas de nenhum tipo.

1. 7 - Sistema explicativo espontâneo

No sistema explicativo espontâneo (SEE) codificámos o tipo de material que implica alguma visão causal sobre o comportamento de consumos ou outro tipo de comportamento relacionado com o tráfico. O SEE é uma categoria com poucas ocorrências, registando-se 45 notícias num total de 220.

O SEE pode surgir através do discurso directo dos entrevistados e, neste sentido, pode ser encarado como um desdobramento da categoria discurso directo; pode surgir também através da opinião, mais ou menos velada, do jornalista, autor da peça.

1.7.1 – Tráfico

Assim, muitas das notícias com material codificado neste eixo detêm-se em explicações mais ou menos estruturadas sobre o funcionamento de diversas redes de tráfico. Analisam-se, ainda que de uma forma que tende para a mera descrição, os modos de cooperação entre os vários actores relacionados com o tráfico e ainda formas extremas de solidariedade. A arguida que arca com todas as culpas, anteriormente referenciada, é enquadrada num sistema de regras e de solidariedades bem específico (a pessoa mais velha da rede teria de assumir essa responsabilidade, em caso de problemas policiais e judiciais).

Este tipo de conteúdo surge com alguma recorrência, diferindo apenas em questões de pormenor. Uma das diferenças mais evidentes é o nível sócio-económico da rede e a sua posição nas cadeias de tráfico. Assim, temos as operações de venda directa ao público e as operações de contrabando e de tráfico internacional. As explicações, em ambos os casos, limitam-se ao registo do funcionamento e às regras desse funcionamento, não se fazendo uma leitura política ou motivacional dessas actividades.

1.7.2 – Actividade policial

A apresentação de certos números relacionados com a actividade policial pode ser sujeito, a formas incipientes de interpretação. Deste modo, a diminuição do número de pessoas identificadas está relacionada com a entrada em vigor da lei que despenaliza os consumos. Mais uma vez, a relação é constatada sem que daí se tirem algum tipo de inferências. De facto, o leitor não fica a perceber se a redução na identificação de pessoas é algo de positivo ou de negativo.

As acções da polícia podem desencadear-se em virtude de um comportamento estranho de um determinado transeunte. As substâncias apreendidas podem ser contextualizadas em termos de rotas fornecedoras de produtos – p. e. um acampamento cigano da zona de Ílhavo constitui-se como principal local abastecedor daquela cidade.

Mais uma vez, o SEE limita-se a relacionar factos em determinadas grelhas explicativas sem aprofundar muito mais essas questões. Daí que o epíteto de explicação espontânea adquira uma maior propriedade à medida que vamos explorando este tipo de material.

1.7.3 – Atitudes de instituições

As atitudes de diversas instituições replicam determinados lugares comuns sobre as drogas e as toxicodependências. A agravante de tudo isto é que alguns responsáveis de serviços acabam por replicar ideias e erros mais vulgares e próprios do senso comum.

Assim, a ideia da vulnerabilidade dos jovens, em risco de se perderem em virtude das leis mais moderadas, propostas e aprovadas por anteriores executivos, é realçada, a ponto de um director importante do IDT proclamar que de “leveza em leveza os nossos jovens perdem-se...”

Outros responsáveis de instituições relacionam a dificuldade de adesão a determinados programas, com uma influência nefasta dos tratamentos dos CAT. Outros directores tentam defender a excelência da metadona, embora

reconhecendo que muitos dos indivíduos prescritos com essa substância sejam politoxicod dependentes.

Uma outra ideia relaciona a divulgação de informação dos efeitos e consequências das várias drogas com a ideia preventiva. Sabemos, pelas mais variadas fontes científicas, que tal atitude carece de suporte credível (Negreiros 1995; 1991; 1990). Sabemos, pelo contrário, que a divulgação de informação sobre drogas pode ter efeitos iatrogénicos e perniciosos. No entanto, as diversas acções de prevenção de comportamentos adictivos noticiadas parecem basear-se neste último pressuposto.

Uma outra acção de prevenção parece relacionar a prática de um desporto com um efeito protector em termos de risco de abuso de drogas. Assim, diversas associações desportivas colaboraram em acções de prevenção patrocinadas pelas respectivas edilidades.

Finalmente, o governo canadiano defende a legalização do haxixe como uma forma de combate às máfias, cada vez mais poderosas. A ideia de regulamentar a venda da substância retiraria uma mais valia evidente a quem se arriscar a comercializar o produto.

1.7.4 – Sobre o sistema explicativo espontâneo

O SEE recolhido entre as notícias de teor factual é de carácter fragmentário e pouco sistematizado, reforçando a ideia da deficiente complexidade informativa, inferida a propósito da escassez de notícias valorativas e informativas. O próprio SEE é simplista e, por vezes, contraria os dados que a literatura científica considera verdadeiros.

As notícias sobre tráfico não despertam reflexões ou críticas mais complexas ou de nível que não se acanhe ao exíguo espaço do factual. As descrições sobre os meios e o *modus operandi* de diversas redes de tráfico é detalhado, mas o nível factual e concreto não é ultrapassado. A notícia nunca consegue despertar reflexões sobre condições de vida, motivos e razões profundas de determinados comportamentos. Veicula-se a ideia de uma polícia e de uma repressão do combate à droga que é triunfalista, sendo que tudo o resto cai em desgraça.

A actividade policial segue idênticos parâmetros: analisa-se factos e acções nunca se enquadrando essas acções num contexto mais vasto. Diversos autores questionam o sucesso da guerra às drogas (Inciardi, 1992; Kaminski, 1990 e o próprio Young, 1971). As suspeições sobre a interrupção dos circuitos de fornecimento de substâncias ilícitas, que se seguiriam a acções bem sucedidas e a apreensões de quantidades avultadas de substâncias, podem ser postos em causa.

Finalmente, algumas ideias do senso comum, veiculadas por instituições que intervêm na área das toxicodependências, reforçam estereótipos no que concerne aos comportamentos adictivos. A ideia de que a informação sobre drogas tem efeitos protectores é um dos lugares comuns que surge em diversas notícias.

Em suma, o SEE não acrescenta nada à dimensão puramente factual dominante nas notícias recolhidas sobre a droga.

1.8 – Alguns padrões dominantes e suas implicações

Resta-nos fazer uma síntese dos dados até agora encontrados na pesquisa. Procurámos listar algumas das tendências gerais das categorias utilizadas até para que depois possamos traçar uma notícia protótipo da actividades dos mass media analisados.

Assim, no que à categoria drogas diz respeito encontrámos uma descrição exhaustiva dos pormenores das substâncias (normalmente haxixe, heroína e cocaína) como se se tratassem de substâncias exóticas e irreversivelmente estranhas.

Quanto aos actores citados na actividade informativa, temos uma preponderância dos traficantes, quer actuem isolados, quer em redes locais e internacionais. Nesta categoria, associa-se a classe dos traficantes declaradamente perigosos, quando o tema da droga se associa de forma clara e inequívoca ao crime, ao tema da insegurança. Seguem-se as polícias, os tribunais e as acusações do MP. No que diz respeito aos consumidores alienados e vítimas, eles vêm em último lugar e de forma bastante discrepante.

Em relação aos lugares citados nas notícias, estes referem, sobretudo, as margens da cidade (exemplos: bairro social; casa abandonada; estrada durante a noite), onde a droga se associa com outras aberrações comportamentais. De forma mais discreta, surge o mundo da riqueza e dos grandes apartamentos - contextos de actividades ligadas ao tráfico de droga de mais alto nível. Sublinhe-se que todos estes lugares são citados relativamente a acções policiais que reposicionam a ordem social dita normal; mais raramente, esses lugares são citados a propósito de situações de insegurança e de indignação moral (que incita, por sua vez a uma célere reposição da ordem social).

Os objectos citados nas notícias são, na sua maioria, mencionados aquando das apreensões realizadas: apreensão de objectos valiosos de vária ordem; ou balanças e armas no caso do crime associado a drogas. No que

concerne aos consumidores, o contexto passa pelas casas abandonadas e o seu recheio, onde muitos deles habitam. Como nas categorias anteriores, é a intervenção policial que faz com que toda esta panóplia de objectos tenha honras de atenção mediática.

Em relação às instâncias citadas nas notícias, as instituições de tratamento têm tendência a reclamar mais meios e mais estabilidade, de forma a poder exercer a sua acção de forma eficaz. A panóplia de departamentos das diversas forças policiais é também citada, mas não com a frequência que a registada em actores. Por outras palavras: apesar da polícia realizar várias detenções, citadas em abundância nas notícias, essas citações não correspondem depois a uma escuta mais profunda das instituições, enquanto organizações de direito próprio.

O discurso directo replica as tendências da categoria instâncias, talvez de uma forma mais acentuada. As instituições relacionadas com o dispositivo sanitário adquirem uma importância maior – e repete-se o tema da falta de meios e da importância da prevenção – em detrimento das instituições de repressão. Isto apesar de se terem detectado diversas conferências de imprensa convocadas por diversos departamento policiais.

Finalmente, no que diz respeito ao SEE, este surge pouco nas notícias recolhidas. Quando emerge há uma tendência para a simplicidade e escassez de interpretações, que se limitam, quando muito, a estabelecer descrições causais entre determinados comportamentos. O caso mais comum desse procedimento é a descrição do funcionamento de certas redes de tráfico: tecem-se considerações sobre quem guarda o produto, quem o obtém e o prepara para a venda, e quem, por último, alicia na rua determinados consumidores.

O SEE fornece-nos ainda explicações implícitas sobre as causas do acto de consumo de drogas duras. Nomeadamente, existem diversas acções de prevenção que assumem a forma de palestras. A divulgação dos efeitos e consequências do consumo e abuso de drogas parece ser encarada como uma

forma de prevenção – ora esta crença contradiz toda a literatura científica sobre o assunto.

As notícias factuais surgem, portanto, com uma aparente neutralidade que tenta reduzir os factos relatados à sua expressão mais nua. O discurso directo dos actores das notícias é raro, como é raro a utilização de SEE – seja ele fundamentado ou não. A imagem recorrente em grande parte das notícias é, precisamente, a do traficante ou associação de traficantes objecto de acção vitoriosa de uma ou mais corporações das forças policiais. Próximo desta temática, situa-se o crime associado a drogas: evocam-se redes de traficantes perigosos, armas, lugares estranhos e à margem da sociedade normativa.

A preponderância da polícia e da repressão já não é tão visível quando a notícia adquire formas mais elaboradas, ou seja quando a notícia é mais extensa e mais cuidada, há tendência a surgirem outros dispositivos – normalmente relacionados com o tratamento ou a prevenção de comportamento adictivos.

Finalmente, as categorias relacionadas com os consumidores eles-mesmos têm uma importância secundária e marginal. Os consumidores são, frequentemente, associados a vítimas da substância, ou ainda de alguém que os pode induzir ao início dos consumos. Assim, categoria discurso directo é particularmente ilustrativa do que se diz: os consumidores surgem ao lado da notícia como exemplos vivos das diversas posições que se pode ter em relação a determinado assunto.

Estamos perante um tipo de notícias, realmente factuais, mas decisivamente moralistas e replicadoras de uma certa imagem repressiva e catastrofista do consumo de drogas.

Poderíamos definir a notícia protótipo como um pequeno texto onde se relata mais uma apreensão policial, num lugar mais ou menos definido – de noite? – procedendo-se, de seguida, a uma identificação sumária das características do suposto traficante. Nesta notícia factual, não se acrescenta nada à situação, não se faz interpretação sobre os factos. O acontecimento, por si só, justifica a atenção passageira do leitor.

Mas esta notícia factual relaciona-se permanentemente com a reposição de uma ordem social que é, continuamente, desafiada pelo tema da droga. Neste sentido, podemos entender este tipo de notícias como uma forma de exorcismo dos medos sociais. A reposição, no fundo, simbólica, da ordem social é uma estratégia omnipresente em todas as categorias temáticas que utilizámos na análise.

Repetindo o apelo de Nebreda *et al* (1987) reiteramos a importância da existência de um maior número de opiniões, de mais ideologia expressa e um debate mais aprofundado. Sob a aparente neutralidade e objectividade informativa, escondem-se os mesmos padrões informativos que replicam uma imagem catastrofista das drogas. Realmente, como poderão os leitores conhecer a complexidade de comportamentos, atitudes e factos sociais que estão por detrás deste fenómeno, se as notícias teimam em replicar as detenções, os casos curiosos que não implicam nenhuma visão global sobre a situação e sobre, ao fim ao cabo, a sociedade?

Aproximamo-nos de formas de pensamento e de encarar os comportamentos desviantes próximo dos propostos pela Escola Clássica da criminologia. Beccaria e Bentham, entre outros, defendem a importância do estudo das consequências de determinadas medidas penais em termos macro-sociais.

De facto, muitas das posições sobre a toxicodependência não se conseguem libertar de um círculo vicioso: a existência de consumidores problemáticos justifica a tomada de medidas repressivas. Raramente se efectua o percurso inverso, ou seja, quais as consequências que as medidas repressivas têm sobre as condições de vida e o percurso dos consumidores? Neste sentido, a produção mediática assume, simultaneamente, um papel de espelho da ordem social vigente e de reproduzidor dessa mesma ordem.

2. – As notícias de primeira página

Procedemos a uma análise, norteando a nossa visão pelos eixos que utilizámos para as notícias informativas de carácter factual (que constituíam, recordamos, a grande parcela da nossa amostra). Estendemos o dispositivo analítico ao tipo de destaque que estas notícias têm, bem como aos títulos utilizados, que visam despertar o interesse do leitor.

Optámos por analisar a notícia por completo se ela se apresentasse desse modo na primeira página. Caso contrário, se só nos deparássemos com um título, que remete o leitor para outra página, ficávamo-nos por aí. As primeiras páginas consideradas incluíram as dos destacáveis de cada diário (especialmente no caso do jornal Público que edita um destacável regional denominado Local e que forneceu notícias para a amostra).

As notícias de primeira página, recordamos, são em número de 17, pelo que a análise de seguida apresentada é apenas uma breve caracterização do tipo de destaque preferido pela imprensa jornalística. Optámos ainda e, dada a escassez deste tipo de notícias na amostra, por incluir algumas notícias de última página.

2.1 - Actores

Em relação ao tipo de actores referido nesta classe de notícias, temos uma predominância das diversas fontes policiais quer seja a PSP, a PJ ou simplesmente a polícia. Por vezes, a presença de forças policiais é subentendida, apesar de não ser claramente nomeada (p. e. quatro traficantes detidos).

A referência a traficantes, isolados ou a funcionar em rede, é outro dos temas recorrentes. O destaque de apreensões de novas drogas, e especialmente o ecstasy, mereceu também as honras de primeira página para algumas edições jornalísticas.

Um antigo dirigente de uma instituição nacional na área das drogas defendeu a liberalização da cannabis, o que despertou um interesse mediático do Jornal de Notícias.

O programa de intervenção nas toxicodependências Porto Feliz foi alvo de atenção, com honras de primeira página, repetidas vezes. Assim, o alargamento do âmbito da intervenção do projecto aos sem abrigo foi noticiado., ou ainda o grau de sucesso do programa – que teve um terço de recaídas – mereceu interesse dos jornalistas. Algumas das suas acções foram alvo de anúncio: os ex-arrumadores (e consumidores de droga, especialmente heroína) vão começar a limpar as praias.

Finalmente, surgem os actores relacionados com casos insólitos ou de indignação moral. No primeiro caso, surge um indivíduo que aproveita a via postal para importar drogas do estrangeiro. No segundo, temos os moradores de uma zona do Porto, o bairro do Viso, a insurgirem-se contra o trânsito, o ruído e a droga.

2.2 - Drogas

No que às drogas diz respeito, temos uma repetição do padrão de frequências registado relativamente às notícias de carácter factual. O termo genérico de droga surgiu em diversas notícias, ficando o leitor a desconhecer que género de substância é mencionado no jornal. Por outro lado, existe uma tendência para destacar as denominadas novas drogas como o ecstasy ou as drogas sintéticas. Em relação à primeira, destaca-se uma suposta melhoria de eficácia da polícia que aumentou em 75% a quantidade do material apreendido. No que concerne às drogas sintéticas, temos uma reacção do tipo alarmista: o seu consumo tem vindo a aumentar nos centros urbanos portugueses.

Cocaína, heroína e haxixe são palavras que surgem também nas primeiras páginas dos jornais, normalmente, citadas a propósito de acções de apreensão de substâncias ou detenção de traficantes.

O insólito tem também a sua quota-parte das notícias registadas: o caso da importação da substância por via postal, conforme referimos, ou ainda o uso instrumental de substâncias para não dormir outro dos casos que suscita alguma curiosidade.

2.3 - Lugares

Os lugares citados na primeira página são algo diferentes das referidas nas outras notícias já que são menos nomeadas os bairros e lugares degradados. Apesar de algumas notícias referirem p. e. a Rua dos Caldeireiros ou ainda zonas da cidade próximas de supermercados da droga, perdoe-se-nos a expressão, as referências são mais vagas.

Temos referências a Portugal no seu todo, como uma placa giratória do tráfico internacional de diversas substâncias. A evocação da cidade do Porto, feita de uma forma global é outro dos exemplos recolhidos: p. e.: a PSP patrulha zonas mais problemáticas da cidade. Ainda no que diz respeito à cidade do Porto, temos diversas referências às acções do programa de intervenção Porto Feliz.

O depoimento de uma antiga dirigente contém uma reflexão mediática sobre a política das drogas a nível nacional. A preocupação é uma outra forma, mais rara, a eleição do país como o lugar genérico onde os fenómenos acontecem.

O rol de notícias continua com uma referência ao Aeroporto de Santa Catarina, na Madeira, onde se procedeu a mais uma apreensão do tráfico internacional de drogas, ou ainda uma outra notícia de apreensão de drogas, na cidade de Chaves. A guerra do Golfo foi também alvo de atenção, nomeadamente como um lugar onde as potencialidades humanas podem ser exponenciadas por intermédio de recurso a substâncias, eventualmente desconhecidas. É de referir que o contexto dessas tomas, por vezes, não é muito claro, sendo que soldados de baixa patente alegam ter sido coagidos a fazê-las.

Registámos, por isso, a tendência para que a notícia de primeira página não seja tão localizada em termos de espaço. Os lugares tendem à expansão à escala da cidade, do país abarcando mesmo rotas internacionais de tráfico. A notícia factual, anteriormente analisada, tende mais ao micro espaço ou lugar próximo.

2.4 - Objectos

Os objectos mencionados em notícias de destaque não são tão visíveis. O carácter mais fragmentário e imediatista dos chamamentos de primeira página obsta a tal facto. Ainda assim, temos menções a viaturas da PSP que apontam no sentido de apreensão de drogas e objectos vários relacionados com o tráfico (em tudo semelhantes aos recolhidos nas notícias factuais, tipo telemóveis, dinheiro, ouro entre outros).

Contudo, grande parte das notícias – ou chamamentos de primeira página – não são classificáveis quanto a este parâmetro até porque o seu carácter fragmentário e mais espectacular, dificulta a descida ao nível do pormenor e do detalhe.

2.5 - Instâncias

No que se refere às instâncias detectadas neste género de notícias a polícia surge enquanto instituição e não como actor consubstanciado na figura do agente. É claramente denominada ou apenas subentendida noutros casos (da PSP à PJ, passando pela GNR).

Os diversos tribunais onde são apresentados os arguidos (supostos traficantes) constituem outra classe de instituições, relacionadas com o dispositivo jurídico-penal. Os exemplos vão desde o Tribunal de São João Novo ao Tribunal do Funchal.

De suma importância, é também um certo protagonismo político assumido por diversos dirigentes camarários e até nacionais. Tal protagonismo surge na sequência da apresentação de diversos projectos e na previsível acção que eles poderão ter junto de consumidores.

2.6 - Discurso directo

O discurso directo é algo de pouco frequente neste tipo de notícias. Recordemos que, por vezes, o material de análise resume-se a um título que chama a atenção para a notícia a desenvolver nas páginas interiores do diário. Deparámo-nos, contudo, com a descrição de um problema com uma consumidora de rua – também prostituta – que acabou por ser violenta. O agente entrevistado a este propósito descreve o comportamento como algo de incompreensível e irracional.

Um outro caso recolhe a opinião de uma médica, especialista do Hospital de Ottawa, que se pronuncia sobre uma droga utilizada pelo exército americano. É referido que o uso da substância acaba por privar os indivíduos do sono, o que pode acarretar consequências graves a nível da saúde psíquica dos consumidores.

2.7 – Sistema explicativo espontâneo

O sistema explicativo espontâneo é algo que, da mesma forma, pouco se encontra a nível das notícias de primeira página. Mais uma vez: o carácter espectacular e instantâneo das notícias não deixa espaço a qualquer estruturação mais elaborada dos acontecimentos relatados. Consequentemente, só nos casos em que a notícia se concentra, completa, na página principal é que é possível observar analisar esta dimensão dos dados.

Pelo que dissemos, obtivemos apenas uma ocorrência do SEE e, mesmo esta não trouxe nada de estruturalmente novo, comparativamente aos dados recolhidos ao nível das notícias de carácter informativo e factual. O seu conteúdo versa algumas tentativas de explicação do funcionamento das redes de tráfico que acabam por ser objecto de processo em julgado e sobre as quais já reflectimos anteriormente.

2.8 - Destaque da notícia

Apesar de existirem notícias de primeira página, do que deduz um certo destaque, a elaboração da notícia continua, mesmo nestes casos, a não apresentar complexidade ou cuidado. Recordemos que algumas das notícias contabilizadas estão em primeira página das separatas regionais dos diários sob estudo. Nestes casos, é relativamente comum a notícia estar completa e resumir-se ao relato de uma detenção de um traficante ou de uma apresentação de prevaricadores em tribunal. Ainda é o sensacionalismo, ou o insólito das situações que são utilizados para chamar a atenção do leitor.

O que se acabou de dizer, porém, não se aplica em situações específicas: ou quando se explana um trabalho de fundo, normalmente sobre o tráfico internacional, a propósito da divulgação de um relatório de uma instituição internacional, como o Observatório Europeu das Drogas, entre outros.

Outra especificidade prende-se com o cruzamento das notícias sobre drogas com a política. Antigos dirigentes de instituições relacionadas com o tratamento das toxicodependências; políticas camarárias na área das drogas são alguns dos principais motivos para a existência de notícias com grande destaque. A postura dos jornais, normalmente, é então diametralmente oposta e complexifica a notícia, bem como as fontes de informação. O uso de testemunhos de consumidores pode ser utilizado. No entanto, esse uso é pontual e cumpre, apenas, funções ilustrativas: os testemunhos entram, frequentemente, em contradição entre si, não retirando alguma ilação sobre eles.

2.9 – Síntese: sobre as notícias de primeira página

É chegado o momento de realizarmos uma pequena síntese sobre as principais linhas de força detectadas nas notícias com maior destaque jornalístico, muitas das quais se desenvolveram de uma forma similar à constatada nas notícias de teor informativo factual.

Assim, os actores mais frequentes pertencem à área das instituições policiais, muitas vezes em contexto institucional ou então em conferências de imprensa organizadas para publicitar operações bem sucedidas. Casos de traficantes, organizados em rede ou isolados, são objecto de atenção mediática não tendo, contudo, quase nunca direito a discurso directo. Neste contexto, detectámos a publicação de textos mais cuidados e com grande destaque, realizados a propósito de programas de intervenção camarários que são apresentados como a solução final que, finalmente, resolveu os problemas na área e rompeu com a inépcia sentida ao longo de anos.

Quanto às drogas, temos a percentagem de notícias dedicadas às novas drogas, ou drogas sintéticas, proporcionalmente maior do que a registada nas notícias informativo factuais. Tal facto pode indiciar a crença por parte dos media, num maior poder atractivo no que diz respeito a estas substâncias.

Em relação aos lugares, as referências são vagas, imprecisas, e frequentemente Portugal, ou a cidade do Porto, são mencionadas no seu todo. Os bairros e as zonas marginais, por assim dizer, são também objecto de atenção, bem como as zonas de passagem internacional (tipo aeroportos ou fronteiras) – continuando, contudo, a ser apresentados como espaços algo difusos.

Os objectos não têm grande visibilidade no que às notícias de primeira página diz respeito: normalmente são remetidos para o corpo da notícia, já nas páginas interiores do jornal.

As instâncias replicam o que se detectou no que concerne aos actores: dominam as polícias e os tribunais.

Quanto ao discurso directo e ao sistema explicativo espontâneo, são os grandes ausentes nos destaques informativos, todavia por motivos internos de ordem estrutural, facilmente compreensíveis.

Em suma, os dados replicam os achados no que diz respeito às notícias informativo factuais, já que dominam os actores institucionais, ligados à reposição da ordem: as polícias e os tribunais. Curioso é, igualmente, o cariz da divulgação feita de um projecto camarário com grande visibilidade no momento em que o estudo foi realizado: a vertente sanitária subjacente a intervenções de tratamento ou recuperação de toxicodependentes é associada a um discurso policial, quase de extermínio. A “eliminação” das ruas de arrumadores toxicodependentes é tida como facto necessário, consumado e incontroverso.

De facto, a reposição da suposta ordem social é afirmada, contra todas as evidências. Para terminar, acrescentamos que, apesar de detectado o mesmo padrão informativo, a visibilidade mediática da primeira página desperta apetites políticos que complexificam a notícia, o que, contudo, não lhe confere clarividência. Embora nos tenhamos deparado com notícias mais estruturadas, tecidas a propósito de relatórios internacionais, estas são, claramente, excepções isoladas.

3. – Fotografias nas notícias ligadas à toxicodependência

Concretizámos a análise das fotografias relacionadas com notícias sobre drogas e consumo. Para isso, construímos uma grelha que procurou descrever as fotos segundo diversos parâmetros a saber: objectos que surgem nas imagens; presença do elemento humano (neste caso, saber se era de corpo inteiro, qual a orientação desses corpos face à objectiva, se havia desfocagem, quais as partes dos corpos que surgiam); relação das fotografias com o tema principal da notícia; contextos evocadores de degradação; e legenda que acompanha as imagens. Quisemos ainda saber se as fotografias eram a preto e branco ou se, pelo contrário, eram a cores; se surgiam armas; se algum tipo de drogas era mostrado nas imagens. Por último, procurámos observar alguma impressão, algum dado fora do comum, que não fosse passível de ser contemplado na grelha de análise, que incluímos na rubrica em outros elementos relevantes.

Temos 83 fotografias num total de 64 notícias, o que quer dizer que algumas das notícias recolhidas apresentavam duas ou mais fotografias.

3.1 - Objectos

Um dos eixos em que as fotografias foram analisadas relacionou-se então, com o tipo de objectos retratados. Por objectos, entendemos pequenas peças e utensílios de vária ordem mas os vários referentes que indiciavam os contextos em que as fotografias foram realizadas.

Assim, constatámos uma relativa predominância do meio urbano, frequentemente degradado (ou seja bairros, casas abandonadas, entre outros) ou locais ligados à rua – especialmente, quando se fotografa arrumadores. Os carros são um dos objectos que surgem de forma recorrente, o que é, aliás, paradigmático do predomínio da paisagem urbana sobre qualquer outra. Um dos tipos de imagens que surgem associadas à criminalidade da América do Sul é todavia, o de zonas urbanas normativas destruídas pelas retaliações das redes de traficantes de cidades como o Rio de Janeiro.

Outro tipo de objectos que emergem nas imagens passa, precisamente, por elementos evocadores de contextos de tratamento. Assim, confrontámo-nos com imagens de enfermarias de CAT que mostram doseadores de metadona ou frascos desta substância. Surgem também produtos ligados à actividade farmacêutica mas passíveis de abuso, como o Codipront.

Mais afastados agora dos contextos sanitários, surgem utensílios relacionados com o consumo como pratas e seringas, relatados em contextos de extrema degradação, ou ainda de kits de droga, para distribuição aos consumidores nos programas de redução de danos.

A tentação normativa também é aqui patente: os diversos produtos apreendidos (aparelhagens, rádios, jornais televisões e telemóveis) surgem com alguma recorrência. O procedimento é típico: o repórter fotográfico capta a imagem de uma mesa cheia de utensílios roubados, ou comprados com o produto do tráfico. Por vezes, por detrás dessa mesa, está o logótipo da Polícia Judiciária.

A casa abandonada ou conotada com o tráfico pode ser evocada do mesmo modo: a fotografia representa a destruição do lugar, anunciando-se, desse modo, o desejo de reposição de uma nova ordem social. Mas nem sempre isso acontece: em duas ou três ocasiões as imagens mostravam alguns sem abrigo, a passarem a noite numa entrada de loja – são focados objectos: cobertores, caixas de cartão.

Em relação às notícias sobre o abuso de drogas por tropas no EUA, quando em operações na guerra do Iraque, duas ou três imagens referem-se à actividade bélica daquele país.

Referimos, por último, as imagens que não se agrupam facilmente: numa fotografia que acompanha uma notícia sobre a prevenção do desporto escolar, vêem-se imagens de infra-estruturas desportivas. Uma outra excepção diz respeito aos políticos: quando se pronunciam sobre drogas, mais propriamente sobre a política das drogas, as fotografias de grande plano de rostos fazem-se acompanhar de pouco objectos (no caso, era visível um cigarro...)

3.2 – Elemento humano

Avaliando a presença ou ausência de elemento humano nas fotografias, grande parte das imagens recolhidas têm esse elemento. Exceptuando o caso dos políticos e dos técnicos, especialmente quando são dirigentes, a figura humana é representada de forma bastante peculiar. De facto, a estigmatização reproduz-se nas imagens: recorre-se à fotografia de costas, à desfocagem, ao vulto (obtido através do contraste luz sombra), à descaracterização propositada das faces.

A todos estes aspectos, dedicaremos um espaço especial. Procurámos também saber que tipo de actores estava presente: políticos, consumidores, polícias, arrumadores, técnicos ou ainda simples moradores ou transeuntes. Nem sempre a identificação é evidente, por motivos óbvios, mas também por se fazer uso de imagens parcelares, por vezes, extremamente parcelares, do corpo humano: a mão ou os ombros, por exemplo.

A figura humana dominante nas notícias é, de facto, a do consumidor de drogas. Ela pode surgir de diversas formas, sob diversas aparências: de consumidor ao arrumador de carros. Podem surgir no acto de consumir drogas, mesmo a injectar-se ou são representados, indirectamente, depreendo-se, contudo, que vão consumir – por exemplo, um conjunto, de homens movimentam-se, na Sé, todos no mesmo sentido, num claro indício de irem fazer ‘compras’.

Normalmente, o arrumador tende a surgir de forma mais isolada enquanto que diversos grupos de heroína colectivos tiveram honras de fotografia de grupo – tendo-se o cuidado de tornar irreconhecíveis os rostos. De assinalar, é a ausência de traficantes que, como vimos anteriormente são quase omnipresentes nas notícias...

No que diz respeito à polícia, diversas fotografias de guardas de ronda fazem parte da nossa amostra. O polícia surge geralmente a propósito de alguma operação de reposição da ordem, aparece junto de bairros ou zonas onde se requer a sua presença. Há alguma tendência para surgirem nas imagens, mais do que um guarda.

No que diz respeito a outras figuras, temos a do político, seja ele deputado, dirigente municipal, dirigente de algum serviço técnico. Temos ainda o professor que dá formação sobre a área – no caso um polícia que dá formação a crianças. Ainda, noutros casos, confrontamo-nos com uma fotografia no interior da prisão ou imagens em que a estatuto social da pessoa não é, de todo, evidente.

3.2.1 - Corpo inteiro versus partes do corpo

Tivemos o cuidado de verificar uma outra dimensão da utilização do corpo humano nas fotografias. De facto, o repórter pode socorrer-se da imagem parcelar como forma de assegurar o anonimato das pessoas que capta, mas também como um meio de aguçar a curiosidade dos leitores.

Temos um número relativamente elevado de fotografias de corpo inteiro. No entanto, mesmo estas podem socorrer-se de outras formas de assegurar o anonimato – evitando a estigmatização das pessoas, poder-se-ia acrescentar – como a presença de elementos desfocados, ou a fotografia de costas a contraluz, as figuras representadas a corpo inteiro são normalmente polícias, ou moradores dos bairros – as diversas fotografias do bairro São João de Deus expressam bem o que dizemos. Mais raramente, as imagens de corpo inteiro são de consumidores, queremos nomear especificamente uma, a de um conjunto de homens consome em conjunto. A pessoa que montou a notícia recortou os perfis desses homens, fazendo com que os vultos entrassem pelo corpo do texto.

No que diz respeito às imagens parcelares das figuras humanas, a estratégia mais comumente utilizada tem que ver com a ampliação minuciosa de partes do corpo humano, geralmente as mãos. A estratégia pode ter objectivos de fornecimento de uma escala dos objectos fotografados aos leitores, ou ainda o objectivo de preservar o anonimato da pessoa fotografada e referida, depois, no corpo do texto.

Em casos de consumidores degradados, que se dispuseram a responder a determinadas perguntas, existiram casos em que se optou por mostrar as identidades dos consumidores, em fotografias tipo passe. Mais

vulgarmente, as fotografias de rostos são acompanhados dos estratagemas já referidos que dificultam a identificação – são feitas a contraluz, ou desfocadas. De referir, um caso mais extremo, em que se associou todos esses elementos: a fotografia tipo passe é tomada a contraluz, desfocada, que foi apresentada ao de pernas para os ares. Retomaremos estes elementos para uma análise posterior.

No que se refere aos políticos, dirigentes de estruturas de saúde ou responsáveis municipais, as fotografias são de plano próximo, permitindo o estudo de poses e o realçar de personalidades. Alguns técnicos foram fotografados em contextos de saúde, ou ainda nos seus gabinetes de trabalho. É de notar que este tipo de fotografias é mais rara na amostra recolhida.

3.2.2 - Costas

As estratégias de preservação do anonimato das pessoas fotografadas não se limita à recolha selectiva de imagens de partes do corpo – de facto, as imagens de costas, ou a desfocagem são apenas algumas das estratégias utilizadas com objectivos semelhantes. Voltaremos à utilização da técnica da desfocagem, até porque esta estratégia não se limita à representação da figura humana. Por outro lado, a fotografia a contraluz tem pouca expressão na amostra do estudo, e como tal, vamos centrar a nossa atenção nos casos em que o repórter procura ângulos em que o rosto das pessoas não é revelado, determinando as situações e o género de actores em que tal acontece

Recolhemos, na amostra, uma série de imagens em que as figuras humanas são capturadas neste tipo de ângulos. Os actores que surgem são os polícias, reclusos (apenas um caso); consumidores e transeuntes. Nem sempre o objectivo da imagem passa por preservar as identidades dos sujeitos: a aleatoriedade e o acaso têm o seu papel a desempenhar. A estratégia, como dissemos anteriormente, passa pela salvaguarda do anonimato, o que todavia, acaba por reforçar a imagem de estigmatização associada a este tipo de comportamentos.

3.3 – Ligação com o corpo da notícia

No que diz respeito à ligação da imagem com o corpo da notícia a estratégia passa habitualmente pela ilustração do assunto que é tratado. Essa tradução em imagens, pretende sublinhar o tema que é tratado no corpo da notícia. A estratégia dominante não elimina uma outra, mais paradoxal, que utiliza a antítese do tema que é referido. Por exemplo: a notícia sobre o reforço e ampliação das acções de prevenção em drogas, nas escolas, é acompanhada por uma imagem de consumidores de heroína a consumirem o produto em condições extremamente degradadas.

Já as notícias sobre acontecimentos decorridos em bairros sociais se fazem acompanhar, usualmente, por imagens referentes a esses contextos – especialmente se se tratar do bairro São João de Deus. Também notícias referentes a metadona são acompanhadas por evocações referentes aos centros de tratamento de toxicodependentes. No que diz respeito aos arrumadores, as imagens também acompanham os temas tratados: assim, além de ilustrarem a actividade, concretizaram a sua existência num momento em que declarações políticas defendiam, pelo contrário, a sua inexistência.

As zonas de consumo e associadas a sentimentos de insegurança e tráfico e consumo são ainda objecto das câmaras dos repórteres. Assim, fotografa-se a casa onde o suposto traficante desempenhava a sua actividade, fotografa-se os produtos apreendidos numa busca da polícia. Finalmente, em casos de dirigentes ou políticos, a imagem, normalmente de plano aproximado, procura realçar a personalidade da pessoa que concede a entrevista.

A relação entre imagem e notícia pode não ser directa. Num ou dois casos a ligação não é evidente – talvez simbólica mas não facilmente decifrável. Noutros, como acima referimos, a ligação paradoxal parece ser uma arma utilizada para despertar a atenção dos leitores. Assim, a notícia sobre os soldados americanos que usam estimulantes na guerra do Golfo é acompanhada por uma imagem de um soldado a dormir. O tema de reinserção e dos supostos sucessos alcançados são acompanhados por imagens de indivíduos onde a exclusão social é o aspecto mais evidente.

Temos, em suma, duas estratégias utilizadas: a da ilustração directa, mais ou menos fiel ao assunto da notícia, e uma outra, mais rebuscada, que aposta no contraste como uma forma de comunicação e de despertar a curiosidade dos leitores. Sublinhemos que a primeira estratégia é, de longe, a mais utilizada.

3.4 – Presença de elementos desfocados

A presença de elementos desfocados nas imagens é, como vimos, uma das estratégias utilizadas nas notícias recolhidas neste estudo, e é ainda um elemento presente em muitas fotografias. De facto, se a objectiva é regulada em função de um objecto próximo é natural que o fundo surja pouco nítido, num processo fotográfico corrente, por assim dizer, e que não é relevante para o nosso estudo.

Contudo, a desfocagem pode ser global e invadir toda a foto – a imagem é obtida através de uma má regulação propositada da objectiva, ou através de uma velocidade de exposição inapropriada – é sabido que fotografar objectos em movimento com uma velocidade de exposição longa implica, p. e. que um braço em movimento deixe imagens de si mesmo ao longo do gesto realizado. A desfocagem pode ainda ser selectiva, obtida através de manuseamento apropriado no momento da revelação ou mesmo produzida em computador.

O uso do primeiro género de desfocagem, que impõe uma imagem pouco nítida por toda a fotografia, é o género de estratégia mais utilizada. É usada como uma forma de introduzir alguma ambiguidade da imagem. Assim, imagens de medicamentos, legais mas objecto de abuso, surgem desfocados; os vultos de pessoas são também podem ser distorcidos desta forma.

Em duas notícias sobre a invasão das imediações de escolas pelo tráfico de drogas, a estratégia da velocidade de exposição do negativo foi utilizada. Assim obteve-se, nos dois casos, um efeito semelhante: a escola, em pano de fundo, surge nítida, enquanto que um carro que passava apresenta contornos claramente ambíguos. O resultado presta-se bem à tradução pictórica do que se passa com as escolas: são espaços normativos e de suposto crescimento pessoal dos alunos mas, estão também rodeadas de situações que se

caracterizaram pela sua instabilidade, no caso pelo aliciamento ao consumo de drogas.

Finalmente, temos a desfocagem intencional, induzida a posteriori. As intenções da sua utilização imagens tende a ser, por isso, mais evidente, até porque a selectividade da deturpação da imagem é extremamente precisa. A protecção do anonimato dos consumidores é, geralmente, a intenção dominante. Desfocagem de rostos, de silhuetas são os casos mais comuns. Mas a intenção não esgota este tipo de estratégia: um braço a ser injectado é propositadamente desfocado... a ambiguidade da situação é, deste modo, reforçada.

3.5 – Elementos evocadores de degradação

Os elementos evocadores de degradação ou, se quisermos, de exclusão social são recorrentes em muitas das notícias recolhidas. Em primeiro lugar, alguns actores são eles próprios evocadores tal estado: os arrumadores de carros ou os consumidores a injectarem-se sem nenhuns cuidados de higiene são alguns dos exemplos. O cruzamento das situações de consumo de drogas com casos de sem abrigo foi outra das situações detectadas. Uma das imagens evocava, ainda que se socorrendo de desfocagem, os hematomas de um consumidor de drogas injectáveis.

Em relação aos elementos relacionados com os contextos de consumo e de habitação, os exemplos acumulam-se. Mostram-se casas clandestinas, sem condições de habitabilidade e dignidade humanas que são, simultaneamente, local de pernoita e de consumo. Os bairros sociais, de prédios degradados e descuidados são outro tipo de ilustração. Nos exemplos brasileiros, a destruição provocada por redes de tráfico e de crime organizado são ilustrações recorrentes.

Finalmente, uma fotografia do interior de um estabelecimento prisional onde, supostamente, se organiza uma rede de venda de drogas, complementa a ideia da falta de condições nos estabelecimentos prisionais. No que diz respeito aos contextos hospitalares, temos diversas imagens evocadoras das consequências extremas que sucedem a consumidores de drogas duras.

3.6 - Legenda da fotografia

Tentámos complementar a nossa análise através de uma categorização das legendas que acompanham as fotografias do nosso estudo. As legendas funcionam como pequenos textos que, ao mesmo tempo que sintetizam os significados patentes na imagem, relacionam esses sentidos com o corpo da notícia. Optámos por fazer uma quantificação das categorias, uma vez que se aproximam das utilizadas no estudo sobre as notícias informativas de teor factual, permitindo, por isso, algumas comparações.

Utilizámos então as categorias tráfico, consumo, crime associado a drogas, intervenções terapêuticas e outros (não classificáveis). Na primeira, englobámos todo o material que se refere às diversas actividades relacionadas com a comercialização de substâncias psicotrópicas proibidas. No que diz respeito ao consumo, categorizámos o material que se relaciona com o consumo propriamente dito, mais raro, ou os estudos que se pronunciassem sobre a evolução dos fenómenos do consumo. O crime associado a drogas engloba a actividade criminal directamente relacionada com o consumo de drogas, bem como qualquer sentimento de insegurança suscitado. Em relação às intervenções terapêuticas, considerámos as do tratamento de comportamentos adictivos ou de prevenção dos mesmos. Finalmente, a categoria outros incluiu o material que não se integra nos temas anteriores – acabámos por constatar que existiam algumas notícias relacionadas com o mundo da política e que apenas uma imagem não era classificada em nenhum tema.

Optámos por não utilizar a mesma categorização utilizada a propósito do estudo das notícias informativas de carácter interpretativo, até porque o material é radicalmente diferente. No entanto algumas categorias foram mantidas sem grande alteração o que permite uma certa comparação qualitativa entre ambas.

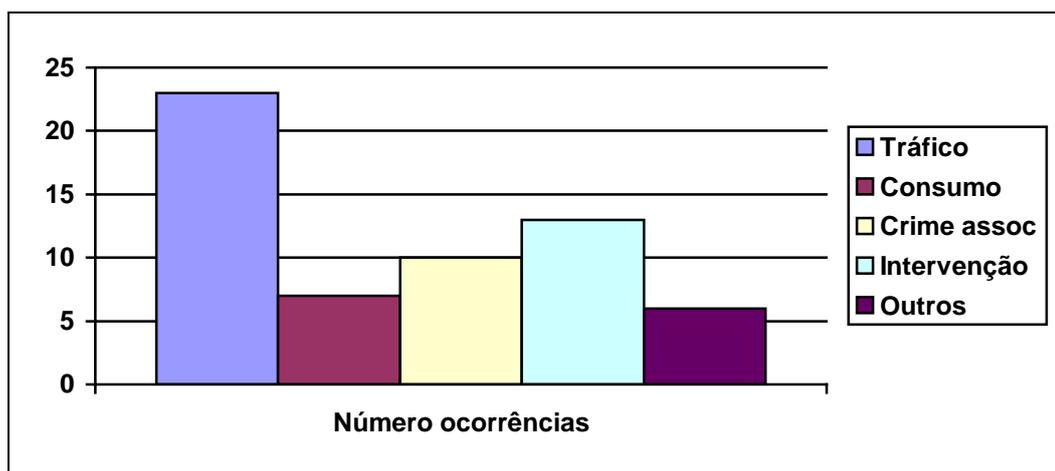


Gráfico 22 – Número de ocorrências nas legendas das fotografias (n=59)

No gráfico 22 apresentamos a frequência de cada uma das categorias. Nota-se, desde logo, a preponderância da categoria tráfico que, contudo, não apresenta um esmagador domínio que acontecia nas notícias de teor factual. Curiosamente, é a intervenção terapêutica a categoria posicionada em segundo lugar. Em último lugar apresenta-se o crime associado a drogas e o consumo (a categoria outros é praticamente residual).

A diferença em relação às notícias informativas factuais reside, precisamente, na diminuição da importância da categoria tráfico que, apesar de tudo, continua dominante – na categoria intervenção terapêutica que traduz uma maior visibilidade relativa dada aos tratamentos e prevenções nas imagens.

3.7 – Coloração

O tipo de imagem dominante neste tipo de fotografias é claramente a fotografia a preto e branco. A cor surge apenas excepcionalmente, quando a notícia tem honras de primeira página ou de última.

3.8 – Armas

Normalmente, as armas não surgem nas notícias – e, quando surgem, são representados na posse de polícias em patrulha ou encontram-se no meio

de uma miríade de produtos apreendidos em mais uma operação de combate ao tráfico. Temos alguns casos de metralhadoras apreendidas, de pistolas e de munições.

3.9 – Apresentação do produto

A notícia sobre drogas tem alguma tendência a mostrar o produto, ilustrand com fotografias as drogas. O contexto, esmagadoramente, é o policial. Mais uma vez: as imagens são obtidas nas sessões de diversas forças policiais onde são exibidos os resultados de mais uma operação anti-tráfico.

As barras de haxixe foram diversas vezes apresentadas. Comprimidos de Ecstasy são outro dos produtos alvo da objectiva dos repórteres. A cocaína e a heroína são as outras drogas fotografadas no período em que se desenvolveu o estudo. Um caso excepcional mostra cogumelos em grande plano, ilustrando uma notícia sobre as propriedades alucinogénicas que algumas variedades do fungo podem ter.

3.10 – Outros elementos relevantes

Em outros elementos relevantes procurámos anotar todas as irregularidades que, de algum modo, nos chamaram a atenção. Assim, a título de exemplo, temos uma notícia que adquire uma importância fora do comum, ocupando as páginas centrais do jornal, com diversas fotografias. Algumas destas fotografias são acompanhadas de esquemas que marcam a distribuição geográfica dos arrumadores de carros que também eram consumidores. Um outro esquema representa as principais rotas de tráfico internacional de substâncias ilícitas.

Numa outra fotografia conjuga-se um conjunto de estratégias para assegurar o anonimato, mas que também sublinham um sentimento de estigmatização, a saber: a imagem desfocada de uma silhueta a contraluz é apresentada de modo invertido.

A dificuldade em ilustrar crónicas sobre o assunto dos comportamentos adictivos é outra sensação que sentimos ao longo do estudo: por vezes, a antítese foi a solução adoptada, a relação paradoxal entre fotografia e texto.

Finalmente, constatámos uma repetição de certas fotografias, por vezes com alguns meses de intervalo. Tal facto faz-nos supor a existência de um arquivo de imagens, organizado por temas, de onde se extraem imagens a propósito de certas notícias, pelo que, a ilustração da actualidade do tema é apenas uma miragem.

3.11 – Síntese: sobre as fotografias

As imagens podem catalizar sentidos, emoções, sensações e significados de um modo bem peculiar. Vamos então sistematizar alguns dos dados que considerámos importantes neste nível de análise.

Os contextos da imagem são normalmente os urbanos. Existe de facto a representação do consumo de drogas como um fenómeno que ocorre no espaço citadino. As zonas representadas relacionam-se com bairros degradados ou ainda ruas e avenidas, isto no caso dos arrumadores. Utensílios de consumo ou mesmo determinadas drogas podem surgir, usualmente em contexto de operação policial onde são capturados esses objectos, juntamente com armas, dinheiro, objectos em ouro, entre outros.

O elemento humano surge muitas vezes descaracterizado, por intermédio de estratégias várias: desfocagem, desfocagem selectiva ou mesmo manipulação da imagem feita a posteriori (truncando rostos, p. e.). Fica-se na dúvida se essa manipulação pretende apenas assegurar o anonimato das pessoas em questão: as imagens assim apresentadas emprestam um tom de sensacionalismo e de mistério que poderão resultar atractivas junto do grande público.

Este anonimato respeita apenas a figura do consumidor que é dominante, em contraste com a do traficante, cuja representação em fotografia é totalmente ausente. As imagens de consumidores surgem em notícias de maior fôlego e visam ilustrar, de forma marginal, a realidade no terreno que é interpretada por dirigentes ou políticos.

Também no que diz respeito à relação que as imagens mantêm com as notícias, interessantes dados se revelam. Normalmente, a relação é directa mantendo a fotografia uma função de ilustração do tema do texto noticioso. Detectámos, num ou dois exemplos, a repetição das mesmas imagens com alguns meses de permissão, ou seja, a função ilustrativa é, meramente, uma suposição porque na realidade as imagens são de arquivo e apenas periféricamente se podem relacionar com o tema em questão. A estratégia da antítese ou do paradoxo também é detectada: temas de reinserção são

acompanhados de imagens que representam consumidores completamente degradados em diversos níveis. Em crónicas sobre o assunto das drogas, a ilustração permanece, diversas vezes, no registo da exclusão e da miséria humana, enquanto que, contrariamente, os textos tentam desmistificar certas ideias.

Em suma, o padrão de dados detectado nos níveis de análise anterior replica-se também aqui. No entanto, existem algumas especificidades, como a utilização de imagens de consumidores (desfocada; truncada; a contraluz; invertida, entre outros) o que contrasta com a sua ausência nas notícias de teor factual. A figura dos traficantes está também ausente nas imagens. Em contrapartida, políticos e dirigentes, ou mesmo ex-dirigentes de organizações têm direito a grandes planos e destaques (os consumidores, por vezes, estão em foto tipo passe que é, ainda por cima truncada).

Propomo-nos agora ao confronto dos diversos níveis de análise: factuais, destaque e imagens. É necessário organizar as principais linhas de força detectadas nos dados, bem como a realização de uma leitura crítica dos mesmos. É o que se fará no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

MENSAGENS MEDIÁTICAS

CAPÍTULO V – MENSAGENS MEDIÁTICAS

Vamos debater os resultados obtidos na investigação, socorrendo-nos de uma confrontação entre os vários níveis de análise utilizados, procurando um esforço final de sistematização. Essa sistematização será feita enquadrando os resultados na literatura científica e, especificamente, comparando-os com o produto da investigação de Fernandes (1997b). Será particularmente interessante essa comparação, uma vez que a nossa investigação seguiu de perto os parâmetros utilizados por este autor, pretendendo-se em grande parte como uma réplica daquele estudo. Fora dessa comparação fica, sobretudo, a análise de fotografias, que constitui um nível de compreensão proposto por nós.

Assim, podemos sublinhar, como principais linhas de força do estudo as seguintes ocorrências:

- preponderância de notícias informativas de carácter factual;
- preponderância de notícias relacionadas com instituições, normalmente policiais que tendem a ilustrar casos de reposição da ordem social;
- ocorrência significativa de notícias em que se evocam instituições relacionadas com a intervenção sanitária na área dos comportamento adictivos (mas claramente em menor número que a vertente repressiva);
- maior relevo do haxixe enquanto droga expressamente citada, o que corrobora os dados de Fernandes (1997b);

- grande ocorrência do termo impreciso e ambíguo de droga nas notícias recolhidas, tal dado está de acordo com Fernandes (1997b)
- ausência da figura de consumidores nas notícias recolhidas o que também está de acordo com Fernandes (1997b);

Estes dados genéricos foram principalmente detectados nas notícias informativas de carácter factual. Cruzando alguns desses dados com, por exemplo, as imagens, constata-se que, se os consumidores são os grandes ausentes do texto, eles surgem em fotografias que são descaracterizadas a pretexto do expediente bombástico da preservação do anonimato.

A enorme visibilidade de instituições repressivas que surgem em acção repositora da ordem social é outro dos resultados importantes. Corroborando o estudo de Nebreda *et al* (1987), por trás de uma assepsia informativa que se reduz aparentemente a factos, acabamos por nos confrontar com factos seleccionados que traduzem apenas a actividade de uma vertente do problema das drogas e da toxicodependência.

Tal desinformação, que é também fruto do próprio lobby em que se constituem as instituições intervenientes na área, observa-se também no que respeita às instituições mais vocacionadas para a prevenção e tratamento dos comportamentos adictivos. Ou seja, confrontamo-nos com diversas organizações que tendem a policiar o tratamento, no sentido em que este passa a ser encarado também como uma forma de reposição da ordem social – com todas as dimensões moralistas que subjazem a uma atitude deste género.

Acresce a este estado de coisas, a visibilidade dada ao haxixe e à associação que acaba por acontecer entre a substância e as chamadas drogas duras, e mesmo as novas drogas, num discurso típico que tende para o alarmismo e, por vezes, até para um clima de indignação moral. Neste sentido, o ambíguo termo de droga, sem qualquer outra especificação ou indicação, parece funcionar como o catalizador dessa imprecisão: subentende-se que toda a gente sabe o que é, enquanto, na realidade, poucas pessoas o sabem.

1. - Alguns padrões informativos

Considerando os actores apresentados na notícia, verificamos que é dado aos traficantes e prevaricadores, em plena acção repressiva. Curiosamente, essa preponderância em matéria de facto não se replica em imagem verificando-se uma total ausência de fotografias. As informações citam os trâmites judiciais: a detenção de traficante ou rede de traficantes, ou ainda apreensão de produto. De seguida, surge a apresentação dos prevaricadores perante o juiz ou mesmo relatos parciais de sessões em tribunal.

A descrição em tribunal pode descer a algum nível de detalhe, aventando-se hipóteses sobre o funcionamento da rede de tráfico ou mesmo citando as alcunhas pelas quais determinadas pessoas eram conhecidas nos meios (família Ervilha; os irmãos Metralha). Este tipo de actuação acaba acentuar a sensação de alteridade, de afastamento perante os factos relatados.

Ao lado deste tipo de notícias, de uma forma pontual mas significativa, as citações do caso brasileiro prestam-se a uma leitura simbólica: os traficantes de drogas em cidades como o Rio de Janeiro sublevam-se de forma altamente organizada e com níveis assustadores de violência contra o controle policial. Citações de Fernandinho Beira Mar, poderoso traficante brasileiro, são amiúde referidas. Tudo se passa como se este tipo de casos pudesse ser o destino da nossa sociedade se continuarmos a contemporizar com as “drogas”.

Em suma, os actores das drogas tendem a ser representados enquanto traficantes com formas mais ou menos elaboradas de organização desviante. Ao tráfico mais amador praticado em bairros e em contexto urbano, somam-se as notícias, mais escassas, de tráfico de colarinho branco, com indícios de luxo e de grandes meios monetários, e ainda os relatos nos quais a máfia brasileira subverte a ordem social.

Uma leitura: a ordem social é reposta, vezes sem conta, sobre uma transgressão que não é descrita na sua complexidade. Ao lado de tudo isto, o alarme insinua-se: as rotas internacionais de tráfico que permanecem impunes; as máfias que subvertem o estado em países menos afortunados.

Os lugares em que os acontecimentos são situados replicam o estado de coisas que acabamos de descrever: contextos degradados e relacionados com a exclusão dominam os textos, no que concerne este parâmetro de análise. No entanto, os apartamentos os carros luxuosos, todo o género de contextos que evoquem consumo da alta, surgem também, embora de uma forma mais discreta.

Também os objectos replicam uma imagem das drogas afastada do normativo: pacotes, armas, balanças de precisão no caso de tráfico de alto nível. Associação a outras dimensões criminosas: dinheiro contrafeito; ouro entre outros objectos de valor (televisões; aparelhagens de alta fidelidade que serviam como forma de pagamento de serviços). Novamente, o caso alarmante do Brasil, onde surgem bombas, metralhadoras e outras armas ligadas a formas de violência bastante desenvolvidas e alarmantes.

É sob o fundo alarmista das drogas, dos lugares distantes, desviantes, e dos objectos relacionados com criminalidade ou, instigadores de um certo sentimento de insegurança que as instâncias fazem sentir a sua acção. Nesta categoria incluímos, recordamos, um eixo preventivo ou, se quisermos, sanitário e um eixo repressivo. Em ambas as situações se regista a tendência da reposição simbólica da ordem social. As instituições tratam; a polícia prende; os tribunais julgam... se nos ativéssemos a essa catadupa de informações congéneres veiculadas na imprensa até poderíamos julgar que a toxicoddependência está completamente controlada em Portugal: não existem consumidores problemáticos; a criminalidade está completamente sob controle, nomeadamente no que ao tráfico diz respeito. Mas sabemos que não é assim: artigos de fundo, muito pontuais, desmistificam algumas dessas ideias... mas qual o seu verdadeiro impacto junto dos leitores?

O discurso directo vem amplificar este estado de coisas: surge, normalmente, em entrevistas a responsáveis institucionais em que se oscila entre posições optimistas quanto ao trabalho feito; e as alarmistas, pedindo mais meios para conseguir resolver certos problemas relacionados com a toxicoddependência. Das poucas vezes em que o jornalista tenta dar voz a algum consumidor, as opiniões surgem descontextualizadas, incoerentes e

contraditórias entre si – não chegam a, realmente, constituir uma voz respeitada ou compreensível. Estes actores, os principais, do fenómeno das drogas continuam silenciosos não sendo, de facto, ouvidos.

Completando o que se acabou de dizer as imagens são especialmente significativas: as fotografias de políticos e directores têm honras de primeira página e grandes planos, enquanto que as dos consumidores surgem desfocadas, a contraluz e mesmo em negativo. A preocupação de salvaguarda do anonimato combina-se, eficazmente, com uma certa aura de mistério e de enigma – o que pode interessar o leitor, mas reforça também a imagem da alienação e do descontrole ligada ao consumo de várias drogas

O destaque, quando não é dedicado a políticos ou dirigentes, pode chamar atenção para rotas de tráfico internacional ou, mais discreto, replicar o padrão das notícias informativo factuais: a apreensão, o traficante interceptado, entre outras situações do género. Contudo, quando tal acontece, as notícias surgem mais na primeira página do destacável ou mesmo na última página no corpo principal dos diários consultados.

2. – Confrontação com estado actual da investigação

Uma reflexão crítica sobre uma certa ilusão de objectividade – aparentemente subjacente às notícias factuais, ao testemunho de responsáveis de instituições e à voz desgarrada de consumidores – permite a desconstrução de imagens ou impressões, porventura, apressadas que se poderia fazer sobre os padrões informativos.

Assim, existe uma produção dominante de textos relacionados com a apreensão de traficantes, ou de material de tráfico. Os consumidores, quando não ausentes, surgem em imagens que reforçam a ideia de auto-destruição e estigma. Acontecem imprecisões conceptuais: o haxixe é a substância mais citada, por vezes em tons alarmistas ao arrepio das reais consequências que acarreta o seu consumo; o termo ambíguo de droga é ainda dominante e contribui para uma certa desinformação.

Ao mesmo tempo que ocorre essa reposição simbólica da ordem social, o exemplo brasileiro, apesar de com menor expressão numérica, reforça sub-repticiamente a ideia de que se contemporizarmos com o tráfico ou o consumo acabamos por destruir a “sociedade”. Esta sensação acentua-se no discurso directo de alguns actores – registre-se a posição de um afamado dirigente de uma instituição da área do tratamento dos comportamentos adictivos: “de leveza em leveza os nossos jovens perdem-se”. Ou seja, é preciso não contemporizar, promover a repressão e a vigilância... sem saber se essas medidas são realmente eficazes.

Corroboramos, assim, certos dados já recolhidos noutros estudos. De facto, existe uma matriz de estereotipia informativa que acaba por ter efeitos desinformativos evidentes, como defende Nogueira Dias (2001). Os estudos de Guibentif (2002) e Fernandes (1997b) detectam, da mesma forma, uma relação evidente entre droga e temas como o crime ou a insegurança urbana – também nós nos confrontámos com uma matriz informativa de teor idêntico (iremos retomar, posteriormente, uma análise mais cuidadosa desta vertente).

Nebreda *et al* (1987) detectam também numerosos textos que se fundam em fontes institucionais reservando pouco espaço ao consumidor – que é rapidamente associado ao criminoso em potência ou em acto. O nível factual da notícia é ainda enganador, o que leva os autores a defender a necessidade de promover mais artigos de opinião e mais discussão sobre estes assuntos. A realidade espanhola parece, grosso modo, estar próximo da portuguesa (o que é reforçado pelo estudo de Rekalde, 2001 que constata a manutenção do mesmo padrão informativo).

Está bom de ver que os dados que detectámos neste estudo não são novos ou sequer inovadores – eles inscrevem-se num devir informativo que se prolonga por anos e anos, reforçando estereótipos, mas também reflectindo as forças vivas da sociedade e a visibilidade diferencial que elas conseguem obter: departamentos policiais organizam conferências de imprensa a propósito de operações bem sucedidas, mas um médico ou um psicólogo não proclamam, com a mesma veemência, um consumidor tratado ou redimido...

Procedamos a um breve exercício de grande importância heurística: vamos fazer uma análise comparativa dos dados por nós obtidos e os dados recolhidos por Fernandes (1997b). Já recordámos que a presente investigação pretendeu, em grande parte, realizar uma réplica do estudo daquele investigador. É, por isso, interessante verificar certas modificações que podem ser significativas embora, como já vimos, não alterem o padrão comunicativo visto no seu todo.

Os pontos em comum contemplam a preponderância das notícias factuais. No entanto, o estudo de Fernandes (1997b) enfatizar mais do que o nosso a relação droga crime e, mais genericamente, a relação droga insegurança. De facto, apesar de serem igualmente omnipresentes os casos de tráfico ou aqueles em que a acção policial é bem sucedida, não constatámos a reacção de indignação ou de pânico moral detectada naquele estudo. Da mesma forma, a categoria crime associado a drogas parece menos frequente no nosso estudo, enquanto categoria autónoma e independente.

Uma das hipóteses de explicação para este facto prende-se, precisamente, com uma relativa autonomização entretanto operada da figura do arrumador de carros. Na constituição do corpo da amostra confrontámo-nos

com essa dificuldade: as notícias sobre arrumadores de carros, na maior parte dos casos, nada referiam que relacionasse tais actores com a toxicodependência. Parecia mesmo que a figura se havia distanciado da droga e adquirido um espaço próprio sobre o qual a indignação, a reacção social e também o sentimento de insegurança se concentravam.

Assim, a maior visibilidade conferido à temática do arrumador – mesmo que não enquanto figura autónoma mas antes um actor que é agido, ou coagido, pelas instituições de controle policial e sanitário existentes – parece arrastar consigo o sentimento de indignação e de urgência de reposição da ordem social que anteriormente tendia a convocar-se a propósito do consumidor e do traficante.⁹⁷

⁹⁷ É claro que muitos dos arrumadores consomem drogas nós, inclusive, recolhemos os textos em que tal facto fosse explícito. Pareceu-nos, porém, que muitas das notícias deixavam o facto implícito, daí considerarmos uma certa autonomização da figura.

3 – Reflexão crítica

Na sua esmagadora maioria, as notícias são produzidas por estereótipos ao mesmo tempo que os reforçam. A imagem simplificada das drogas e das toxicodependências passa, em primeiro lugar, pela esquematização operada do termo droga que se torna, assim, um conceito ambíguo e vago; passa também pela indefinição de fronteiras entre consumidor, traficante e criminoso; tem ainda que ver com a pouca visibilidade conferida aos consumidores enquanto figuras de direito próprio que, quando surgem são truncadas e reduzidas a testemunhos simbólicos; por último, prende-se com o predomínio dado à visão das instituições, principalmente a policial, mas também, embora a larga distância, à do eixo sanitário.

Estamos em crer que esta imagem simplificada é redutora, perniciosa e contraproducente. Alimenta uma política de repressão, sendo acrítica na prática quanto aos resultados dessa mesma repressão. Por outro lado, pressupõe um consumidor de drogas que se dilui à vez, numa incoerência imprevisível, entre a figura do doente, despojado de vontade própria, e da figura do crime, que se pratica tráfico e outras actividades obscuras.

Concordamos com Rekalde (2001): este padrão informativo tende a representar o consumidor de drogas em termos fortemente negativos, desencadeando paixões e sentimentos de indignação moral. Neste sentido, e no caso actual português, os mass media podem representar uma barreira à implementação de estratégias de baixo limiar e de redução de danos – que são estratégias adoptadas de forma crescente um pouco por toda a Europa. Neste contexto, este tipo de programas, ao aceitar o consumidor tal como ele é, como ponto de partida para a intervenção, pode desencadear emoções negativas que advêm da ideia que se está a beneficiar o toxicod dependente e que esse benefício é incompreensível.

Por outro lado, a representação divulgada pelos mass media um pouco por toda a sociedade tende também a fomentar a estrutura de dilema moral investigada no estudo 1: a droga aliena, é incompreensível, desestrutura completamente o indivíduo.

Apesar de não encontrarmos neutralizações neste nível de análise, e porque os consumidores não têm direito à palavra mediática, se nos é permitida a expressão, encontramos padrões informativos que facilitam o uso desse tipo de neutralizações, pois também a nível jornalístico os conceitos não esclarecem e reforçam a ideia de droga enquanto flagelo e descontrole dos indivíduos. Vamos porém, guardar para o momento seguinte uma leitura integrada do resultado dos dois estudos.

CONCLUSÕES GERAIS

Conclusões gerais

Alcançámos o momento final de todo um percurso teórico-prático. Façamos, então, uma síntese do caminho percorrido, para que depois possamos sistematizar as principais linhas de força da nossa investigação. A tarefa parece difícil porque parte de um paradoxo de base: como conciliar dois estudos que, aparentemente, apresentam resultados tão díspares? Num estudo deparamo-nos com o indivíduo que consome drogas, no outro ele está ausente; numa investigação trabalhamos com neutralizações, na outra elas estão não se vislumbram. Como sanar este afastamento?

A definição histórica do consumo de drogas como dilema moral, abriu-nos portas para conhecer o modo como as dissonâncias por ele provocadas se reflectem em cada indivíduo em particular. Mas o estudo dos mass media confrontou-nos com uma ausência perturbadora: os consumidores, enquanto actores de si, por direito próprio, encontravam-se ausentes do discurso.

Talvez seja oportuno realizarmos aqui uma inversão de perspectiva: encararemos as racionalizações utilizadas pelos consumidores também como um reflexo psicológico de condições sociais de níveis superiores. A proposta não é nova já que, diversos investigadores, filiados na tradição das histórias de vida, encaram as biografias individuais como expressão do social. Então, poderíamos pensar a produção do discurso jornalístico como desencadeante de um ambiente de pânico moral que, por si só, confronta já os indivíduos com a estigmatização das suas condutas. É sabido que o processo é bem

mais complexo, como aliás tivemos oportunidade de referir ao esboçarmos algumas linhas mestras da história das drogas e do seu consumo. Convém, da mesma forma, não esquecer que as propostas de realidade que dominam a produção jornalística, pelas suas características intrínsecas tendem a perpetuar um estado de alarmismo e sobressalto que, como vimos, têm também as suas raízes históricas. Foi, então, neste contexto que procurámos conhecer os padrões comunicacionais ocorridos em diversos jornais diários. Acabámos por constatar uma certa massificação das notícias em redor de um número reduzido de conteúdos temáticos centrais: os factos dominavam a produção mediática, mas tratavam-se, sobretudo, de factos ligados à repressão e ao sucesso dessa mesma repressão. Por outro lado, as instituições de controle social e, entre elas, as de repressão policial, parecem sobrepor-se às restantes. Por vezes, notícias em que figuras políticas se tentavam projectar, associavam-se a projectos de intervenção sobre as toxicodependências; nelas, os consumidores, finalmente, surgem mas em plano secundaríssimo e reduzidos a funções ilustrativas. Também as substâncias surgem associadas a espaços marginalizados ou, em imagens fragmentadas, aludindo ao tráfico de alto nível económico-financeiro.

Rapidamente: veicula-se a ideia de uma repressão, que é vitoriosa e bem sucedida, sobre traficantes que se misturam com a figura de consumidor. Só excepcionalmente isto não é assim: pontilhando o manancial das notícias factuais, onde a repressão é nota dominante, surgem peças de maior fôlego onde é introduzida alguma complexidade sobre o tema dos consumos e das toxicodependências – o tráfico internacional passa impune; os consumos estão a aumentar ou a diminuir conforme as substâncias visadas.

Deste modo, a ideia de alienação inerente à esfera individual é plenamente confirmada neste nível macro-social: a droga é representada como algo estranho, habitante das margens da cidade, as margens simbólicas da cidade. Trata-se da representação da droga e da toxicodependência como algo de estranho que é continuamente submetido a repressão e chamado de novo à ordem social normativa.

A estereotipia da comunicação social reflecte e reproduz as simplificações de si, se nos é permitida a expressão, que são inerentes a um

consumo problemático de heroína. A deriva e utilização sistemática de neutralizações conduzem a um empobrecimento da vivência psicológica dos indivíduos que tem correspondência a um certo nível simbólico da representação destes assuntos na sociedade: as notícias repetem indefinidamente a repressão vitoriosa como se se tratasse de um exorcismo inadiável.

A produção mediática que é, de forma dominante, pouco reflexiva, acaba por reflectir e perpetuar um estado de alarme social. As mensagens factuais surgem descontextualizadas, confundindo actores, contextos e as próprias substâncias (recorde-se, por exemplo, que sob o termo genérico de droga sucedem-se uma série de notícias e de factos). Todo o contexto é de molde a alimentar estigmas e medos que, por vezes, se consubstanciam em pânicos morais.

Aproximamo-nos de um nível de leitura global que foi, da mesma forma, utilizado por alturas da reflexão histórica dos usos e abusos de drogas na nossa civilização realizada no início deste trabalho: estudámos então o modo como certas imagens se perpetuam e se disseminam no todo social tendo em conta a variável tempo. No estudo sobre os mass media esboçámos um corte transversal em que a produção mediática tem esse papel de disseminação e amplificação no interior de uma dada sociedade e num dado momento.

Consideremos agora a problemática do primeiro dos nossos estudos empíricos, acabando de efectuar a inversão com que principiámos as nossas conclusões. Retomemos o nível micro-social, o nível psicológico, e questionemos o modo como o dilema moral inerente ao acto de consumir é resolvido num conjunto de indivíduos consumidores. Obviamente que o nosso trabalho não esgota o olhar microscópico: poderíamos saber de representações sociais em grupos normativos ou, ainda, o modo como familiares próximos dos consumidores explicam para si mesmos os diversos comportamentos disruptivos que presenciam – deixámos estes campos de investigações para futuros projectos... O interesse em conhecer os modos de inscrição desse dilema moral nas histórias de vida foi, de facto, o núcleo do nosso esforço. Foi a partir deste núcleo que tudo o resto se organizou,

provocando, nomeadamente, o nosso interesse em investigar a nível macro-social.

Encontrámos nos entrevistados uma série de desarticulações biográficas patentes em diversas etapas cruciais das suas histórias de vida. O início dos consumos era claramente conceptualizado como algo de incompreensível, produto à vez de uma vontade deliberada de consumir e de uma série de neutralizações tendentes à desresponsabilização. Semelhante fenómeno se observou na gestão de carreira: neutralizações intencionais e não intencionais combinavam-se numa amálgama que, simultaneamente, afastava os indivíduos da responsabilização dos seus comportamentos e afirmava valores e sistemas de crenças desviantes ou subculturais. Ainda nos pontos de inflexão, semelhante incongruência acabou por ocorrer: muitas decisões de afastamento e interrupção dos consumos são representadas como algo que é fruto do acaso ou de um alinhamento arbitrário de circunstâncias.

Assim, o dilema moral, inerente ao consumo contemporâneo de drogas, construído ao longo de séculos, acaba por isso por não ser resolvido de forma satisfatória. Os indivíduos empregam racionalizações tendentes a contornar o problema (as não intencionais) e, simultaneamente, usam outras racionalizações, estas de cariz intencional, que afirmam o acto desviante à luz de fatalismos, de circunstâncias pretensamente atenuantes ou decorrentes de uma lógica próxima do mal menor. Estes dois tipos de raciocínios são depois postos em causa em momentos de abstinência: “não sei como é que pensava assim, aquilo fazia-me lógica, não queria saber de mais nada”. Neste aspecto, podemos, e neste aspecto aproximamo-nos de Romaní (1991), aproximar o estatuto de consumidor de drogas a uma espécie de ritual de passagem a um estado de irresponsabilidade e deriva.

Vimos como a história das drogas acabou por estigmatizar usos, congelando-os em formas de alienação e marginalidade social – nós próprios estudámos as formas cognitivas inerentes a essa marginalização. Num dado tempo e numa dada sociedade. Mas não nos devemos esquecer que as racionalizações não abrangem tudo o que implica ser toxicodependente: podemos detectar muitas formas de neutralização em fumadores, jogadores

patológicos, entre outros exemplos. Soma-se a este esquema cognitivo, no caso dos heroinómanos, uma vivência social que acaba vai erodindo laços sociais e afectivos numa série de contextos.

A deriva, conceito desenvolvido por Matza expressa, como vimos, essa anomia individual que está subjacente, frequentemente, ao consumo de opiáceos. Tal extremização de vivências implica nuances que, certamente, serão específicas a situações de ultra-desvalorização social, como a valorização selectiva de dimensões existenciais e mesmo certas expressões da defesa da necessidade.

A história de vida em que ocorrem consumos problemáticos de heroína acaba por representar esse período como algo que não teve nada que ver com as outras etapas biográficas anteriores e posteriores em casos de indivíduos abstinentes; algo que é profundamente ilógico e contraditório e que, depois, acaba por ter as suas regras e formas de pensamento (sempre suspensas no confronto com a moral normativa).

Temos, pois, um pano de fundo potenciador de alarme e de pânico, perpetuador da proibição e do medo. Os padrões comunicacionais tendem a reforçar a ordem social vigente: uma ordem social que não é pensada e que resiste a qualquer mudança. Podemos, então, retomar novamente a crítica de Rekalde (2002): o padrão de significações dos mass media tende a dificultar os programas de redução de riscos ao privilegiar o status quo e a condenação moral. Esta forma de comunicar, contudo, não se distancia muito da observada noutras áreas da comunicação social. Kerckhove (1995) e mesmo Augé (1997), reflectindo a um nível global sobre a linguagem televisiva, por exemplo, identificam um padrão de informativo que alimenta estereotipias e aproxima-se da descomunicação. Kerckhove (1995), nomeadamente, defende a ideia que a comunicação televisiva tende a privilegiar sensações corporais, ou seja, activa índices psicofisiológicos que estão para além da consciência que nós temos deles. O nível emocional é, pois, um vector privilegiado nas mensagens que recebemos. As asserções que são defendidas por estes autores podem, da mesma forma, ser aplicadas

na comunicação da imprensa sobre as drogas: privilegia-se a descomunicação, o pequeno escândalo, em suma, as emoções.

No outro extremo social deparamo-nos com indivíduos consumidores de drogas cujas biografias apresentam sérias desarticulações. Existe uma dificuldade extrema na explicação para si mesmos dos seus próprios actos e do seu sofrimento. Tentam recriar para si, na estreita margem de manobra que dispõem, uma auto-imagem, uma coerência de si que funciona, a mais das vezes, por momentos disjuntivos: a consciência de si na abstinência é profundamente suspensa e contradita durante a deriva e o sistema de escolhas que se “instala” quando se está a consumir.

Uma imagem final: tendo como pano de fundo a descomunicação social e o alarmismo que os níveis mediáticos encerram, os indivíduos recriam essa disfuncionalidade em si mesmos. Como no *O Grito* de Edvard Munch: o sofrimento psicológico está no indivíduo e na paisagem, não sabemos ao certo de onde provém todo esse sofrimento. É o indivíduo que contamina a paisagem com o seu profundo mal-estar, ou é a paisagem que o mergulha na dor, como se ele não existisse e fizesse parte dela?

BIBLIOGRAFIA

- Adler, P. (1993). *Wheeling and dealing - an ethnography of an upper-level drug dealing and smuggling community*. New York: Columbia University Press.
- Agar, M. (1994). Le rôle de l'ethnographie. *Agora*, 31.
- Agew, R. (1994). Techniques of neutralization and violence. *Criminology*, 32, 555-580.
- Agra, C. & Fernandes, L. (1993). Droga enigma, droga novo paradigma. In C. Agra (Ed.), *dizer a droga ouvir as drogas* (pp. 55-86). Porto: Radicário.
- Agra, C. (1996). Síntese integrativa. In C. Agra (Ed.) *Projecto droga e crime - Estudos interdisciplinares. Vol. XV*. Porto: Centro de Psicologia do Comportamento Desviante Universidade do Porto (policopiado).
- Agra, C. (1986). *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfance*. Lisboa: INIC
- Agra, C. (1990). Sujet autopoïétique et transgression. In C. Debuyst (Ed.), *Acteur social et delinquance* (pp. 415-425). Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Agra, C. (1991). Sujet autopoïétique et toxicodépendance. Montreal: Centre International de Criminologie Compareé (policopiado).
- Agra, C. (1995). Da rapsódia à sinfonia - Sentido para a composição de um sistema de pensamento na área das drogas. *Toxicodependências*, 1, 26-32.
- Agra, C.; Fernandes L.; Manita, C. & Carvalho, I. (1992). *Droga e Mass Media – Síntese de uma Pesquisa Bibliográfica e Apreciações Qualitativas*. Porto: Centro do Comportamento Desviante da FPCE UP (policopiado).

Allport, G. W. (1942). *The use of personal documents in psychological science*. New York: Social Science Research Council.

Allport, G. (1965). *Letters from Jane*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Anderson, E. (1990). *Street wise – race, class and change in an urban community*. Chicago: The university of Chicago Press

Arnal, J. U. (1997). *História e função social do uso de substâncias psicoactivas nas diferentes civilizações* (policopiado).

Artiaga, J. F. & Romaní, O. (1985). *Dejar la heroína*. Madrid: Cruz Roja Española.

Augé, M. (1998). *Les formes de l'oubli*. Paris: Éditions Payot & Rivages.

Augé, M. (1997). *La Guerre des rêves : exercices d'ethno-fiction*. Paris : Éditions du Seuil. Ed. Portuguesa: 1998, Lisboa: Editorial Celta.

Augé, M. (1994). *Os não lugares - introdução a uma antropologia da sobre modernidade*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Badía, P. C. & Tornero J.M. (1989). *Droga, Television y Sociedad*. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo.

Baker, C. (1997). Membership categorization and interview accounts. In S. Silverman (Ed.) *Qualitative research - theory, method and practice*. (pp. 130-143). London: Sage Publications.

Balandier, G. (1983) Prefácio In F. Ferraroti. *Histoire et histoire de vie - la methode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Libraire des Meridiens.

Balzac, H. (1838) Tratado dos excitantes modernos. In Brillat-Savarin (Ed.)

Physiologie do goût. Edição portuguesa 2000, Lisboa: Guimarães Editores.

Baratta, A. (1990). Une politique rationnelle des drogues? - Dimensions sociologique du prohibitioniste actuel. *Deviance et Société*, 14, 2, 157-178.

Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baudelaire, C. (1860). *Les Paradis Artificiels*. Edição portuguesa: 1971. Lisboa : Estampa.

Becker, H. S. (1963). *The Outsiders - Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press of Glencoe, Inc.

Bertaux, D. (1989). Les récits de vie comme forme d'expression, comme approche et comme mouvement (pp 17-38) In G. Pineau & G. Jobert (Ed.) *Histoire de vie - utilisation pour la formation vol 2*. Paris: L'Harmattan.

Bertrand, M. A. (1986). La politique des drogues. *Deviance et Société*, 10, 2, 177-191.

Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico: Perspectiva y metodo*. Barcelona: Hora S.A.

Boornstin, D. J. (1993). *Os Criadores – Uma história dos heróis da imaginação*. Lisboa: Gradiva Editores.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições Difel.

Bourgois, P. (1995). The political economy of resistance and self destruction in the crack economy: an ethnographic perspective. *Annals of New York Academy of Sciences*, 749, 97-118.

- Brennan, W.C. (1974). Abortion and the techniques of neutralization. *Journal of Health and Social Behavior*, 15, 358-365.
- Brochu, S. & Chayer, L. (1997). Les politiques de matière de drogue: une question de valeurs? *Toxicoddependências*, 3, 1, 15-24.
- Brochu, S. (1996). *A Investigação sobre a relação droga crime na América do Norte*. In C. Agra (Ed.) *Projecto droga e crime - Estudos interdisciplinares*. Vol. III. Porto: Centro de Psicologia do Comportamento Desviante Universidade do Porto (policopiado).
- Brochu, S. (1994). Ivresse et violence: désinhibition ou excuse? *Déviance et Société*, 18, 4, 431-446.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development - Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible words*. Cambridge: Harvard University Press.
- Burgess, R. G. (1997). *A pesquisa de terreno – uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Burroughs, W. (1953). *Junky*. London Penguin Books, 1977.
- Burroughs, W. (1959). *The naked lunch*. (S/d) Lisboa: Livros do Brasil.
- Camporesi, P. (1990). *O Pão Selvagem*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Castel, R. & Coppel, A. (1991). Les controles de la toxicomanie. In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence: Drogues, alcools, médicaments psychotropes*. (pp. 237-256). Paris: Editions Esprit.
- Catani, M. & Mazé, S. (1982). *Tante Suzane - une histoire de vie sociale*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Cloward R. A. & Ohlin L. E. (1960). *Delinquency and Opportunity – a theory of delinquent gangs*. New York: The Free Press, 1966.
- Cohen, S. (1988). *Visiones de control social*. Barcelona: Promociones Y Publicaciones Universitarias S. A.
- Cohen, P. (1990). *Drugs as a social construct*. Utrecht: Elinkwijk.
- Cohen, S. (1994). *Folk, devils and moral panics*. Oxford: Backwell Publishers.
- Coleman, J. W. (1985). *The Criminal Elite – the Sociology of White Collar Crime*. New York: St. Martin's Press.
- Costello, B. (2000). Techniques of neutralization and self-esteem: a critical test of social control and neutralization theory. *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal*, 21, 307-329.
- Debuyst, C. (1995). Qui récupère qui? *Deviance et Société*, 3, 257-265.
- De Quincey, T. (1821). *Confessions of an English Opium Eater*. Edição portuguesa: 1989 Lisboa: Editorial Contexto.
- Denzin, K. (1989). *Interpretative biography*. London: Sage Publications.

- Digneffe, F. & Becker, M. (1997). Do indivíduo ao social: a abordagem biográfica (pp. 203-245) In *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Dominicé, P. (1996). *L'histoire de vie comme processus de formation*. Paris: Éditions Harmattan.
- Douglas, J. (1977). Existential sociology. In J. Douglas & J. M. Johnson (Ed.s) *Existential sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eliason, S. L. & Dodder R. A. (2000). Neutralization among deer poachers. *Journal of Social Psychology*, vol 140 (4), 536-538.
- Escohotado, A. (1990). *El libro de los venenos guía de drogas - las licitas y las otras*. Madrid: Omnibus Mondatori.
- Escohotado, A. (1992). *Para una fenomenología de las drogas*. Madrid: Mondatori España S.A.
- Escohotado, A. (1996). *Una historia elemental de las drogas*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Espinoza, E. L. (1989). *Delitos sin víctima - Orden social y ambivalencia moral*. Madrid: Alianza Universidad.
- Fatela, J. (1991). Drogues et ambivalences de la subjectivité. In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence: Drogues, alcools, médicaments psychotropes* (pp. 49-63). Paris: Édition Esprit.
- Faupel, C. E. (1991). *Shooting dope - career patterns of hard-core heroin users*. Gainesville: University of Florida Press.

Fernandes, L. (1995). O sítio das drogas – etnografia urbana dos territórios psicotrópicos. *Toxicodependências*, 2, 22-32.

Fernandes, L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos - Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, Porto.

Fernandes, L. (1997b). *Etnografia urbana das drogas e crime*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

Fernandes, L. (1998). Os princípios de exclusão da droga (pp. 63 - 78). In H. G. Araújo, P. M. Santos & P. C. Seixas (Ed.) *Nós e os outros: a Exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Fernandes, L. (2003). A festa da droga. *Público* de 3 de Julho

Fernandes, L. & Agra, C. (1991). *Uma topografia urbana das drogas (Estudo exploratório no Porto)*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Combate à Droga.

Fernandes, L. & Carvalho, M. C. (2000). Onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas. *Toxicodependências*, 6, 3, 17-28.

Fernandes, L. & Carvalho, M. C. (2003). *Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas*. Lisboa: Coleções Universitárias IDT.

Fernandes, L. & Ribeiro, C. (2002). Redução de riscos, estilos de vida junkie e controlo social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 57-68.

- Ferraroti, F. (1983). *Histoire et histoire de vie - la methode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Libraire des Meridiens.
- Ferreira, R. (1985). *Memórias de um ex-morfinómano*. Porto : Via Ótima.
- Festinger, L. (1957). *Theory of cognitive dissonance*. Stanford: Stanford UP.
- Fleming, M. (1995). *Família e toxicodependência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fonseca, E. & Quintas, J. (1997). *A criminalização da droga: da emergência à aplicação da lei*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Forsythe, C.J. & Evans, R. D. (1999). Dogmen the rationalization of deviance. net
- Fortes, O.; Gonzalez, J. & Tinoco, R. (1997). Depressão e Toxicodependência: Estudo de uma Amostra em Unidade de Desabilitação. In *Actas III Congresso Internacional sobre Toxicodependência, X Encontro das Taipas*. (pp. 63-71).Lisboa: ANIT.
- Foucault, M. (1992). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, Ltda.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir – o nascimento da prisão*. Petropólis: Vozes.
- Foucault, M. (1997). *A Ordem do discurso*. Lisboa: Relógio de Água Editores.
- Gamella, J. (2001). Comunicação pessoal uma aula de mestrado
- Garfinkel, H. (1956). Conditions of successful degradation ceremonies. *American Journal of Sociology*, 61, 420-424. [Reprinted in J.G. Manis and B.N. Meltzer (Eds.) (1972). *Symbolic interaction: A reader in social psychology*, 2nd edition, (pp. 201-208). Boston, MA: Allyn & Bacon.]

- Giorgi, A. (1986). Theoretical justification for the use of descriptions in psychological research. In P. D. Ashworth & A. Giorgi (Ed.) *Qualitative research in psychology* (pp. 3-22). Pittsburg: Forbes Avenue.
- Glaser, B. G. & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Goffman, E. (1963). *Stigma - Notes on the management of a spoiled identity*. New York: Simon and Schuster.
- Gonçalves, M. (2003). *Psicoterapia, uma arte retórica: contributos das terapias narrativas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, O. F. (2000). *Viver narrativamente - A psicoterapia como adjectivação da experiência*. Coimbra: Quarteto Editora.
- González, C.; Funes, J.; González, S.; Mayol, I. & Romaní, O. (1989). *Repensar las drogas - hipótesis de la influencia de una política liberalizadora respecto a las drogas, sobre los costes sociales, las pautas de consumo y los sistemas de recuperación*. Barcelona: Grupo IGIA.
- Grapendaal, M.; Leuw, E. & Nelen, H. (1995). *A world of opportunities - Lifestyle and economic behavior of heroin addicts in Amsterdam*. New York: State University of New York.
- Guibentif, P. (2002). *Comunicação Social e Representações do Crime*. Lisboa: Cadernos do CEJ.
- Hagan, T. (1986). Interviewing the Downtrodden. In P. D. Ashworth & A. Giorgi (Ed.) *Qualitative research in Psychology* (pp. 332-360). Pittsburg: Forbes Avenue.

- Hammersley, M. (1989). *The dilemma of qualitative method - Herbert Blumer and the Chicago tradition*. London: Routledge.
- Hannerz, U. (1986). *Exploración de la ciudad - Hacia una antropología urbana*. Mexico: Fondo de cultura Economica.
- Hayes, N. (1997). Introduction: qualitative research and research in psychology (p 1-8). In N. Hayes (Ed) *Doing qualitative analysis in psichology*. East Sunex: Psychology Press.
- Heath, D. B. (1995). Quantitative and qualitative research on alcohol and drugs: a helpful reminder. *Addiction*, 90, 753-766.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Holdstein, J. A.; Gubrium, J. F. (1997). Active interviewing. In S. Silverman (Ed.) *Qualitative research - theory, method and practice* (pp. 113-129). London: Sage Publications.
- Huxley, A. (1963). *Doors of perception*. New York: Harper & Row Publishers
- Inciardi, J. A. (1992). *The war on Drugs II: The continuing epic of heroin, cocaine, crack, crime, AIDS, and public policy*. Mountain View, CA: Mayfield Publishing.
- Ingold, F. R. & Toussirt, M. (1998 A). *Le cannabis en France*. Paris: Anthropos.
- Ingold, F. R. & Toussirt, M. (1998 B). Remarques introductives sur l'éthnographie dans le champ de la toxicomanie: l'expérience de l'I'REP. *Toxicoddependências*, 4, 3, 39-48.
- Ingold, F. R. & Toussirt, M. (1997). Les attitudes et les pratiques des usagers de

drogues confrontés aux risques de contamination par le virus de l'immunodéficience humaine (VIH) et les virus des hépatites B et C. *Bull. Acad. Natle. Med.*, 3, 555-568.

Ingold, F. R.; Toussirt, M.; Petit, F. & Coubesque, A. M. (1991). *Méthode et histoire - apport des sciences de l'homme et de la société à la compréhension des drogues et des substances psychoactives*. Paris: IREP.

Junger, E. (1977). *Drogas, embriaguezes e outros temas*. Lisboa: Editora Arcádia SARL.

Kaminski, D. (1990). Toxicomanie: le mot qui rend malade. *Déviance et Société*, 14, 2, 179-196.

Kerckhove, D. (1995). *The skin of culture (Investigating the New Electronic Reality)*. Toronto: Somerville House Books Limited. Ed. portuguesa: 1997 Lisboa: Relógio de Água.

Khoo, A. K.; Oakes, C. E. & Oakes, P. (2000). The variability of the delinquent self: anti-authority attitudes and endorsement of neutralization techniques among incarcerated delinquents in Singapore. *Asian Journal of Social Psychology*, vol. 3 (2), 125-132.

Kirk, J. & Miller, M. L. (1986). *Reliability and validity in qualitative research*. Newbury Park: Sage Publications, Inc.

Kuhn, T. (1983). *La Structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion.

Labrousse, A. (1991). *La drogue, l'argent et les armes*. Paris: Fayard.

Larrauri, E. (1991). *La Herencia de la Criminología Crítica*. Madrid: Siglo XXI Editores

Laurie, P. (s/d). *Las drogas*. Madrid: Alianza Editorial.

Legrand, M. (1993). *L` approche biographique*. Marseille: Hommes et Perspectives.

Lemert, E (1964). Social structure, social control and deviation (57-97). In M. B. Clinard (Ed.) *Anomie and Deviant Behavior*. New York: The Free Press of Glencoe.

Lemert, E. (1951). *Social pathology*. New York: McGraw Hill.

Lessard-Herbert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa - fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lewin, L. (1928). *Phantastica*. Paris: Payot, 1970.

Lewis, O. (1961). *The Children of Sanchez*. Paris: Gallimard, 1993.

Lilly, J. C. (1998). *O Cientista - Uma Autobiografia da Metafísica*. Porto: Via Optima Editorial.

Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio de Água.

Lyotard, J. F. (1989). *A condição pós moderna*. Lisboa: Gradiva Editora

Macquet, C. (1992). *Toxicomanies et formes de la vie quotidienne*. Liège: Mardaga Éditeur.

Machado, C (2001). *Comunicação pessoal*. Porto: Faculdade de Psicologia e CE da Universidade do Porto.

- Manita, C. (1996). As interrelações droga-crime: as dimensões da personalidade e acção. In C. Agra (Ed.) Projecto droga e crime - Estudos interdisciplinares. Vol. X. Porto: Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Universidade do Porto (policopiado).
- Manita, C. (2001). Evolução das significações em trajectórias de droga-crime (II): novos sentidos para a intervenção psicológica com toxicodependentes? *Toxicodependências*, 7, 3, 59-72.
- Manita, C.; Negreiros, J. N & Agra, C. (1996). *Determinações e significações da relação Droga - Crime*. In C. Agra (Ed.) Projecto droga e crime - Estudos interdisciplinares. Vol. XI. Porto: Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Universidade do Porto (policopiado).
- Marlatt, A. & Gordon, J. R. (1985). *Relapse prevention*. New York: Guilford Press.
- Matos, A. P. & Agra, C. (1996). *Trajectórias desviantes*. In C. Agra (Ed.) Projecto droga e crime – Estudos interdisciplinares. Vol. XIV. Porto: Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Universidade do Porto (policopiado).
- Maupassant, G. (1882). Rêves. *Les Galois*.
- Matza, D. (1969). *Becoming deviant El proceso de desviación*. Madrid: Taurus Ediciones S. A.
- Matza, D. (1964). *Delinquency and drift*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Matza, D. & Sykes, G. (1961). Juvenile delinquency and subterranean values. *American Sociological Review*, 26 (5), 712-719.

- McKeganey, N. (1995). Quantitative and qualitative research in the addiction: an unhelpful divide, but one to be lived with. *Addiction*, 90, 6, 749-751.
- Miller, J. & Glauner, B. (1997). The 'inside' – Finding realities in interviews (99-112) In S. Silverman (Ed.) *Qualitative research - theory, method and practice*. London: Sage Publications.
- Minor, W. W. (1980). The neutralization of criminal offense. *Criminology*, 18, 103-120.
- Mitchell, J.; Dodder, R. & Morris, T. (1990). Neutralization and delinquency: a comparison by sex and ethnicity. *Adolescence*, 25 (98), 487-497.
- Mitchell, J.; Dodder, R. (1983). Types of neutralization and types of delinquency. *Journal of Youth and Adolescence*, Vol 12, (4), 307-318.
- Morin, E. (1995). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nebreda, B.; Sendra, J. & Albert, A. (1987). *La Imagen de la Droga en la Prensa Española*. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo.
- Neves, T. (1997). *Mayhew, Shaw and the use of life histories for the study of delinquency and marginality*. London: Goldsmiths College (unpublished).
- Negreiros, J. N. (1990). Programas de Prevenção sobre Drogas: Modelos e Resultados. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 41-53.
- Negreiros, J. N. (1991). *Prevenção do Abuso de Álcool e Drogas nos Jovens*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Negreiros, J. N. (1995). Avaliação de programas de prevenção do abuso de drogas. *Psicologia*, X, 3, 143-154.

- Nogueira Dias, F. (2001). *Droga e Toxicodependência na Imprensa Escrita*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ogborn, A. C. (1995). Unhelpful divide but important distinction. *Addiction*, 90, 755-756.
- Ogien, A. (2000). *Sociologie de la déviance et usages de drogues - Une contribution de la sociologie américaine*. Paris: Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux.
- Ormazábal, R. T. (1999). *Mama coca, coca-cola, cocaína: três pessoas numa droga só*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Pachet, P. (1991). Coleridge, De Quincey, Baudelaire: la drogue de l'individu moderne (p. 33-47) In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence - Drogues, médicaments psychotropes*. Paris: Éditions Esprit.
- Pallarès, J. (1995). *El placer del escorpión - Antropología de la heroína y los yonquis*. Lleída: Editorial Milenio.
- Patrício, L. D. (1991). *Os profissionais de saúde e a droga*. Lisboa: Projecto Vida.
- Pearson, G. (1995). The quantitative-qualitative dispute: an unhelpful divide, but one to be lived with. *Addiction*, 90, 6, 759-761.
- Peneff, J. (1990). *La méthode biographique - De l'École de Chicago à histoire orale*. Paris: Armand Colin.
- Pfohl, S. (1994). *Images of deviance and social control - A sociological history*. New York: McGraw-Hill Inc.

- Pidgeon, N. & Henwood (1997). Using grounded theory in Psychology research. In N. Hayes (Ed.) *Doing qualitative analysis in Psychology* (pp. 245-273). East Sussex: Psychology Press.
- Pineau, G. & Le Grand, J. L. (1993). *Les histoires de vie*. Paris: Press Universitaire de France.
- Pineau, G. & Marie-Michele (1983). *Produire sa vie, autoformation et autobiographie*. Montreal: Ed. Albert Saint Martin.
- Plummer, K. (1983). *Documents of life - an introduction to the problems and literature fo a humanistic method*. London: George Allen & Unwin.
- Poiares, C. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. *Toxicodependências*, 5, 1 , 3-12.
- Poiares, C. (1998). As drogas ilícitas: consumo, incriminação, desculpabilização. *Toxicodependências*, 4, 3, 57-66.
- Poirier, J.; Clapier-Valladon, S. & Raybant P. (1995). *História de vida, teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Politzer, G. (1928). *Crítique des fondements de la psychologie*. Paris: PUF. Edição portuguesa, 1975: Lisboa: Editorial Presença.
- Polkinhorne, D. E. (1986). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany NY: Suny Press.
- Preble E. & Casey, J. J. (1969) Taking care of business - The heroin user's life on the street. *The international journal of addiction*, 4, 1, 1-24.

Priest, T.B. & McGrath, J. (1970). Techniques of neutralization: young adult marijuana smokers. *Criminology*, 8, 185-194.

Projecto droga crime - Estudos interdisciplinares (1996). Vol. I-XV Porto: Centro de Psicologia do Comportamento Desviante Universidade do Porto (policopiado).

Quintas, J. (2001). Consumos de drogas: realidades e representações sociais. *Toxicodependências*, 6, 3, 29-42.

Reilly, D. (1984). Drug-Abusing Families: Intrafamilial Dynamics and Brief Triphasic Treatment. In E. Kaufman & P. Kaufmann (Ed.) *Family Therapy of Drug and Alcohol Abuse* (pp. 115-130). New York: Gardner Press Inc.

Rekalde, A. (2002). El tratamiento mediático del drogodependiente como elemento condicionante de los programas de reducción de daños. In A. Rekalde & O. Romaní (Ed) *Los medios de comunicación social: ante el fenómeno de las drogas: un análisis crítico*. San Sebastián: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

Relvas, A. P. (1998). Histórias de famílias, história familiar e toxicodependência – Da compreensão à intervenção. *Toxicodependências*, 4, 3 81-88.

Renaut, A. (1989). *L'Ère de l'individu*. Paris: Gallimard. Edição portuguesa, Lisboa: Edições Piaget.

Ribeiro, S. (1999). Contributo para a história das drogas em Portugal. *Toxicodependências*, 5, 3, 3-9.

Richard, D. & Sennon, J. L. (1995). A cannabis - Revisão bibliográfica geral. *Toxicodependências*,

- Ricoeur, P. (1987). Indivíduo e identidade pessoal. In *Indivíduo e poder* (pp. 65-85). Lisboa: Edições 70.
- Rogers, C. (1961). *On Becoming Person*. Edição Portuguesa, 1985. Lisboa Morais Editores.
- Romaní, O. (2001). Información sobre drogas y médios de comunicación social. In A. Rekalde & O. Romaní (Ed) *Los médios de comunicación social: ante el fenómeno de las drogas: un análisis crítico*. San Sebastián: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Romaní, O. (1995). Intervención comunitaria en drogodependencias - Etnografía y sentido comun. *Toxicodependências*, 2, 33-46.
- Romaní, O. (1991). *Drogodependientes: Circuitos informales y procesos de integración social*. Barcelona: IRES-PNSD.
- Romaní, O. & Comelles, J. M. (1991). Les contradictions liées à l'usage des psychotropes dans les sociétés contemporaines: automédication et dépendance. *Psychotropes*, X, 3, 39-57.
- Rosa do Mundo - 2001 poemas para o futuro* (2001). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Rudgley, R. (1993). *The Alchemy of Culture - Intoxicants in Society*. London: British Museum Press.
- Sarbin, T. R. & Scheibe, K. E. (1983). A Model of social identity. In T. R. Sarbin & K. E. Scheibe (Ed.) *Studies of social identity* (pp. 5-28). New York: Praeger Publishers.
- Sarbin, T. (1986). The narrative and the root metaphor for psychology. In T. Sarbin (Ed.) *Narrative Psychology*. New York: Praeger.

- Schopenhauer, A. (1836). *O mundo como vontade e representação*. Lisboa: Rés Editores, 1991.
- Schur, E. (1974). *Victimless crimes: two sides of controversy*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Serres, M (1967). *A comunicação*. Lisboa: Edições Rés.
- Shaw, C. (1930). *The Jack Roller- a deliquent boy's own story*. Edição consultada de 1966. Chicago: University of Chicago Press.
- Silverman, D. (1993). *Interpreting qualitative data - methods for analysing talk, text and interaction*. London: Sage Publication.
- Silverman, D. (1997A). Introducing qualitative research. In S. Silverman (Ed.) *Qualitative research - theory, method and practice* (pp. 1-7). London: Sage Publications.
- Silverman, D. (1997B). Towards an Aesthetics of research. In S. Silverman (Ed.) *Qualitative research - theory, method and practice* (pp. 239-253). London: Sage Publications.
- Solal J. F. (1991). Les médicaments psychotropes ou la dépendance confortable. In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence - Drogues, médicaments psychotropes* (pp.205-217). Paris: Éditions Esprit.
- Szasz, T. S. (1970). *The Manufacture of Madness*. New York: Delta Book.
- Stanton, M. & Todd, T. (1984). Structural Family Therapy with Drug Addicts. In E. Kaufman & P. Kaufmann (Ed.) *Family Therapy of Drug and Alcohol Abuse* (pp. 55-69). New York: Gardner Press Inc.

- Sutherland, E. (1937). *The professional thief – Annotated and interpreted by Edwin Hardin Sutherland*, 1989. Chicago: Chicago University Press.
- Sykes, G. & Matza, D. (1957). Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency. *American Sociological Review*. 22(6). 664-670
- Thompson, W. E. & Harred J. L. (1992). Topless dancers: managing stigma in a deviant occupation. *Deviant Behavior*, vol 13 (3), 291-311.
- Tinoco, R. (2002). Para uma história dos efeitos das drogas – dos usos cerimoniais aos consumos malditos. *Antropológicas*, 6, 221-245.
- Tinoco, R. (2002b). Indeterminação biográfica – de condição natural a uma fissura na história do sujeito. *Toxicodependências*, 3, 61-67.
- Tinoco, R. (2000). *Vivências de si na toxicodependência - Análise qualitativa de relatos de heroinómanos recolhidos em meio institucional*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto.
- Tinoco, R. (1999). Notas sobre a construção psico-social da identidade desviante em toxicodependência. *Toxicodependências*, 5, 3, 11-23.
- Tinoco, R. & Fernandes, L (2002). Vivências de si na toxicodependência – análise qualitativa de heroinómanos recolhidos em contexto institucional. *Psicologia, teoria, investigação e prática*, 1, 3-17.
- Tinoco, R. & Pinto, S. (2003). As potencialidades clínicas do biograma. *Toxicodependências*, 9, 3, 39-46.

- Tinoco, R. & Pinto, S. (2001). Abordagem biográfica das toxicodependências - o biograma como instrumento de intervenção clínica. *Toxicodependências*, 7, 1, 17-22.
- Touraine, A. (1992). *A Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Touraine, A. & Khosrokhonar F. (2001). *A procura de si - Diálogos sobre o sujeito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vala, J. (1986). A Análise de conteúdo. In A. Santos Silva & J. Madureira Pinto (Ed.s) *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vassilef, J. (1995). *Histoire de vie et pedagogie du projet*. Lyon: Chronique Social.
- Viana, M (2002). Ecstasy – história, mitos e factos. *Toxicodependências*, 1, 65-78.
- Vigarello, G. (1991). La drogue a-t-elle un passé? In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence - Drogues, médicaments psychotropes* (p.85-100). Paris: Éditions Esprit.
- Willis, P. (1983). The cultural meaning of drug use. In S. Hall and T. Jefferson (Eds.), *Resistance through rituals - Youth subcultures in post war Britain* (pp. 106-118). London: Hutshinson.
- Yablonsky, L. & Haskell M. R. (1988). *Juvenile Delinquency*. New York: Harper & Row
- Young, J. (1971). *The drugtakers*. London: Paladin.
- Zinberg, N. (1984). *Drug, set, and setting- the basis for controlled intoxicant use*. New Haven and London: Yale University.

Neutralização – a que ainda não tive acesso

Ball, R. A. (1966). An empirical exploration of neutralization theory. *Criminologica*, 4 (August), 22-23

Deosaran, R. & Chadee, D. (1997). Juvenile delinquency in Trinidad and Tobago: challenges for social policy and Caribbean criminology. *Caribbean Journal of Criminology and Social Psychology*, vol 2 (2), 36-83.

Elizur, D. (1979). Values of personal well being and of harming society among delinquent and non delinquent youth. *Israel Annals of Psychiatry and Related Disciplines*, vol 17 (1), 36-44.

Ferraro, K. (1983). Rationalizing violence: how battered women stay. *Victimology*, vol 8, (3-4), 203-212.

Hollinger, R. C. (1991). Neutralizing in the workplace: an empirical analysis of property theft and production deviance. *Deviant Behavior*, vol 12 (2), 169-202.

Minor, W. W. (1981). Techniques of neutralization: A reconceptualization and empirical examination. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 18 (3), 295-318.

Strutton, D.; Vitell, S. S. & Pelton, L. E. (1994). How consumers may justify inappropriate behavior in market settings: An application on the techniques of neutralization. *Journal of Business Research*, vol 30 (3), 253-260.

Theodore, Abel (1947). The nature and use of biograms. *American Journal of Sociology*, LIII, 2, 111-118.

Thurman, Q. (1984). Deviance and the neutralization of moral commitment: An empirical analysis. *Deviant Behavior*, 5, 291-304.

Young, M. (1989). The indignant page: techniques of neutralization in the publications of pedophile organizations. *Child abuse and Neglect*, vol 12 (4), 583-591.

ANEXO 1

MATERIAL REFERENTE AO ESTUDO 1

Guião da entrevista

1- Antecedentes pessoais

explorar antecedentes familiares, profissionais ou pessoais que os sujeitos considerem pertinentes para o início da sua carreira de consumidores

2- Iniciação

quais os momentos de primeiro contacto com as drogas

lugar contexto idade ano

o que se dizia das drogas

achou que ia parar, continuar?

os amigos continuaram, pararam?

porque acha que outros pararam

relação irregular/regular (Becker, 1963; Faupel, 1991)

3- Saber sobre as drogas

os efeitos de cada droga para si

evolução desses efeitos

utilização dos efeitos

modalidades de ingestão - aprendizagem dessas modalidades (p. e. Becker, 1963)

quais as drogas que se controla mais facilmente

estratégias de auto-controle face a drogas "mais tentadoras"

o que é a ressaca de heroína: 1ª vez; circunstâncias; o que sentiu; o que achou que lhe iria acontecer

4- A carreira toxicodependente

a questão dos outros: a família, o trabalho, a escola (se for caso disso)

estratégias de obtenção do produto / redução de custos

estratégias de evitamento da ressaca

atitudes face a estes dois tipos de estratégias

situações limite (Grapendaal et al, 1995; Romaní, 1991)

estratégias de ingestão: a questão da agulha

questão da compra

questão do crime

efeitos de eventuais detenções (Manita, Negreiros & Agra, 1996)

intencionalidade no acto (Manita, Negreiros & Agra, 1996)

papel do domicílio (Artiga & Romaní, 1985)

calm down: o afastamento dos meios (Grapendaal *et al*, 1995)

o efeito das doenças

5- O mundo da droga

aonde se vai comprar - áreas (Romaní, 1991)

com quem se vai

como se aprendeu a ir comprar

papel que as dificuldades desempenham no quotidiano do sujeito

ligações de amizade no meio consumidor

relação com instituições policiais, tribunais (Ingold et al, 1991)

visão pessoal sobre o fenómeno droga (Fernandes & Agra, 1991)

percepção das representações dos sujeitos do meio normativo
(Fernandes & Agra, 1991)

6- Tratamento - tentativas de paragem

papel dos amigos (Romaní, 1991)

papel da família; das instituições de cuidado (Romaní, 1991)

como se decidiu a mudar de vida

as dificuldades sentidas: as recaídas (Marlatt & Gordon, 1985)

fracassos no tratamento: na desintoxicação; no processo de reinserção
social

(Manita, Negreiros & Agra, 1996)

comunidades terapêuticas ou outro ambiente protegido (Comas, 1988)

razões explicitadas para deixar a droga (Pallarès, 1995)

personagens chave (Pallarès, 1995)

Questionário de caracterização sócio-demográfica

Dados biográficos

Idade

Sexo

Estado civil

Área de residência

Com quem vive

Escolaridade

Habitação

Actividade

História judicial

Dados familiares

Estado civil dos pais

Antecedentes de toxicodependência na família nuclear

Situação face às doenças infecto-contagiosas

Marcadores da Hepatite B

Marcadores anti-HCV

Marcadores HIV

História dos consumos

Idade início cannabis

Idade início heroína

via inicial

ult vez consumiu (via)

Idade início cocaína

via inicial

Idade início de outras drogas

(drunfos speeds, ...)

tempo de consumo de heroína

Nº tratamentos anteriores

Tipos de programa

Tipos de tratamentos

Situação face à heroína principal

**TABELA COM UM SUMÁRIO DE TODAS AS TÉCNICAS DE NEUTRALIZAÇÃO
DETECTADAS DA LITERATURA**

TÉCNICAS NEUTRALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA (indicadores)	OBSERVAÇÕES
Negação da responsabilidade	o indivíduo crê estar fora de si as causas e os motivos dos seus comportamentos (indivíduo vê-se como coisa agida)	proposta por Sykes & Matza
Negação da ofensa	acto desviante não é visto como tal; ou, pelo menos as suas consequências são minoradas	proposta por Sykes & Matza
Negação da vítima	defende que a vítima do acto desviante mereceu esse estatuto	proposta por Sykes & Matza
Condenação dos condenadores	os agentes de controle social são despojados de estatuto moral para levarem a cabo punições	proposta por Sykes & Matza
Apelar a lealdades mais fortes	sistema de obrigações desviante que obriga indivíduo a fazer determinadas coisas	proposta por Sykes & Matza
Racionalização do empréstimo	conceptualização do acto delinquente como empréstimo, que será depois ressarcido	técnica específica proposta por Coleman a propósito dos crimes de colarinho branco
Negação da necessidade de obedecer à lei	a lei é vista como desnecessária e injusta	
Defesa da necessidade	o crime ou o acto delinquente é encarado como uma necessidade de sobrevivência da indivíduo da família ou da empresa	
“Justificação deontológica”	toda a gente faz a transgressão	
Reclamar ganho	indivíduo furta para ter um ganho que só ele se reconhece a si próprio	mais comum para os casos de delinquência de colarinho branco
Metáfora da compensação	o acto desviante é reconhecido como tal mas o indivíduo acredita que compensa essa falta com um comportamento exemplar nas outras dimensões da sua vida	proposta no estudo sobre caçadores furtivos de renas
Valorização selectiva de dimensões existenciais	valorização do acto desviante em relação a outras possibilidades que seriam ainda mais degradantes	técnica por nós intuída quando ainda estávamos a conduzir uma investigação anterior (que conduziu tese de mestrado)

TABELA PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Acto não intencional	Negação da responsabilidade	o indivíduo crê estar fora de si as causas e os motivos dos seus comportamentos (indivíduo vê-se como coisa agida)
	Negação da ofensa	acto desviante não é visto como tal; ou, pelo menos as suas consequências são minoradas
	Negação da vítima	defende que a vítima do acto desviante mereceu esse estatuto e por isso não é vítima
	Apelar a lealdades mais fortes	sistema de obrigações desviante que obriga indivíduo a fazer determinadas coisas
	Defesa da necessidade	o crime ou o acto delinquente é encarado como uma necessidade de sobrevivência da indivíduo da família ou da empresa
Acto intencional	Reclamar ganho	indivíduo furta para ter um ganho que só ele se reconhece a si próprio
	Metáfora da compensação	o acto desviante é reconhecido como tal mas o indivíduo acredita que compensa essa falta com um comportamento exemplar nas outras dimensões da sua vida
	Valorização selectiva das dimensões existenciais	Valorização do acto desviante em relação a outras possibilidades que seriam ainda mais degradantes
Monólogo com instâncias de controle social	Condenação dos condenadores	os agentes de controle social são despojados de estatuto moral para levarem a cabo punições
	Negação da necessidade de obedecer à lei	a lei é vista como desnecessária e injusta, e por isso não deve ser acatada

Frequências absolutas de cada gráfico do estudo 1:

Dados para Gráfico 1, 2, 3 e 4

	Início	Gestão	Pontos de inflexão
Negação respon	167	199	139
Negação ofensa	193	208	65
Negação vítima	47	180	93
Apelar lealdades	301	229	55
Defesa da nec	34	157	65
Met compensação	20	72	42
Valorização selec	26	151	47
Condenação cond	56	192	180

ANEXO 2

MATERIAL REFERENTE AO ESTUDO 2

Grelha da distribuição estatística das notícias

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Teor	Informativo factual Informativo interpretativo Opinativo valorativo	
Conteúdo	Consumo tráfico crime associado a drogas instituições (repressivas, de tratamento, informativas, de combate, preventivas) intervenção (instituições específicas da área) outros (amalgamas) não classificáveis (ex. vacas morreram com overdose)	
Tipo de droga	substância	Heroína Cocaína Comprimidos Ou outra qualquer
Local de ocorrência do evento	acontecimento	Referências espaciais da ocorrência do específico

(segundo Fernandes, 1997b)

Grelha para a análise qualitativa das notícias

(as de teor factual; as de primeira página e as que são acompanhadas com fotografia)

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Drogas	Apreendidas Traficadas Consumidas	Que substâncias são referidas? Retêm-se apenas as referências a substâncias ilegais. Classificam-se nesta categoria todas as mensagens que nos permitam traçar o panorama actual das drogas – a paisagem psicotrópica – bem como as adjectivações e valorações de que são alvo
Actores	Do combate Presidentes e gestores Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Que actores sociais são referidos na notícia? Retém-se nesta categoria toda a referência a indivíduos cuja a acção se relacione com drogas (consumidores, traficantes, polícias), tanto objectivas (idade, profissão...) como adjectivas valorativas
Lugares	Do combate Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Todas as unidades de texto que situem espacialmente as drogas ou os seus actores sociais; toda a referência a lugares concretos ou categorias espaciais (o urbano, o estrangeiro...)
Instâncias	Preventivas Repressivos Penais	Do combate: especificamente organizadas em função da droga Penais são gerais, abrangendo na sua actividade o fenómeno da droga
Objectos	Do Combate Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Os objectos que são referidos; de que instrumentos se servem as diferentes práticas em torno das drogas?
Discurso directo	Instâncias sanitárias Repressoras Consumidor Outros casos	Sempre que a notícia transcreve, colocando entre aspas, declarações de indivíduos, seja qual for o papel em que estejam investidos (polícia, traficante, juiz, cientista...)
Sistema explicativo espontâneo	Do tráfico Actividade policial Atitudes de instituições	Atribuições e causalidades implícitas para os actores e os actos das drogas, quando reformulados pela imprensa a partir das fontes ou quando são gerados pela imprensa.

(segundo Fernandes, 1997b)

Distribuição das notícias por Jornal (gráfico 14)

	Número de notícias
Público	68
Jornal de Notícias	152

Distribuição das notícias segundo o seu teor (Gráfico 15)

	Público	Jornal de Notícias	Total
Factual	47	135	182
Interpretativo	16	14	30
Valorativo	3	3	8

Distribuição das notícias conforme o seu conteúdo (Gráfico16)

	Número absoluto de notícias
Consumo	8
Crime Associado	19
Instituições	27
Intervenção	44
Tráfico	118
Outros	4

Distribuição das notícias segundo as drogas referidas (paisagem psicotrópica – Gráfico 17)

	Número absoluto de notícias
Novas drogas	34
Haxixe	70
Cocaína	59
Heroína	52
Droga	81
Outros	8

Distribuição das notícias de acordo com o destaque (primeira página – gráfico 18)

	Notícias corpo do jornal	Primeira Página	Total
Jornal de Notícias	144	59	203
Público	8	9	17

Distribuição de notícias de acordo com a presença de fotografia (gráfico 19)

	Jornal de Notícias	Público	Total
Com fotografia	42	22	64
Sem fotografia	110	46	156

Distribuição das notícias de acordo com as localidades referidas (gráfico 20)

	Número absoluto de notícias
Cidades do Norte	31
Cidades do Centro	32
Cidades do Sul	8
Ilhas	3
Estrangeiro	29
Grande Porto	77
Lisboa	19
Portugal	18
Outros	3

Distribuição das notícias referentes à cidade do Porto (gráfico 21)

	Número absoluto de notícias
Porto	31
Aleixo	1
Custóias	1
Ramalde	1
São João de Deus	5
São Lázaro	1
Sé	4
Viso	1
Miragaia	2
Joaquim Urbano	1
Caldeireiros	1
Cerco	1
Pasteleira	1
Antas	1

Distribuição do número de ocorrências nas legendas das fotografias (Gráfico 22)

	Tráfico	Consumo	Crime assoc	Intervenção	Outros
Número ocorrências	23	7	10	13	6

Grelha de análise de fotografias relacionadas com a temática das drogas e da toxicodependência

Objectos

Pessoas

Corpo inteiro

Partes do corpo

Costas

Ligação com o corpo da notícia

Presença de elementos focados ou desfocados

Ligação com o corpo da notícia

Contexto – elementos evocadores de degradação

Legenda da foto

Se é a cor

Armas

Apresentação do produto

Outros elementos relevantes

